

ESPAÇOS DA LISBOA OPERÁRIA
Trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade
na última década do século XIX

Ana Ramos Alcântara

Tese de Doutoramento em História
especialidade História Contemporânea

Março, 2019

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, especialidade História Contemporânea, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Luís Nuno Espinha da Silveira.

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio
Bolsa de Doutoramento Ref.: SFRH/BD/84489/2012

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas
no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,



Lisboa, 26 de setembro de 2018.

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),



Lisboa, 26 de Setembro de 2018

Ao João, companheiro no palmilhar das «cidades» visíveis e invisíveis.

Ao Vasco, ao Tiago e ao Jorge, «operários em construção».

AGRADECIMENTOS

Não cabem nestas linhas os agradecimentos que são devidos a todos/as aqueles/as que me ajudaram, das mais variadas formas, a produzir esta tese. Sem o seu apoio, sugestões, ideias, conversas e no «simples ser e estar» o trabalho solitário de escrever esta dissertação ter-me-ia sido inalcançável.

Ao Professor Doutor Luís Espinha da Silveira, pelo apoio, orientação, disponibilidade e amizade. As discussões científicas que mantivemos, o questionamento permanente e o acreditar no meu trabalho permitiram-me crescer como historiadora e «fazer» o meu espaço.

Ao Daniel Alves, ao Paulo Fernandes, ao Nuno Lima, ao Pedro Urbano, à Joana Paulino e a todos/as os/as colegas com quem discuti ideias e de quem recebi sugestões durante este (longo) percurso de investigação e escrita.

Finalmente um reconhecimento para a minha família e amigos/as, sem a sua partilha dos tempos e dos espaços este trabalho não faria sentido. Um obrigado especial ao meu pai, quem primeiro me mostrou Lisboa, à minha mãe, quem me levou a lugares distantes e me ensinou a olhar «o outro» com curiosidade, respeito e de espírito aberto, ao João, por tudo («só tinha de ser com você») e aos meus filhos «de cuca legal».

ESPAÇOS DA LISBOA OPERÁRIA

**Trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última
década do século XIX**

ANA ALCÂNTARA

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: associativismo; habitação; indústria; Lisboa; operariado; século XIX; trabalho

No final do século XIX verificaram-se grandes mudanças económicas, sociais e urbanísticas na cidade de Lisboa, impulsionadas parcialmente pelo desenvolvimento industrial. No entanto, estas não se processaram de forma instantânea nem tão pouco homogénea no território urbano da capital portuguesa. A presente investigação identifica diferentes realidades industriais e operárias que conviveram em Lisboa na última década de Oitocentos, analisando a implantação industrial e operária no espaço urbano e caracterizando o operariado em formação.

O surgimento de novas indústrias – grandes fábricas que empregavam muita mão-de-obra – nas periferias ocidental e oriental da cidade potencia o surgimento de novas formas de habitação que introduzem na cidade uma nova espacialidade da vida operária. Esta nova espacialidade das periferias, como no vale de Alcântara ou em Xabregas, representa a ascensão de uma «nova cidade de cariz industrial» que tem muito de diferente - no tipo de indústrias, dimensão das fábricas, número de operários, como nas formas de habitar e mesmo no tipo de associações operárias – da «antiga cidade manufatureira» que, quase esquecida pela historiografia, se conserva no centro tradicional da cidade, com uma grande heterogeneidade social e de produção.

Assumindo como ponto de partida uma análise triangular da vivência quotidiana do operariado lisboeta, baseada nos locais de trabalho, de habitação e de associação, procura-se descobrir estas «cidades» com espaços físicos e sociais diferentes. A elaboração de uma cartografia digital pormenorizada, com a identificação da localização dos estabelecimentos industriais e oficinais, das diferentes formas de habitação das «classes laboriosas», das sedes das associações de iniciativa operária e das suas formas de intervenção no espaço urbano põe em evidência as diferenças na espacialidade da vida operária nestes contextos distintos desta Lisboa em mutação. Privilegia-se, deste modo, uma visão de conjunto da cidade onde conviviam diferentes realidades, ao mesmo tempo que se procura caracterizar o operariado lisboeta de então.

ABSTRACT

KEYWORDS: 19th century; associations; employment; housing; industry; Lisbon; working class

In the late nineteenth century there were major economic, social and urban changes in Lisbon, driven in part by industrial development. However, these were not processed in an instantaneous or even homogeneous way in the urban territory of the Portuguese capital. The present investigation identifies different industrial and working realities that coexisted in Lisbon in the last decade of the 19th century. Analysing the industrial and worker urban implantation and characterizing the working class communities in formation.

The emergence of new industries – large and labour-intensive factories - in the western and eastern peripheries of the city promotes the emergence of new forms of housing that introduce a new spatiality of working life. This new spatiality of the peripheries, as in the Alcântara valley or in Xabregas, represents the rise of a “new industrial city” that has very different - the type of industries, size of factories, number of workers, as in the forms of inhabit and even in the type of working-class associations - of the “old manufacturing city” that remains in the traditional centre of the city, where remains a great social heterogeneity and a multiplicity of productions.

Taking as starting point a triangular analysis of the daily life of Lisbon's working class people, based on their workplaces, housings and associations, we try to discover these “diverse cities” with different physical and social spaces. The making of a detailed digital cartography, identifying the location of industrial and workshop establishments, of the different forms of working class housings and of the headquarters of the working class associations, enlists the differences in the spatiality of the working class life in these different contexts of this Lisbon in mutation. The focus is, therefore, a city overview where coexisted different realities, while at the same time, seeks to characterize the Lisbon's working class group.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Estado da arte	2
1.1.1. O operariado no espaço urbano	2
1.1.2. Lisboa industrial no final do século XIX	6
1.2. Porquê a Lisboa operária na última década do século XIX?	14
1.3. Objeto, questões de pesquisa e plano de trabalho	16
1.4. Fontes e metodologia	19
 ESPAÇOS DA LISBOA OPERÁRIA	 22
2. Trabalho industrial	27
2.1. Espaços de trabalho fabril e oficial	31
2.1.1. Onde se trabalhava – distribuição das fábricas e oficinas	32
2.1.2. Onde se produzia o quê - distribuição dos setores produtivos	40
2.1.3. Inovação e permanência tecnológica – a energia e a máquina-a-vapor	45
2.2. Trabalhadores/as fabris e oficinais	52
2.2.1. Operários e operárias – distribuição da mão-de-obra	52
2.2.1.1. Trabalhos de mulheres num «mundo de homens» - labor operário feminino	60
2.2.2. Trabalhadores/as menores – distribuição da mão-de-obra infantil	67
2.2.3. Jornas diárias – retribuição da força do trabalho	75
2.2.4. «Saber ler» - alfabetização operária	86
2.3. Trabalho operário – espaços e pessoas	93
3. Habitação das «classes laboriosas»	98
3.1. «Pátios», «vilas», «bairros» e outras formas de habitar	101
3.1.1. Onde viviam as «classes laboriosas» - distribuição e tipos de habitação	104
3.1.2. Habitantes da cidade – espaços de habitação das «classes laboriosas»	110
3.1.3. Habitação e trabalho operário	117
3.1.4. Condições de habitabilidade	140
3.2. Habitação operária – espaços e comunidades	145
4. Associativismo e intervenção operária	149

4.1. Associativismos operários	154
4.1.1. Diversos propósitos associativos	156
4.1.2. Mulheres no associativismo operário	162
4.1.3. Localização do associativismo operário	166
4.2. Intervenção operária no espaço urbano	185
4.2.1. 1º de Maio – «dia do trabalho» como montra da cidade operária	186
4.2.2. Greves - forma e espaço de reivindicação	205
4.3. Associativismo e intervenção – espaços da reivindicação operária	223
 5. CONCLUSÃO - Lisboa, uma cidade, vários espaços	 229
 6. FONTES	 244
6.1. Fontes manuscritas e fotográficas	244
6.2. Fontes impressas	247
6.3. Imprensa operária	248
6.4. Imprensa geral	251
7. BIBLIOGRAFIA	252
8. ÍNDICE DE IMAGENS	268

INTRODUÇÃO

Na última década do século XIX a cidade de Lisboa passou por alterações estruturais – económicas, sociais e urbanísticas – que implicaram mudanças nas vivências quotidianas dos seus habitantes. Este é o momento em que o crescimento demográfico da cidade de Lisboa, onde em 1890 se concentrava mais de 6% da população portuguesa,¹ se passa a fazer à custa dos migrantes que vão em larga medida incrementar as classes trabalhadoras, nomeadamente a operária, e começa a ser mais evidente a segregação social dentro da cidade. Muitos destes habitantes eram, pois, «novos lisboetas», que provocaram um aumento significativo dos efetivos populacionais, resultado de uma forte migração proveniente do país rural em direção à capital. É também o momento da publicação das primeiras normas legislativas de cariz laboral² e da legalização do associativismo de classe, sendo que o Estado obrigava ainda assim ao registro e aprovação dos respetivos estatutos no Governo Civil de Lisboa.³ Aliando estes dois aspetos ao crescimento demográfico efetivo e ao facto de o recenseamento de 1890 indicar que mais de 37% dos habitantes da cidade tinham uma atividade profissional relacionada com a indústria ou manufatura,⁴ podemos afirmar que a população que dependia do setor secundário passou a ter uma relevância social e política nunca alcançada anteriormente.

O grande crescimento industrial nas periferias, a afirmação e desenvolvimento da «cidade burguesa» e as medidas higienistas e de segurança que regulamentam o uso de máquinas-a-vapor, vão, no final desta década, imprimir novas transformações na espacialidade e características de vida industrial e operária da cidade. Assim, este trabalho centra-se neste período de rápidas alterações na estrutura social, urbana, económica e demográfica da capital - momento histórico de mudança.

Antes de se apresentarem os objetivos desta investigação interessa estabelecer o estado da arte. Em primeiro lugar, analisando de que forma o tema da vivência operária no espaço urbano oitocentista tem sido tratado pela historiografia e pela sociologia

¹ Rodrigues, 1995

² Pelos decretos de 10 de fevereiro e 7 de agosto de 1890 foi regulado o trabalho dos aprendizes. Pelos decretos-lei de 14 de abril de 1891 e de 16 de março de 1893 foi regulamentado o trabalho de menores e das mulheres nos estabelecimentos industriais portugueses.

³ Pelo decreto-lei de 9 de Maio de 1891.

⁴ Percentagem calculada a partir dos valores apresentados no quadro III do Censo de 1890 (Direcção da Estatística Geral e Commercio, *Censo da população do Reino de Portugal a 1 de Dezembro de 1890*, Vol. III, D.E.G.C., Lisboa, pp. 22-23)

histórica. Num segundo momento, fazendo-se um balanço de como, em diversos estudos e investigações, têm sido abordados e examinados os temas relacionados com a indústria e o operariado lisboetas do final do século XIX. Defende-se, depois, a pertinência do enfoque desta investigação, define-se o tempo e o espaço da análise e apresentam-se, finalmente, a estrutura da dissertação, a metodologia e as fontes usadas.

1.1. Estado da arte

O estudo da implantação industrial e operária na cidade de Lisboa na última década do século XIX, onde se procura não só caracterizar a classe operária que aí vivia, mas também identificar os espaços urbanos em que esta se movimentava, exige ter-se em linha de conta abordagens relativas à História Económica, à História de Lisboa, à História Operária e à História Urbana, assim como à aplicação da análise espacial à investigação histórica. A integração destas diferentes perspetivas torna-se necessária para capturar não só a forma como a indústria e a classe operária lisboetas, a nova «atriz social» que entra em cena a partir de meados do século XIX, têm sido retratadas, mas também perceber como a historiografia nacional e internacional têm lidado com as questões ligadas à relação entre o espaço físico e social das cidades e como a análise espacial dos fenómenos da industrialização e da urbanização no final do século XIX tem conduzido a novas conclusões.

1.1.1. O operariado no espaço urbano

A partir da publicação d' *A formação da classe operária inglesa*⁵ de E. P. Thompson os estudos históricos e sociológicos sobre o proletariado e a emergência e afirmação política, social e cultural das comunidades operárias deixaram de se apoiar exclusivamente na clássica perspetiva marxista, focada essencialmente no processo de desenvolvimento capitalista, não abordando a situação das pessoas/trabalhadores que vivenciaram aquele processo histórico. O conceito de classe social deixou de ser visto “*como estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente. (...) como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas).*”⁶

⁵ A primeira edição desta obra é datada de 1963.

⁶ Thompson, 1966, p. 9 (tradução livre)

A classe operária é analisada como o agente histórico principal da sua formação, olhando-se para este processo como algo ativo e participado. Segundo esta concepção, as classes sociais formam-se pelo contato com os condicionalismos sociais que as pessoas que as compõem vivenciaram. Assim, a classe operária passa a ser vista como sendo gerada pelos próprios homens e mulheres, nas suas relações e ações sociais, definidos pela sua História e pelos seus percursos. Resulta, como tal, de um processo histórico que envolve as experiências quotidianas herdadas e/ou partilhadas dos indivíduos, vistos como membros participantes na formação da sua classe social.

Os historiadores têm, na sua maioria, nas explicações das mudanças ocorridas ao longo do tempo e nas questões ligadas à cronologia os focos principais da sua atenção, sendo o «tempo» a característica mais definidora da sua disciplina. Em geral, a historiografia continua a debruçar-se sobre a evolução política, social, cultural, económica, sobre as relações e ações humanas como se as dimensões espaciais desses fenómenos não fossem relevantes. No entanto, “*o passado não pode existir no tempo: somente no espaço.*”⁷ As considerações de Ethington - uma reflexão muito completa e pertinente tanto em termos históricos como conceptuais - sobre o papel das metáforas espaciais e conceitos na compreensão do tempo histórico conduzem-nos à perceção de um espaço e tempo tão intimamente entrelaçados, que o conhecimento do passado só é alcançado se não se isolar um deles. Ou seja, o posicionamento de toda ação humana pressupõe localizações num determinado espaço-tempo, que se materializa num «lugar» da História.⁸

Uma das obras que fomentaram esta nova forma de ver a espacialidade dos fenómenos e processos, tanto em termos históricos como sociais, foi *La production de l'espace*⁹ de Henri Lefebvre. Este autor introduziu a ideia de que o espaço não é simplesmente uma geografia natural, nem um contentor vazio que foi sendo cheio pela História, sendo antes também social, algo que a humanidade foi produzindo ao longo do tempo, em interação com a dimensão natural. O espaço é por si só histórico e reflete e condiciona as mudanças e evoluções das comunidades humanas. Esta atenção dedicada à questão espacial, nomeadamente à forma como as modificações dos espaços e das relações entre eles explicam e implicam alterações que se evidenciam no tempo, não era

⁷ Ethington, 2007, p.465 (tradução livre)

⁸ Ethington, 2007, p. 487

⁹ A primeira edição desta obra é datada de 1974.

então um movimento completamente novo. Já com a escola dos Annales, em autores como Marc Bloch e, fundamentalmente, Fernand Braudel – que concebe o tempo histórico como decorrendo em três níveis, o da «longa duração», o da «conjuntura» e o dos «eventos» – surge como inconcebível uma «história total», se desligada do espaço onde decorrem os processos.

A ideia do espaço como uma construção social complexa que afeta as práticas e percepções humanas e a sua importância e influência na reprodução social conduziram, em grande medida, ao interesse de alguns historiadores em utilizar tecnologias e metodologias desenvolvidas para outras áreas do conhecimento científico¹⁰ e aplicá-las nas questões da investigação histórica.¹¹ Nota-se, portanto, um crescente interesse em «localizar» o passado, em apor a evolução temporal à variação espacial – movimento conhecido por *spatial turn* – revelando a intenção de entender o papel do espaço no desenrolar da História humana.¹² Procuram-se, assim, novas perspectivas no examinar/reexaminar de relações, padrões e contextos que emergem quando a História das comunidades humanas é deslindada através de uma lente «espacial». O âmbito da análise espacial situa-se, no fundo, no exame de atributos e relações entre os dados, levando em conta a localização de um acontecimento ou de um processo em estudo. Esta pode ser feita de forma simples, através da observação do fenómeno e da sua distribuição no espaço, ou através de uma análise mais elaborada, que considere a interação de vários fenómenos para explicar uma determinada situação no espaço geográfico - chegando “*mais perto da complexidade das alterações e da realidade histórica*”¹³ e procurando “*apontar uma ligação contingente entre alterações na estrutura da sociedade.*”¹⁴

O espaço público, tanto físico como ideológico, ao longo do século XIX europeu foi sujeito à pressão do Estado ou das autoridades locais para mudar formas de vivência e aproveitamento particularmente no contexto do espaço urbano.¹⁵ Mas este também foi usado como local onde os grupos subalternos – operários, mulheres, «sansculottes», etc. – expressaram e fortaleceram a sua economia moral.¹⁶ Assim sendo, é importante e inevitável que cada vez mais estudos e investigações se debrucem especificamente sobre

¹⁰ Nomeadamente os SIG e as metodologias relacionadas com estatística espacial.

¹¹ Bodernhamer et al., 2010; Frank, 2007; Gregory et al., 2003; Gregory, Ell, 2007; Healey, Stamp, 2000; Knowles, 2002; Schwartz et al., 2011; Silveira et al., 2011

¹² Bodernhamer et al., 2010, p. 167

¹³ Schwartz et al., 2011, p. 252 (tradução livre)

¹⁴ Moore, 2010, p. 40

¹⁵ Frank, 2007; Gangotri, 2003; Lousada, 2004; Oyón, 2002

¹⁶ Conforme o conceito defendido por E.P.Thompson (Thompson, 2008)

a análise espacial das formas, mudanças e aproveitamentos que as «classes laboriosas» foram dando ao espaço público urbano.

A cidade deverá ser encarada como um espaço político-simbólico¹⁷ onde se cruzam os agentes sociais, culturais, políticos, económicos e religiosos que constituem a sociedade e, também, como uma construção social que se transforma pelas vivências quotidianas.¹⁸ Ela não pode ser entendida como um aglomerado de pessoas e edifícios, mas sim estudada e analisada como um lugar onde as práticas e os percursos dos grupos tendem a produzir espacialidades específicas. Assim, uma mudança social e/ou urbana pode provocar alterações nos equilíbrios de poder estabelecidos, fomentar novas adaptações e alterações no uso do espaço público através de disputas entre classes e grupos sociais pelo controlo deste espaço e, inevitavelmente, aquando da afirmação de uma nova classe social, do conflito entre o espaço «idealizado» pelas autoridades e classes dominantes e o espaço «vivido» pelas classes emergentes. Ao surgirem novos habitantes estes acabam por se apropriar e moldar aos espaços públicos e estas áreas comuns de contacto social também se alteram em função desses novos ocupantes e dos seus modos de vida.

Este jogo de adaptações e mudanças a que se foi assistindo nos espaços urbanos é identificado num trabalho historiográfico de Jean-Luc Pinol e de François Walter.¹⁹ Nele encontra-se bastante claro que nos processos de industrialização e de urbanização da Europa moderna, cujas histórias estão completamente imbricadas, “*as relações laborais, as formas de estruturação do mundo operário (...) oferecem conexões específicas à forma como os operários e operárias vivem a cidade.*”²⁰ Oyón Bañales é outro dos historiadores que recentemente se tem debruçado sobre a relação entre espaço urbano e classe operária especificamente, dois temas que individualmente foram sendo abordados tanto na historiografia europeia como na norte-americana, mas raramente analisados nas suas interdependências ou nas alterações demográficas e políticas que as comunidades aportaram ao espaço público em que se movimentavam.²¹ Ao afirmar que “*o espaço não é inocente*”²², Oyón sustenta a variável espacial, o «onde», como um elemento fundamental para explicação e análise de questões relacionadas com a história social e

¹⁷ Arendt, 2004; Habermas, 1984

¹⁸ Lefebvre, 2007

¹⁹ Pinol, Walter, 2003

²⁰ Pinol, Walter, 2003, p. 343 (tradução livre)

²¹ Oyón, 1999; Oyón, 2002; Oyón, 2009

²² Oyón, Permanyer, 2009, p.387 (tradução livre)

urbana – “*Diversas questões de fundo da história social (...) podem matizar-se ou até adquirir mais sentido quando se territorializam na esfera da casa, do bairro, da cidade inteira.*”²³ Na mesma linha foi publicado, em 2000, um número especial da revista *Social Science History* dedicado ao tema *Classes trabalhadoras e Espaço público urbano*. Elizabeth Faue, que tomou em mãos a coordenação deste número, procurou que nele se explorassem historicamente as dimensões espaciais na análise das questões de classe, raça e género em intersecção com a história urbana. Assim, a temática essencial dos artigos compilados assenta na disputa entre classes e grupos sociais pelo controlo dos espaços públicos, sejam eles mercados, praças, ruas, igrejas ou mesmo cidades inteiras. Considerando o «espaço público» uma instância de exercício crítico da razão, de intervenção política e de legitimação das decisões de poder,²⁴ os estudos reunidos, com uma abrangência espacial que vai do continente europeu ao americano, procuram perceber como as classes trabalhadoras ou grupos socio-laborais nessas geografias se definiram, contestaram e ocuparam (ou reclamaram) os espaços públicos urbanos onde se movimentavam, ao longo da contemporaneidade.

1.1.2. Lisboa industrial no final do século XIX

A historiografia portuguesa produziu investigações essenciais sobre a evolução económica de Portugal, dando particular ênfase à forma como no final do século XIX a difusão tecnológica e dos novos métodos de produção impuseram diferenças regionais no desenvolvimento industrial. Lisboa ocupou aqui um lugar de destaque, não só porque era o maior aglomerado urbano, mas também porque, conjuntamente com Porto e Covilhã, foi das poucas concentrações industriais do país.

A ideia de que o surgimento de estabelecimentos industriais de grande envergadura em número de trabalhadores e tecnologia moderna – a «grande indústria» – na segunda metade do século XIX, no contexto português, representava “*uma ilha de modernidade incrustada num mar artesanal*”²⁵ vai ao encontro do que a bibliografia internacional revela sobre o desenvolvimento industrial durante este período. Paul Bairoch define o século XIX como crucial na História da Europa já que marca “o

²³ Oyón, 1999, p.320 (tradução livre)

²⁴ Arendt., 2004; Habermas, 1984

²⁵ Mónica, 1986, p.13

momento de transição entre sociedades tradicionais e o mundo desenvolvido.”²⁶ Tendo em conta que o processo de industrialização não se deu de forma e ritmo similar nos vários países europeus, este autor, quando os hierarquiza segundo o seu grau de desenvolvimento, coloca Portugal no último grupo, juntamente com Espanha, Grécia, Bulgária, Finlândia e Rússia. Este conjunto de países periféricos da Europa tem como denominador comum uma evolução industrial bastante tímida, no período anterior ao início da I Guerra Mundial. Tal “*não significa, contudo, que o desenvolvimento moderno não tenha atingido estes países,*”²⁷ foi, porém, mais lento e tardio do que o ocorrido nos restantes Estados europeus. No caso português a indústria de final de oitocentos, embora com bastantes problemas e a um ritmo comparativamente lento,²⁸ foi “*um sector que conheceu um crescimento tendencialmente positivo e sustentado*”²⁹ apoiado fundamentalmente, como já foi dito, no desenvolvimento e diversificação da grande indústria sobretudo na cidade de Lisboa, mas também, na grande dispersão e articulação entre o trabalho desenvolvido nas pequenas oficinas ou mesmo no domicílio e a produção industrial moderna, sobretudo no Porto e Covilhã.³⁰

A mudança de paradigma historiográfico provocada pela publicação de *A formação da classe operária inglesa*³¹ também se refletiu na historiografia portuguesa, dedicada ao estudo do proletariado e da vida operária, que começou a afirmar-se após a revolução de 25 de Abril de 1974. Os primeiros investigadores que empregam esta «nova forma de encarar» a classe operária foram Manuel Villaverde Cabral e Maria Filomena Mónica, que procuraram, em vários dos seus trabalhos, caracterizar e identificar o processo de formação da classe operária portuguesa.³²

Embora com o principal enfoque no operariado do início do século XX, e no “*advento do movimento reivindicativo,*”³³ Villaverde Cabral aponta, no livro *Portugal na alvorada do século XX* (...), a última década do século XIX como o período onde os trabalhadores fabris e das grandes indústrias manufatureiras se viram juridicamente reconhecidos como parte da sociedade, ao ser publicada a primeira legislação específica

²⁶ Bairoch, 1988, p.217 (tradução livre)

²⁷ Bairoch, 1988, p.259 (tradução livre)

²⁸ Reis, 1987

²⁹ Lains, Silva, 2005, p.279

³⁰ Justino, 1988-1989; Mata, 1999; Pereira., 2001; Reis, 1993

³¹ Thompson, 1966

³² Cabral, 1977; Cabral, 1988; Mónica, 1982; Mónica, 1986

³³ Cabral, 1988, p. 75

de regulamentação do seu trabalho.³⁴ O autor identifica o período entre 1892 e 1902 como aquele da “*difusão da grande indústria*”³⁵, onde o crescimento e concentração da força de trabalho disponível, a aglomeração de estabelecimentos industriais e manufatureiros e o desenvolvimento urbano criaram as condições potenciadoras da proletarianização da força de trabalho operária na zona de Lisboa.

A ideia de que o surgimento de uma consciência de classe por parte dos operários urbanos do século XIX foi um fenómeno que se iniciou de forma ténue e localizada, derivado da alteração dos ritmos de vida vivenciada por aqueles que afluíram às cidades vindos do mundo rural é tese formulada por Peter Clark para as *European Cities and Towns*.³⁶ Para este autor a identidade operária foi estimulada, nos centros urbanos industrializados da Europa, economicamente pela concentração fabril, pela crescente indiferenciação salarial entre trabalhadores qualificados e não qualificados, pela diminuição da migração sazonal e pela crescente segregação social no interior das cidades – que favoreceu a coesão social entre operários, politicamente, pelas Associações de Classe – já não dominadas somente por grupos de artífices – juntamente com as Sociedades Mutualistas que potenciaram novas formas de solidariedade a partir de reivindicações, greves e outras formas de mobilização.

Em *O despontar do movimento operário na esfera pública (1850-1860)*,³⁷ João Lázaro dá pistas e contexto à forma e atores que iniciaram em Lisboa este processo de emergência de um movimento operário e de desenvolvimento de uma consciência de classe. A análise do discurso impresso no periódico *Eco dos Operários*, cujo aparecimento foi “*um marco incontornável do movimento operário português*”³⁸, e o enquadramento institucional dado a este movimento pelo *Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas* mostram que o movimento operário português começou por ser dinamizado por intelectuais de tendência socialista. Revelou-se, neste início da segunda metade do século XIX, como “*um espaço (...) representativo do mundo do trabalho onde a burguesia consegue reservar para si o fundamental da direção*” tendo sido, talvez por isso, marcado por “*um reformismo ordeiro*.”³⁹ No entanto, é de frisar que partindo da “*correlação entre as práticas operárias e o discurso parlamentar sobre as*

³⁴ Decretos de 10 de fevereiro e 7 de agosto de 1890, de 14 de abril de 1891 e de 16 de março de 1893.

³⁵ Cabral, 1988, p. 168

³⁶ Clark, 2009

³⁷ Lázaro, 2014

³⁸ Lázaro, 2014, p. 54

³⁹ Lázaro, 2014, p. 190

mesmas”⁴⁰, nomeadamente na questão social do operariado, este autor reconhece este como “um período que é extraordinariamente marcado por um importantíssimo despontar do movimento operário na esfera pública.”⁴¹

Maria Filomena Mónica procurou nas páginas escritas da imprensa operária, o “canal institucional de formação de uma consciência nacional”⁴², clarificar “(...) a questão da génese do operariado”⁴³ português. Na sua *Formação da classe operária portuguesa*, que deriva assumidamente das ideias de E. P. Thompson, procura identificar o modo como se originou a consciência de classe a partir dos discursos que resultam do quotidiano dos locais de produção. Estas fontes, por derivarem do discurso reivindicativo e mobilizador construído pelos dirigentes operários, tinham o seu principal enfoque nos acontecimentos decorridos no interior das fábricas e na vida laboral propriamente dita. Assinala, esta autora, alterações na forma como antigos trabalhadores rurais e artesanais se passaram a relacionar com as «exigências» e pressupostos do tipo de produção capitalista em que se viam mergulhados ao embarcarem no trabalho industrial. Ao serem exigida uma obediência face aos ritmos e organização da produção e ao premiar-se a docilidade, regularidade e pontualidade no desempenho das tarefas, o processo de industrialização provocou uma alteração profunda das vivências quotidianas e, logo, nas relações sociais, valores, modos de vida e solidariedades que se foram criando entre os operários lisboetas que, devido à concentração industrial na capital, foram os pioneiros no “processo da formação de uma consciência operária (...) [em Portugal e] revelaram-se [para o poder político-económico] sempre mais ameaçadores.”⁴⁴ Esta investigadora assume, porém, que para se alcançar uma visão completa da vida quotidiana, familiar e social desta classe social em processo de constituição será necessário recorrer a outro tipo de fontes, quantitativas e/ou de carácter mais descritivo, que permitam realmente retratar “temas do viver operário na comunidade e da evolução dos níveis de vida.”⁴⁵

Nesta senda, e tendo, também, como base interpretativa a «nova história social» de E.P. Thompson, a historiadora Joana Dias Pereira traçou na sua tese de doutoramento⁴⁶ a “evolução das estruturas e das relações sociais que estiveram na base da emergência

⁴⁰ Lázaro, 2014, p. 192

⁴¹ Lázaro, 2014, p. 197

⁴² Mónica, 1982, p. 28

⁴³ Mónica, 1982, p. 10

⁴⁴ Mónica, 1982, p. 28

⁴⁵ Mónica, 1982, p. 11

⁴⁶ Pereira, 2013

(...) [do] *movimento operário*”⁴⁷ na Península de Setúbal entre 1890 e 1930. Identificou a implantação e crescimento do sindicalismo e da habitação operária, caracterizada pela “*insalubridade e a sobrelotação, a predominância dos espaços comuns, a exclusão espacial concretizada na ocupação das traseiras de quarteirões*”⁴⁸, como fatores decisivos no desenvolvimento de redes de solidariedade operária que terão potenciado “*a integração de trabalhadores indiferenciados no movimento operário*”⁴⁹ e, logo, no ciclo de agitação social que marcou o primeiro pós-guerra.

Maria Alexandre Lousada debruça-se, ao longo de diferentes artigos⁵⁰ sobre a forma como “*os espaços e os tempos condicionam as práticas e as formas da sociabilidade e estas, por seu turno, transformam-nos pelo seu uso.*”⁵¹ O seu trabalho revela-se bastante inovador no trazer da “*rua (...) [como] um lugar físico e social*”⁵² para a centralidade da investigação sobre uma geografia das sociabilidades quotidianas do Antigo Regime lisboeta. Sendo o enquadramento cronológico anterior ao da nossa investigação as perspetivas e análises desta historiadora permitem-nos perceber as formas como “*as práticas de sociabilidade estabelece[ram] relações complexas com a morfologia urbana*”⁵³ e assim, traçar um ponto de partida para a Lisboa sobre a qual nos debruçamos.

Sobre a cidade de Lisboa, existe uma série de sínteses gerais da sua evolução demográfica,⁵⁴ industrial⁵⁵ e urbanística⁵⁶ e obras fundamentais que procuram abarcar toda a evolução histórica de Lisboa ao longo dos tempos.⁵⁷ Nestas últimas, a capital no período final do século XIX, é retratada como “*a enorme cabeça de um país definhado*”⁵⁸ que vive um período de transição do seu perfil socio-urbanístico, enquanto no restante território a concentração populacional e a expansão urbana são fenómenos irregulares e muito pouco expressivos.

⁴⁷ Pereira, 2013, p.21

⁴⁸ Pereira, 2013, p.236

⁴⁹ Pereira, 2013, p.30

⁵⁰ Lousada, 1999; Lousada, 2004; Lousada, 2004; Lousada, 2008

⁵¹ Lousada, 1999, p. 537

⁵² Lousada, 1999, p. 543

⁵³ Lousada, 1999, p. 543

⁵⁴ Rodrigues, 1995

⁵⁵ Custódio, 1994; Rodrigues, Mendes, 1999

⁵⁶ Barata, 2010; Ferreira, 1987; Salgueiro, 1992

⁵⁷ Couto, 2006; Moita, 1994; Pinheiro, 2011

⁵⁸ Couto, 2006, p. 227

A abertura da Avenida da Liberdade, o nascimento das Avenidas Novas e a introdução dos «americanos»⁵⁹ marcaram o florescimento da cidade burguesa que convivia com uma «outra» cidade que cresceu “à margem de qualquer intervenção planeada”⁶⁰, nas zonas não integradas nos planos de modernização urbanística.⁶¹ A transformação do antigo Passeio Público na progressista Avenida foi apontada por Victor Matias Ferreira como um “*processo urbanístico não só emblemático da política de obras públicas do Fontismo, como, sobretudo, pelo seu significado sócio-político*”⁶², que demonstra o propósito de modernização e embelezamento do centro ao mesmo tempo que a construção de habitação operária por intervenção estatal teve como “*única modestíssima concretização*”⁶³ a edificação do «Bairro Operário dos Barbadinhos». ⁶⁴ Esta alteração na fisionomia da cidade é tida como um sinal da mudança da lógica de urbanização da capital, a partir da qual esta “*deixa de estar exclusivamente virada para o seu «umbigo pombalino»*” – a Baixa.⁶⁵ Ao mesmo tempo, foram também as áreas das “*novas indústrias urbanas [que] mudaram o aspeto da cidade, os modos de vida dos seus habitantes,*”⁶⁶ por ser aí que se foram construindo ou adaptando antigas construções, por iniciativa privada, para habitação operária. Estas novas aglomerações operárias situavam-se essencialmente nos limites ocidental e oriental da cidade⁶⁷ e possuíam uma crescente população pertencente às «classes laboriosas», constituída por “*milhares de trabalhadores pouco qualificados e muito pobres*”.⁶⁸ Nas zonas mais centrais da cidade, como os velhos bairros populares da Mouraria ou Alfama, perduravam os “*antigos pateos onde se anicham formigueiros de gente (...). Ahi, operários de pequena indústria, os das obras e serviços municipais, de envolta com gente pobre, que se emprega nos mais variados misteres, arrastam vida miserável em residências infectas.*”⁶⁹ Nestas áreas antigas e centrais da cidade, tal como refere João Freire, pululavam oficinas de pequena e média dimensão

⁵⁹ “Carro americano” foi o nome dado em Portugal ao meio de transporte ligeiro coletivo de passageiros, precursor do carro elétrico, que se movia sobre carris por tração animal – os *tramway* urbanos com origem nos EUA. Foi introduzido na cidade de Lisboa em 1873.

⁶⁰ Pinheiro, 2011, p.260

⁶¹ Silva, 1994

⁶² Ferreira, 1987, p. 82

⁶³ Silva, 1994, p. 419

⁶⁴ O Bairro Operário dos Barbadinhos foi edificado entre 1891 e 1892, entre a Calçada dos Barbadinhos e a Rua do Vale de Santo António, por iniciativa da Companhia Comercial Construtora (escritura com data de 18 de setembro de 1890).

⁶⁵ Ferreira, 1987, p. 82

⁶⁶ Pinheiro, 2011, p. 266

⁶⁷ Nomeadamente, a ocidente, na zona do vale de Alcântara e, a oriente, na zona de Xabregas.

⁶⁸ Pinheiro, 2011, p.266

⁶⁹ “Contribuição para o estudo das casas para Operários”, *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 66, Lisboa, IN, 1912, p. 25

*“que labora[vam] fundamentalmente para um mercado de consumo directo constituído pela vizinhança”*⁷⁰ e estabelecimentos manufatureiros misturados com lojas, estabelecimentos comerciais e habitações, potenciando uma forte interpenetração dos lugares de enraizamento das diversas classes sociais. Como identificou Jorge Custódio *“o mundo industrial lisboeta [era] centrado na sua estrutura urbana”*⁷¹, onde os espaços industriais e habitacionais se interligavam de uma forma constante, onde muitas das fábricas e oficinas se insinuavam constantemente no tecido da cidade.⁷²

O carácter heterogéneo dos estabelecimentos e setores industriais que empregavam os operários e operárias lisboetas é também espelhado na diversidade de formas, modelos e localizações das suas habitações. Tanto Nuno Teotónio Pereira, que fez um levantamento exaustivo dos pátios e vilas da capital, como Maria João Madeira Rodrigues, na sua investigação pioneira sobre a evolução urbana da Lisboa oitocentista, dão conta disso ao focarem os novos bairros operários e vilas construídos, muitas das vezes por iniciativa dos proprietários industriais, nas novas zonas de crescimento industrial como Alcântara e Xabregas.⁷³ Os mesmos autores também referem os pátios e prédios de rendimentos que surgem do reaproveitamento dos espaços disponíveis do centro tradicional da cidade, assim como os «bairros provisórios» – de barracas – que marcavam essencialmente a zona oriental de Lisboa. Estes estudos indicam que Lisboa teria o mesmo padrão que vários autores identificaram noutras cidades europeias não incluídas no primeiro escalão de grandes metrópoles – tal como Barcelona, Bilbao, Lyon, Turín e Estocolmo –, onde até 1914 as áreas centrais e centros históricos eram dotados de uma grande diversidade social. Já nos novos bairros, que foram surgindo nas periferias da cidade tradicional, vivenciou-se uma muito maior homogeneidade no que toca aos seus habitantes, constituídos fundamentalmente por operário/as, artífices, mulheres empregadas no serviço doméstico e pequenos/as comerciantes.⁷⁴

A hierarquização social do espaço urbano que as obras acima citadas abordam foi bastante estudada para Bilbao, cidade que, tal como a capital portuguesa, viveu uma intensa transformação demográfica e urbana no final do século XIX.⁷⁵ Beascochea Gangoiti, da Universidade do País Basco, chegou a uma visão detalhada da distribuição

⁷⁰ Freire, 1992, p. 173

⁷¹ Custódio, 1994, p. 436

⁷² Custódio, 1994; Barata, 2010

⁷³ Pereira, 1994; Pereira, Buarque, 1995; Rodrigues, 1978

⁷⁴ Clark, 2009, Cronin, 1983; Gribaudi, 1987; Oyón, 2002; Pinol, Walter, 2003

⁷⁵ Castells, 1999; Gangoiti, 2003; González Portilla, 1995

espacial dos diferentes grupos sociais em função da distribuição das habitações e respetivas rendas.⁷⁶ Este estudo conclui que no período entre 1877 e 1890, quando se define a estrutura industrial básica desta cidade, a sua população duplica. Este facto determina transformações urbanas muito rápidas e profundas que aconteceram, no entanto, de forma bastante desequilibrada no que toca às zonas de habitação – enquanto *“a cidade oficial e burguesa ainda estava a assimilar o seu alargamento em muitos aspetos, ao seu redor crescia uma grande cintura operária nitidamente separada das áreas centrais qualificadas.”*⁷⁷

A multiplicidade de realidades sociais, que caracterizava a Lisboa industrial do final do século XIX⁷⁸ está espelhada numa série de estudos, de carácter mais circunscrito, desenvolvidos por historiadores, sociólogos e antropólogos.⁷⁹ Na obra de Rui Brás, descobrimos variadas formas de associativismo e a evolução das associações de classe⁸⁰ e mutualistas em que os sapateiros, muitos deles artífices por conta própria, se organizavam. Do paralelo que este autor faz com outro tipo de formas institucionais de solidariedade e organização laboral levadas a cabo por trabalhadores de outros setores profissionais, sobressaem não só as confluências políticas e reivindicativas, como o aumento de associações interprofissionais, que denotam, no seu conjunto, uma crescente proletarianização destes trabalhadores. Na mesma perspetiva, um estudo de longa duração levado a cabo por Maria Alexandre Lousada indica que *“o associativismo livre conheceu em Portugal uma vitalidade importante durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX”*⁸¹ apoiado em parte pela regulamentação legislativa que o enquadrou a partir de 1891,⁸² negando ideias pré-concebidas de pouca prática associativa, nomeadamente profissional, em Portugal. Esta vitalidade associativa não será alheia ao facto do período final do século XIX poder representar as origens do sistema de valores e da organização laboral e social do operariado, como no caso dos tipógrafos

⁷⁶ Gangoiti, 2003

⁷⁷ Gangoiti, 2003, p.16 (tradução livre)

⁷⁸ Cabral, 1988; Justino, 1988-1989; Mendes, Rodrigues, 1999; Mónica, 1986

⁷⁹ Brás, 2004; Cordeiro, 1997; Durão, 2003; Freire, 1992; Santos, 1988

⁸⁰ As associações de classe, legalizadas por decreto a 9 de maio de 1891, são consideradas como as primeiras formas de sindicalismo em Portugal, *“organizados na base da livre adesão e demissão e segundo o princípio de uma discriminante de carácter profissional”* (Freire, 1992, p. 119) e local, embora nesta época as suas reivindicações e contestações se cingissem a questões salariais e relacionadas com horário de trabalho.

⁸¹ Lousada, 2004, p. 31

⁸² O decreto de 28 de fevereiro de 1891 regulamenta as associações de socorro mútuo, o decreto de 9 de maio de 1891 regulamenta as associações de classe.

lisboetas – quando estes “*passam a ser operários e deixam de ser artesãos*”⁸³, como Susana Durão defende numa perspectiva antropológico-etnográfica.

Uma contribuição inovadora para “*a História da transformação de Lisboa na época da industrialização*”⁸⁴, que conta a História das pessoas e dos lugares comuns do bairro de Alcântara – local escolhido para a análise das modificações ocorridas em Lisboa entre 1890 e 1940 – é o trabalho de Frédéric Vidal. A partir da análise dos registos de batismo, das vivências quotidianas e das relações familiares específicas em duas ruas deste bairro, Vidal traça a evolução da organização territorial, social e económica deste espaço lisboeta e de como as relações laborais se refletem nas relações e dependências sociais estabelecidas no quotidiano deste operariado. Identifica, por fim, uma lógica espacial no processo de industrialização e de estruturação social do bairro de Alcântara, durante a segunda metade do século XIX, período que este autor qualifica como sendo de “*profunda mutação resultante da combinação de um forte crescimento demográfico, de um desenvolvimento de atividade industrial aí localizada e uma ampliação que prioriza a função económica deste território à custa de habitabilidade.*”⁸⁵

1.2. Porquê a Lisboa operária na última década do século XIX?

A revisão bibliográfica sobre a indústria da cidade de Lisboa revelou que tende a ser dada mais ênfase aos grandes estabelecimentos em expansão, concentrados essencialmente nas novas zonas fabris localizadas nas margens da cidade, que à pequena e média indústria que, para além de ser em grande número e muito diversificada em termos de produção, se dispersava por todo o tecido urbano. Daqui resulta, também, a inexistência de uma análise de conjunto dos operários e das operárias que incluía os que trabalhavam nestas oficinas e fábricas que se encontravam dispersas pela capital na última década do século XIX, período em que o crescimento industrial transformou Lisboa num polo de atração de migrantes vindos de outros pontos do país.

A análise da historiografia que se debruça sobre a formação da classe operária revela a grande influência que a conceção de E. P. Thompson – da constituição da classe operária como um processo ativo, vivido pelos trabalhadores nas suas ações quotidianas e relações sociais – teve e continua a ter nas investigações historiográficas dedicadas ao

⁸³ Durão, 2003, p. 25

⁸⁴ Vidal, 2006, p. 414 (tradução livre)

⁸⁵ Vidal, 2006, p. 415 (tradução livre)

operariado. Por outro lado, torna-se evidente que o final do século XIX, quando as alterações da cidade potenciaram a separação entre os espaços de trabalho e de residência e a segregação das classes sociais, consubstanciou o momento de transição fundamental para a formação da classe operária lisboeta. Ou seja, como escreveu Katznelson, “*O trabalho sai da casa. A cidade interclassista quebra-se (...), com esta separação entre trabalho e casa e entre as classes sociais no espaço, as relações de classe são vividas não só no local de trabalho, mas também fora do local de trabalho, nas comunidades residenciais.*”⁸⁶

Na produção historiográfica sobre o operariado português em geral e o de Lisboa em particular verifica-se ainda o despontar do interesse pela espacialidade em algumas obras recentes e de inegável importância, mas existe ainda um largo campo de investigação por explorar. Enquadrada nos espaços da cidade de então, a análise histórica, das características industriais e aspetos da vivência quotidiana operária lisboetas no final do século XIX possibilita o lançar de novas perspetivas sobre este período.

Grande parte dos estudos tem como ponto cronológico de partida ou de chegada a última década do século XIX, período de rápidas alterações na estrutura social, urbana, económica e demográfica da capital, mas em que esta época permanece nas margens das análises desenvolvidas. Ou seja, há trabalhos que se focam na «Lisboa do Liberalismo» e outros na «Lisboa Republicana», mas a década de 1890 acaba por permanecer como uma «terra de ninguém» – um momento histórico de mudança que nunca teve até agora a necessária centralidade na análise e que por isso permanece na sombra.

Acresce que ao longo da minha atividade de investigação anterior ao doutoramento fui constatando que neste mesmo período final do século XIX foi levada a cabo uma grande atividade de recolha e produção de informação estatística, de inquéritos, relatórios, estudos, etc, relativos à situação social e industrial do país e, nomeadamente, sobre Lisboa e os seus operários. Fontes muito ricas em informação que só foram utilizadas na investigação histórica isoladamente. Se utilizadas em conjunto, associadas, através da análise espacial, e também articuladas com o estudo da imprensa, descrições e ensaios literários escritos na época, estas fontes permitem alcançar uma imagem mais abrangente e situada no espaço da vida operária lisboeta.

⁸⁶ Katznelson, 1986, p.16 (tradução livre)

É, portanto, na confluência dos pontos indicados acima – pouca ênfase dada ao estudo da pequena e média indústria; falta de uma análise de conjunto do operariado; necessidade de uma análise espacial, abrangendo a totalidade do espaço urbano lisboeta, incidindo sobre a implantação industrial e operária; existência de múltiplas fontes disponíveis para pesquisa sobre a indústria e aspetos da vida operária na última década do século XIX – que nasce o entusiasmo e substrato para o desenvolvimento desta investigação.

1.3. Objeto, questões de pesquisa e plano de trabalho

Colmatando as lacunas da historiografia portuguesa apontadas, este estudo tem como objeto a produção fabril e o operariado lisboeta na última década do século XIX. Assente nos contributos teóricos de E. P. Thompson e do *spatial turn*, tem na sua base a análise da localização e caracterização de quatro aspetos do quotidiano operário – os locais de trabalho (fábricas e oficinas), de habitação (bairros operários, pátios, vilas, etc.), de associação (associações de classe, sociedades recreativas e/ou de instrução, mútuas, cooperativas e coletividades) e, de forma mais incipiente, de intervenção política e social. A partir da construção de uma base-de-dados espacial e de cartografia georreferenciada de grande detalhe, entrecruzam-se aqueles quatro aspetos, situando-os no meio urbano, procurando traçar um retrato dos lugares da cidade onde se desenvolvia a vida operária lisboeta desta época. E com base nessas condições espaciais do quotidiano operário e industrial, capturar experiências operárias na cidade como enquadramento ao desenvolvimento de uma consciência de «classe».

Procuramos, assim, responder às seguintes questões:

Como se distribuía e caracterizava a indústria na cidade de Lisboa? Em especial que características tinha a atividade fabril no centro da capital, a zona mais esquecida? Como se caracterizava globalmente o operariado e se disseminava pelos estabelecimentos industriais? Em que zonas da cidade estavam os locais de trabalho, de habitação e de associação destas pessoas e como se relacionavam entre si? Qual a geografia das suas formas de reivindicação?

Podemos falar da existência de um centro burguês, rodeado de uma cintura operária? Até que ponto e em que zonas da cidade se pode identificar uma dinâmica de segregação espacial e social do operariado?

Uma investigação com estes objetivos tem de partir de uma definição muito clara das suas dimensões espaciais e temporais. Assim, o espaço de análise circunscreve-se à cidade de Lisboa, tal como era administrativamente entendida em 1890⁸⁷ e cujas fronteiras se mantiveram estáveis ao longo do período analisado. No contexto nacional, a cidade capital constituía então um espaço singular em termos de desenvolvimento industrial, urbano e demográfico, nomeadamente por ser o maior e mais diversificado polo industrial do país, o maior centro urbano e, a nível nacional, aquele com uma maior diversidade de naturalidades dos seus habitantes⁸⁸ e uma taxa de crescimento anual média (TCAM) muito superior ao resto do país.⁸⁹

O âmbito cronológico da dissertação está situado na última década do século XIX - período cujo começo é marcado pela instabilidade política, económica e financeira, fruto do Ultimato em 1890 e da crise financeira de 1891, que marcou “*uma viragem na vida portuguesa*”.⁹⁰ A escolha do último ano do século XIX como término temporal da investigação prende-se com a perceção de que a realidade industrial do centro de Lisboa - tão característica deste período e que não pode ser vista somente como uma sobrevivência de uma atividade do passado – caminhou para o desaparecimento com o dealbar do novo século. De facto, a afirmação e crescimento industrial e urbano nas periferias ocidental e oriental, o desenvolvimento da nova «cidade burguesa», a pressão do aumento dos valores das rendas no centro e as medidas higienistas e de segurança determinadas pelo *Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública*⁹¹ de 1901, conduzirão ao seu declínio.

Esta opção prende-se, também, como já assinalado acima e assumido pela historiografia portuguesa, com o facto de este ter sido um tempo de grandes alterações na organização social, urbana, económica e demográfica de Lisboa, contudo pouco estudado do ponto de vista do operariado. Além disso, as características da estrutura industrial e do operariado lisboeta, assim como das suas hipóteses/opções habitacionais e iniciativas associativas, entre 1890 e 1900, foram documentados à época por inúmeras estudos e

⁸⁷ Alves, 2004

⁸⁸ Rodrigues, 1995, p. 55

⁸⁹ A TCAM entre 1890 e 1900 em Lisboa foi de 1,49 enquanto que no resto do país, para o mesmo período, a TCAM foi de 0,75.

⁹⁰ Ramos, 1996, p.550

⁹¹ Este regulamento, publicado a 24 de dezembro de 1901 pelo Governo de Hintze Ribeiro, deriva diretamente da reforma sanitária de Ricardo Jorge e determina a necessidade da concessão de uma licença especial por parte do governador civil “*para a laboração dos estabelecimentos insalubres, incommodos e perigosos*”, categoria na qual cabiam qualquer estabelecimento industrial ou oficial com máquina a vapor.

levantamentos estatais, assim como pelo crescente número de jornais e outras publicações de iniciativa operária. Fontes nunca usadas em conjunto, que permitem a formulação de uma nova perspetiva histórica acerca da indústria e do impacto do crescimento do operariado deste período.

Relativamente à sua estrutura, para além da introdução e da conclusão, a tese está dividida em três capítulos: o primeiro tem como pilares de observação os locais de trabalho; o segundo os espaços de habitação; e o terceiro os sítios de associação e momentos de reivindicação dos/as operários/as lisboetas desta época.

O primeiro capítulo desta dissertação, relativa ao *Trabalho industrial*, dedica-se à indústria e aos operários, nomeadamente à implantação e caracterização dos estabelecimentos industriais e do trabalho operário que neles se operava. É analisada, primeiramente, a distribuição territorial da «grande indústria»⁹² e as diferentes bolsas industriais urbanas, tendo em conta a quantidade de mão-de-obra empregue, a dispersão/concentração dos setores produtivos e as máquinas e energia-vapor utilizadas. Segue-se o estudo do operariado não só em termos da sua repartição pelos diferentes estabelecimentos e setores industriais, mas, também, quanto ao sexo, idade, rendimento obtido e alfabetização.

O segundo capítulo ocupa-se dos diferentes espaços de *Habitação das «classes laboriosas»*, dividindo-se a análise entre a disposição geográfica e caracterização dos aglomerados habitacionais propriamente ditos, a distribuição dos moradores por esses espaços, a relação com os espaços de trabalho operário e as condições de habitabilidade.

O terceiro capítulo desta dissertação foca-se na intervenção social e política dos operários através do estudo das associações de classe, mutualistas, recreativas e de instrução de iniciativa operária. Analisam-se diferentes propósitos estatutários e a implantação urbana do *Associativismo operário*. Segue-se a observação da *Intervenção operária*, a partir da participação operária e das suas associações, nomeadamente das Associações de Classe, nos cortejos e comícios realizados no 1º de maio e nas greves que aconteceram em Lisboa entre 1890 e 1900.

A partir de diferenças e similitudes de padrões na forma como se dispersava a indústria, a população operária, os seus espaços de habitação assim como os palcos

⁹² Grande Indústria é o termo empregue no *Inquérito Industrial de 1890* para nomear estabelecimentos industria onde trabalhavam mais de 5 pessoas.

privilegiados da sua intervenção social e política, identificam-se distintas características de ocupação e atividade industrial e operária, procurando alcançar um retrato global desta *Lisboa, uma cidade a vários espaços* na última década do século XIX.

1.4. Fontes e metodologia

A ideia do território como elemento indispensável ao entendimento das relações sociais e humanas e a conceção de que toda ação humana pressupõe uma localização num determinado espaço-tempo, que se materializa num «lugar» da História⁹³ levaram a variável espacial, o «onde», a assumir um papel fundamental na análise do objeto desta investigação.

Para alcançar os objetivos traçados, privilegiando-se a perspetiva espacial, utilizaram-se fontes que permitem não só uma análise de dados quantitativos e qualitativos relativos à vivência operária em Lisboa na última década do século XIX, mas também possibilitam a localização geográfica dessas mesmas vivências. Foi, portanto, essencial e fundamental para a realização desta investigação a frutífera produção de estatísticas, inquéritos, relatórios e estudos - na maioria dos casos com origem em serviços governamentais - neste breve período, que se debruçaram sobre a situação social e industrial do país e, mais pormenorizadamente, da sua capital e dos seus habitantes pertencentes às «classes laboriosas».⁹⁴

Entre estas fontes urge salientar o *Inquérito Industrial de 1890*, cuja informação permitiu a identificação, localização - ao nível da rua e número da porta - e caracterização dos estabelecimentos industriais com mais de cinco trabalhadores. A partir desses dados foi possível a construção uma base-de-dados espacial indispensável à criação da cartografia digital relativa à indústria e à mão-de-obra operária lisboeta e à, subsequente, análise espacial da distribuição industrial, caracterização dos locais de trabalho e do próprio operariado lisboeta em 1890.

O *Inquérito aos pateos de Lisboa* foi outra das fontes imprescindíveis a este trabalho. As informações nele contidas, cujas falhas e imprecisões foram colmatadas com o recurso ao *Fundo de Urbanismo e Obras e Processos de Obras* do Arquivo Municipal

⁹³ Cfr. Lefebvre, 2007

⁹⁴ Ver lista de *Fontes Impressas*.

de Lisboa, a relatórios seus contemporâneos produzidos por instâncias estatais⁹⁵ e a investigações atuais,⁹⁶ mostraram-se fundamentais para a cartografia digital, tal como para a anteriormente referida base-de-dados georreferenciados, que representa as diferentes formas e núcleos de habitação operária cuja ocupação pode ser confirmada na década de 1890 - 1900.

Tal como já dito acima, outras fontes primárias foram também indispensáveis à realização deste estudo. Nomeadamente, os fundos de arquivos contendo atas de fundação de associações de cariz operário, assim como os processos de obras e arruamentos de bairros e vilas operárias.⁹⁷

O uso intensivo de documentação produzida e publicada pelo Estado⁹⁸ pode acentuar a noção de que estamos de algum modo «reduzidos» à informação que reflete os pressupostos, os propósitos e os modos de pensar do poder político da época. Desta conceção decorre o alerta de Barrington Moore ao afirmar que “*as estatísticas [podem ser] armadilhas enganadoras (...) quando abstraem da essência da situação todo o contexto estrutural em que se verifica a osmose social.*”⁹⁹ Sabendo-se que a forma como é construído um inquérito ou recenseamento, as perguntas em que assenta, a organização e categorização da informação têm por trás uma determinada visão do mundo e propósitos de cariz político, económico, social e/ou de outro tipo, as fontes estatísticas e quantitativas, ao funcionarem como substrato da análise historiográfica, foram sujeitas a uma análise crítica, enquadrada no seu determinado tempo e espaço históricos, assim como à confrontação e confirmação dos dados. Aquele problema consegue ser também mitigado pelo recurso a uma multiplicidade de fontes, com diferentes origens, propósitos e natureza, inclusivamente a imprensa operária, datadas da mesma década.¹⁰⁰

A preponderância que se pretende dar à perspetiva espacial ditou a necessidade do uso de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) onde, se incluiu toda a informação retirada das diferentes fontes depois de georreferenciada. Isto significa que, sempre que possível, foi atribuída uma localização precisa, por vezes ao nível da rua e do número de

⁹⁵ Fuschini, *Construção de casas económicas e salubres para habitação das classes pobres*; Azevedo, *Habitações Operárias em Portugal. Relatório Coimbra*; *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 66

⁹⁶ *Plano de Pormenor e salvaguarda - Pátios e Vila*, 1993; Pereira, *Prédios e vilas de Lisboa*, 1995

⁹⁷ Ver lista de *Fontes Manuscritas*.

⁹⁸ Como o *Inquérito aos pateos de Lisboa*, o *Inquérito industrial de 1890* ou o *Inquérito sobre as condições do trabalho manual nas fábricas de tabacos*.

⁹⁹ Moore, 2010, p. 48

¹⁰⁰ Ver lista de *Imprensa Operária* consultada.

porta, aos atributos de cada estabelecimento industrial, de cada núcleo de habitação, de cada associação operária e mesmo de cada acontecimento grevista analisado. Este SIG foi implementado a partir da construção de uma base-de-dados relacional que contém toda a informação retirada das múltiplas fontes consultadas.¹⁰¹ A complexidade da concretização e utilização desta ferramenta adveio não só da morosidade que resulta da introdução manual e da georreferenciação de todos os dados,¹⁰² da dispersão das fontes em diferentes arquivos e bibliotecas, como também, do planeamento e execução da estrutura da própria base-de-dados e do subsequente SIG, indispensáveis para uma correta análise do enorme volume de dados recolhidos.

A implementação desta ferramenta permitiu relacionar diferentes tipos e camadas de informação – qualitativas e quantitativas; geográficas, económicas ou históricas – referentes a fábricas, associações operárias ou aglomerados de habitação das «classes laboriosas» - e elaborar uma cartografia digital pormenorizada da cidade operária e industrial da última década do século XIX. O recurso à análise estatística e espacial, possibilitou explorar, sobrepor, comparar e/ou inquirir espacialmente os dados retirados das fontes e, deste modo, identificar padrões e relações entre eles que de outro modo dificilmente seriam detetáveis.¹⁰³

De facto, a importância e a mais-valia da utilização de um SIG¹⁰⁴ numa investigação desta natureza advém do facto de este ser uma infraestrutura capaz de cruzar e gerir uma enorme quantidade e diversidade de dados georreferenciados. O grande desafio consistiu em ir além das suas capacidades de representação cartográfica e de o explorar enquanto “*ferramenta de gestão [e análise] de informação*”¹⁰⁵, geradora de novas hipóteses e explicações históricas, procurando, deste modo, “*chegar mais perto da complexidade das alterações e da realidade histórica*”¹⁰⁶ lisboeta da década final do século XIX.

¹⁰¹ Ver listas de *Fontes Impressas*, *Fontes Manuscritas* e *Imprensa Operária*.

¹⁰² A base-de-dados espacial por nós construída e que serviu de substrato ao SIG que implementámos refere-se a 261 estabelecimentos industriais, 293 núcleos de habitação operária, 121 associações operárias, 24 comícios e manifestações comemorativas do 1º de Maio, 69 greves e respetivos atributos.

¹⁰³ Knowles, 2000

¹⁰⁴ A aplicação da Ciência de Informação Geográfica (CIG) e dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) à prática historiográfica – internacionalmente reconhecida como *Historical GIS* – surgiu no final dos anos 90 do século XX e os SIG têm-se afirmado desde então como uma ferramenta que permite aos historiadores explorar, sobrepor, comparar e/ou inquirir espacial e temporalmente os dados históricos, revelando relações e padrões dificilmente detetáveis de outro modo.

¹⁰⁵ Ell, 2010, p.148 (tradução livre)

¹⁰⁶ Schwartz et al., 2011, p. 252 (tradução livre)

ESPAÇOS DA LISBOA OPERÁRIA

“Tentarei descrever-te a cidade (...). Poderia dizer-te de quantos degraus são as ruas em escadinhas, como são as aberturas dos arcos dos pórticos (...); mas já sei que seria o mesmo que não te dizer nada. Não é disto que é feita a cidade, mas sim das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do seu passado.”

Italo Calvino, *As Cidades Invisíveis*, Teorema, Lisboa, 2010, p. 14

O século XIX foi um período crucial na história da Europa, onde os processos de industrialização e urbanização levaram a significativas mudanças sociais e económicas. Estas conjunturas não aconteceram ao mesmo tempo ou com as mesmas características nos vários países europeus, mas influenciou grandemente na reorganização dos espaços urbanos e acarretou alterações na geografia económica e social das cidades.

Em Lisboa aconteceu na passagem do século XIX para o século XX, quando o contexto social e urbano sofreu mudanças aceleradas. A destruição do Passeio Público e a, subsequente, edificação da Avenida da Liberdade, assim como a construção do aterro da Boavista ou o projeto das Avenidas Novas são encarados como marcas do fim do modelo urbanístico pombalino e da reorientação urbana.¹⁰⁷ O processo de urbanização da capital e sua lógica de expansão deixam de se fazer exclusivamente a partir da Baixa Pombalina e abrem-se em função de outros espaços – para norte, ocidente e oriente do centro histórico - mas *“sem um programa urbano nem modelo social.”*¹⁰⁸ As alterações da sua malha urbana foram-se processando *“mas não se alterava o seu tecido urbano histórico.”*¹⁰⁹ Sendo o território lisboeta, à época, ainda um espaço urbano descontínuo, pontilhado de vazios e áreas rurais, a cidade cresceu à custa da construção e/ou adaptação de edifícios vários em terrenos baratos e abundantes.

Lisboa cresceu em espaço construído e em número de habitantes. A reconfiguração social da capital, o grande polo de atração do Reino, fez-se à custa de «novos lisboetas» – essencialmente trabalhadores e desempregados rurais que chegavam em fluxo constante à capital. Como *“o saldo fisiológico mantém uma relativa constância”*

¹⁰⁷ Barata, 2010; Ferreira, 1987; Rodrigues, 2001

¹⁰⁸ França, 1976, p.23

¹⁰⁹ Barata, 2010, p.175

entre 1801 e 1900¹¹⁰, o crescimento demográfico lisboeta derivou do fluxo populacional provocado pela intensificação dos movimentos migratórios em Portugal.¹¹¹

O censo de 1890, embora não tenha informação direta sobre as migrações internas, por não apresentar o local de nascimento, permite saber em cada freguesia o número de pessoas nascidas fora do concelho em que foram recenseadas. Esses dados, relativos à naturalidade dos residentes em Lisboa em 1890, indicam que, no universo da sua «população de facto», 62% nascera em freguesias de fora do concelho de Lisboa e que 51% era mesmo natural de freguesias de outros distritos. O que sublinha a atratividade que a capital exercia em termos migratórios e a heterogeneidade social e de naturalidades daí resultante.

O facto do crescimento da população da cidade de Lisboa se dever à chegada “*de muitos deserdados dos campos portugueses*”¹¹², não passou despercebido na época. O relatório que acompanha a publicação do *Censo da população do Reino de Portugal a 1 de Dezembro de 1890* refere este assunto, acompanhado da preocupação de que tal era um processo que iria continuar e de visões, juízos de valor e medos relativos às consequências sociais que eram então associadas aos processos de urbanização e proletarianização das populações urbanas – “*Factos recentes parecem indicar que este movimento entre nós, longe de diminuir, tende a aumentar, o que se traduz por um excesso de operários nos centros urbanos e pela falta de braços, nos campos, para os trabalhos agrícolas. Suster este movimento, no que ele tem de excessivo, o mesmo é que atender por igual ao próprio interesse das populações rurais e ao interesse mais superior e geral do Estado.*”¹¹³

Este sublinhar do agravamento das desigualdades regionais e a relação que se estabelecia entre a importância demográfica de Lisboa, que agregava 6,4% da população portuguesa, o crescimento urbano e o processo de industrialização advinha certamente da informação que o censo de 1890 dava da distribuição da população por *grandes divisões profissionais*.¹¹⁴ Na realidade, no concelho de Lisboa 37,8% da população de facto foi

¹¹⁰ Rodrigues, 1995, p. 143

¹¹¹ Rodrigues, 1995; Silveira, Alves, Lima, Alcântara, Puig-Farré, 2011

¹¹² Custódio, 1994, p. 436

¹¹³ Censo (...) de 1890, vol. 1, Relatório, p. LIV

¹¹⁴ O censo de 1890 foi primeiro a integrar as profissões dos recenseados - classificadas “*segundo as grandes divisões profissionais*”. Estas últimas eram as seguintes: trabalhos agrícolas; pesca e caça; extração mineral (superfície e solo); indústria; transportes; comércio; força pública; administração pública; profissões liberais; rendimentos; trabalhos domésticos; improdutivos. A informação encontra-se nos

identificada como exercendo uma atividade produtiva ligada à indústria¹¹⁵. O desenvolvimento demográfico terá certamente facilitado a multiplicação e crescimento de fábricas e oficinas pela disponibilidade da mão-de-obra, ao mesmo tempo que oportunidades de emprego atraíam à cidade gente vinda de fora. De facto, ao peso e à atratividade de Lisboa, assim como ao seu processo de urbanização, não terá sido alheio o crescimento industrial da capital do reino.

A relação positiva entre os processos de urbanização, de industrialização e de mobilidade demográfica¹¹⁶ - fenómenos marcantes do final do século XIX - mostram que Lisboa estava em sintonia com outras cidades europeias, como Bilbao, Barcelona ou Turim.¹¹⁷ No entanto em Portugal, com exceção do Porto, a capital estava praticamente sozinha no panorama nacional, onde à época estes processos «modernizadores» da sociedade e da economia se davam timidamente e num ritmo muito “ *muito pouco impressionante.*”¹¹⁸

Lisboa, era assim, o maior centro urbano nacional e o mais forte polo industrial em dimensão e diversidade produtiva.¹¹⁹ Ao longo do Tejo localizavam-se sobretudo os estabelecimentos industriais e as manufaturas. No Beato e em Xabregas, concentravam-se essencialmente os armazéns do vinho, fábricas de tabaco, algodozeiras e moagens, na Boavista¹²⁰ as fundições e fábricas de pregaria, na zona de Alcântara, Santo Amaro e Calvário, as fábricas têxteis, de curtumes, de faiança, serralharias e fundições. Nestas zonas da cidade foram surgindo bairros operários, «pátios», ilhas e outras aglomerações habitacionais onde viviam grande parte dos seus trabalhadores, formando assim verdadeiras comunidades de trabalho e habitação.¹²¹ Aqui terá chegado primeiramente a hierarquização social potenciada pela intensa transformação demográfica, social, urbanística e económica.

quadros II e III do 3º volume (Direcção da Estatística Geral e Commercio, *Censo da população do Reino de Portugal a 1 de Dezembro de 1890*, III vol., Lisboa, IN, 1901, pp. 22-23 e pp. 30-31)

¹¹⁵ Cálculo feito com base no quadro III do 3º volume do censo de 1890 (Direcção da Estatística Geral e Commercio, *Censo da população do Reino de Portugal a 1 de Dezembro de 1890*, III vol., Lisboa, IN, 1901, pp. 30-31)

¹¹⁶ Lains, 1990; Lains, Silva, 2005; Mata, 1999, Rodrigues, 1995

¹¹⁷ Abad, 2002; Gangoiti, 2003; Gribaudo, 1987

¹¹⁸ Reis, 1987, p.217

¹¹⁹ Reis, 1986; Reis, 1987

¹²⁰ Zona que corresponde à atual Avenida 24 de Julho.

¹²¹ Pereira, Buarque, 1995; Rodrigues, 1978

“Lisboa foi crescendo de forma irregular e desordenada”¹²² mas a sua estrutura urbana, no final do século XIX, assentava também e ainda nos seus bairros antigos e, onde viviam as «classes laboriosas» com menos recursos, com uma elevada densidade populacional e diversidade social. Estes eram espaços verdadeiramente interclassistas, onde em andares acrescentados às construções pré-existentes e nas traseiras de prédios e quarteirões transformados em pátios vêm habitar pessoas que chegavam à procura de trabalho e de melhores condições de vida. Nestes velhos bairros da Lisboa antiga, a difusão de oficinas, manufaturas e fábricas não cumpria um plano definido, acontecia incluída na lógica da ocupação habitacional.

A compreensão mais profunda das diversidades presentes no crescimento industrial de capital portuguesa, na última década do século XIX, requer a formulação de um retrato global de carácter industrial da cidade. Tendo como pilares de observação os locais de trabalho, de habitação e de associação dos operários, esboça-se uma caracterização que servirá de base à busca e enunciado das alterações e processos que mudaram o panorama de Lisboa e que, sabemos, não se desenvolveram de maneira uniforme no tecido urbano.

Para este fim, tivemos em conta a divisão administrativa da cidade em 1890,¹²³ a agregação das freguesias em bairros urbanos¹²⁴ e as “*manchas territoriais de diferenciação do crescimento urbano de Lisboa*”¹²⁵ – definidas por Vítor Matias Ferreira¹²⁶ com base na “*leitura espacial da variação populacional (...), [nas] acentuadas assimetrias [do] crescimento demográfico [e] mudança do uso do solo,*”¹²⁷ entre 1890 e 1940, que transformou espaços não urbanos em zonas com forte ocupação residencial e áreas urbanas em “*zonas de representação de diferentes «actividades» – «comercial,*

¹²² Barata, 2010, p.276

¹²³ Alves, 2004

¹²⁴ As freguesias de Lisboa em 1890 estavam agregadas em 4 bairros urbanos da seguinte forma: o 1º bairro compreendia as freguesias dos Anjos, Santo André, S. Bartolomeu do Beato, Castelo, S. Tiago, S. Cristóvão, Santa Engrácia, Santo Estevão, S. Miguel, S. Vicente, Olivais, Socorro e Sé; o 2º bairro as freguesias de S. Jorge de Arroios, S. José, Pena, Conceição, S. Julião, Santa Justa, Madalena, Mártires, S. Nicolau, Encarnação e Sacramento; o 3º bairro agrupava as freguesias de Campo Grande, S. Paulo, Charneca, Coração de Jesus, S. Mamede, Mercês, S. Sebastião da Pedreira, Ameixoeira, Lumiar, Santa Catarina, Carnide, Benfica e o 4º bairro as freguesias de Santa Isabel, Santos, Ajuda, Belém, Lapa e Alcântara.

¹²⁵ Ferreira, 1987, p.110

¹²⁶ Ferreira, 1987

¹²⁷ Ferreira, 1987, p.98

rural, industrial ou residencial» – ou com uma diferente «situação dentro da cidade» - «periferia, arredores e centro».”¹²⁸

Sobre esta base, definiram-se, por aglomeração de freguesias, quatro zonas urbanas, que permitissem avaliar e analisar diferentes modos e formas específicas da ocupação industrial e operária de Lisboa neste período: zona central, zona oriental, zona ocidental e zona norte (fig.0).

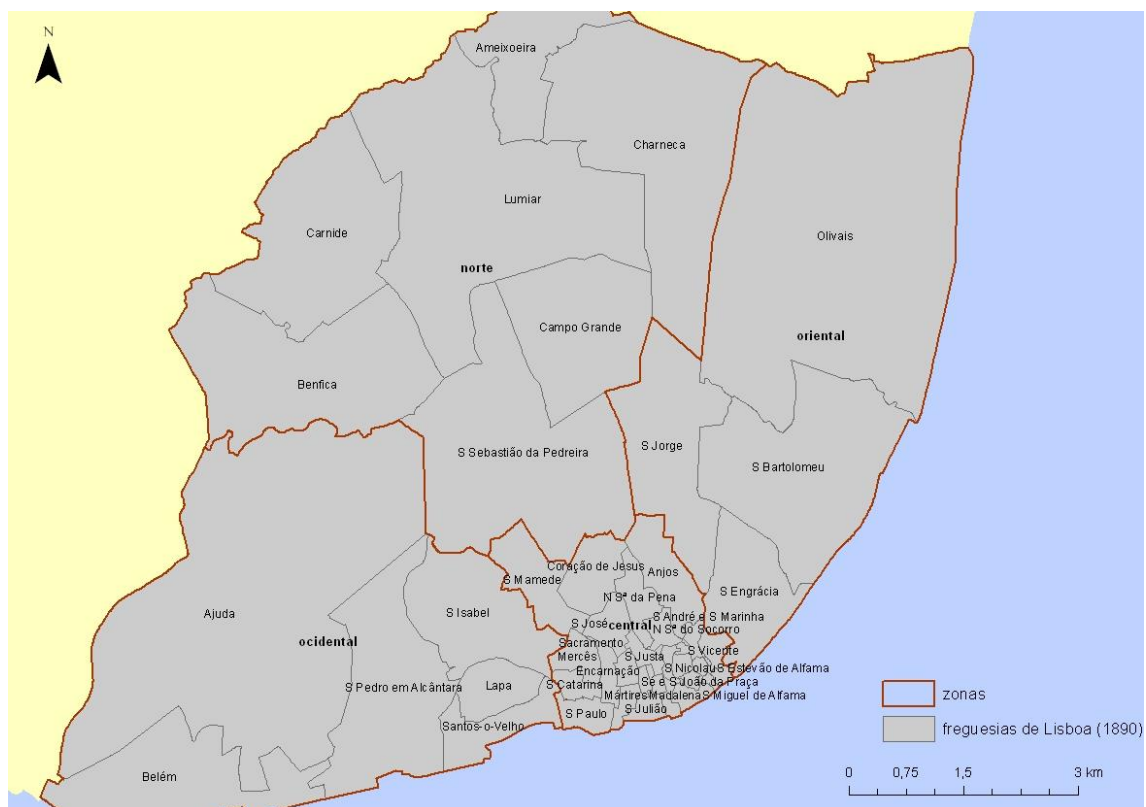


Fig. 0 – Agregação das freguesias de Lisboa (1890) em zonas urbanas.

Assim, a zona central integra as freguesias que constituíam e envolviam “o núcleo, histórica e urbanisticamente mais antigo da cidade”¹²⁹ – Anjos, Conceição Nova, Coração de Jesus, Encarnação, Madalena, Mártires, Mercês, N. Sr^a da Pena, N. Sr^a do Socorro, S. André e S. Marinha, S. Catarina, S. Cristóvão e S. Lourenço, S. Cruz do Castelo, S. Estevão de Alfama, S. José, S. Julião, S. Justa, S. Mamede, S. Miguel de Alfama, S. Nicolau, S. Paulo, S. Vicente, Sacramento, Santiago e S. Martinho, Sé e S.

¹²⁸ Ferreira, 1987, p.94

¹²⁹ Ferreira, 1987, p.95

João da Praça. Esta zona agrega freguesias que, fazendo parte dos 1º, 2º e 3º bairros urbanos, formam uma unidade urbanística anterior a 1890, cujo “*processo de urbanização se restringia a uma maior concentração urbana (...) em torno do seu núcleo.*”¹³⁰ A zona oriental de Lisboa - incluindo as freguesias limítrofes de Olivais, S. Bartolomeu, S. Engrácia (que integravam o 1º bairro) e S. Jorge de Arroios (do 2º bairro) - comportou uma mudança urbanística suportada por uma mudança do uso do solo de cariz liminarmente «rural» para uma ocupação essencialmente «residencial» e «industrial». Processo semelhante, embora mais precoce historicamente – conferindo-lhe “*uma situação sócio-urbanística de transição histórica entre um tecido «urbano» setecentista e a Lisboa de Oitocentos*”¹³¹ – foi verificado na zona ocidental da cidade, onde se optou por juntar a totalidade das freguesias do 4º bairro urbano: Ajuda, Belém, Lapa, S. Isabel, S. Pedro em Alcântara e Santos-o-Velho. A zona norte da cidade – que integra as freguesias, do 3º bairro, São Sebastião da Pedreira, Campo Grande, Benfica, Carnide, Lumiar, Ameixoeira e Charneca – funcionou, na última década do século XIX, como o contraponto da estruturação industrial e operária da capital, já que apesar de uma progressiva ocupação de cariz habitacional, a “*intensificação de um tipo de usos do solo «residencial» (...) indicador do próprio processo de urbanização*”¹³² desta área urbana aconteceu já nas décadas de 30 e 40 do séc. XX.

2. Trabalho industrial

Em 1890 o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, no quadro da revisão da pauta alfandegária,¹³³ levou a cabo uma inquirição aos estabelecimentos fabris e manufactureiros em atividade em Portugal. Esta “*envolveu a máquina administrativa periférica do Estado – governadores civis e administradores do concelho que presidiam às comissões distritais e concelhias especialmente formadas – e implicou ainda a contratação de agentes recenseadores que deviam distribuir e recolher os inquéritos. Toda esta estrutura [foi] coordenada pelo Conselho Superior de Comércio e Indústria.*”¹³⁴ Deste levantamento resultou o Inquérito Industrial de 1890. É certo que

¹³⁰ Ferreira, 1987, p.99

¹³¹ Ferreira, 1987, p.110

¹³² Ferreira, 1987, p.98

¹³³ Decreto de 25 de Abril de 1889

¹³⁴ Silveira, 2007, p.25

houve “*muitas contrariedades*” na recolha das respostas, já que “*alguns industriais e donos de oficinas (...) não prestavam esclarecimentos nem respondiam ao questionário por não serem a isso obrigados por lei, acrescentando que o fim do inquérito não era proteger as indústrias, mas sim obrigar (...) a pagar mais contribuições.*”¹³⁵ Por isso, as respostas obtidas não asseguram “*a cobertura total do número de unidades em laboração*”¹³⁶ em Portugal, mas ainda assim o inquérito permite uma imagem aproximada de como se organizava a indústria e o mercado de trabalho por ela sustentado.¹³⁷ Por conter informações relativas aos nomes das empresas, sua localização (freguesia e/ou concelho e, nalguns casos, o lugar e até a morada completa), ramo de produção a que se dedicavam, valores pagos pela matéria-prima, média do número dias de trabalho por ano, tipo de energia utilizada, motores usados e energia despendida (em cavalos-vapor), assim como o número de operários/as (caracterizados em termos de sexo, faixa etária, alfabetização, profissão/estatuto dentro da unidade de produção) e remunerações pagas por jorna diária de trabalho, este inquérito constitui uma valiosa fonte para o estudo das unidades industriais portuguesas da época.

O concelho de Lisboa, nomeadamente a cidade capital, foi o mais pormenorizadamente inventariado neste Inquérito.¹³⁸ Aqui “*em muitos questionários as respostas foram escritas pelos agentes, porque os proprietários das oficinas ou estabelecimentos industriais os não quiseram escrever, uns por não saberem, outros porque se recusaram a isso, limitando-se a dar breves esclarecimentos aos agentes*”¹³⁹; estes “*bons serviços dos funcionários que visitavam as unidades produtoras, que acrescentaram por si próprios as informações que conheciam, vindo estas a ser incluídas*

¹³⁵ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p. 305

¹³⁶ Mata, 1999, p.129

¹³⁷ Mata, 1999; Silveira, 2007

¹³⁸ No relatório que acompanha a publicação do Inquérito Industrial de 1890 surge a relação dos boletins de questionário que foram distribuídos em cada uma das freguesias de Lisboa. Comparando estes números com os estabelecimentos, tanto da «grande» como da «pequena indústria», inventariados e descritos apurou-se uma taxa de resposta na ordem dos 59%. A análise espacial das taxas de resposta, por freguesia, demonstra que estas foram maiores nas pequenas freguesias do centro da cidade e vão crescendo em direção às periferias, sendo a freguesia de São Nicolau aquela com menor taxa de resposta (12%) e as de Coração de Jesus, Benfica, Carnide e Charneca aquelas em que todos os inquéritos obtiveram resposta. Nas freguesias litorais das zonas ocidental e oriental da cidade, onde há uma maior concentração industrial de fábricas com muitos operários, as taxas de resposta foram consideráveis. Nomeadamente de 83% em Santa Engrácia e de 65% em Alcântara. Estes dados sublinham uma maior resistência dos pequenos proprietários industriais e artesãos da pequena indústria em fornecer as respostas pedidas pelos agentes do Ministério das Obras Públicas.

¹³⁹ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p.305

no rol que originou o apuramento disponível”¹⁴⁰ contribuíram para um aperfeiçoamento dos dados relativos à cidade capital em relação ao restante território nacional.

Em Lisboa, para o universo das unidades industriais com mais de cinco operários/as – classificado na fonte como «grande indústria» (quadro 1) – além da identificação e caracterização individual de cada estabelecimento industrial ou manufatureiro e da mão-de-obra que nele trabalhava era também indicada a morada onde se localizava. Relativamente aos estabelecimentos com menos de cinco trabalhadores/as – «pequena indústria» (quadro 1) – os dados de produção industrial foram geralmente agrupados por concelho, tendo em conta o tipo de produção a que se dedicavam. Na capital estas informações foram agregadas da mesma forma mas em função do bairro urbano¹⁴¹ onde os estabelecimentos se situavam. Este facto torna, de qualquer modo, impossível a caracterização, localização e análise individualizada destas unidades oficinais.

Quadro 1 - Resumo da informação relativa a estabelecimentos industriais de Lisboa (Inquérito Industrial de 1890)		
	+ de 5 operários/as «grande indústria»	- de 5 operários/as «pequena indústria»
Total de estabelecimentos	261	1370
Total de operário/as	15349	3385
Total de operários homens	11226	3276
Total de operárias mulheres	4123	109
Total de estabelecimentos com máquina a vapor	67	4
Total de máquinas a vapor	202	4
Total de energia (CV)	2407 cavalos-vapor	43 cavalos-vapor

No entanto, os dados do Inquérito Industrial de 1890 relativos aos estabelecimentos industriais lisboetas com mais e menos de cinco operários/as (quadro 1) permitem identificar “*duas realidades produtivas distintas que determinam uma diversa caracterização da força de trabalho empregue.*”¹⁴² Sendo que este trabalho se debruça, essencialmente, sobre o primeiro conjunto de dados – relativo aos estabelecimentos fabris que empregavam mais de cinco pessoas – vale a pena, contudo, perceber o que a informação agregada relativa às pequenas unidades oficinais – com menos de cinco operários/as – sugeriam do panorama da Lisboa industrial.

¹⁴⁰ Mata, 1999, p.130

¹⁴¹ Como referido anteriormente, as freguesias de Lisboa estavam agregadas em 4 bairros urbanos.

¹⁴² Costa, 1990, p.208

Esta «pequena indústria» representava, em 1890, 84% das unidades industriais inventariadas na capital, empregando 18% da mão-de-obra (quadro 1). A segmentação da mão-de-obra, característica do mundo pré-industrial, e o reduzidíssimo número de mulheres operárias registadas apontam para uma, muito provável, não contabilização dos/as operários/as que trabalhavam «ao domicílio». Ou seja, “*uma enorme quantidade de força de trabalho domiciliária*”¹⁴³ não terá sido referida aos inquiridores. Sabendo-se que nestes moldes se enquadrava muito do trabalho industrial e manufatureiro feminino, a distribuição da mão-de-obra por sexos – 96 % de homens e 4% de mulheres (quadro 1) – sustenta, também, esta análise. O reduzido número de máquinas a vapor afeto a estas oficinas demonstra uma produção que funcionava em moldes artesanais, onde a inovação tecnológica era praticamente nula.

Se “*por um lado, subsist[ia] um mundo pré-industrial; por outro, desenvolve[u]-se um processo de industrialização em novos moldes que dá origem à criação do operariado fabril.*”¹⁴⁴ Nesta perspetiva, a concentração 23% do total dos estabelecimentos da «grande indústria» nacional, de 48% do total de máquinas a vapor e da aglomeração de 36% do total dos/as trabalhadores/as fabris portugueses/as que o Inquérito Industrial de 1890¹⁴⁵ colocava em Lisboa, atesta bem o protagonismo que a capital tinha, no panorama nacional, no desenvolvimento industrial, tecnológico e na progressiva proletarização da mão-de-obra fabril em final de Oitocentos.

As limitações, já assinaladas, do Inquérito Industrial na localização das unidades da «pequena indústria», levaram a que a análise que se desenvolve em seguida se baseie somente nos estabelecimentos com mais de cinco trabalhadores/as – que eram empregadores de perto de 82% do operariado lisboeta registado na fonte. O peso extremado da percentagem destes estabelecimentos, no total de trabalhadores/as registados/as sugere que terão sido as oficinas com menos de cinco operários/as a escapar aos questionários dos funcionários que visitaram as unidades produtoras. Isto é confirmado no próprio documento que diz que em relação a estas “*surgiram notáveis dificuldades na regular execução dos respetivos serviços, derivando algumas da própria natureza das indústrias, compreendidas no inquérito, [como] a nossa pequena indústria*”¹⁴⁶. Assim, e apesar dos obstáculos que a execução deste censo industrial

¹⁴³ Cabral, 1977, p.437

¹⁴⁴ Costa, 1990, p.208

¹⁴⁵ Vasconcelos, vol.I, 1998, p.57-58; Silveira, 2017, p.27-29

¹⁴⁶ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p.301

enfrentou, os seus resultados consideram-se representativos das unidades fabris e oficinais, com mais de cinco pessoas no universo lisboeta de então.

O inventário destes estabelecimentos industriais lisboetas em 1890 foi de tal forma detalhado que permite a localização das unidades fabris ao nível da rua, inclusivamente com o número de polícia da porta, oferecendo também informação de carácter quantitativo relativa à sua caracterização – número de trabalhadores, setores de produção, número de máquinas a vapor e quantidade de energia utilizada – e à das pessoas que lá trabalhavam – quanto ao sexo, faixa etária, alfabetização e jorna recebida. Dada a riqueza da informação qualitativa e quantitativa relativa a cada estabelecimento e pela sua localização espacial precisa e individualizada, o Inquérito Industrial de 1890 permite um retrato espacial do universo do trabalho industrial lisboeta em toda a sua heterogeneidade.

2.1. Espaços de trabalho fabril e oficial

*“As fábricas e indústrias caracterizam mais uma das contradições típicas da modernidade. Elas são simultaneamente o espaço do progresso e desenvolvimento tecnológico, da produção em série que vem facilitar a vida do homem moderno, e o espaço da exploração humana para se atingir esse mesmo progresso.”*¹⁴⁷

Tendo em conta que à jornada média de trabalho de onze horas,¹⁴⁸ assumida pelos empregadores no Inquérito Industrial de 1890, acresciam mais uma a três horas de serões frequentes,¹⁴⁹ o local de trabalho era o espaço onde os assalariados ou jornaleiros passavam a maior parte do seu tempo útil. Assim percebe-se como a localização das fábricas e oficinas encerra a potencialidade de revelar a espacialidade industrial de Lisboa e, também, a de localizar no espaço urbano a existência social e ocupação operárias.

A abordagem, que se segue, procura usar as informações registadas nas páginas do Inquérito Industrial no sentido da construção de uma *“imagem de uma Lisboa manufatureira e industrial”*¹⁵⁰ nos finais de Oitocentos, a partir da análise da localização fabril tendo em consideração o número, a dispersão e a caracterização setorial e

¹⁴⁷ Pierini, 2011, p.63

¹⁴⁸ O cálculo da média do número de horas/dia que os operários de cada estabelecimento industrial trabalhavam foi feito a partir dos valores incluídos no quadro 1 – *“Capital fixo e circulante, duração do trabalho...”*, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p. 16-38.

¹⁴⁹ *Inquérito sobre as condições do trabalho manual nas fábricas de tabacos (...)*, 1887; Brandão, 1984

¹⁵⁰ Custódio, 1994, p.435

tecnológica dos estabelecimentos industriais. Mais adiante, aquando da caracterização do operariado, serão observadas a dimensão e segmentação dos efetivos de mão-de-obra industrial lisboeta pelas unidades fabris.

Com base na metodologia dos SIG, anteriormente explicada, construiu-se uma cartografia digital da cidade que integra a georeferenciação, tendo em conta a morada – rua e números da porta –, de cada estabelecimento industrial, com mais de cinco trabalhadores/as, inventariado no Inquérito Industrial de 1890. A cada um destes pontos – unidades fabris – foi associada a informação referente ao nome, setor de produção, número e tipologia das máquinas integradas na cadeia de produção, assim como a quantidade de energia (em cavalos-vapor) utilizada. Para complementar o mapa industrial de Lisboa e permitir uma análise integrada no que eram as vias de comunicação lisboetas no final do séc. XIX, associámos às camadas de informação já referidas o traçado das ruas da cidade¹⁵¹ e a localização das estações de caminho-de-ferro e da linha ferroviária em funcionamento na época.¹⁵²

A análise estatística e espacial de cada uma destas camadas de informação e a sobreposição e confrontação dos diversos dados, permite a construção de uma cartografia digital pormenorizada da Lisboa industrial na última década do século XIX e, assim, caracterizar e identificar padrões quanto aos locais de trabalho dos/as operários lisboetas desta época.

2.1.1. Onde se trabalhava - distribuição das fábricas e oficinas

*“O certo é que para a cidade dos bem-aventurados não havia forma de fingir que a cidade dos pobres não estava ali perto, carregada de presságios.”*¹⁵³

A disseminação de fábricas, oficinas e manufaturas na cidade obedecia mais ao sabor das conveniências patronais do momento do que a um plano estatal ou municipal pré-determinado. Por toda a cidade existiam núcleos fabris, mas *“a grande parte estava situada junto à faixa ribeirinha, desde Xabregas (...) ao Vale de Alcântara.”*¹⁵⁴ Esta foi

¹⁵¹ O traçado das ruas de Lisboa no final do séc. XIX, que serve de fundo aos mapas apresentados nesta investigação, foi compilado e construído por Daniel Alves (Alves, 2016).

¹⁵² Os dados relativos à localização e cronologia das estações e linhas ferroviárias portuguesas foram compilados no âmbito do projecto *The Development of European Waterways, Road and Rail Infrastructures: A Geographical Information System for the History of European Integration (1825-2005)*, coordenado pelo Professor Doutor Luís Nuno Espinha da Silveira (Silveira, Alves, Lima, Alcântara, Puig-Farré, 2011).

¹⁵³ Rosas, 2010, p.35

¹⁵⁴ Barata, 2010, p.75

uma tendência que se manteve desde finais do século XVIII, apesar de algumas orientações urbanísticas da era pombalina, já que a grande maioria das propostas e projetos de melhoramentos e ordenamento da cidade que foram surgindo acabaram por não se concretizar.¹⁵⁵ Tendo isto em conta, torna-se evidente que no centro urbano da cidade, nomeadamente nos bairros antigos, a localização fabril e oficinal foi condicionada pela lógica da ocupação habitacional, entrelaçando-se constantemente com esta. E é com este panorama de fundo, de uma constante interpenetração entre espaços produtivos e espaços habitacionais, que a Lisboa industrial chegou à última década do século XIX.

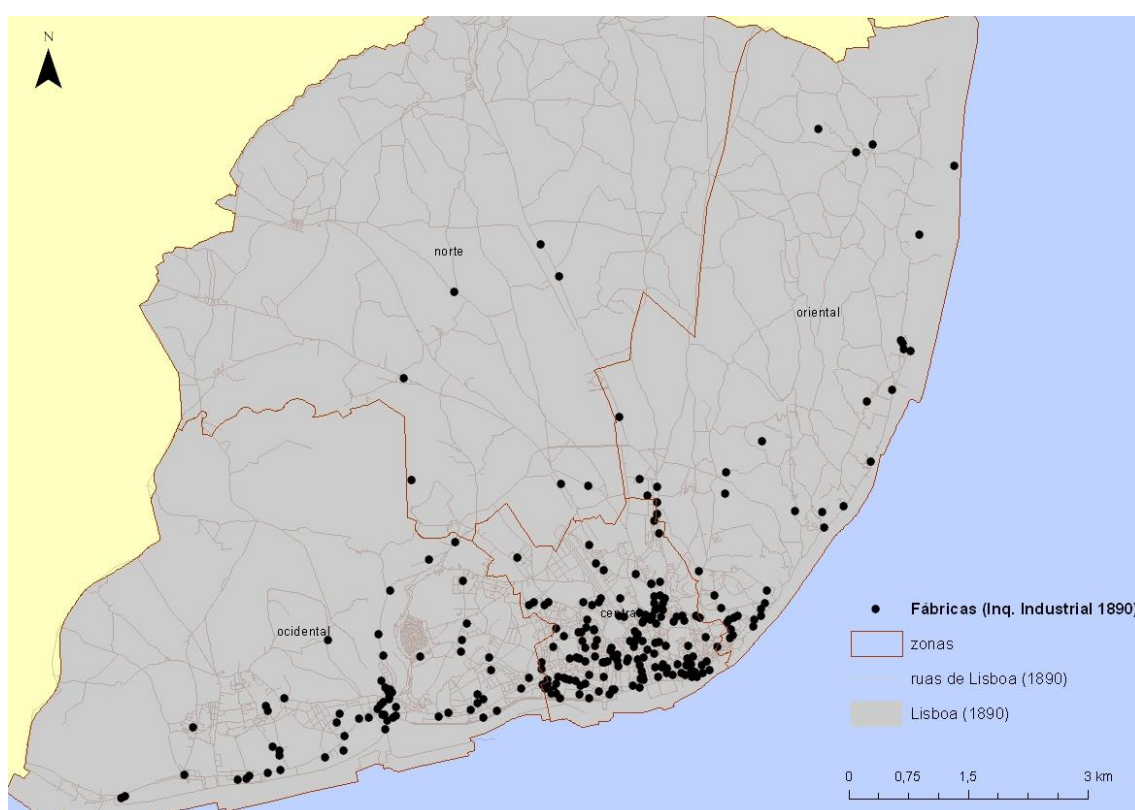


Fig.1 - Implantação fabril referenciada no Inquérito Industrial de 1890 no traçado urbano de Lisboa.

A implantação territorial das fábricas e oficinas no espaço urbano lisboeta de 1890 mostra, na figura 1, uma cidade onde a indústria está disseminada. A frente ribeirinha, servida por vários grandes e pequenos cais que funcionavam como portas de entrada na cidade, serviu de ponto inicial de propagação do setor secundário na época contemporânea. A figura 1 sugere que esta “*realidade porto*”¹⁵⁶, com múltiplos pontos de

¹⁵⁵ Barata, 2010

¹⁵⁶ Custódio, 1994, p. 450

chegada das matérias-primas e de partida dos bens manufaturados que marcou o processo industrializador da capital desde o século XVIII, seria ainda fundamental para a indústria no final do século XIX. De facto, ao medir a distância de cada estabelecimento industrial ao rio Tejo¹⁵⁷ constata-se que 79% estavam a menos de um quilómetro da margem, 15% localizavam-se a distâncias compreendidas entre o 1º e 2º quilómetros e somente 6% distavam mais de dois quilómetros.

Em oposição, a introdução dos caminhos-de-ferro,¹⁵⁸ de que um dos principais objetivos era “*beneficiar o crescimento da incipiente indústria portuguesa*”¹⁵⁹, e a implantação territorial das estações de comboio parecem ainda não ter grande impacto na localização industrial. De facto, a estação ferroviária do Rossio foi inaugurada precisamente em 1890 e, antes disso, Lisboa era servida somente desde 1887/88 pela Linha de Cintura – ligando, pela zona norte da cidade, as estações de Alcântara e Campolide à de Santa Apolónia - e pela Linha do Norte, a partir desta última estação, desde 1856. Tendo em conta a integração recente das zonas ocidental e central da cidade na rede ferroviária, somente a Linha do Norte poderia, cronologicamente falando, ter impacto no que concerne à localização fabril do final de Oitocentos.

¹⁵⁷ A distância mais curta de cada ponto – estabelecimento industrial com mais de 5 operários inventariado no Inquérito Industrial de 1890 – à margem do rio Tejo foi medida através da aplicação de dois *bufferes* - de 1 quilómetro e de 2 quilómetros. Deste modo, agruparam-se os pontos que se localizavam até ao máximo de 1 quilómetro, os que distavam entre 1 e 2 quilómetros e aqueles que estavam a mais de 2 quilómetros da frente ribeirinha de Lisboa. No primeiro grupo incluíam-se 204 estabelecimentos industriais, no segundo 40 e no último 15.

¹⁵⁸ Silveira *et al*, 2011

¹⁵⁹ Alcântara, 2011

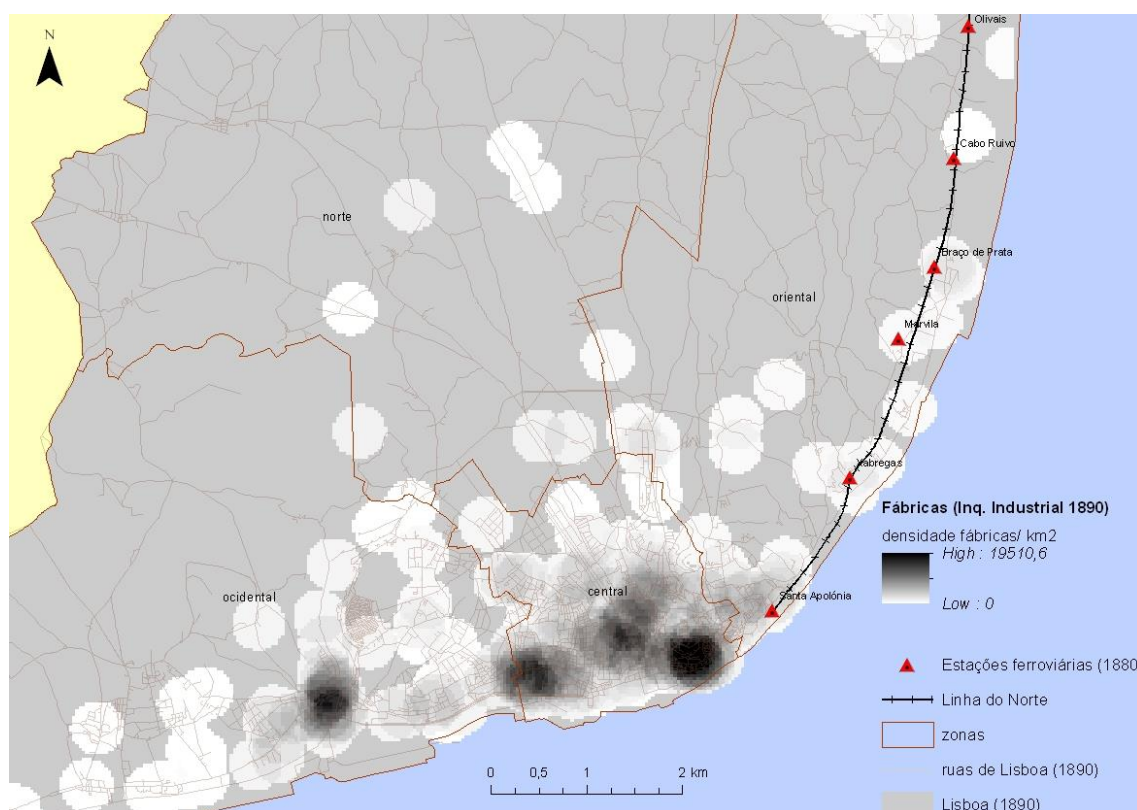


Fig.2 – Caminho-de-ferro (linha do Norte) e densidade fabril e ofical (Inquérito Industrial de 1890).

Ao observar, na figura 2, o traçado da Linha do Norte e respetivas estações justapostas à medição da densidade de estabelecimentos fabris por quilómetro quadrado¹⁶⁰ constata-se que as estações de comboio serviriam como um fator de alguma atratividade para a localização industrial recente nas áreas a oriente da estação de Santa Apolónia. No entanto, a entrada tardia do centro e zona mais ocidental de Lisboa na rede ferroviária impossibilitaram certamente a tomada em consideração deste fator aquando da implantação de novas instalações industriais nesses espaços da capital portuguesa.

Ainda assim, mediu-se o raio da influência de cada uma das estações ferroviárias que serviam a cidade de Lisboa em 1880, todas elas pertencentes à Linha do Norte. Ao traçar três níveis de distância em redor de cada uma das estações – até 1 km; entre 1 e 2 km; mais de 2 km - constatamos que somente 17% das unidades fabris e oficinais, referidas no Inquérito Industrial de 1890, se localizavam a menos de 1 quilómetro de distancia de um acesso à ferrovia. Dos restantes estabelecimentos industriais, 34% distavam entre 1 e

¹⁶⁰ Para cartografar a densidade fabril optou-se por calcular a intensidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo que cada ponto corresponde a um estabelecimento industrial, com mais de 5 trabalhadores, referenciado no *Inquérito Industrial de 1890*. Assim, na figura 2, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam um maior número de fábricas e/ou oficinas.

2 quilómetros de uma estação e 49% estavam a mais de 2 quilómetros. Podemos, assim, afirmar que em 1890 a localização da ferrovia e das estações de caminho-de-ferro ainda teria fraca interferência nas opções de localização fabril lisboeta, prevalecendo o modelo anterior, herdado do século XVIII, baseado nas facilidades comerciais e de circulação dos produtos permitidas pelo rio Tejo.

Quadro 2 - Resumo da informação relativa aos estabelecimentos industriais (Inquérito Industrial de 1890) por zona urbana		
Zona	Total estabelecimentos	% de estabelecimentos
Central	147	56%
Oriental	43	16,5%
Ocidental	64	24,5%
Norte	7	3%
Total	261	100%

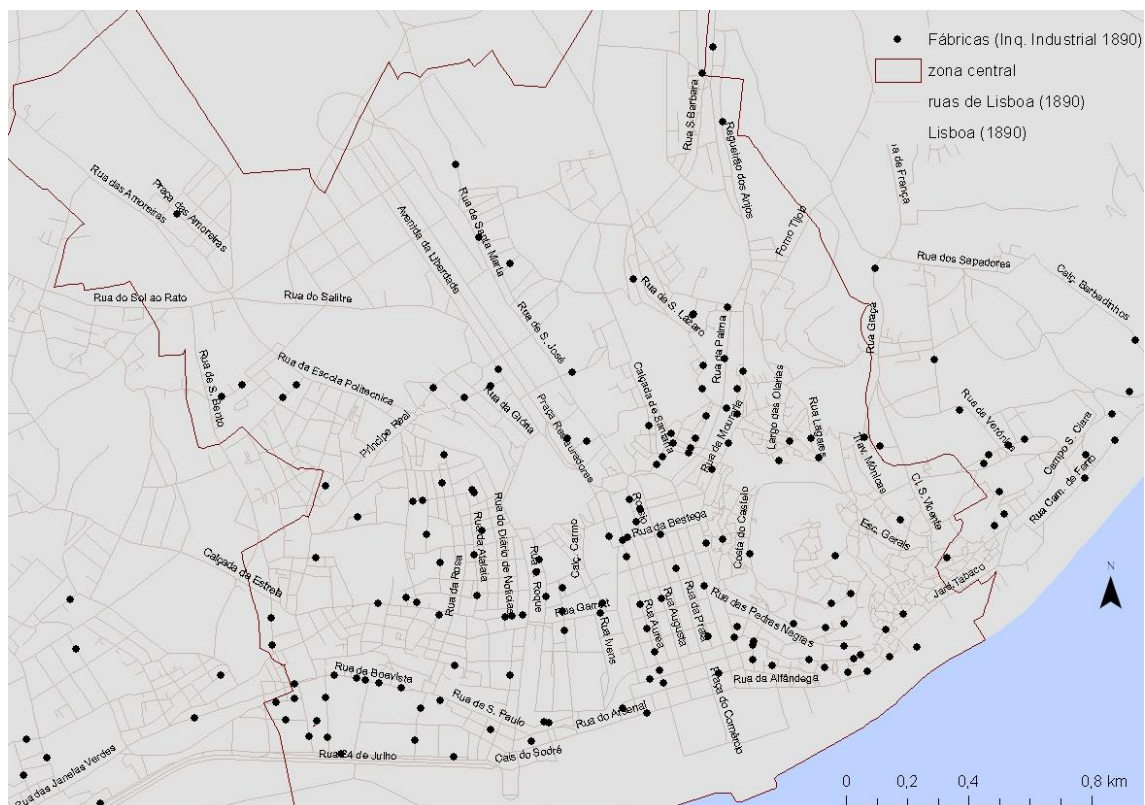


Fig. 3 - Pormenor da implantação fabril referenciada no Inquérito Industrial de 1890, na zona central de Lisboa.

Em 1890 as fábricas com as suas chaminés, as oficinas e os/as operários/as marcavam a paisagem urbana e ocupavam lugar na cidade. O coração urbano, a zona central, que

englobava as freguesias históricas e a Baixa comercial da cidade,¹⁶¹ apresentava a maior concentração de estabelecimentos industriais – localizando-se nesta área 56% das fábricas e oficinas com mais de cinco operários/as (quadro 2). Desta concentração industrial resultam, portanto, as fortes manchas da densidade fabril representadas na figura 2.

Os pontos representados na figura 3, correspondendo cada um a uma fábrica ou oficina com mais de 5 trabalhadores que se distribuía pelas ruas da «Lisboa antiga», demonstram que neste período o centro comercial e económico da cidade era simultaneamente um centro industrial. Esta área «nobre» da cidade era marcada por uma grande heterogeneidade de estabelecimentos industriais, de variadas dimensões, graus de mecanização e setores de produção. Existiam muitas oficinas onde se desenvolvia um trabalho eminentemente artesanal, de que a fábrica de gravatas «Lisboa Elegante», onde trabalhavam sete costureiras, ou a «Chapelaria Bello & Pinto», com vinte e um trabalhadores/as, ambas no Rossio, eram exemplo. Havia estabelecimentos com um processo de produção onde a máquina só timidamente era utilizada, como a «Fábrica de escovas e pincéis Falcão & C^a.», da rua de São Cristóvão, que empregava quarenta e um operários/as que operavam maquinaria rudimentar, mas também existiam grandes unidades industriais, com métodos e maquinaria modernos, de que o exemplo maior era o «Arsenal da Marinha» – com mil trezentos e oitenta e cinco operários e cinco máquinas a vapor a produzir na rua do Arsenal. Estamos, portanto, a falar de uma área industrial marcada pela diversidade setorial e tecnológica e que era, contrariamente à perspetiva historiográfica mais consensual, um polo de forte dinamismo e produção industrial.

Na zona ocidental da cidade¹⁶² (fig.4) instalaram-se, desde meados do século XIX, muitas das grandes, novas e, tecnologicamente, modernas fábricas lisboetas.¹⁶³ Sendo que em 1890, segundo o Inquérito Industrial, aí se localizava praticamente um quarto dos estabelecimentos industriais da cidade (quadro 2). A instalação nesta zona da «Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense» – entre as ruas de S. Joaquim ao Calvário (atual rua 1º de Maio) e da Junqueira, cujas máquinas eram as mais potentes registadas (num total de 306 cavalos-vapor) – ou da «Empresa Industrial Portuguesa» – situada na rua Luís de Camões e que será uma das que estará na génese da Companhia União Fabril

¹⁶¹ A definição da zona central e a identificação das freguesias que a compõem já foi abordada anteriormente no texto.

¹⁶² A definição da zona ocidental e a identificação das freguesias que a compõem já foi abordada anteriormente no texto.

¹⁶³ Ribeiro, Custódio, Santos, 1981

Na zona oriental de Lisboa¹⁶⁵ (fig.5), que ocupava toda a faixa litoral entre o Jardim do Tabaco e o limite do Concelho marcado pela estrada da Circunvalação, a localização fabril denota a importância da proximidade das vias de acesso fluvial e, neste caso, também ferroviário. Especialmente, junto às estações de Santa Apolónia, Xabregas e Braço de Prata. Mesmo que aqui houvesse uma menor densidade fabril, como se pode ver na figura 2, e 16,5% da totalidade dos estabelecimentos industriais e manufatureiros da cidade, é evidente o florescimento industrial desta zona a que a localização da linha do Norte não terá sido indiferente.

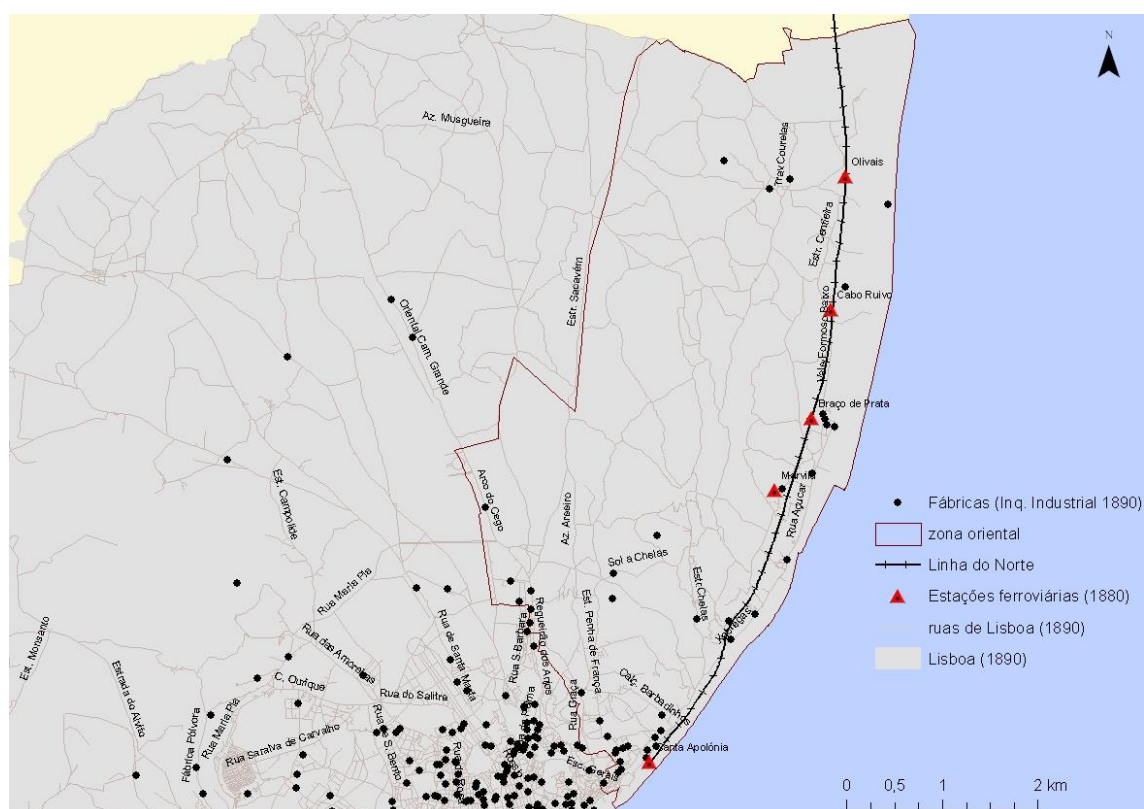


Fig.5 - Pormenor da implantação fabril referenciada no Inquérito Industrial de 1890, na zona oriental de Lisboa.

Esta área de antigos conventos e palácios foi sendo ocupada por fábricas desde uma fase pioneira da industrialização lisboeta, de finais do século XVIII a meados do século XIX, com a instalação das primeiras fiações de algodão, como a «Fábrica Samaritana», e as unidades da Administração Geral dos Tabacos, a «Fábrica Lisbonense de Tabacos» e a «Fábrica de Tabacos de Xabregas». Mas teve “*um dinamismo mais acentuado de instalações industriais na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século*

¹⁶⁵ A definição da zona oriental e a identificação das freguesias que a compõem já foi abordada anteriormente no texto.

XX”¹⁶⁶, aquando do aparecimento de grandes estabelecimentos fabris modernos com maquinaria movida a vapor, nomeadamente a «Companhia de Algodões de Xabregas», a «Companhia Oriental de Fiação e Tecidos» ou a moagem e fábrica de bolachas «Aliança».

A zona norte da cidade, integrando as freguesias de São Sebastião da Pedreira, Campo Grande, Benfica, Carnide, Lumiar, Ameixoeira e Charneca, era praticamente um deserto industrial (fig.1). Com as exceções da «Fábrica de Lanifícios do Campo Grande», do «Matadouro Municipal» e da «Fábrica de Tijolo» de João Lafite, no Lumiar, o panorama era essencialmente rural e agrícola.

2.1.2. Onde se produzia o quê - distribuição dos setores produtivos

A produção fabril na Lisboa de 1890 tinha um carácter bastante diversificado. Integrava setores onde predominava a produção direcionada para o consumo quotidiano da população urbana, como a *alimentação e bebidas*, o *calçado*, a *cestaria* ou as «confeções de roupa branca» (*têxteis – outros*) e outros, mais focados num mercado mais alargado, como os *têxteis* (nas categorias de *algodões*, *lãs* e *tinturaria e estamparia*), os *tabacos* e a *metalurgia*. Os setores alimentar e metalúrgico, são exemplos de produções onde coexistiam estabelecimentos industriais em que se desenvolviam tecnologias de pendor moderno, com outros, em que os métodos de laboração e a maquinaria eram reminiscências de tempos medievais e modernos.

O setor da *alimentação e bebidas*, por exemplo, que tanto incluía padarias e confeitarias tradicionais, como fábricas de moagem a vapor com uma organização de produção e maquinaria modernas, como a «da Pampulha» de Bellos & Formigaes ou a «do Bom Sucesso», ilustra o contraste das formas de organização. O mesmo acontecia na *metalurgia e mecânica*, onde a já referida «Empresa Industrial Portuguesa» – com 463 operários e máquinas que produziam 65 cavalos-vapor – e a fábrica de móveis de ferro «Portugal» no Regueirão dos Anjos – com 100 operários, uma máquina a vapor e outra movida a gás – conviviam portas-meias com oficinas de ferreiros, serralheiros ou

¹⁶⁶ Custódio, 1994, p. 467

funileiros, onde trabalhavam 7 a 10 homens com forjas, ferramentas e tecnologia ancestral.

Quadro 3 – Resumo da informação relativa ao nº de estabelecimentos industriais e mão-de-obra por setores produtivo e zona urbana (Inquérito Industrial de 1890)										
	Z. Central		Z. Oriental		Z. Ocidental		Z. Norte		TOTAL	
SETORES	Estabel.	Oper.	Estabel.	Oper.	Estabel.	Oper.	Estabel.	Oper.	Estabel.	Oper. (%)
Alimentação/Bebidas	21	252	8	97	15	443	1	268	45	1060 (7%)
Calçado	13	146	0	0	1	31	1	11	15	188 (1,2%)
Cerâmica	4	84	4	82	5	195	1	34	14	395 (2,6%)
Chapelaria	5	90	0	0	0	0	0	0	5	90 (0,6%)
Cordoaria/Cestaria	6	94	0	0	3	169	0	0	9	263 (1,6%)
Curtumes	1	9	2	20	9	91	1	10	13	130 (1%)
Metalurgia/Mecânica	27	918	7	381	8	866	0	0	42	2165 (14%)
Papel/Impressão	20	855	0	0	3	49	0	0	23	904 (6%)
Pirotecnia	2	46	1	346	1	7	0	0	4	399 (2,6%)
Prd. Químicos/Comp.	1	346	1	54	1	7	0	0	3	407 (3%)
Saboaria	0	0	4	42	0	0	0	0	4	42 (0,2%)
Tabaco	0	0	2	2585	0	0	0	0	2	2585 (17%)
Têxteis – Algodões	1	91	2	515	3	1236	0	0	6	1842 (12%)
Têx - Estamp./Tintur.	0	0	2	145	4	429	0	0	6	574 (3,7%)
Têxteis – Lãs	0	0	2	439	1	392	1	160	4	991 (6,4%)
Têxteis – Outros	9	247	1	20	1	122	0	0	11	389 (2,5%)
Trab. madeira/cortiça	23	1803	7	441	4	82	2	32	36	2358 (15%)
Trabalho em pedra	7	140	0	0	1	60	0	0	8	200 (1,3%)
Vidros	0	0	0	0	1	55	0	0	1	55 (0,3%)
Diversos	7	278	0	0	3	34	0	0	10	312 (2%)
TOTAL	147	5399	43	5167	64	4268	7	515	261	15349

25%

Para possibilitar uma visualização perceptível da territorialização da produção fabril na totalidade da área urbana optou-se por representar, na figura 6, somente os estabelecimentos dos setores que empregavam mais de 2% do total de trabalhadores industriais registados no Inquérito Industrial de 1890 (quadro 3).

Assim, segundo a hierarquia quanto à percentagem de operários/as afeta a cada setor de produção, foram considerados para a figura 6, os nove primeiros – *têxteis*, *tabacos*, *trabalhos em madeiras e cortiça*, *metalurgia e mecânica*, *alimentação e bebidas*, *papel e impressão*, *produtos químicos e compostos*, *pirotecnia e cerâmica* – sendo que o setor têxtil foi subdividido em quatro categorias (*algodões*, *lanifícios*, *estamparia e tinturarias e têxteis – outros*).

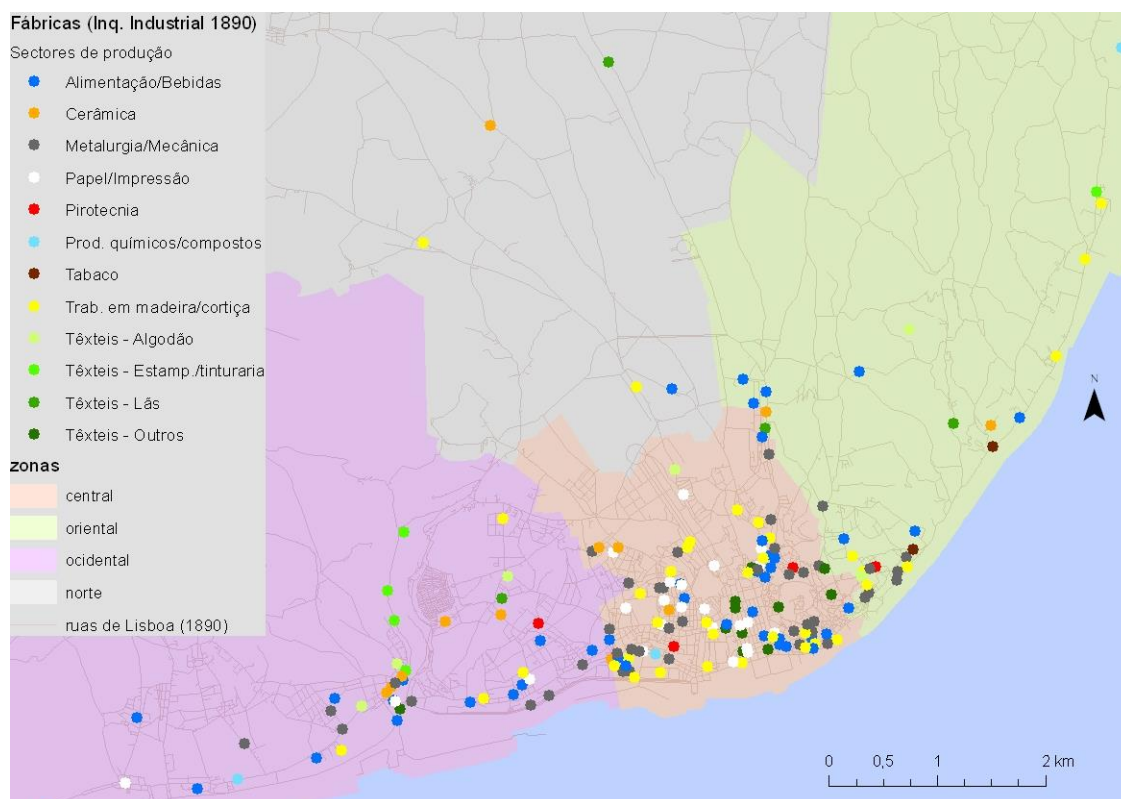


Fig.6 – Dispersão dos estabelecimentos por setores industrial (setores onde trabalhavam mais de 2% do operariado registado no Inquérito Industrial de 1890) e por zona da cidade.

Embora a diversidade dos setores de produção fosse uma constante no território lisboeta, da análise espacial da dispersão das fábricas e oficinas por ramo produtivo (fig.6) identificam-se diferentes padrões de dispersão e concentração que permitem circunscrever características industriais e setoriais específicas nas diferentes zonas urbanas.

Numa primeira abordagem, reconhecem-se setores cujos estabelecimentos se espalhavam por todo o espaço urbano: o da *alimentação e bebidas*, dos *trabalhos em madeira e cortiça*, da *metalurgia e mecânica* e da *cerâmica*. No entanto, na disseminação territorial das fábricas e oficinas do setor metalúrgico observa-se a particularidade de que, embora fosse muito densa na zona central – onde se situavam 64% das unidades deste setor (quadro 3) –, não incidia sobre a Baixa da cidade.

A estes setores pertenciam as fábricas modernas de moagem a vapor, de cerveja, de massas alimentícias, de móveis (em madeira ou em ferro), metalúrgicas e fundições. Mas, também, pequenas fabriquetas de conservas, de azeite, padarias, confeitarias, carpintarias, oficinas de serração, de latoeiros, pregoeiros, mecânicos e serralharias que, por suprirem as necessidades diárias das comunidades, careciam da proximidade dos consumidores /

clientes. Esta multiplicidade de tipologias das unidades de produção, mas também de métodos, tecnologias e processos de fabrico empregues, adviria de serem estes os setores com maior percentagem de estabelecimentos fabris (quadro 3) – 17 % das fábricas eram afetas à produção de *alimentação e bebidas*, 16% à *metalurgia e mecânica* e 14% aos *trabalhos em madeira e cortiça*.

A análise da dispersão dos restantes setores produtivos permite reconhecer dois padrões: um, que engloba aqueles que se circunscreviam às periferias urbanas e outro, marcado por uma certa concentração no centro da cidade.

No primeiro padrão, incluíam-se tipos de produção que, por questões relacionadas com a disponibilidade de espaço, com a proximidade da água, necessária à produção ou como meio de circulação de matérias-primas ou escoamento dos produtos e/ou por problemas de salubridade, tendiam a implantar-se nas zonas periféricas da cidade junto a ribeiras e ao Tejo. Na zona ocidental, localizava-se a produção de *curtumes*, *cerâmica*, os modernos estabelecimentos fabris de têxteis de *algodão* e as *estamparias e tinturarias*, nomeadamente no vale de Alcântara. Na zona oriental, embora se encontrassem os mesmos setores e as saboarias, o domínio produtivo era das grandes fábricas de *tabacos* em Xabregas.

Na zona central (fig.7), observava-se outro tipo de modelo fabril, marcado pela concentração dos ramos de fabricação que sustentavam as lojas mais exclusivas da «elegante Baixa» de Lisboa. Para abranger uma perspetiva global da produção industrial e oficial desta área urbana foram cartografadas, na figura 7, todas as fábricas e oficinas tendo em consideração os setores a que dedicavam a sua produção.

A concentração fabril e oficial na zona central da cidade era significativa e diversificada, herdeira natural da produção manufatureira e artesanal que aí existia desde tempos imemoriais, mas também um polo de modernização tecnológica, como veremos de seguida.

2.1.3. Inovação e permanência tecnológica – a energia e a máquina-a-vapor

A modernização da indústria lisboeta deveu-se, essencialmente, à iniciativa privada de proprietários industriais, responsáveis pela introdução de máquinas a vapor em fábricas e oficinas da cidade. No início do século XIX, a grande inovação fabril europeia foi a maquinofatura – o uso de máquinas, impulsionadas por um ou mais motores, em diversas tarefas da produção sob o zelo e comandos de operário/as. Neste período, o risco do investimento na modernização dos processos de produção e maquinaria foi abraçado somente por alguns empresários industriais portugueses e muito parcamente apoiado pelo Estado.¹⁶⁷ E, assim, nos estabelecimentos fabris lisboetas do início de Oitocentos, não existiam praticamente motores movidos a outras forças que não fossem a humana, a eólica ou a energia animal.¹⁶⁸ Sendo, no entanto, de salientar que as primeiras máquinas movidas a vapor a funcionar numa fábrica portuguesa foram instaladas na capital – na, supramencionada, fábrica de moagem do «Bom Sucesso», em Belém no ano de 1821, por iniciativa dos seus proprietários António Julião da Costa (Cônsul de Portugal em Liverpool) e Francisco António Ferreira.

Na segunda metade do século XIX, com a crescente idealização empresarial e estatal da mecanização como sinónimo de progresso nacional, o cenário vai mudar e a modernização tecnológica vai difundir-se na produção industrial. Porém, “*a falta de capitais, [os] altos direitos de importação de matérias-primas,*”¹⁶⁹ a necessidade de recorrer, em grande medida, a carvão importado levaram a que a “*indústria portuguesa fic[asse] dependente das variações do mercado internacional e das despesas com os*

¹⁶⁷ Bonifácio, 1991; Custódio, 1994; Folgado, Custódio, 1999; Ribeiro, Custódio, Santos, 1981

¹⁶⁸ A energia eólica era usada, desde há séculos, nos moinhos de vento tradicionais. As características topográficas da ribeira da Alcântara dificultavam a utilização da energia hidráulica nas fábricas têxteis que aí se situavam – situação muito comum em outras regiões do país como era o caso da indústria de lanifícios da Covilhã.

¹⁶⁹ Lains, Silva, 2005, p.202

combustíveis”¹⁷⁰ e que a atualização tecnológica da indústria portuguesa, nomeadamente a generalização das máquinas a vapor, acontecesse a um ritmo lento.

“A incipiente mas assinalável generalização do maquinismo e da maquinofatura (...) tinha em Lisboa os resultados mais significativos”¹⁷¹ a nível nacional. O crescimento da utilização da energia do vapor na indústria do distrito de Lisboa, na segunda metade do século XIX, está patente na comparação entre “os inquéritos industriais de 1852 e de 1890 [que] refletem a evolução verificada”¹⁷², sendo, quanto ao número de máquinas, na ordem dos 450%, e da potência em cavalos-vapor, de 429%.¹⁷³ Segundo o Inquérito Industrial de 1890, estavam registadas no distrito de Lisboa 48% das máquinas a vapor existentes em Portugal e, restringindo este indicador unicamente às que operavam no interior da capital, 40,5% do total nacional.

Esta alteração tecnológica teve, certamente, reflexos no trabalho desenvolvido dentro de fábricas e oficinas, imprimindo rapidamente mudanças na relação do/as operário/as com as formas de produção. Daí advém o tom bastante negativo com que é referida a mecanização na imprensa operária – “as indústrias transformam-se; a aplicação das máquinas e das ferramentas cada vez mais aperfeiçoadas acentua-se rapidamente; a produção aumenta e os meios individuais de consumo diminuem.”¹⁷⁴

A caracterização tecnológica da cidade de Lisboa na última década de Oitocentos, face à maquinaria e à energia utilizada nos estabelecimentos industriais tem, como já vimos, o Inquérito Industrial de 1890 como fonte relevante. Este permite saber não só que fábricas utilizavam energia eólica, hidráulica, do vapor ou motores a gás na sua produção, mas também quantas máquinas tinham e a quantidade de cavalos-vapor produzidos.

¹⁷⁰ Lains, Silva, 2005, p.206

¹⁷¹ Justino, 1988, p.90

¹⁷² Silveira, 2007, p.22

¹⁷³ O Inquérito Industrial de 1852 inventariou 53 máquinas a vapor, com uma potência total de 776 cavalos-vapor, no distrito de Lisboa. No mesmo distrito, o Inquérito Industrial de 1890 registou 239 máquinas a vapor, que produziam um total de 3327 cavalos-vapor (Cfr. Silveira, 2007, p.29)

¹⁷⁴ *Eco Metalúrgico*, 14-03-1897

Quadro 4 - Resumo da informação relativa a maquinaria / setores produtivos (Inquérito Industrial de 1890)					
Setores	Motores eólicos	Motores hidráulicos	Motores a gás	Máquinas a vapor	Energia (CV)
Alimentação/Bebidas	0	2	1	16	542,5
Calçado	0	0	0	0	0
Cerâmica	0	2	0	8	36
Chapelaria	0	0	0	1	2
Cordoaria/Cestaria	0	0	1	1	31
Curtumes	0	0	0	1	2,5
Metalurgia/Mecânica	1	0	2	30	353
Papel/Impressão	0	0	8	4	66
Pirotecnia	0	0	0	4	40
Prod.químicos/Compostos	0	0	0	4	52
Saboaria	0	0	0	1	2
Tabaco	0	0	0	6	98
Têxteis – algodão	0	0	1	7	435
Têxteis – estamp./tinturar.	0	3	0	93	141
Têxteis – lã	0	0	2	9	232
Têxteis – outros	0	0	0	3	38
Trab. em madeira/cortiça	0	0	3	10	300
Trab. em pedra	0	0	0	0	0
Vidros	0	0	0	0	0
Diversos	0	0	1	4	36
Total	1	7	19	202	2407

Tendo em conta estas informações, sabe-se que 32% das fábricas ou oficinas de Lisboa utilizavam motores modernos na sua laboração¹⁷⁵ ou, pelo menos, tinham máquinas que empregavam outras energias que não a de braços humanos ou a animal. As fontes de energia podiam ser hierarquizadas do seguinte modo. A eólica era a menos representada, sendo somente registado um motor movido a força do vento – em combinação com uma máquina a vapor – na sucursal lisboeta da empresa litográfica «Société Générale Métallurgique». Seguem-se sete motores hidráulicos instalados em cinco estabelecimentos, sendo que somente em dois deles – uma refinação de açúcar instalada na rua Fernandes da Fonseca e uma oficina de fabrico de ladrilhos na, então, rua Vinte e Quatro de Julho – não eram um complemento às máquinas a vapor existentes. Existiam dezanove motores a gás instalados, em vários setores, mas com destaque para as tipografias.¹⁷⁶ É, contudo, de salientar que o estabelecimento industrial que mais potência retirava de maquinaria movida a gás era a «Lusitânia» – fábrica de lanifícios do

¹⁷⁵ Dos 261 estabelecimentos industriais registados no Inquérito Industrial de 1890, 177 (68%) não declararam motores e 84 (32%) usavam motores.

¹⁷⁶ Das 17 fábricas que utilizavam o gás como força motriz, 7 eram tipografias, 3 dedicavam-se a trabalhos em madeira, 2 do sector têxtil, 2 da metalurgia e as restantes 3 distribuíam-se por uma fábrica de aparelhos elétricos, uma oficina de sirgueiro e a fábrica de conservas alimentícias de Emilio Luiz Rollet.

Campo Grande – em cujas instalações foram registados dois motores deste tipo com um força total de sessenta cavalos-vapor¹⁷⁷. Mas todos os motores supracitados não chegavam a 12% do total instalado em 1890. De facto, as máquinas a vapor tinham a primazia na maquinofatura industrial lisboeta, totalizando 88,2% dos motores declarados ao Inquérito Industrial.¹⁷⁸

O domínio da energia do vapor tornou-se uma marca da modernização da Lisboa industrial. Existiam duzentas e duas máquinas a vapor a laborar em sessenta e sete das suas fábricas ou oficinas em 1890 e estavam concentradas, fundamentalmente, em estabelecimentos dos nove setores industriais que empregavam a maior parte da mão-de-obra operária.¹⁷⁹ Como se pode constatar, no quadro 4, o setor que teve papel fundamental nesta evolução foram os *têxteis* – 55,5% dos motores movidos a vapor estavam instalados em estabelecimentos de produção têxtil e todas as fábricas com mais de cinco motores desta natureza dedicavam-se à *estamparia e tinturaria*.¹⁸⁰ Em número de máquinas, o setor têxtil era secundado por aquele “*que assume um papel relevante no desenvolvimento industrial português de meados do século XIX*”¹⁸¹, a *metalurgia/mecânica*.

Para a análise da distribuição por setor e da dispersão espacial das máquinas e da energia do vapor optou-se por cartografar, na figura 8, os estabelecimentos industriais que declararam ter uma ou mais máquinas a vapor, tendo em conta o setor a que pertenciam e a energia total em cavalos-vapor.

Sectorialmente, 35% do total dos cavalos-vapor da indústria lisboeta concentravam-se no conjunto dos *têxteis*, setor industrial onde as máquinas a vapor estavam mais difundidas, confirmando a sua importância na modernização tecnológica oitocentista. Embora, “*os têxteis [estivessem] mecanizados e utiliza[ssem] mais energia*

¹⁷⁷ Os 60 CV de energia gerada pelos dois motores a gás da fábrica Lusitânia representavam 45% do total de energia dos 19 motores a gás referenciados em Lisboa pelo Inquérito Industrial de 1890. Os restantes 17 motores instalados noutros estabelecimentos fabris produziam uma média de 4,6 CV cada.

¹⁷⁸ Dos 229 motores declarados, 1 (0,4%) são movidos a energia eólica, 7 (3%) são hidráulicos, 19 (8,3%) são a gás e 202 (88,2%) são máquinas a vapor.

¹⁷⁹ Das 202 máquinas a vapor registadas somente 8 estavam em fábricas ou oficinas que não pertenciam a um dos 9 setores com mais de 2% dos operários registados no *Inquérito Industrial de 1890*. Estas 8 máquinas a vapor estavam distribuídas da seguinte forma: 3 na «Casa da Moeda e Papel Sellado»; 1 na «Cordoaria Nacional»; 1 na oficina de instrumentos de precisão do «Instituto Industrial e Comercial de Lisboa»; 1 na fábrica de chapéus de Júlio César dos Santos - no Rossio, 1 na «Saboaria a Vapor» do Poço do Bispo e 1 na fábrica de curtumes «Silvestre & Irmão» - na Ajuda.

¹⁸⁰ As duas fábricas da «Companhia Nacional de Estamparia e Tinturaria» onde operavam 31 máquinas a vapor; A «Fábrica de Estamparia e Tinturaria de Braço de Prata» com 25; A «Companhia de Estamparia de Alcântara» com 14; A «Companhia Lisbonense de Algodão» com 20.

¹⁸¹ Justino, 1988-1889, vol.1, p.87

a vapor que qualquer outro sector, as confeções continuavam dependentes dos dedos da costureira.”¹⁸² Noutros setores também a ancestralidade tecnológica convivía com a inovação e modernização, tendo esta circunstância mais evidência naqueles em que a produção fabril se distribuía tanto por grandes estabelecimentos fabris como por pequenas oficinas, como na *alimentação*, na *metalurgia/mecânica* ou nos *trabalhos em madeira*, onde eram produzidos 23,5%, 15% e 13%, respetivamente, do total de cavalos-vapor utilizados no ambiente fabril da capital.

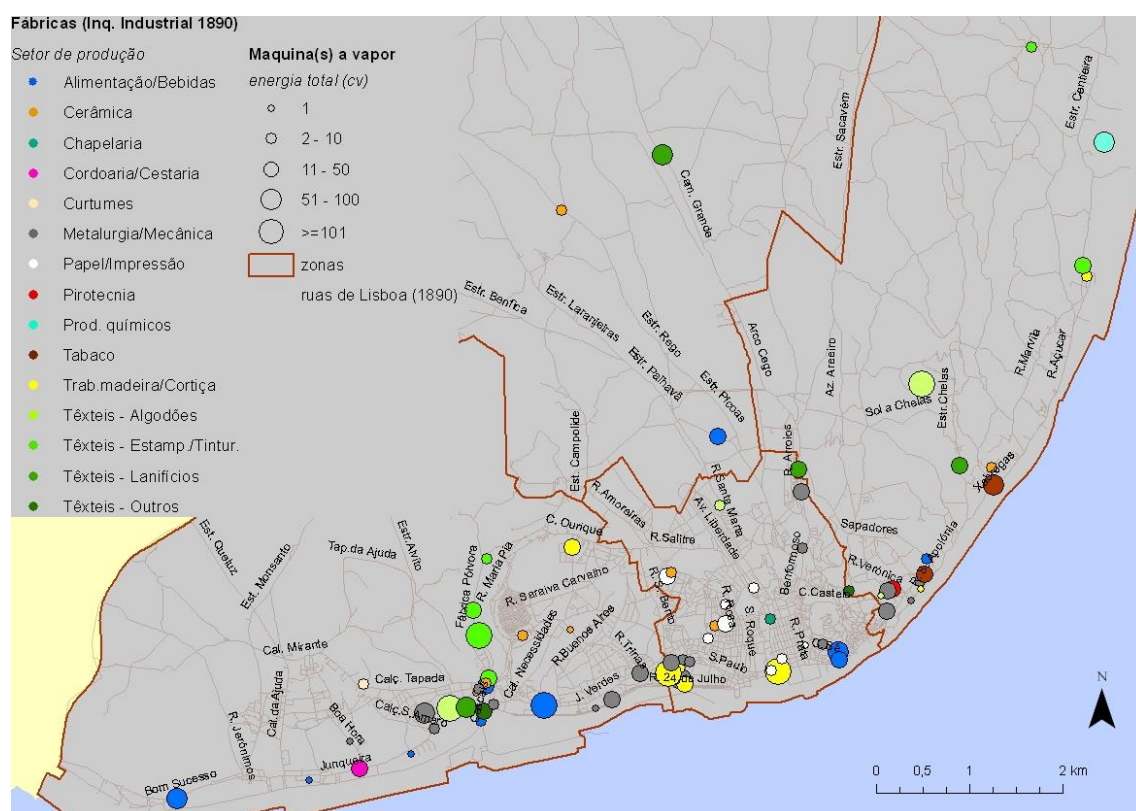


Fig.8 – Dispersão da máquina a vapor. Energia total em cavalos-vapor por setor industrial.

As, já referidas, fábricas «Aliança», «da Pampulha» ou «do Bom Sucesso» representavam os estabelecimentos da indústria alimentar modernos cuja produção dependia da energia a vapor. A fábrica “a vapor de móveis de ferro e fundição”¹⁸³ «Portugal» de Francisco da Silva e Almeida, a «Empreza Mechanica e Metallurgica» de António Pinto Bastos ou a «Fábrica Lisbonense de Serração e Apparelho de Madeira» de Miguel de Arriaga eram exemplos da modernização tecnológica e produtiva em

¹⁸² Pereira, 2001, p. 16-17

¹⁸³ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p.27

grandes fábricas que os industriais implementaram em Lisboa.¹⁸⁴ Mas embora, tendencialmente, fossem os estabelecimentos fabris de maiores dimensões a utilizarem mais a energia do vapor também existiam modelos diferentes. Uma fábrica de cerveja – «Eduardo Price & Son», sita na Calçada dos Barbadinhos –, a serralharia de «António Luiz de Assumpção», no Beco da Bica do Sapato, ou a pequena caldeiraria de «Gil Lourenço», junto ao largo de São Paulo, eram exemplos da difusão das máquinas a vapor na pequena produção oficial.

Quadro 5 - Resumo da informação relativa a máquinas-a-vapor e energia do vapor (Inquérito Industrial de 1890) por zona urbana		
Zona	Nº máquinas-a-vapor	Energia (CV)
Central	37 (18%)	674 (28%)
Oriental	59 (29%)	475 (20%)
Ocidental	101 (50%)	1143 (47,5%)
Norte	5 (3%)	115 (4,5%)
Total	202	2407

A disseminação territorial (fig.8) mostra que, embora o uso de máquinas a vapor fosse mais intenso nos novos polos industriais, estando mesmo metade delas na zona ocidental e 29% na zona oriental, as máquinas não lhes eram exclusivas. A quantidade da energia disponível na indústria da zona central ultrapassava mesmo os estabelecimentos a oriente, cuja produção de energia a vapor era 20% do total. Eram os estabelecimentos industriais mais modernos de produção têxtil, alimentar e metalúrgica, localizados em Alcântara, aqueles com máquinas a vapor mais potentes – produzindo 47,5% do total de cavalos-vapor usados pela indústria lisboeta. Existindo na área histórica e central 18% do total das máquinas a vapor que produziam 28% dos cavalos-vapor. Por estes dados se demonstra que o uso do vapor não se circunscrevia aos polos industriais emergentes em Alcântara e Xabregas, tendo mesmo as unidades fabris do

¹⁸⁴ As fábricas lisboetas cujas máquinas a vapor, segundo o Inquérito Industrial de 1890, produziam mais de 60 cavalos-vapor eram as seguintes: fábrica de moagem do «Bom Sucesso», fábrica de bolachas «Alliança», «Fábrica de Lanifícios do Campo Grande» e «Fábrica de Tabacos de Xabregas» (com 60CV); «Empresa Industrial portuguesa» (65CV); «Companhia Previdente» (80CV); a fábrica de lanifícios «Bernardo Daupias & C.ª» (100CV); «Fábrica Lisbonense de Serração e Apparelio de Madeira», «Companhia lisbonense de estampania e tinturaria de algodão» e «Fábrica Samaritana» (120CV); «Arsenal da Marinha» (134CV); fábrica de moagem da «Pampulha» (300CV); «Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense» (306CV). No entanto, é de referir que relativamente à produção energética das 31 máquinas que operavam nas duas fábricas da «Companhia Nacional de Estampania e Tinturaria» e das 14 da «Companhia de Estampania de Alcântara» os dados do Inquérito Industrial são omissos.

centro da cidade relevância na atualização tecnológica e energética da produção industrial lisboeta.

Exemplos da modernização fabril no centro da cidade são: a máquina a vapor a funcionar em pleno Rossio, na já referida chapelaria «Júlio César dos Santos & C^a.»; a da «Latoaria mecânica a vapor» na rua de São Mamede; as duas empregues na moagem «Francisco Carmello Malheiros, Suc.» junto à Sé; ou as paradigmáticas cinco máquinas, que perfaziam um total de 134 cavalos-vapor, a funcionarem no Arsenal da Marinha. Já na faixa litoral mais ocidental desta zona, em S. Paulo, situava-se um núcleo de forte mecanização industrial (fig.8), especialmente marcado pelas três máquinas a vapor da «Casa da Moeda e do Papel Selado», pelas duas que laboravam num máximo de 80 cavalos-vapor na fábrica de metalurgia da «Companhia Previdente» situada na rua do Instituto Industrial e pela potência de 120 cavalos vapor da máquina da «Fábrica Lisbonense de Serração e Apparelho de Madeira», situada na rua Vasco da Gama (atual rua D. Luís I).

Ainda assim, a existência de *“um núcleo industrial com maior grau de mecanização em Lisboa não deve fazer esquecer o valor reduzido dos números absolutos”*¹⁸⁵ e a complementaridade e coexistência entre a maquinofatura e manufatura na indústria lisboeta, e portuguesa, deste período.

A distribuição e caracterização dos espaços de trabalho operário na Lisboa da última década de Oitocentos permite, portanto, identificar uma cidade industrial mais compacta na zona central. Onde pululavam fábricas e oficinas de pequena e média dimensão, algumas utilizando a energia do vapor (fig.8), misturadas com lojas¹⁸⁶ e outros estabelecimentos comerciais, mas onde existiam também alguns grandes estabelecimentos industriais. Simultaneamente, as zonas oriental e ocidental - novos polos fabris em expansão - apesar de menos relevantes em termos de concentração industrial, distinguiam-se por uma maior utilização de máquinas a vapor. Esta maior propensão para a inovação tecnológica associava-se, nestes espaços industriais, a uma mais clara especialização produtiva. De facto, apesar da diversidade produtiva identificada em todo o espaço industrial lisboeta, era aqui que a distribuição setorial da produção fabril e oficial denotava maiores tendências de agregação - com um maior

¹⁸⁵ Pereira, 2001, p.62

¹⁸⁶ Alves, 2012

pendor para a especialização da zona oriental no setor dos *tabacos* e da zona ocidental nos *têxteis* e na *cerâmica*.

2.2. Trabalhadores/as fabris e oficinais

*“Grande hangar suspenso com colunas. Mixórdia de correias, de volantes, de rodas, de máquinas. Os homens, nesta luz amortecida, só se distinguem como sombras, que às vezes, o fogo ilumina violentamente.”*¹⁸⁷

São estas «sombras», de que fala Raúl Brandão, dos homens e das mulheres que trabalhavam nas fábricas e oficinas de Lisboa que procuramos agora retirar dos quadros e números do Inquérito Industrial de 1890. A informação disponível para cada estabelecimento industrial da «grande indústria», que abarca a quantidade de “*peçoal existente*” repartido por sexo, faixa etária e por “*indivíduos que sabem ler*”¹⁸⁸, permite uma caracterização dos/as seus/suas trabalhadores/as. Os dados relativos à “*retribuição do pessoal*”¹⁸⁹, ainda que sem distinção de sexos, permitem saber a jorna máxima e mínima que cada fábrica pagava. A partir destas bases procura-se trazer para a luz algo mais do que somente as chaminés da cidade – as pessoas que punham essas chaminés a fumejar.

Embora “*o Inquérito, por muito extenso, não abar[que] todas as experiências que o habitat poder[i]a conter; (...) mostra-nos o suficiente para o imaginarmos estático*”¹⁹⁰ e buscar, mesmo que somente em parte, um retrato do operariado lisboeta em 1890.

2.2.1. Operários e operárias – distribuição da mão-de-obra

Sabemos que o crescimento demográfico que se verificou em Lisboa no final do século XIX aumentou a disponibilidade da mão-de-obra, de gente vinda de fora da cidade, facilitando a multiplicação e desenvolvimento das atividades de fabris. E ainda que, “*a indústria cri[e] o operário; ela não cria nem o trabalho assalariado nem a condição proletária. Na realidade, a indústria não faz mais, num primeiro tempo, do que reunir*

¹⁸⁷ Brandão, 1984, p.307

¹⁸⁸ Dados disponíveis no quadro 3 – “*Pessoal existente, sua nacionalidade e instrução*”, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p. 70-125

¹⁸⁹ Dados disponíveis no quadro 3 – “*Retribuição do pessoal – por cada dia normal de trabalho (sem distinção de sexos)*”, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p. 164-203

¹⁹⁰ Dias, 2010, p.326

sob o mesmo teto e sob o mesmo comando central a disponibilidade para o trabalho assalariado (...).”¹⁹¹

Embora a expressão numérica do operariado português estivesse longe da realidade doutros países de acelerado crescimento industrial, na última década de Oitocentos, a indústria lisboeta prosperara. A “disciplina no seio das fábricas é mais estrita [que anteriormente], a instabilidade de emprego maior” e uma nova “realidade social múltipla e complexa que alberga o artesão instruído (...) [e] o trabalhador indiferenciado (...) conquista progressivamente o mercado de trabalho.”¹⁹²

Como se distribuíam na cidade os quinze mil trezentos e quarenta e nove operários e operárias que o Inquérito Industrial de 1890 colocava nas duzentas e sessenta e uma fábricas registadas como «grande indústria»?

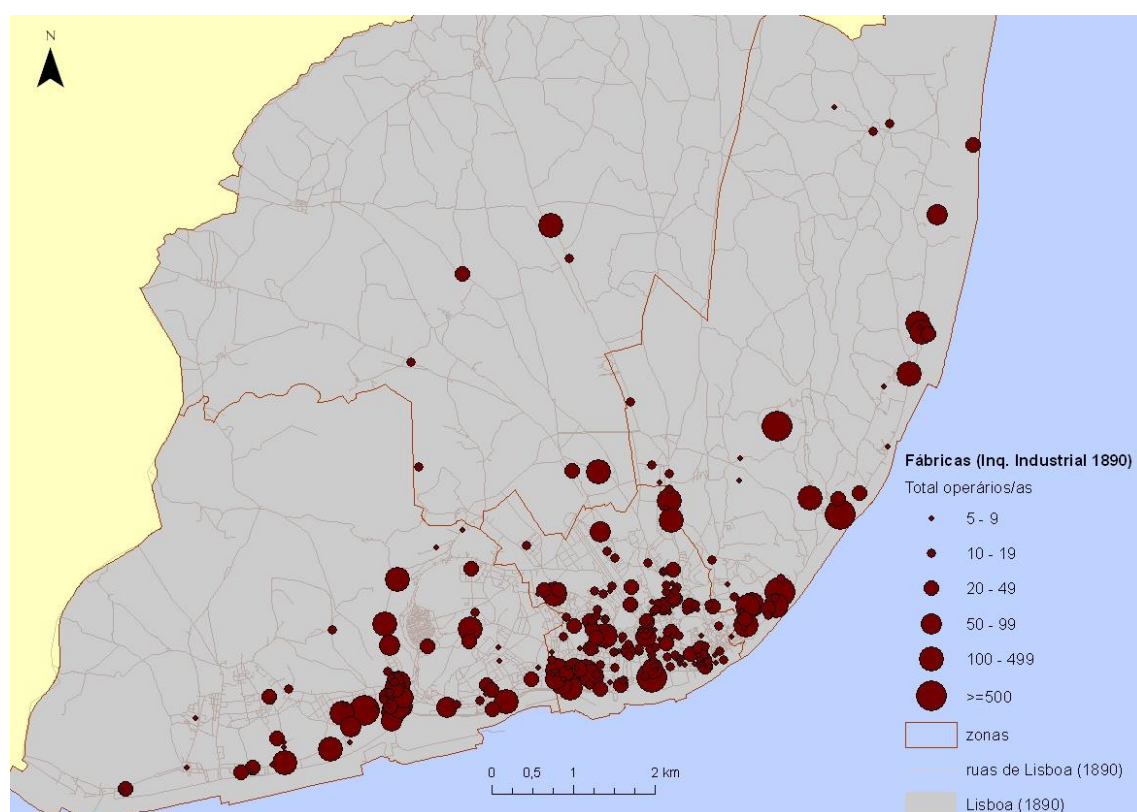


Fig. 9 - Dispersão do trabalho industrial. Total de operário/as em cada estabelecimento industrial.

¹⁹¹ Cabral, 1988, p.79

¹⁹² Costa, 1990, p.210

Quadro 6 - Resumo da informação relativa ao operariado e estabelecimentos industriais (Inquérito Industrial de 1890) em função dimensão dos estabelecimentos industriais e zonas urbanas				
Zona	Dimensão industrial (nº de operários/as)	Total de operário/as (%)	Total de estabelecimentos (%)	Média trabalhadores / estabelecimento
Central	5 a 9	357 (7%)	46 (31%)	
	10 a 19	753 (14%)	58 (39%)	
	20 a 49	827 (15%)	28 (19%)	
	50 a 99	392 (7%)	6 (4%)	
	100 – 499	1685 (31%)	8 (5%)	
	>= 500	1385 (26%)	1 (1%)	
	Total	5399 (35%)	147 (56%)	37
Oriental	5 a 9	92 (2%)	12 (28%)	
	10 a 19	124 (2%)	11 (26%)	
	20 a 49	181 (4%)	7 (16%)	
	50 a 99	54 (1%)	1 (2%)	
	100 – 499	1624 (31%)	9 (21%)	
	>= 500	3092 (60%)	3 (7%)	
	Total	5167 (34%)	43 (16,5%)	120
Ocidental	5 a 9	117 (3%)	18 (28%)	
	10 a 19	164 (4%)	12 (19%)	
	20 a 49	466 (11%)	16 (25%)	
	50 a 99	576 (13%)	8 (13%)	
	100 – 499	1737 (41%)	9 (14%)	
	>= 500	1208 (28%)	1 (2%)	
	Total	4268 (28%)	64 (24,5%)	67
Norte	5 a 9	0	0	
	10 a 19	32 (6%)	3 (43%)	
	20 a 49	55 (11%)	2 (29%)	
	50 a 99	0	0	
	100 – 499	428 (83%)	2 (29%)	
	>= 500	0	0	
	Total	515 (3%)	7 (3%)	74
Lisboa (total)	Dimensão industrial (nº de operários/as)	Total operário/as (% de operários/as)	Total estabelecimentos (% de estab.)	Média operár./estabel.
	5 a 9	566 (4%)	76 (29%)	
	10 a 19	1073 (7%)	84 (32%)	
	20 a 49	1529 (10%)	53 (20%)	
	50 a 99	1022 (6,5%)	15 (6%)	
	100 – 499	5474 (35,5%)	28 (11%)	
	>= 500	568 (37%)	5 (2%)	
	Total	15349 (100%)	261 (100%)	59

Numa perspetiva quantitativa, o quadro 6, que resume o total de operários e operárias a trabalhar nas diferentes zonas urbanas definidas para Lisboa e em função da dimensão dos estabelecimentos fabris e oficinais - em quantidade de mão-de-obra empregue -, fornece algumas respostas. Revela, num primeiro plano, que a maior concentração de mão-de-obra se registava no centro, onde trabalhavam 35% do total de operário/as, seguindo-se a zona oriental, com 34%, a zona ocidental, que aglomerava 28% e, finalmente, a zona norte com 3% da força de trabalho fabril lisboeta.

Para analisar os espaços de trabalho operário nas suas variadas dimensões, em termos de número de trabalhadores – representados na figura 9 -, optámos por dividir os estabelecimentos de produção industrial em 6 categorias: as *oficinas pequenas*, onde trabalhavam de 5 a 9 pessoas; as *oficinas*, com 10 a 19 empregados/as; as *fábricas pequenas*, com 20 a 49 trabalhadores/as; as *fábricas de média dimensão*, com 50 a 99 postos de trabalho; as *fábricas grandes*, onde trabalhavam entre 100 e 499 operário/as; e, finalmente, os estabelecimentos de que dependia o trabalho de mais de 500 pessoas – as *fábricas muito grandes*. Sendo que a diferenciação entre os conceitos «oficina» e «fábrica» tem subjacente distintos graus de mecanização da produção, é de assinalar a incipiente utilização de máquinas a vapor nos estabelecimentos oficinais lisboetas – entre as *oficinas pequenas* existia unicamente o motor movido a vapor da caldeiraria de «Gil Lourenço», a que já se fez referência, e somente seis *oficinas* registaram a sua utilização no Inquérito Industrial de 1890.¹⁹³

A categorização dos estabelecimentos com base na quantidade de trabalhadores/as teve a intenção não só de demarcar a produção oficial de estabelecimentos com dimensão fabril, que consentiam uma organização da produção industrial e da mão-de-obra em moldes modernos, mas também de estratificar a dimensão relativa destes últimos.¹⁹⁴

Tal como analisado anteriormente (quadro 2), a zona central caracterizava-se pela maior densidade de unidades de produção (fig.2). Para além disso, a distribuição espacial

¹⁹³ O conjunto das máquinas a vapor das *oficinas pequenas* e *oficinas* perfazia 1,2% (29,5 CV) do total de energia, em cavalos-vapor, produzida pela indústria lisboeta em 1890.

¹⁹⁴ A categorização adotada baseou-se em dois escalonamentos de estabelecimentos industriais em relação ao número de trabalhadores/as: Os “*escalões do total de operários empregues*” (Justino, 1988-1889, vol.1, p.89) usados por David Justino no seu estudo da indústria nacional na segunda metade do século XIX, que teve por base o Inquérito Industrial de 1852 (Justino, 1988-1889, vol.1); A classificação da “*lista de empresas de Lisboa e arredores*” (Vasconcelos, 1998, p.211) dos inquéritos industriais de 1845, 1852, 1881 e 1890 que Rui de Almeida e Vasconcelos adotou na sua investigação relativa à “*Indústria e industriais na 2ª Metade do Século XIX*” (Vasconcelos, 1998).

dos núcleos de trabalho operário (figura 9) e a análise estatística dos dados (quadro 6), revelam que era, também, a zona da cidade que albergava um maior número de mão-de-obra industrial. Sendo o centro pontilhado por *pequenas oficinas, oficinas e pequenas fábricas* – que albergavam 36% da sua mão-de-obra dispersa nestes estabelecimentos de pequena dimensão.

Mas a realidade operária e industrial do centro era bastante mais complexa. Apesar de albergar a menor média de trabalhadores/as por estabelecimento (37), como se pode ver no quadro 6, as suas oito *fábricas grandes* eram as empregadoras de 31% do operariado e o «Arsenal da Marinha», seu único representante das fábricas com mais de 500 trabalhadores, empregava 26% do “*peçoal existente [na] «grande indústria»*”¹⁹⁵ da zona central. Daqui se depreende que a população operária cujos espaços de trabalho aí estavam sediados não produzia somente trabalho em ambiente artesanal, eram também representantes de «classes laboriosas» de cariz verdadeiramente fabril (fig.9).

Nas áreas urbanas marginais ao centro da cidade, as zonas oriental e ocidental, o carácter fabril da indústria era, no entanto, ainda mais acentuado. Apesar de aí existirem, em números absolutos, menos estabelecimentos (quadro 2 e 6) e menos operários/as (quadro 6), aglomeravam em média números muito superiores de trabalhadores por estabelecimento industrial – 120 na zona oriental e 67 na zona ocidental. A oriente a atividade industrial decorria, fundamentalmente, em *fábricas grandes e muito grandes* – onde se juntava 91% da mão-de-obra. E, na área ocidental da cidade, tinham maior peso laboral os estabelecimentos das categorias com mais de 50 postos de trabalho – *fábricas de média dimensão, grandes e muito grandes* -, albergando 82% dos/as trabalhadores/as industriais (fig.9).

Estes valores denotam que o distanciamento, para oriente e ocidente do centro, implicava uma tendência para o aumento da dimensão dos estabelecimentos industriais. De facto, dos cinco estabelecimentos industriais lisboetas que empregavam mais de 500 pessoas¹⁹⁶ um - a «Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense» - era a «grande indústria» que serviu de modelo à inovação industrial da zona ocidental da cidade, e, outros três, a

¹⁹⁵ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p. 88-89

¹⁹⁶ Ao examinarmos os estabelecimentos industriais na sua dimensão, em número de operário/as, constatamos que a fábrica maior era a Fábrica Lisbonense de Tabacos, em Santa Apolónia, com 2067, seguindo-se o Arsenal da Marinha com 1385 operários, a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense com 1208, a Fábrica de Tabacos de Xabregas com 518 e a Fábrica Samaritana de Algodão que empregava 507 pessoas.

«Fábrica Samaritana», a «Fábrica de Tabacos de Xabregas» e a «Fábrica Lisbonense de Tabacos», para além de serem, de longe, os maiores empregadores da zona oriental, representavam 20% dos postos de trabalho registados em Lisboa no Inquérito Industrial de 1890.

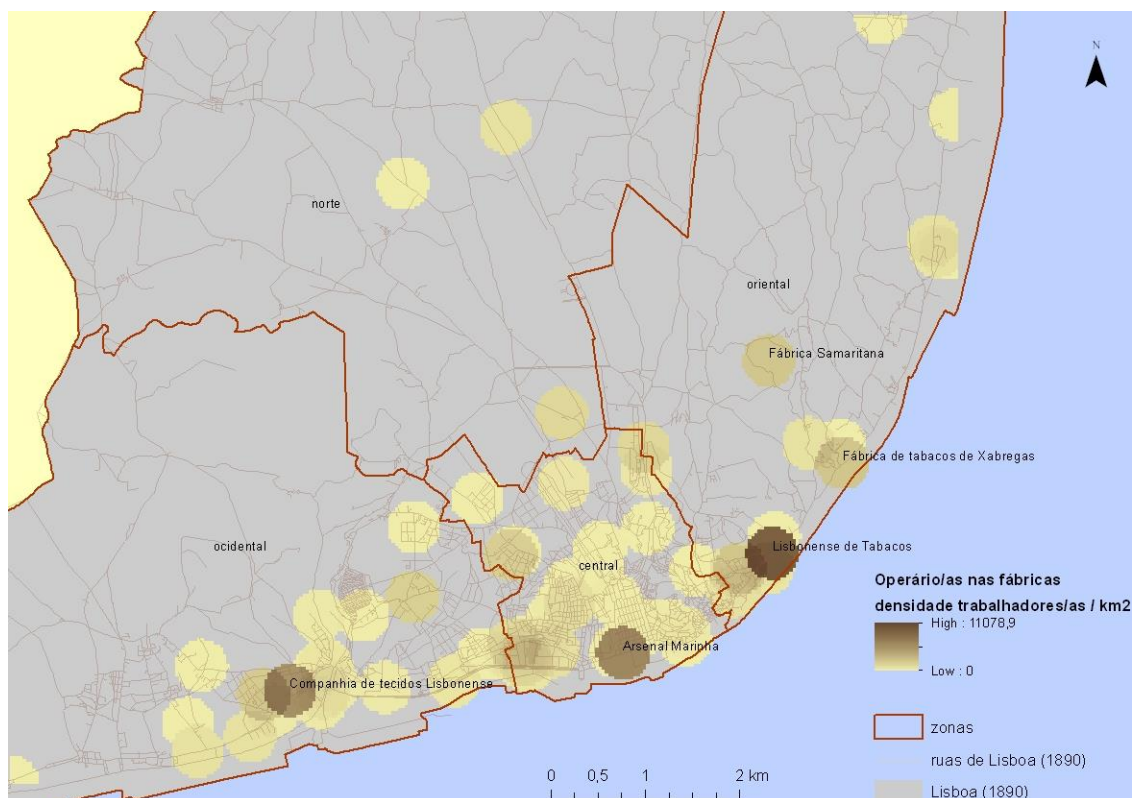


Fig. 10 – Densidade do trabalho industrial (Inquérito Industrial de 1890).

A concentração da mão-de-obra operária em determinadas fábricas e/ou em territórios específicos da cidade é bem revelada pela figura 10, onde a partir do número absoluto de operários/as de cada estabelecimento, foi representada a densidade do trabalho operário¹⁹⁷ na Lisboa de 1890. A análise da espacialização urbana dos locais de trabalho da população operária, permitida pela figura 10, indica, de facto, a preponderância das fábricas com mais de 500 postos de trabalho como polos fundamentais de agregação operária.

¹⁹⁷ Para cartografar o trabalho industrial optou-se por calcular a densidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo cada ponto valorizado conforme o número total de operários e operárias que trabalhavam em cada fábrica ou oficina referenciada no *Inquérito Industrial de 1890*. Assim, na figura 10, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam (nos seus locais de trabalho) um maior número de trabalhadores/as industriais.

Mesmo na zona central, onde o trabalho operário se caracterizava por uma maior dispersão – representada pelas manchas de densidade baixa e intermédia, na figura 10 –, existia “*uma imponente concentração operária*”¹⁹⁸, a do «Arsenal da Marinha». Os operários arsenalistas marcavam a área histórica e mais antiga da cidade não só em termos numéricos e territoriais – mancha mais forte de densidade do trabalho industrial na zona central (fig.10) - como seriam uma influência, na “*persistência da luta*”¹⁹⁹ social e laboral, sobre as restantes «classes laboriosas».²⁰⁰ Com efeito, estes mil trezentos e oitenta e cinco trabalhadores representavam mais de um quarto da mão-de-obra industrial e oficinal aqui registados pelo Inquérito Industrial (quadro 6).

Importa ainda cruzar, e sobrepor espacialmente, as características dimensionais das fábricas com os setores a que pertenciam, para se identificarem os respetivos níveis de concentração da mão-de-obra operária. Esta questão é, também, ilustrada na figura 10, pelas manchas (mais escuras) de maior densidade de mão-de-obra-operária das zonas oriental e ocidental - que correspondem às localizações, no caso da produção têxtil, da «Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense» em Alcântara e da «Fábrica Samaritana» em Xabregas e, nos *tabacos*, das fábricas da Administração Geral dos Tabacos. Isto fazia destes setores produtivos, não só os principais empregadores de mão-de-obra operária lisboeta em 1890 (quadro 3), como os principais potenciadores de grandes concentrações de trabalho operário sob o mesmo teto fabril. Foi com base nesta agregação de mão-de-obra - com o setor têxtil a concentrar 45% dos/as trabalhadores em *fábricas muito grandes* (se isolarmos a produção de tecidos de algodão este valor era de 93%²⁰¹) na zona ocidental e oriental e o setor tabaqueiro, com a totalidade do operariado na «Lisbonense de Tabacos» e na «Tabacos de Xabregas», na zona oriental - que as periferias industriais tenderam a potenciar a proletarianização da sua mão-de-obra.

No entanto, os setores que se seguiam como maiores empregadores tinham características territoriais e de dimensão bastante diferentes. A *metalurgia e mecânica* e os *trabalhos em madeira e cortiça*, sustentavam grande parte da sua produção em *oficinas pequenas* e *oficinas* - categorias a que pertenciam 67,5 % dos estabelecimentos de

¹⁹⁸ Bonifácio, 1981, p.34

¹⁹⁹ Brandão, 1984, p.293

²⁰⁰ Bonifácio, 1981

²⁰¹ As fábricas com mais de 500 operários/as pertencentes ao setor têxtil, registadas no Inquérito Industrial de 1890, eram a «Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense» em Alcântara com 1208 trabalhadores/as e a «Fábrica Samaritana» em Xabregas que empregava 507 pessoas.

trabalhos em madeira e cortiça e de 52% da produção metalúrgica²⁰² - dispersas no tecido urbano mas que tinham especial incidência sobre a zona central (quadro 3). Eram setores importantes para a indústria lisboeta não só pelo número de empresas e de mão-de-obra que sustentavam, mas também, especialmente no caso da metalurgia, pela sua importância na modernização tecnológica através do uso da energia do vapor – a *metalurgia e mecânica* era o segundo setor com mais máquinas a vapor e o terceiro em produção de cavalos-vapor, sendo que neste último item era seguido pelos *trabalhos em madeira e cortiça* (quadro 4).

Não podemos deixar de ter em consideração que o Inquérito Industrial de 1890 oferece um retrato estático da situação do trabalho fabril e oficinal. O trabalho certo numa fábrica ou oficina era um privilégio de trabalhadores especializados²⁰³, sendo que “*a grande maioria dos homens e das mulheres tinha trabalhos precários, temporários, quando tinha, e sem qualquer espécie de garantias contratuais, muito menos de auxílio social (...).*”²⁰⁴ O operariado da «grande indústria» lisboeta era uma massa heterogénea - homens, mulheres e crianças - que tanto incluía empregados fabris e oficinais como artesãos e trabalhadores indiferenciados, que conforme as estações, os ciclos de produção ou as necessidades do mercado salariavam temporariamente a sua força de trabalho.

No *Inquérito sobre as condições do trabalho manual nas fábricas de tabacos*, publicado em 1887, esta questão é referida como explicação para o facto de “*nem todos os operários se aproveitarem do número máximo de horas de trabalho oferecido pelas fábricas (...). Em relação às mulheres [é justificado], pela necessidade, que têm muitas, de tratarem da casa e dos filhos antes de irem para a oficina. Em relação a alguns homens (...) por exercerem eles outras profissões, e terem a indústria da manipulação do tabaco como auxiliar ou subsidiária de outros misteres.*”²⁰⁵ É de salientar, que muitos estabelecimentos industriais laboravam “*conforme as necessidades do consumo, porque as fábricas, por via da regra, trabalham à proporção que chegam os pedidos*”, assim à

²⁰² O setor de *trabalhos em madeira e cortiça*, que contava com um total de 37 estabelecimentos, tinha 12 *oficinas* (onde trabalhavam entre 5 e 9 pessoas) e 13 *oficinas pequenas* (de 10 a 19 trabalhadores/as). Na *metalurgia*, a que se dedicavam 44 centros de produção, existiam 9 *oficinas pequenas* e 14 *oficinas*.

²⁰³ Mónica, 1986; Pereira, 2001; Rosas, 2010

²⁰⁴ Rosas, 2010, p.33

²⁰⁵ *Inquérito sobre as condições do trabalho manual nas fábricas de tabacos (...)*, 1887, p.11-12

jornada média, de trabalho fabril em Lisboa, de 11 horas²⁰⁶ os patrões aumentavam, em “período[s] variáve[is], serões de duas a três horas”.²⁰⁷

2.2.1.1 Trabalhos de mulheres num «mundo de homens» - labor operário feminino

*“A mulher operária [era] claramente o elemento mais fraco do mundo do trabalho.”*²⁰⁸ Elas *“levantavam-se de madrugada, antes do nascer do Sol: às 7 horas tinham de estar na fábrica. (...) Tinha de se despachar se não queriam que o capataz lhes descontasse os minutos de atraso no salário. Durante 12 horas dedicavam-se a uma tarefa monótona e fatigante. Se se enganavam o erro era-lhes descontado. Se se distraíam, podiam perder os dedos ou a mão (...). Em todas as estações havia o flagelo da poeira do algodão, que se entranhava no nariz, na boca, no cabelo. No Inverno, o ambiente era gélido; no Verão, um forno. Tinha de suportar a insolência dos mestres e dos colegas masculinos. Ninguém as respeitava.”*²⁰⁹

Esta descrição das agruras do trabalho fabril do operariado feminino está, também, bem patente nas expressões cabisbaixas e submissas com que as operárias de uma escura oficina de latoaria se deixam fotografar, conjuntamente com representantes de outro grupo dos «mais fracos» trabalhadores da indústria lisboeta – as crianças – e sob o onipresente olhar do «capataz», na fotografia 1.

²⁰⁶ O cálculo da média do número de horas/dia que os operários de cada estabelecimento industrial trabalhavam foi feito a partir dos valores incluídos no quadro 1 – “Capital fixo e circulante, duração do trabalho...”, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p. 16-38

²⁰⁷ *Inquérito sobre as condições do trabalho manual nas fábricas de tabacos (...)*, 1887, p.11

²⁰⁸ Samara, 2007, p.90

²⁰⁹ Mónica, 1986, pg.194



Fotografia 1– Oficina de latoaria (construção de cápsulas para garrafas) em Lisboa, início do séc. XX (autor: Alberto Carlos Lima; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/002913)

O trabalho fabril feminino advinha da necessidade de medrar, mesmo que com pouco, o orçamento familiar. Mesmo assim, aquele era mal aceite pela sociedade e a contestação à entrada das mulheres na indústria acontecia nas próprias fábricas, onde elas eram vistas como um recurso dos patrões “no intuito de baratearem a mão de obra”.²¹⁰ Também na imprensa operária as mulheres que procuravam “um meio de vida nas indústrias e artes” eram acusadas de “fazendo (...) concorrência aos homens”, serem a causa do abaixamento das jornas pagas. Assinale-se ainda a ideia da desmoralização dos costumes femininos associada à entrada das mulheres no mercado de trabalho industrial e oficial urbano e ao seu afastamento da “sua missão sublime”, a maternidade – “Quantas mulheres perdidas não seriam ainda boas esposas, se não tivessem entrado nas fábricas?”²¹¹ Entre pressões sociais, familiares, laborais e mesmo patronais nada encorajava as operárias a permanecerem na fábrica depois de casarem e/ou terem filhos.²¹² A moral vigente determinava que as mães/casadas se dedicassem somente ao

²¹⁰ *Inquérito sobre as condições do trabalho manual nas fábricas de tabacos (...)*, 1887, p.10

²¹¹ José Luiz Simões, *O Eco Metalúrgico*, nº79, ano II, 04/07/1897, p.3

²¹² Cabral, 1977, p.438

trabalho doméstico, perpetuando a estrutura familiar tradicional e procurando manter o trabalho mesmo que oficial e/ou manufatureiro no universo marginal do trabalho no domicílio.

Quadro 7 – Comparação entre mão-de-obra feminina e masculina em função da zona urbana (Inquérito Industrial de 1890)			
Zona	Operárias (F)	Operários (M)	Total operários/as (F/M)
Central	314 (6%)	5085 (94%)	5399
Oriental	2530 (49%)	2637 (51%)	5167
Ocidental	1279 (30%)	2689 (70%)	4268
Norte	0 (0%)	515 (100%)	515
Lisboa (total)	4123 (27%)	11226 (73%)	15349

O retrato do operariado feminino lisboeta, que o Inquérito Industrial nos fornece conta outra história. Sendo, em números, a seguinte: 19,5% dos estabelecimentos fabris empregavam mão-de-obra feminina e 27% do total de trabalhadores/as industriais eram mulheres (quadro 7).

Comparando os números absolutos da mão-de-obra feminina e masculina de Lisboa nesta época deteta-se uma grande discrepância na sua distribuição pelas diferentes zonas urbanas. O quadro 7 revela mesmo que na zona central somente 6% do trabalho fabril e oficial era feito por mulheres, enquanto que nas zonas ocidental e oriental, elas representavam 30% e 49%, respetivamente, dos/as trabalhadores/as destas áreas de “*vocação industrial*.”²¹³ Pelos efetivos do operariado feminino que se concentravam nos novos polos industriais da época – Xabregas e Alcântara –, torna-se claro que foi aqui que se processou a afirmação, em larga escala, das mulheres no mundo laboral da indústria lisboeta. A zona oriental, pela quase paridade de género no universo dos/as trabalhadores/as fabris, podia mesmo ser descrita como «o reino do trabalho operário feminino». Assim, o trabalho industrial desenvolvido por mulheres tinha a sua dispersão pela cidade de Lisboa fortemente marcada pela inserção urbana dos diferentes setores de produção (fig.6). De facto, 46% do total da mão-de-obra feminina estava nos *tabacos*,

²¹³ Folgado, Custódio, 1999, p.9

42% no setor têxtil, 4,5% no alimentar²¹⁴ e o restante dividia-se entre tipografias, cestarias, pregarias, oficinas de loiça, calçado e metalurgia.

Quadro 8 - Resumo da informação relativa ao operariado feminino em função dimensão dos estabelecimentos industriais (Inquérito Industrial de 1890)		
Dimensão industrial (em nº de operários/as)	Operárias (% de operárias)	Estabelecimentos com operárias
5 a 9	23 (0,5%)	5
10 a 19	85 (2%)	16
20 a 49	102 (2,5%)	10
50 a 99	174 (4%)	6
100 – 499	801 (19%)	10
>= 500	2938 (71%)	4
Total	4123 (100%)	51

Esta relação entre o trabalho feminino e, essencialmente, as indústrias tabaqueira e têxtil justifica, por outro lado, que a larga maioria das mulheres operárias estivesse empregue em estabelecimentos com mais de 500 trabalhadores/as. E que, como se constata no estudo do universo do trabalho industrial feminino quanto à dimensão dos estabelecimentos industriais - resumido no quadro 8 -, somente, uma minoria trabalhasse em *pequenas oficinas, oficinas, fábricas pequenas* ou em *fábricas de média dimensão*.

O ambiente no interior de uma destas *fábricas muito grandes*, em Xabregas, onde a mão-de-obra era fundamentalmente feminina, foi descrito por Abel Botelho no romance *Amanhã* - “*Em todo o vasto recinto, além do encarregado, só mais dois homens [trabalhavam] (...). Nesta oficina [de fiação] acumula-se uma grande diversidade de maquinas, [n]uma complexidade interessante de géneros de trabalho (...). Uma mulher só vigia cada maquina, que move quinhentos carretes. (...) [N]aquele desaurido e galopante engrenar de rodas, alavancas, bobinas, pratos e correias, pelo meio do qual*

²¹⁴ Segundo o *Inquérito Industrial de 1890*, eram 51 os estabelecimentos industriais que empregavam mulheres. Foram registadas um total de 4123 operárias, sendo que 1894 trabalhavam em fábricas de tabacos, 1741 nos têxteis e 184 em atividades relacionadas com a alimentações e bebidas.

centenas de pequeninas mulheres andam perdidas, derreadas e atentas, moirejando, tressuando, desfeito o tórax em opressivas dispneias de cansaço e olhos febris (...).”²¹⁵

Podemos, então, afirmar que as operárias faziam, intimamente, parte do “operariado sem qualificação, indiferenciado [com] relações instáveis com o ofício e a empresa”²¹⁶, que dependia dos setores da “moderna indústria [que] não se situava no [centro do] miolo urbano.”²¹⁷

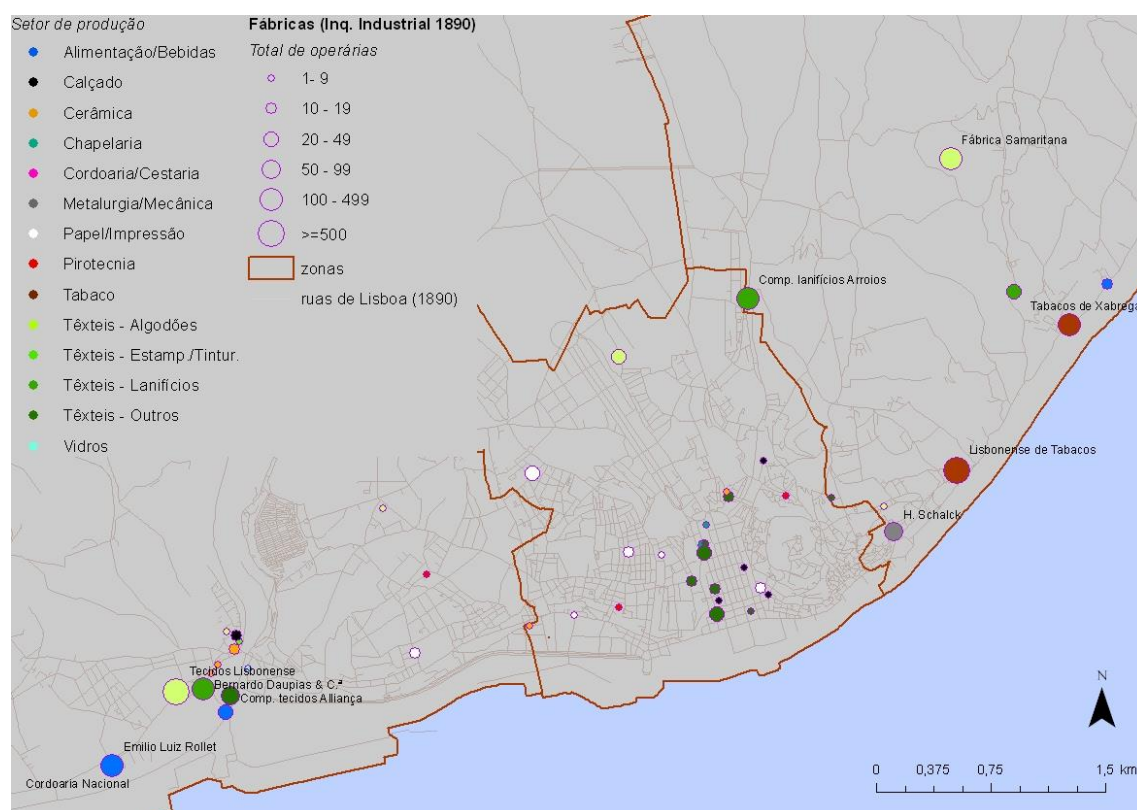


Fig.11 - Dispersão do trabalho feminino. Total de mulheres operárias em cada estabelecimento industrial (Inquérito Industrial de 1890).

A territorialização dos locais de trabalho fabril e oficial das mulheres, representada na figura 11, acompanha as tendências observadas anteriormente para a generalidade do operariado lisboeta. Nomeadamente, como acima descrito, quanto à dimensão fabril, em número de trabalhadores/as (fig.9 e 10) e à implantação dos setores de produção (fig.6). Ou seja, uma propensão para localização no centro das fábricas e

²¹⁵ Botelho, 1901, p.258

²¹⁶ Cabral, 1977, p.422

²¹⁷ Custódio, 1994, p.450

oficinas que com menor dimensão e com maior diversidade setorial, enquanto que nas áreas urbanas periféricas se localizavam os estabelecimentos agregadores de mais mão-de-obra e mais homogéneos em termos produtivos.

De facto, a análise espacial dos sítios da laboração das operárias lisboetas em 1890 (fig.11) confirma que esta mão-de-obra se concentrava, em grande medida, nos estabelecimentos industriais com mais trabalhadores/as. Isto é, se às cinco *fábricas muito grandes* for retirado o «Arsenal» - onde não trabalhava nenhuma mulher - estamos perante as empresas empregadoras de 71% das mulheres operárias registadas no Inquérito Industrial de 1890 (quadro 8).²¹⁸

As restantes operárias dispersavam-se em produções que, antes da introdução da maquinofatura moderna, eram tradicionalmente desempenhadas por mulheres, como as cestarias, fábricas de conservas e oficinas de cerâmica e loiças. Mas também, em trabalhos ligados à *metalurgia* – como as sessenta e oito operárias da pregaria «H. Shalck, sucessores», as trinta e três mulheres empregadas na fundição de tipos litográficos na «Imprensa Nacional» ou as treze operárias impressoras da litografia «Castro & C^a.» da travessa das Pedras Negras.

Aquelas que ficaram como símbolos do trabalho feminino nas oficinas de final de Oitocentos foram as pertencentes ao setor têxtil – as costureiras. Que, tal como as que surgem na fotografia 2, trabalhavam em espaços exíguos, com pouca luz e cujo labor constante frente à máquina de costura era vigiado por uma figura masculina. No panorama lisboeta, este grupo laboral adquiriu um peso simbólico e imagético da mulher trabalhadora no centro da cidade. Raúl Brandão, no conjunto de reportagens intituladas *Miséria em Lisboa*,²¹⁹ entrevista-as “no Chiado, ao fim da tarde, quando as costureiras, terminando o trabalho, saem das lojas para regressar a casa.”²²⁰ Relatando que “a mulher, a costureira sobretudo, vive em Lisboa numa miséria, trabalhando em “ateliers” onde o ar é péssimo”²²¹ entre as sete e meia da manhã e as oito da noite.

Os dados do Inquérito Industrial de 1890 confirmam que a moda burguesa do Chiado e da Baixa era, em grande medida, cosida por estas mulheres, permitindo

²¹⁸ Eram estas as fábricas «Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense», «Fábrica Samaritana» de algodão, «Fábrica de Tabacos de Xabregas» e «Fábrica Lisbonense de Tabacos».

²¹⁹ A série «Miséria de Lisboa» foi publicada no jornal *O Dia* entre agosto e outubro de 1902. Sendo que alguns excertos estão também publicados no seu livro *Os Operários* (Brandão, 1984).

²²⁰ Brandão, 1984, p. 155

²²¹ Brandão, 1984, p. 154

reconhecer as operárias que trabalhavam na zona central da cidade (fig.11), essencialmente, como costureiras, em fábricas de confeções e oficinas de chapéus. Identifica, por exemplo, 36 costureiras na rua de São Julião, na alfaiataria «José da Fonseca & Filhos», outras 64 em estabelecimentos da rua do Ouro – na luvaria «D. Rocha & C^a» (48) e na oficina de «confeção de *roupa branca* de Arthur Frenckel» (16). A luvaria «Adolpho Malbouisson», da rua Garret, empregava 10 costureiras e o Rossio era a morada de trabalho de outras 18 – na «Chapelaria Júlio César dos Santos & C^a» e na fábrica de gravatas «Lisboa Elegante».



Fotografia 2 – Fábrica de chapéus em Lisboa, início do séc. XX (autor: Alberto Carlos Lima; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/LIM/002919)

Perante este retrato global, pode-se afirmar que trabalho fabril e oficial feminino, na Lisboa de 1890, estava intimamente ligado ao setor dos *tabacos* e dos *têxteis* nas suas diversas extensões e particularidades. Por outro lado, analisando a espacialidade da implantação urbana destes estabelecimentos (fig.11) observam-se tendências reconhecidas anteriormente para a globalidade dos setores produtivos (fig.10). Ou seja, as fábricas com mais de cem operárias localizavam-se afastadas do centro tradicional da

cidade e as mais pequenas concentravam-se fundamentalmente no amago do centro urbano.

Numa outra perspetiva, a localização do trabalho operário no feminino refletia, de alguma maneira, os dois tipos de espaços industriais desta cidade em final de Oitocentos: as *fábricas grandes e muito grandes* – empregando muitas operárias - que dependiam das condições naturais para a sua produção e escoamento de produto nas periferias e as *oficinas pequenas, oficinas e fábricas pequenas* de ultimação no centro, convivendo com as lojas de modas e os cafés.

2.2.2. Trabalhadores/as menores – distribuição da mão-de-obra infantil

“*Nas ruas calmas e sombrias, d'um pronunciado ar industrial, quase desertas, começavam a formigar pela penumbra dos passeios, jorrando turbulentos dos boqueirões das fabricas, os grupos anémicos das crianças.*”²²² Operários e operárias «de palmo e meio» cujo trabalho na indústria lisboeta, mais proveitoso para patrões por receberem menos e se adaptarem melhor às regras rígidas da fábrica, foi crescendo ao longo do século XIX.²²³

O trabalho infantil não foi uma invenção da industrialização. Mas ao longo deste processo a sua exploração laboral adquiriu dimensão e visibilidade na imprensa geral e operária, pela quantidade de crianças envolvidas e pela crueldade com que eram tratadas “*nas novas masmorras da moderna inquisição – as oficinas.*”²²⁴ Desempenhando ocupações a tempo inteiro, lado a lado com os/as colegas adultos/as, submetiam-se mais docilmente à disciplina imposta pela mecanização e ao treino das novas «virtudes» que ditavam a vida operária na fábrica – obediência, assiduidade e pontualidade.

²²² Botelho, 1901, p.331

²²³ Custódio, 1994, p.483

²²⁴ *O Tecido*, nº30, ano 1º, 14/06/1896, p.1

Quadro 9 - Resumo da informação relativa ao trabalho infantil (Inquérito Industrial de 1890)				
	< 12 anos	12 – 16 anos	< 16 anos (total)	% no total da indústria lisboeta
Estabelecimentos				
Estab. c/ menores	33	156	161 ²²⁵	62% ²²⁶
Estab. c/ menores (rapazes)	31	137	152	58%
Estab. c/ menores (raparigas)	4	19	20	8%
Trabalhadores/as menores				
Total	243	1626	1869	12%
Rapazes	195	1218	1413	12,5% ²²⁷
Raparigas	48	408	456	11% ²²⁸

O Inquérito Industrial de 1890 ao registar o trabalho infantil, subdividiu-o em duas categorias – menores de 12 anos e entre os 12 e os 16 anos. A distribuição etária dos rapazes e raparigas que trabalhavam em fábricas e oficinas em 1890 revela o uso sistemático e alargado, em termos sectoriais, da mão-de-obra infantil. De facto, esta fonte revela que 62% dos estabelecimentos fabris de Lisboa assumiam empregar menores de 16 anos e 13% diziam dar trabalho a menores de 12 anos. Os rapazes e raparigas menores de 16 anos representavam, segundo o declarado pelos patrões, 12% da mão-de-obra fabril lisboeta.

Se atendermos à divisão destes trabalhadores/as por sexos, os rapazes correspondiam a 12,5% dos operários do género masculino e as raparigas 11% do operariado feminino (quadro 9). A proximidade entre estes valores revela que o emprego de menores nas fábricas e oficinas tinha um peso muito similar nos respectivos universos de contratação. Ou seja, proporcionalmente e em termos da divisão do trabalho por género, a realidade do trabalho infantil seria como que simétrica à registada no operariado adulto. Daqui resultava uma vulgarização do emprego de crianças nas fábricas e oficinas

²²⁵ O número total de estabelecimentos fabris que empregavam mão-de-obra infantil é menor que os valores parciais dos que davam trabalho a rapazes e raparigas porque, em alguns trabalhavam menores de idade de ambos os géneros.

²²⁶ A percentagem total de estabelecimentos fabris que empregavam mão-de-obra infantil é menor que a soma das percentagens parciais das fábricas que davam trabalho a rapazes e a raparigas porque, em algumas trabalhavam menores de idade de ambos os géneros.

²²⁷ Percentagem de trabalho infantil (rapazes) no total do operariado masculino.

²²⁸ Percentagem de trabalho infantil (raparigas) no total do operariado feminino.

de Lisboa que a análise espacial, refletida na figura 12, sublinha ter tido uma dispersão generalizada em todo o território da cidade.

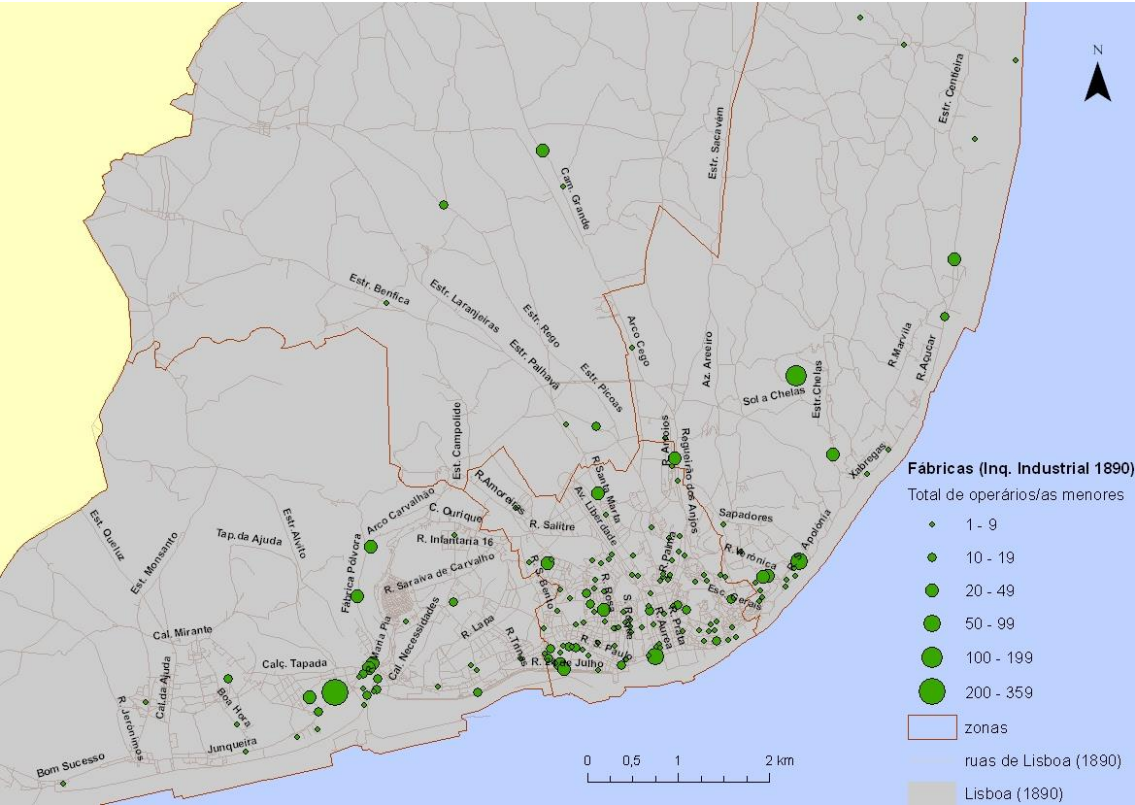


Fig.12 - Dispersão do trabalho infantil. Total de menores de 16 anos (rapazes e raparigas) em cada estabelecimento industrial (Inquérito Industrial de 1890).

Quadro 10 - Resumo da informação relativa ao trabalho infantil por zonas urbanas (Inquérito Industrial de 1890)		
Zona	Operários/as menores (% em relação ao total da zona)	Estabelecimentos c/ menores (% em relação ao total da zona)
Central	635 (12%)	98 (67%)
Oriental	472 (9%)	26 (60,5%)
Ocidental	678 (16%)	31 (48%)
Norte	84 (16%)	6 (86%)
Lisboa (total)	1869 (12%)	161 (62%)

Ainda assim, analisando a disseminação de operários/as menores de 16 anos pelas zonas urbanas (quadro 10), verifica-se que a variação percentual destes em relação à

distribuição global da mão-de-obra apresentava algumas discrepâncias. Ou seja, o peso do trabalho infantil no computo global da mão-de-obra fabril e oficinal registado em Lisboa em 1890 apresentava variações territoriais que se relacionavam com as características industriais de cada zona, nomeadamente, com a quantidade e dimensão dos estabelecimentos industriais que recorriam à mão-de-obra infantil (quadro 10).

Era nas fábricas e oficinas do centro da cidade que o recurso a trabalhadores/as menores era mais vulgar, onde 98 (67%) empregavam 12% de operariado infantil desta zona. Na área oriental, apesar 60,5% dos estabelecimentos contarem com menores entre os/as seus/suas trabalhadores/as, o operariado infantil representava a menor percentagem (9%), devido fundamentalmente à baixa presença de menores nas fábricas dos *tabacos* (quadro 13). A zona ocidental era a área onde trabalhavam mais menores (444 rapazes e 234 raparigas) embora fosse aquela com menor percentagem de estabelecimentos que recorria a este operariado (48%). Esta particularidade justificava-se pela grande quantidade de operariado infantil nas fábricas têxteis e metalúrgicas implantadas nesta zona. A zona Norte, com representatividade industrial praticamente nula, tinha a particularidade de seis dos sete estabelecimentos fabris que aí se instalavam, contarem com rapazes como trabalhadores. Prática que talvez fosse facilitada pelo vulgar recurso à força braçal infantil na produção agrícola, neste espaço de cariz iminentemente rural, que assim se prolongava para o domínio industrial.

Quadro 11 - Resumo da informação relativa ao trabalho infantil em função dimensão dos estabelecimentos industriais (Inquérito Industrial de 1890)		
Dimensão industrial (nº de operários/as total)	Operários/as menores (% no total de operários/as)	Estabelecimentos com menores (% no total de estab.)
5 a 9 Oficina pequena	57 (10%)	29 (38%)
10 a 19 Oficina	198 (18,5%)	51 (61%)
20 a 49 Fábrica pequena	207 (13,5%)	37 (70%)
50 a 99 Fábrica média dimensão	151 (15%)	13 (87%)
100 – 499 Fábrica grande	568 (10%)	26 (92%)
>= 500 Fábrica muito grande	688 (12%)	5 (100%)
Total	1869	161

Relacionando a disseminação de menores com a dimensão dos estabelecimentos fabris, em número de operários/as, o quadro 11 mostra que quanto maiores os estabelecimentos maior era a tendência para integrarem trabalhadores/as menores de 16 anos. No entanto, as ilações mais significativas que estes dados nos revelam resulta da maior percentagem de menores nas *oficinas* e nas *fábricas pequenas* e de *média dimensão* e a pouca variação percentual dos valores da mão-de-obra infantil nos estabelecimentos fabris das categorias inferior e superiores – entre os 10% de menores nas *oficinas pequenas* e nas *fábricas grandes* versus os 12% de crianças a trabalhar nas *fábricas muito grandes*. Ou seja, o número de trabalhadores/as parece ter resultado da disposição para proporcionalmente recorrer mais a crianças como mão-de-obra nas categorias intermédias de dimensão fabril.

Quadro 12 – Maiores empregadores de operários/as menores (Inquérito Industrial de 1890)				
Estabelecimento	Total operários/as menores	Rapazes	Raparigas	Total operários/as
Comp.Fiação e Tecidos Lisbonense	359	140	219	1208
Fábrica Samaritana de Algodão	176	87	89	507
Arsenal da Marinha	96	96	0	1385
Fábrica Lisbonense de Tabacos	55	10	45	2067

As *fábricas muito grandes* (quadro 12), expoentes da maquinofatura e modernização fabril, eram, em números absolutos, as maiores empregadoras de menores (quadro 11). A «Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense» destaca-se, a este nível, uma vez que perto de 30% da sua mão-de-obra tinha menos de 16 anos (quadro 12), empregando mesmo 28 meninas e 17 meninos com menos de 12 anos.²²⁹

Quadro 13 - Resumo da informação relativa trabalho infantil / setores produtivos (Inquérito Industrial de 1890)			
Setores	Nº estab. c/ trab. Menores	Total operários/as menores	% operários/as menores
Alimentação/Bebidas	10	42	4%
Calçado	5	23	12,5%
Cerâmica	9	56	14%
Chapelaria	4	7	8%
Cordoaria/Cestaria	4	24	9%
Curtumes	1	1	1%
Metalurgia/Mecânica	38	315	14,5%
Papel/Impressão	20	111	12%
Pirotecnia	2	48	12%
Prod. químicos / Compostos	2	14	3,5%

²²⁹ 4% do/as operário/as desta fábrica tinham menos de 12 anos.

Saboaria	1	1	3%
Tabaco	2	57	2%
Têxteis – algodão	3	555	30%
Têxteis – estamp./tinturar.	5	121	21%
Têxteis – lã	4	119	12%
Têxteis – outros	8	55	15%
Trab. em madeira/cortiça	28	208	9%
Trab. em pedra	7	31	15,5%
Vidros	1	17	31%
Diversos	7	42	13,5%

Analisando os valores absolutos da mão-de-obra infantil por setor de produção industrial (quadro 13), o seu peso tomava maior relevância nos *têxteis*, especificamente nos algodões e estamparias/tinturarias, nos estabelecimentos de *metalurgia e mecânica* e nos *trabalhos em madeira*. O setor têxtil empregava a generalidade das raparigas operárias e nas fábricas metalúrgicas, no «Arsenal da Marinha» e serralharias, marcenarias e carpintarias trabalhavam a maioria dos rapazes. Todavia existiam outros setores em que a percentagem do trabalho infantil também assumia valores importantes (quadro 13), especialmente devido à laboração desenvolvida por rapazes, como nos *vidros*, nos *trabalhos em pedra*, na produção *cerâmica*, nas oficinas de *calçado*, nas tipografias ou na «Fábrica dos Phosphoros» e na «Fábrica das Armas» (*pirotecnia*).

Estas tendências preponderantes na divisão sectorial do trabalho infantil e dos maiores empregadores, quando relacionadas com a distribuição na paisagem urbana (fig.6) permitem entender melhor a dispersão do operariado infantil nas diferentes zonas da cidade – resumida no quadro 10. Ou seja, a localização tendencial da indústria têxtil na zona ocidental, e do «Arsenal da Marinha» e da metalúrgica «Companhia Previdente» - onde trabalhavam quarenta e quatro rapazes, trinta e nove deles menores de 12 anos - na zona central, permitem perceber os valores absolutos da mão-de-obra infantil, que os dados do Inquérito Industrial de 1890 colocavam nessas áreas. Apesar das cento e setenta e seis crianças que trabalhavam na «Fábrica Samaritana» de algodão, em Xabregas, a zona oriental registava a quantidade e percentagem mais baixas de crianças-operárias. Isto dever-se-ia, em grande medida, a esta ser uma população operária grandemente constituída por tabaqueiros/as (quadro 3), setor que recorria pouco a trabalhadores/as menores.²³⁰

²³⁰ A «Fábrica de Tabacos de Xabregas» declarou ao Inquérito Industrial de 1890 ter 0,4% de operários menores de 16 anos (2 rapazes) e a «Fábrica Lisbonense dos Tabacos» 2,7% (10 rapazes e 45 raparigas).

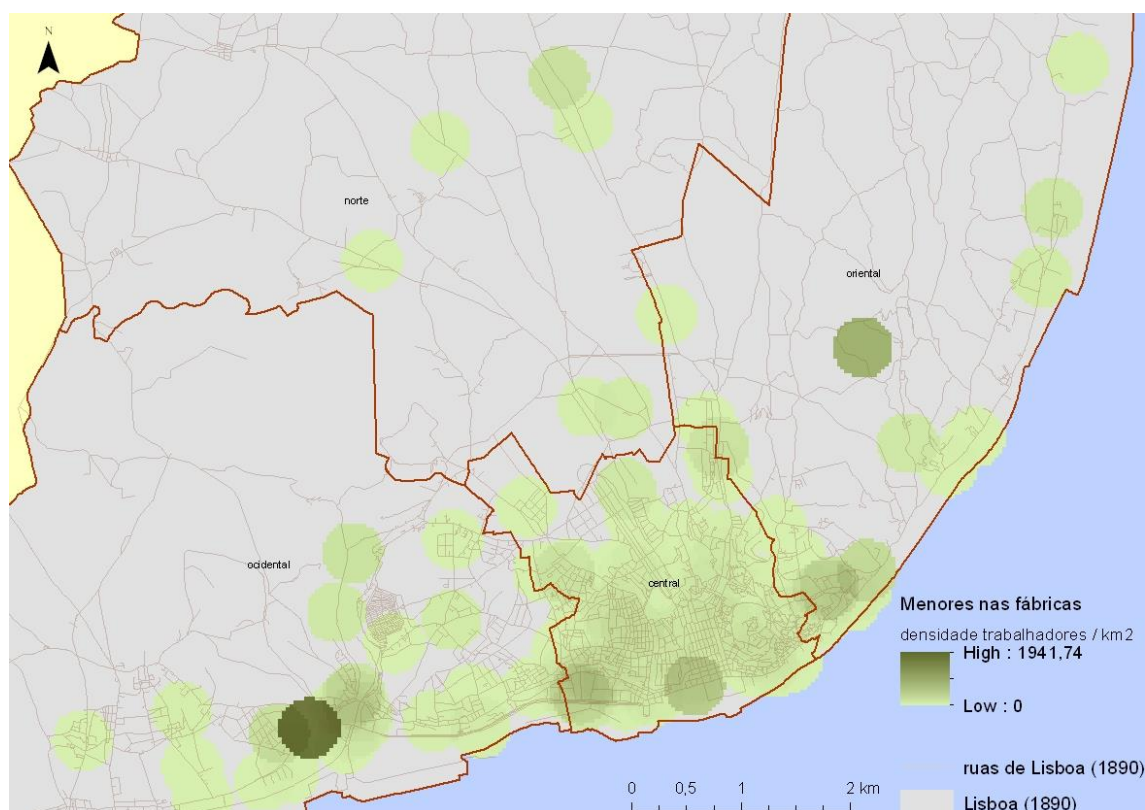


Fig. 13 - Densidade do trabalho infantil operário. Percentagem de operário/as com menos de 16 anos por km².

No entanto, a representação da densidade do trabalho infantil²³¹ permite ir além dos números e identificar, não só, padrões próprios de cada das zonas urbanas como reconhecer focos específicos de concentração dos espaços laborais dos/as menores de 16 anos. A figura 13, permite identificar a dispersão do trabalho industrial infantil na zona central da cidade. Aqui, os rapazes e raparigas que integravam o operariado urbano constituíam um grupo disperso por uma rede de estabelecimentos, com características de dimensão e setoriais diversificadas, onde se destacavam ligeiramente o «Arsenal da Marinha» e a «Companhia Previdente». Já na zona ocidental, onde a quantidade de operários/as menores não era muito diferente, identifica-se um padrão de mão-de-obra infantil essencialmente concentrada na, já muito referida, «Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense». Na zona oriental, embora o trabalho infantil fosse menos frequente,

²³¹ Para cartografar o trabalho infantil industrial optou-se por calcular a densidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo cada ponto valorizado conforme o número total de operários e operárias menores de 16 anos que trabalhavam em cada fábrica ou oficina, como referenciado no *Inquérito Industrial de 1890*. Assim, na figura 13, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam (nos seus locais de trabalho) um maior número de trabalhadores/as menores.

observa-se uma maior concentração na «Fábrica Samaritana» da Companhia de Algodão de Xabregas

O trabalho dos e das menores reproduzia as características do trabalho operário - “o número de horas de trabalho para estes menores é, em média, o mesmo dos adultos (...). Os trabalhos distribuídos aos menores não excedem geralmente as suas forças normais.”²³² Os locais, os horários e as condições de trabalho dos menores não diferiam significativamente das dos adultos.

Comparando as fábricas e oficinas empregadoras de menores referidas no Inquérito Industrial de 1890 com a tabela dos tipos de “estabelecimentos industriais em que é proibido o trabalho de menores” de 16 anos, publicada como anexo do decreto-lei de 14 de abril de 1891,²³³ encontram-se inúmeros setores industriais coincidentes. Esta tabela indicava tipos de produção em que, pela perigosidade dos materiais e processos de fabrico empregues ou pelo esforço e força física que lhes estavam subjacentes, não seria apropriado o trabalho infantil. No entanto, vários estabelecimentos fabris que, se atendermos à *letra da lei*, integrariam este grupo, tinham menores como operário/as. Disso eram exemplo o «Matadouro Municipal» – onde trabalhavam 15 rapazes –, a «Fábrica de Armas do Estado» – com 42 operários menores –, a fábrica de curtumes do «Bom Sucesso», a fábrica de produtos químicos «Tinoca Ltd.» ou a «Fábrica de phosphoros Joaquim Martins» – onde perto de 30 % dos trabalhadores/as tinham menos de 16 anos. É de sublinhar que alguns destes estabelecimentos fabris estavam mesmo sob alçada do Estado ou da Câmara Municipal de Lisboa em 1890.

A desregulação e abuso em relação ao trabalho infantil que se vivia na última década do século XIX está espelhada no preâmbulo do primeiro decreto, de 10 de fevereiro de 1890, que, em Portugal, o regulamentou. Aí se assume que “a cobiça natural das empresas deseja nos seus trabalhos o menor, porque ele é instrumento dócil e barato; e, tanto mais barato quanto mais produzir.”²³⁴ Tornando-se “o decretamento de medidas essenciais para regularizar o trabalho (...) dos menores, em fábricas, oficinas – estabelecimentos industriais de qualquer espécie, ou sob qualquer direção - (...) urgente (...) pois a sociedade tem obrigação de proteger os fracos, mas (...) [também é]

²³² Depoimento de Manuel Joaquim de Oliveira, representante da classe dos sapateiros de Lisboa, à comissão responsável pelo Inquérito Industrial de 1890 (*Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p.313).

²³³ Publicado no Diário de Governo de 16 de março de 1893, pp. 155-156

²³⁴ *Regulamentação do trabalho dos menores...*, 1891, p.6

patriótico, político, visto que se trata de preparar a sanidade, a força do futuro, em cuidados concedidos ao presente.”²³⁵

Os efeitos práticos desta legislação terão sido reduzidos ou mesmo nulos, não só por falta de fiscalização, embora prevista, do seu cumprimento, mas, também, por manifesta falta de vontade em cumpri-la, por parte dos empregadores. Esse incumprimento ecoava nas páginas da imprensa operária - *“Publicam-se leis protetoras, (...) e os protegidos, porém, por essas mesmas leis, continuam a ser espancados.*”²³⁶ Nesses jornais relatavam-se casos e apontava-se o dedo às instâncias estatais por falta de fiscalização - *“A morte da infeliz criança que apenas contava 13 anos foi um verdadeiro assassinato. Assassinato pelo Estado não ter até hoje feito cumprir a lei publicada (...). Decretaram leis de proteção? Obrigai-os a exercer nas fábricas a fiscalização precisa para se evitar desastres como aquele de que nos ocupamos.*”²³⁷

2.2.3. Jornas diárias – retribuição da força do trabalho

“Cara como está a alimentação, caros os alugueres das habitações, tais salários não bastam e, portanto, a consequência é, tendo-se de sujeitar às receitas [recebidas pelo trabalho], padecer a alimentação na quantidade e na qualidade, e padecer a higiene e a comodidade na espécie de habitação. (...) É preciso falar-se em cólera para se descobrir como vivem os desgraçados trabalhadores.”²³⁸

Estas são as palavras com que a Associação Industrial dos Lojistas do Calçado de Lisboa respondeu à pergunta *“Salários dos homens, mulheres e menores? Sua comparação com as necessidades da vida?”* colocada pela comissão distrital de Lisboa do Inquérito Industrial de 1890. Nesta declaração, que tem de ser contextualizada num pedido de diminuição dos impostos sobre o consumo, são os próprios empregadores a assumir que os salários eram muito baixos. Defendendo, no entanto, a perspetiva dos industriais/comerciantes como primeiro elo de uma cadeia de interesses - *“se o operário carece de ganhar mais, porque as necessidades da vida são cada vez mais onerosas, pela mesma razão os consumidores cada vez carecem de comprar mais barato, se estes*

²³⁵ *Regulamentação do trabalho dos menores...*, 1891, p.5

²³⁶ *O Tecido*, nº30, ano 1º, 14/06/1896, p.1

²³⁷ *O Tecido*, nº38, ano 1º, 04/10/1896, p.1

²³⁸ “Situação da indústria da sapataria (...) pelos corpos gerentes da Associação industrial dos lojistas de calçado” in *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p.765

*obrigam os comerciantes a reduzir os seus lucros, (...) também [nós] não [estamos] isentos de sofrer o gravame dos encargos gerais”.*²³⁹

É sabido que o crescimento económico português, nomeadamente da produção industrial²⁴⁰, desde meados do século XIX resultou, em grande medida, “do aumento da força de trabalho (...) a baixo preço.”²⁴¹ No entanto, o operariado não tinha um salário fixo. As jornas eram indexadas ao dia de trabalho, variáveis conforme o horário – inconstante, já que muitos estabelecimentos “trabalham à proporção que chegam os pedidos” –, a quantidade produzida – que “varia[va]m de tal modo (...) que não é possível estabelecer uma média de produção para servir de base a cálculos seguros”²⁴² - e a qualidade do trabalho. Este foi certamente um dos mecanismos do “desenvolvimento do capitalismo [que] exigiu dos artesãos (...) a sua transformação, a fim de constituírem o tipo de mão-de-obra adequado à fábrica, isto é, indivíduos submissos, diligentes e aptos a responder aos estímulos monetários (...). Ao entrarem na fábrica (...) eram forçados a adotar novos comportamentos baseados na pontualidade, regularidade e docilidade.”²⁴³ O “Regulamento do Horário e Disciplina (...) na Fábrica Fénix”²⁴⁴ revela que o não cumprimento destas normas era punido com cortes na jorna paga, estando expresso no seu artigo primeiro que “todos os operários vencerão o jornal que lhes for estipulado pelo diretor da fábrica, o qual será sempre conforme a aptidão e assiduidade de cada um.”²⁴⁵

Sabendo-se que “foi sobretudo na parte relativa (...) à produção e à retribuição dos operários, que mais se acentuou a relutância dos industriais em dar informações” aos agentes do Ministério das Obras Públicas,²⁴⁶ neste item o Inquérito Industrial de 1890, ainda assim, apresenta informação relativa a 77% dos estabelecimentos fabris lisboetas.²⁴⁷ Ao mesmo tempo, não foi fornecida a diferenciação dos valores pagos por sexo, nem uma média das jornas, mas tão somente o valor máximo e/ou mínimo, sem uma quantificação dos/as trabalhadores/as que os recebiam. Tendo em conta estas limitações, optou-se por

²³⁹ “Situação da indústria da sapataria (...) pelos corpos gerentes da Associação industrial dos lojistas de calçado” in *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p.765

²⁴⁰ Reis, 1986; Reis, 1987

²⁴¹ Martins, 1997, p.484

²⁴² *Inquérito sobre as condições do trabalho manual nas fábricas de tabacos (...)*, 1887, p.11

²⁴³ Mónica, 1982, p.20

²⁴⁴ Mónica, 1982, pp. 53-55

²⁴⁵ Mónica, 1982, pp. 53

²⁴⁶ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p.305

²⁴⁷ São apresentados dados relativos às jornas pagas em 202 das 261 fábricas e oficinas com mais de 5 operários/as a laborar na cidade de Lisboa.

uma análise salarial do trabalho industrial lisboeta de 1890 tendo em conta o cálculo das médias dos valores máximos e mínimos de jorna pagos em cada ramo industrial, efetuado a partir do montante da jorna máxima e mínima que cada estabelecimento declarou pagar. É possível, assim, perceber, por um lado, padrões sectoriais dos montantes das jornas diárias dos/as operários/as, e, por outro, identificar características laborais e de produção que as variações no pagamento de jorna em diferentes ramos de atividade sugerem.

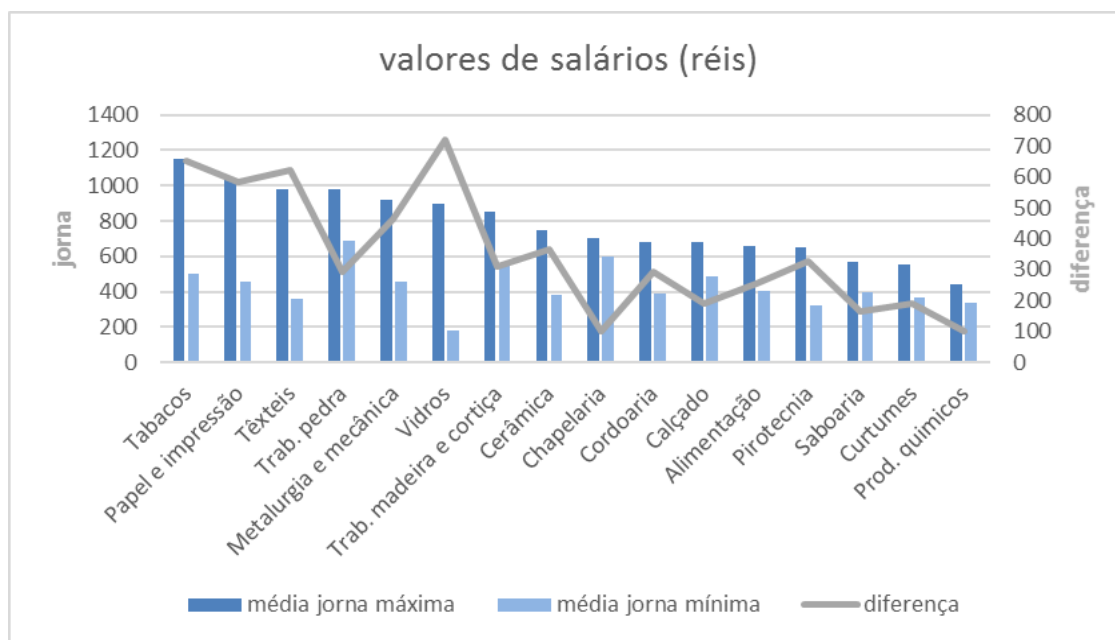


Gráfico 1 – Valores de jorna diária, por setor industrial (*“Retribuição do Pessoal”, Inquérito Industrial de 1890, vol. IV, p. 164-203*)

A irregularidade e precariedade que caracterizavam o trabalho industrial no final do século XIX, terão sido os *“fatores que mais parecem ter contribuído para a variação dos salários”*²⁴⁸, inclusivamente para as mesmas tarefas. Esta circunstância, apontada por Conceição Andrade Martins no seu estudo em que usa séries de salários industriais relativas ao período entre 1850 e 1913,²⁴⁹ parece ser corroborada quando se observam os dados do Inquérito Industrial de 1890 relativos à *retribuição do pessoal*²⁵⁰ das fábricas e oficinas da cidade de Lisboa. De facto, embora se consigam identificar algumas tendências sectoriais nas jornas aferidas por dia, dentro de um mesmo setor e tarefa

²⁴⁸ Martins, 1997, p.509

²⁴⁹ Martins, 1997

²⁵⁰ *Inquérito Industrial de 1890, vol. IV, p. 164-203*

encontravam-se grandes diferenças nas retribuições, que poderão ter a sua explicação naqueles fatores.

As jornas diárias mais elevadas eram obtidas pelos trabalhadores nos setores dos *tabacos, papel e impressão e têxteis*, como se observa no gráfico 1. Como já vimos, as fábricas destes setores pioneiros do “*esforço de modernização tecnológica*”²⁵¹ eram as que possuíam maior grau de mecanização. A diferenciação dos mais bem pagos, de entre o operariado destas indústrias, adviria certamente da sua capacidade técnica relativamente à utilização de equipamento industrial moderno. Numa segunda linha, estão setores necessários à “*política de melhoramentos materiais*”²⁵² da capital e do país, como o *trabalho em pedra, a metalurgia e mecânica* e os vidros.

A importância, e subsequente valoração salarial, da especialização e conhecimento técnico - com exceção do *trabalho em pedra*, que mantinha um forte pendor braçal e artesanal no método produtivo - é sublinhada também por serem estes dois grupos de setores aqueles em que a distância salarial entre os mais bem pagos e os mais mal pagos era superior a \$400 réis. Nos *tabacos* o trabalho mais bem pago representava uma jorna média de 1\$150 réis enquanto a jorna mínima era de \$500 réis. A diferença média de \$650 réis era a segunda mais elevada para os trabalhadores adultos, mas seguida de perto pelas registadas nos *têxteis*, nas tipografias e na *metalurgia*, com valores de \$620, \$584 e \$464 réis respetivamente. Apesar da produção vidreira aparecer como o setor com maior variação de jornal, foi deixada, propositadamente, de fora desta análise. Isto deve-se à existência de uma única referência em Lisboa – a «Fábrica de Vidros» de João da Motta Gomes, que empregava cinquenta e cinco operários/as em Alcântara. Não havendo, portanto, variação e diversificação suficiente de dados para se sugerirem análises setoriais.

As variações mais baixas, menos de \$200 réis entre o valor máximo e mínimo pago por um dia de trabalho – nos setores dos *curtumes, chapelaria, produtos químicos, saboaria e calçado* – seriam justificadas pela ordem inversa de razões. Uma produção maioritariamente ligada à manufatura, com pouca especialização nas tarefas e trabalho desenvolvido essencialmente em estabelecimentos com poucos/as operários/as justificam que as chapelarias e oficinas de sapateiros fossem daquelas onde as diferenças entre jornas máximas e mínimas era menor. Nos outros setores – *curtumes* e a produção de *químicos*

²⁵¹ Lains, Silva, 2005, p.201

²⁵² Barata, 2010, p.87

e sabões – as explicações para a diferença salarial assinalada eram resultantes de valores médios de jorna diária máxima e mínima muitíssimo mais baixos.²⁵³

Da análise da média dos valores das jornas máximas e mínimas destacam-se dois setores que pagavam montantes intermédios, sensivelmente, entre os \$800 e os \$600 réis de máxima, e apresentavam diferenças salariais também intermédias entre os \$400 e os \$200 réis – o da *alimentação e bebidas* e o dos *trabalhos em madeira e cortiça*.²⁵⁴ A realidade salarial intermédia destes setores devia-se, certamente, aos múltiplos contextos empresariais representados pelos seus estabelecimentos fabris. De facto, tanto pertenciam a estes setores padarias – como a de «José da Silva Matos», no Largo de Santa Bárbara, que pagava entre \$120 e \$300 réis - e carpintarias – caso da rua do Beato, de «Romão Serra Lopes», cujos carpinteiros recebiam entre \$400 e \$600 réis - como o «Matadouro Municipal» que pagava como jorna mínimo \$300 réis e 1\$000 réis de jorna máxima e de ou a «Fábrica de Cortiça» de Narciso Villalonga com jornas entre os \$600 e os \$400 réis. Para além do mais, estes setores estavam entre os com mais fábricas e oficinas em Lisboa (quadro 3) e eram os que apresentavam uma implantação mais dispersa pelo tecido urbano (fig.6 e quadro 3), implantação essa que, como veremos à frente (fig.14, quadro 14 e quadro 15), não era inócua em relação às jornas pagas ao operariado lisboeta.

Ao analisar os valores médios da jorna mínima paga a operários/as constata-se que as retribuições mais baixas – menos de \$400 réis - eram pagas na fábrica vidreira de João da Motta Gomes, na produção de cal e outros produtos e compostos químicos (*produtos químicos*), nas fábricas de fósforos, de *cerâmica*, nos *curtumes*, assim como nos *têxteis* e nas *cordoarias* e cestarias. As primeiras eram indústrias das mais indesejáveis, por muito perigosas e com condições de trabalho duríssimas, onde laboravam “*fantasmas, sempre, sempre, sufocados, gretados, requeimados (...) esbranquiçados, cobertos de poeira, com a boca tapada com um pano.*”²⁵⁵ Nestes locais, onde uma cadeia de produção muito marcada por práticas tradicionais obrigava ao contacto constante com produtos químicos perigosos, corrosivos e explosivos aliados à

²⁵³ Nos setores “*chapelaria*” e “*produtos químicos*” a diferença entre as médias das jornas diárias máximas e mínimas pagas eram de \$100 réis, na “*saboaria*” essa diferença era de \$167 e no “*calçado*” de \$189 réis. Mas, enquanto que nas chapelarias a média das jornas máximas era de \$700 réis e das mínimas de \$600 e nos sapateiros era de \$678 e \$489 respetivamente, nas fábricas de “*produtos químicos*” o máximo pago era em média de \$440 réis e o mínimo de \$340 e nas saboarias eram médias na ordem dos \$567 e \$400 réis.

²⁵⁴ Na “*alimentação e bebidas*” pagava-se, em média, \$662 réis de jorna máxima e \$406 réis de jorna mínima. Nos “*trabalhos em madeira e cortiça*” esses valores eram de \$852 réis, para a jorna máxima, e de \$544 réis, para a jorna mínima.

²⁵⁵ Brandão, 1984, pp.314-315

falta de salubridade e ventilação das instalações e à miséria e má nutrição, trabalhavam os/as mais pobres e indigentes de entre o operariado lisboeta.

Embora a fonte não faça a distinção por sexo relativamente à “*retribuição por dia normal de trabalho*”²⁵⁶, sabe-se que “*em igualdade de circunstâncias profissionais, as mulheres e os jovens, para não falar nas crianças, ganha[va]m menos que os homens.*”²⁵⁷ Deste modo, a inclusão do “*operariado superexplorado da têxtil*”²⁵⁸ entre aqueles com jorna mínima mais baixa justifica-se, em grande medida, pelo peso do trabalho não-qualificado desempenhado pela mão-de-obra feminina e infantil. Tal como acontecia com as *cordoarias* e *cestarias* que, depois dos *tabacos* e dos *têxteis*, eram o setor onde a percentagem de operárias era maior.²⁵⁹ Eram estas, portanto, as comunidades laborais menos recompensadas pelas horas de trabalho.

De entre os valores mínimos pagos por uma jorna diária de trabalho, quem recebia melhor seriam os operários ligados à construção – *trabalhos em pedra* e *trabalhos em madeira* –, a “*aristocracia operária*”²⁶⁰ da *chapelaria* e os sapateiros. Esta hierarquia dos «melhores entre os piores» reflete, por um lado, a pujança, já referida, da requalificação urbana da cidade de Lisboa²⁶¹ que tinha nas fábricas e oficinas de canteiros e cabouqueiros a mão-de-obra necessária para transformação da «cidade burguesa».²⁶² E, por outro lado, a importância simbólica dos «artistas/artesãos» – que “*ameaçados pela industrialização, irão lutar (...) pela manutenção dos privilégios de que haviam tradicionalmente usufruído*”²⁶³ – de setores essencialmente ligados à manufatura e, no caso do *calçado* e da *chapelaria*, desenvolvidos em *oficinas* e *pequenas fábricas* - média de 12 e 18 operários/as, respetivamente.

As tendências detetadas nos rendimentos obtidos pelo operariado lisboeta, ligar-se-iam obviamente a padrões de uma certa especialização sectorial na cidade analisada anteriormente, nomeadamente nas figuras 6 e 7.

²⁵⁶ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p. 164-203

²⁵⁷ Cabral, 1977, p.436

²⁵⁸ Cabral, 1977, p.435

²⁵⁹ Os dados do *Inquérito Industrial de 1890*, revela que 28,5% dos/as trabalhadores/as do setor da «cordoaria / cestaria» eram mulheres.

²⁶⁰ Mónica, 1982, p.8

²⁶¹ Barata, 2010

²⁶² Silva, 1994

²⁶³ Mónica, 1982, p.8

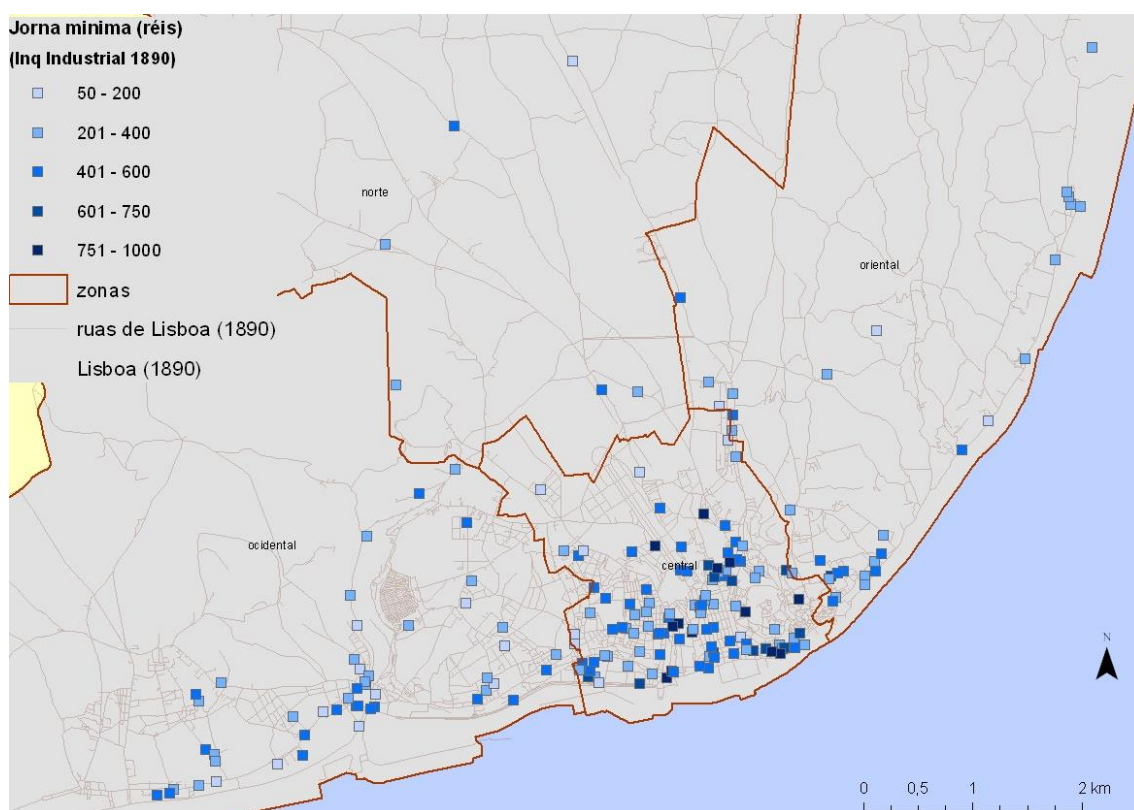


Fig. 14 – Dispersão da jorna mínima diária. Valor pago em cada estabelecimento industrial.

Como já referido, o quadro 3 do Inquérito Industrial de 1890 referente à *Retribuição do Pessoal*,²⁶⁴ não indica a quantidade de trabalhadores/as que recebiam a jorna máxima e/ou mínima em cada estabelecimento industrial. Como tal, não sendo possível calcular a média das jornas praticadas em Lisboa nesta época, para a análise dos valores das retribuições auferidas numa perspetiva espacial, usou-se a distribuição dos valores mínimos de jorna em cada fábrica e oficina (fig.14). Esta opção advém de que nos “*primeiros inquéritos socioeconómicos sobre as condições de vida do operariado (...) de 1906 e 1916 (...) fica bem patente que as receitas da maioria das famílias operárias eram inferiores às despesas.[E] as que mais se ressentiam desta situação (...) [eram] as [famílias] que residiam nos centros populacionais de maiores dimensões.*”²⁶⁵ Sendo que para esta situação muito contribuiria, por certo, a escassez da retribuição do trabalho e a falta de uma atividade agrícola de subsistência que, nos meios industriais mais pequenos, complementaria o trabalho fabril e oficinal.

²⁶⁴ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p. 164-203

²⁶⁵ Martins, 1997, p.514

A análise da distribuição espacial da jorna mínima, representada na figura 14, permite então detetar onde trabalharia o operariado mais pobre da capital. A decomposição espacial desta dispersão revela uma localização das jornas mínimas mais altas tendencialmente mais próxima da zona central da cidade. De facto, muitas das *oficinas e pequenas fábricas*, de *chapelaria*, de cantaria (*trabalhos em pedra*) e as carpintarias (*trabalhos em madeira e cortiça*), que pagavam em média as mais altas entre as jornas mínimas (gráfico 1), estavam aí localizadas (fig.7). Esta tendência era, também, influenciada pelos salários de mil réis pagos na moagem a vapor «Francisco Carmello Malheiros, Suc.», localizada mesmo por trás da Sé - no número 3 da rua do Arco de Jesus – e na fábrica de luvas de «Adolpho Malbonisson» da rua Garret. De facto, os treze estabelecimentos fabris e oficinais com jornas mínimas iguais ou superiores a \$800 réis localizavam-se em redor da Baixa da cidade. Por outro lado, as *fábricas grandes e muito grandes de têxteis*, as *pequenas fábricas* de fósforos, os *curtumes* e as perigosas *oficinas de produtos químicos e compostos*, que estavam entre os setores com retribuições mais baixas (gráfico 1), situavam-se nas zonas mais periféricas da cidade (fig.6). A análise espacial das retribuições pelo trabalho industrial e oficial revela, mesmo, que nas zonas oriental, ocidental e norte não existiam estabelecimentos industriais que pagassem jornas mínimas superiores a \$600 réis. Indiciando, deste modo, que o operariado dos novos polos de desenvolvimento industrial “*cresceu empobrecendo*.”²⁶⁶

Quadro 14 - Resumo da informação relativa à média das jornas pagas por zona urbana (Inquérito Industrial de 1890)		
Zona	Média das jornas mínimas (réis)	Total estabelecimentos
Central	\$505	110
Oriental	\$392	35
Ocidental	\$377	51
Norte	\$370	6

De facto, o cálculo da média das retribuições mínimas por jorna de cada um dos estabelecimentos fabris, tendo em conta a inserção nas zonas urbanas já definidas, confirma as tendências assinaladas.

Na zona central as jornas mínimas eram de \$505 réis, em média, as mais altas registadas para a cidade de Lisboa (quadro 14). Mesmo quando se compara este item nos setores para os quais há informação acerca de retribuições pagas em todas as zonas

²⁶⁶ Martins, 1997, p.485

urbanas, os *têxteis*, os *trabalhos em madeira*, a *alimentação* e a *cerâmica* (quadro 15), era nesta área da cidade que os patrões tendiam a pagar, em média, jornas mínimas mais elevadas.

Quadro 15 - Resumo da informação relativa à média das jornas mínimas (réis) de alguns setores por zona urbana (Inq. Industrial 1890)				
Setores	Z. Central	Z. Oriental	Z. Ocidental	Z. Norte
Têxteis	\$527	\$292	\$250	\$160
Trab. em madeira	\$575	\$492	\$526	\$450
Alimentação	\$476	\$315	\$351	\$300
Cerâmica	\$313	\$395	\$400	\$500

A grande disparidade, entre zonas, na média das jornas pagas nos *têxteis* (quadro 15) - \$527 réis na zona central e \$292, \$250 e \$190 réis nas oriental, ocidental e norte, respetivamente - devia-se, por um lado, às *oficinas e fábricas pequenas* de confeção e ultimização de vestuário localizadas na zona histórica, que fazia parte da produção direcionada para a população endinheirada que passeava nas ruas da Baixa, por outro, à implantação das *grandes e muito grandes* estamparias, tinturarias, fábricas de algodões e de lanifícios - que pagavam, em média, jornas mínimas muito baixas à abundante mão-de-obra não especializada – nas zonas periféricas da cidade.

A distribuição descrita sugere a existência de uma relação com a densidade fabril (fig.2), sendo que uma maior concentração de fábricas e oficinas, mesmo que de pequena dimensão, tendia a potenciar valores mais altos de retribuição salarial.

Os pagamentos praticados nas zonas ocidental e oriental da cidade, que se situavam dentro dos três escalões mínimos representados na figura 14 – até aos \$600 réis -, perfaziam médias de jornas mínimas na ordem dos \$377 e \$392 réis, respetivamente (quadro 14). Como já se disse, embora Alcântara e Xabregas fossem espaços de forte conglobação operária, a diversidade e quantidade de estabelecimentos fabris e oficinais não era tão marcada como na área central da cidade (figs.6 e 9). A sobreposição destes dados com as jornas mínimas pagas ao dia sugere que a elevada concentração de operariado pouco qualificado em *fábricas grandes e muito grandes* nas zonas da cidade com especialização produtiva mais marcada, que provocava a dependência dos/as trabalhadores/as face a poucos empregadores, retirava valor ao trabalho fabril.

Também uma maior densidade operária (fig.10) – alta concentração de mão-de-obra em territórios específicos – parece estar relacionada com as diferenças espaciais

quanto ao pagamento da mão-de-obra. Já que, excetuando a zona norte cujos valores de retribuições facultados por seis estabelecimentos não permitem uma análise estatística comparável às restantes áreas fabris, a percentagem de operários/as por zona industrial (quadro 6) acompanham o jornal mínimo do operariado de cada uma delas. Ou seja, a média das jornas mínimas era mais alta na zona com maior densidade de trabalhadores/as – a central – e mais baixa naquela onde trabalhava uma menor percentagem do operariado lisboeta de 1890 – a zona ocidental.²⁶⁷

Importa referir, no entanto, que era precisamente na zona central de Lisboa que se concentravam as fábricas e oficinas que pagavam jornas mínimas entre 1\$000 e \$600 réis – as duas categorias mais elevadas da figura 14. Ainda assim, as fábricas que declaram pagar valores mais elevados, a «Companhia Nacional de Estamparia e Tinturaria» e a «Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria», que tinham jornas máximas de 3\$000 réis e 4\$500 réis respetivamente, localizavam-se na rua da Fábrica da Pólvora em Alcântara.

Embora somente 37%²⁶⁸ dos estabelecimentos industriais com trabalhadores/as menores de 16 anos tenham revelado as jornas que lhes eram pagas – sem distinção em função do sexo –, as informações disponíveis permitem lançar algumas luzes sobre a *retribuição do pessoal*²⁶⁹ infantil.

²⁶⁷ Como se pode ver nos quadros 6 e 12, na zona central trabalhavam 35% do operariado e a média das jornas mínimas era de \$505 réis, na zona oriental concentravam-se 34% dos trabalhadores/as industriais que recebiam jornas mínimas de \$392 réis, em média, e na zona ocidental com 28% dos/as operários/as a média das jornas mínimas era de \$377 réis.

²⁶⁸ Dos 161 estabelecimentos que assumiram ter como trabalhadores/as menores de 16 no Inquérito Industrial de 1890, somente 60 deram informação sobre a retribuição que era paga a estes/as operários/as por dia.

²⁶⁹ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p.164-203

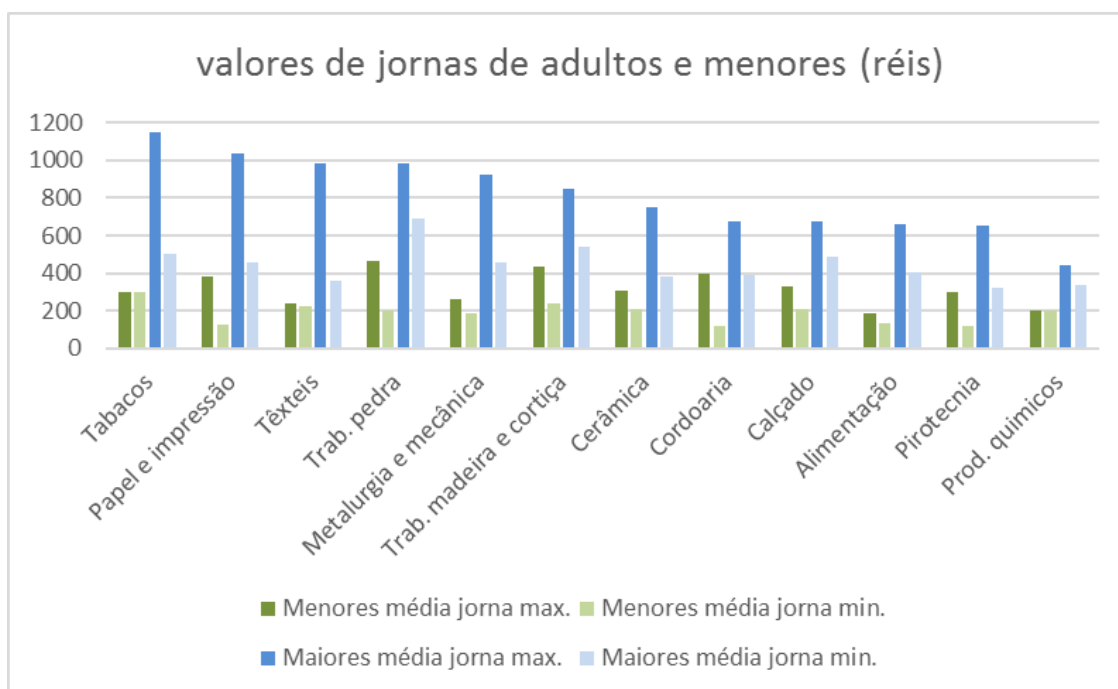


Gráfico 2 - Valores de jorna diária (maiores e menores de 16 anos), por setor industrial ("Retribuição do Pessoal", Inquérito Industrial de 1890, vol. IV, p. 164-203)

Constata-se da análise dos dados e da observação do gráfico 2 que a disparidade salarial entre o trabalho infantil e adulto era enorme. Apesar de a maior parte dos empregadores de operários/as com menos de 16 anos não ter revelado as retribuições pagas a estes trabalhadores/as, procurou-se mensurar a diferença entre o valor do trabalho infantil e adulto pela comparação entre a média das jornas máximas do primeiro e a média das jornas mínimas do segundo, em cada setor em que há dados no Inquérito Industrial de 1890. Resultou na constatação de que uma criança auferia, num mesmo setor, uma jorna diária máxima, em média, de três quartos do valor mínimo recebido por um adulto.

Nos setores com mais mão-de-obra infantil – os *têxteis* e a *metalurgia e mecânica* que integravam 62,3% das crianças operárias (quadro 13) – o valor deste trabalho era ainda inferior. De facto, nas fábricas metalúrgicas, serralharias ou oficinas o rapaz mais bem pago recebia 57% da jorna do adulto mais mal pago, enquanto numa fábrica de algodões, numa estampanaria ou numa oficina de confeções, em média, uma criança que recebesse a jorna máxima auferia 67% da jorna mínima obtida por um/a adulto/a.

2.2.4. «Saber ler» - alfabetização operária

*“A falta de instrução geral e a carência quase absoluta de instrução técnica faz com que tenhamos muitas dificuldades (...) para adquirir bons operários.”*²⁷⁰

Esta queixa de um industrial à comissão do Inquérito Industrial de 1881 reflete uma das dificuldades que o elevado analfabetismo da população portuguesa no final do século XIX colocava, também, à indústria. No decorrer do inquérito industrial seguinte – o de 1890, que serve de base a esta análise – a questão volta a surgir, desta feita, alargando-se aos próprios patrões a impreparação destes. Estes eram apresentados como uma das causas das dificuldades com que a inquirição industrial se deparou, já que, como referiam os agentes da Comissão do Inquérito Industrial de 1890, muitos “[d]os proprietários das oficinas ou estabelecimentos industrias (...) não sab[ia]m ler.”²⁷¹

Segundo o censo de 1890 “o país contava no 1º de dezembro de 1890 só 20,8 por cento”²⁷² de população que sabia ler. Considerando alguém que «sabe ler» como alfabetizado, a população da cidade de Lisboa distanciava-se em muito da do resto do país ao ter uma taxa de alfabetização de 52,5%. Esta discrepância tão pronunciada, e o lugar cimeiro ocupado pela capital,²⁷³ resultavam quer de haver “*proporcionalmente mais gente em ocupações onde era provável encontrar letrados, quer porque as instituições de ensino alcançassem melhor a população (...).*”²⁷⁴ Pelo que veremos em seguida, não seriam as ocupações de carácter fabril que justificavam este destaque de Lisboa num panorama nacional “*francamente desanimador.*”²⁷⁵

A comparação destes dados, do censo de 1890, com a informação contida no quadro II do Inquérito Industrial de 1890, relativo ao “*pessoal existente, sua nacionalidade e instrução*”²⁷⁶ revela que a percentagem dos/as trabalhadores/as fabris que sabiam ler ficava aquém do global da população da cidade: a taxa de alfabetização do operariado registada na fonte era de 43,7%.²⁷⁷ Sendo certo que, se atendermos ao

²⁷⁰ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1881, p.69

²⁷¹ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p.305

²⁷² *Censo da população do Reino de Portugal a 1 de Dezembro de 1890*, vol. I, p.97

²⁷³ A segunda taxa de alfabetização mais elevada em termos nacionais era a de 46% da população da cidade do Porto.

²⁷⁴ Ramos, 1988, p.1072

²⁷⁵ Reis, 1987, p.225

²⁷⁶ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, pp. 70-125

²⁷⁷ Do total da população operária registada no *Inquérito Industrial de 1890* - 15349 pessoas (11226 homens e 4123 mulheres) – 6701 foram registadas como sabendo ler. Sendo que destes, 5857 eram homens e 844 eram mulheres.

“número de indivíduos que sabem ler”²⁷⁸, do sexo masculino, a taxa subia para os 52% e a das mulheres operárias ficava-se pelos 20,5% (gráfico 3). Ao mesmo tempo, o censo de 1890 apontava para taxas de alfabetização lisboeta masculina e feminina na ordem dos 56,5% e 48%, respetivamente. Ou seja, a diferença entre géneros na alfabetização dos operários era muito pronunciada e muito mais forte do que no total da população lisboeta.

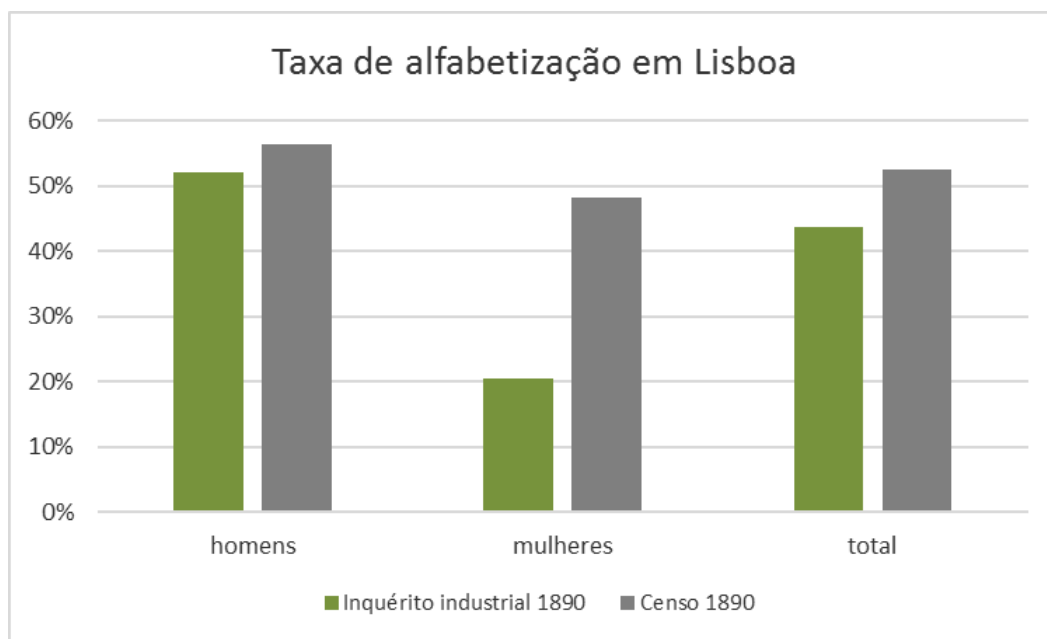


Gráfico 3 – Taxa de alfabetização na cidade de Lisboa. Comparação entre o operariado (“Pessoal existente, sua nacionalidade e instrução”, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p. 70-125) e a população em geral (“Composição da população do Reino, segundo instrução elementar”, *Censo da população do Reino de Portugal a 1 de dezembro de 1890*, vol. I, p. 99)

Estes valores, associados ao facto de que quase um quarto dos estabelecimentos industriais do maior polo industrial do país não tinham qualquer operário/a alfabetizado/a,²⁷⁹ contribuíam para a situação de uma indústria onde a “predominância de processos de mão-de-obra intensivos e concentração em bens de consumo de baixa qualidade eram talvez a melhor resposta a uma situação cujas principais características eram o reduzido poder de compra dos consumidores, a escassez de capital, a mão-de-obra barata e a ausência de qualificações.”²⁸⁰

Como já vimos, grande parte da mão-de-obra industrial lisboeta advinha da “imigração de habitantes das províncias – somente metade da população de Lisboa é nascida no próprio concelho (...) – onde a instrução tem [no final do século XIX] pouca

²⁷⁸ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, pp. 70-125

²⁷⁹ Dos 261 estabelecimentos da «grande indústria», registados no *Inquérito Industrial de 1890*, em 64 deles (24,5%) nenhum trabalhador/a sabia ler.

²⁸⁰ Reis, 1987, p.221

extensão”²⁸¹ e, mesmo aquela que era originária da cidade, pertencia a camadas sociais sem acesso facilitado a meios de alfabetização.²⁸² Revela-se, portanto, natural uma taxa de alfabetização operária menor do que a que se registava na média geral da população urbana.

Todavia, a diferenciação entre as taxas de alfabetização dos homens não se revelava muito significativa. Pelo contrário, a diferença, no caso das mulheres, era mais acentuada. Esta disparidade, de mais do dobro revela, uma vez mais, o carácter não-qualificado, precário e desvalorizador do trabalho fabril para as mulheres. A ele recorreriam as mais pobres e desprotegidas e/ou aquelas que por via das suas circunstâncias de vida tinham de ir contra uma mentalidade que, mesmo nos meios operários, via no trabalho feminino nas fábricas e oficinas um perigo para os papéis masculinos e femininos tidos como tradicionais. Ou seja, sendo as freguesias urbanas de Lisboa aquelas onde a alfabetização feminina era mais elevada em termos nacionais, a taxa das operárias que sabiam ler colocava-as numa posição muito subalterna em relação ao global das mulheres que habitavam na mesma localidade. A indicação de que 20,5% das operárias lisboetas sabiam ler situava-as ao nível da alfabetização feminina, fornecida no censo de 1890, nas freguesias urbanas de Santarém (20,5%), Guarda (19,7%) ou Portalegre (19,7%).

No âmbito desta investigação, interessa-nos perceber as dinâmicas internas e características do operariado feminino lisboeta do final de Oitocentos que ajudem a clarificar os grandes números acima indicados. Como tal, a elevada taxa de analfabetismo operário feminino será observada a partir das diferenças não só entre setores industriais, mas entre sexos dentro de cada setor (gráfico 4).

²⁸¹ *Censo da população do Reino de Portugal a 1 de dezembro de 1890*, vol. I, p. 99

²⁸² Rui Ramos no seu artigo sobre alfabetização e analfabetismo aponta o distrito de Lisboa como o segundo com menor número de escolas públicas por 10 000 habitantes em 1899. Nesse ano em Lisboa haveriam 4,4 escolas públicas de ensino elementar por 10 000 habitantes, sendo que somente Faro tinha menos (4,2). Ramos, 1988, p.1123

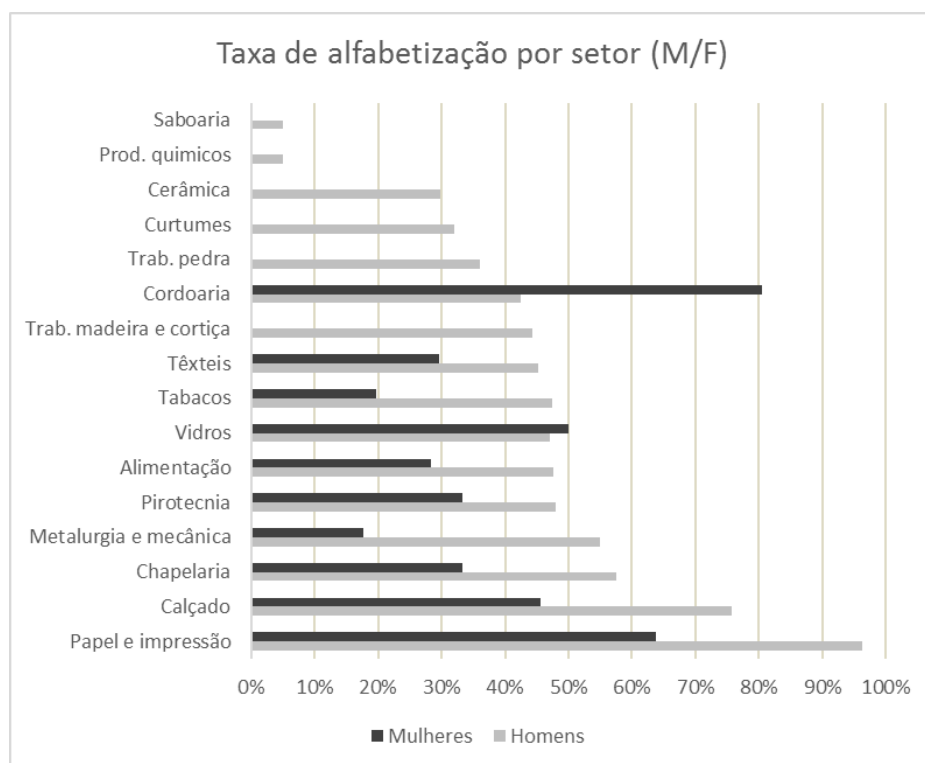


Gráfico 4 – Taxa de alfabetização do operariado, por setor industrial e sexo (“Pessoal existente, sua nacionalidade e instrução”, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p. 70-125).

Os setores onde as operárias eram dominantes e que representavam os maiores empregadores de mão-de-obra feminina funcionam como barômetros deste fenómeno. Nos *tabacos*, que empregavam 46% do total de operárias fabris e onde 73% dos trabalhadores eram mulheres, não chegavam a 20% aquelas que sabiam ler – percentagem muito aproximada do valor já calculado para o total do operariado feminino. Já nos *têxteis*, onde trabalhavam 42% do total das mulheres registadas, atendendo à mecanização de alguns processos da cadeia de produção, a especialização de algumas funções implicaria algum grau, ainda que diminuto, de alfabetização. A diferenciação entre a alfabetização feminina e masculina não era tão acentuada como nos *tabacos* e, percentualmente, mais operárias sabiam ler. Não chegavam, no entanto, a 30% de alfabetizadas.

Aos valores registados na *cordoaria*, que à primeira vista impressionam porque mais de 80% das operárias seriam alfabetizadas e porque existiam, percentualmente, mais trabalhadoras que trabalhadores a saberem ler, correspondiam valores absolutos com pouco significado. Estes números são explicados pelas 30 mulheres alfabetizadas que trabalhavam na «Cordoaria Nacional» e pelas 19 que sabiam ler na «Fábrica de escovas

e pincéis Falcão & C.^a», que representavam respetivamente 59% e 83% das operárias destes estabelecimentos. No setor dos *vidros*, também os 50% de mulheres que sabiam ler não podem ter uma leitura significativa, já que representam duas operárias alfabetizadas dentro do universo de quatro trabalhadoras da «Fábrica de vidros de João da Motta Gomes».

No extremo oposto encontravam-se os setores fabris com 0% de alfabetização feminina. Aqui os números expressam duas realidades diferentes: as oficinas e fábricas de *cerâmica* e os *trabalhos em madeira* onde todas as operárias eram analfabetas e os setores dos *curtumes*, *produtos químicos*, *saboaria* e *trabalhos em pedra* onde não foram registadas quaisquer mulheres operárias.

Manuel Joaquim de Oliveira, representante da classe dos operários de chapelaria de Lisboa, afirmava no seu depoimento à comissão responsável pelo Inquérito Industrial de 1890 que “os operários da chapelaria não sabem, geralmente, ler e escrever”.²⁸³ Esta afirmação sendo verdadeira, por pouco mais de 60% dos chapeleiros serem alfabetizados, surge como desapropriada no universo da população operária da capital. Olhando para o gráfico 4, estes operários integravam o terceiro setor com uma maior taxa de alfabetização entre o operariado lisboeta. Acima destes somente a classe dos sapateiros e os/as trabalhadores/as tipográficos/as. Estes últimos, para quem pelas características próprias das suas ocupações o saber ler e escrever seria fundamental em quase todas as funções no interior das oficinas, integravam o setor onde mais de 90% do operariado era alfabetizado. A especialização tecnológica necessária a muitas das tarefas ligadas à *impressão*, assim como a autonomia técnica necessária à manufatura de chapéus e sapatos, em pequenas oficinas onde por cada par de braços passavam praticamente todas as tarefas do processo de produção, pode explicar porque eram também estes os setores onde, significativamente, a alfabetização operária feminina era percentualmente mais forte - 64% de operárias alfabetizadas no setor do *papel e impressão*; 46% no *calçado* e 34% na *chapelaria*.

²⁸³ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, p. 313

Quadro 16 - Resumo da informação relativa à alfabetização operária (Inquérito Industrial de 1890) por zona urbana			
	Operariado que sabe ler (% ²⁸⁴)		
Zona	Homens	Mulheres	Total
Central	2960 (58%)	177 (56%)	3137 (58%)
Oriental	1205 (46%)	401 (16%)	1606 (31%)
Ocidental	1365 (46%)	266 (21%)	1631 (38%)
Norte	327 (63%)	---	327 (63%)
Total – Lisboa	5857 (52%)	844 (20,5%)	6701 (43,7%)

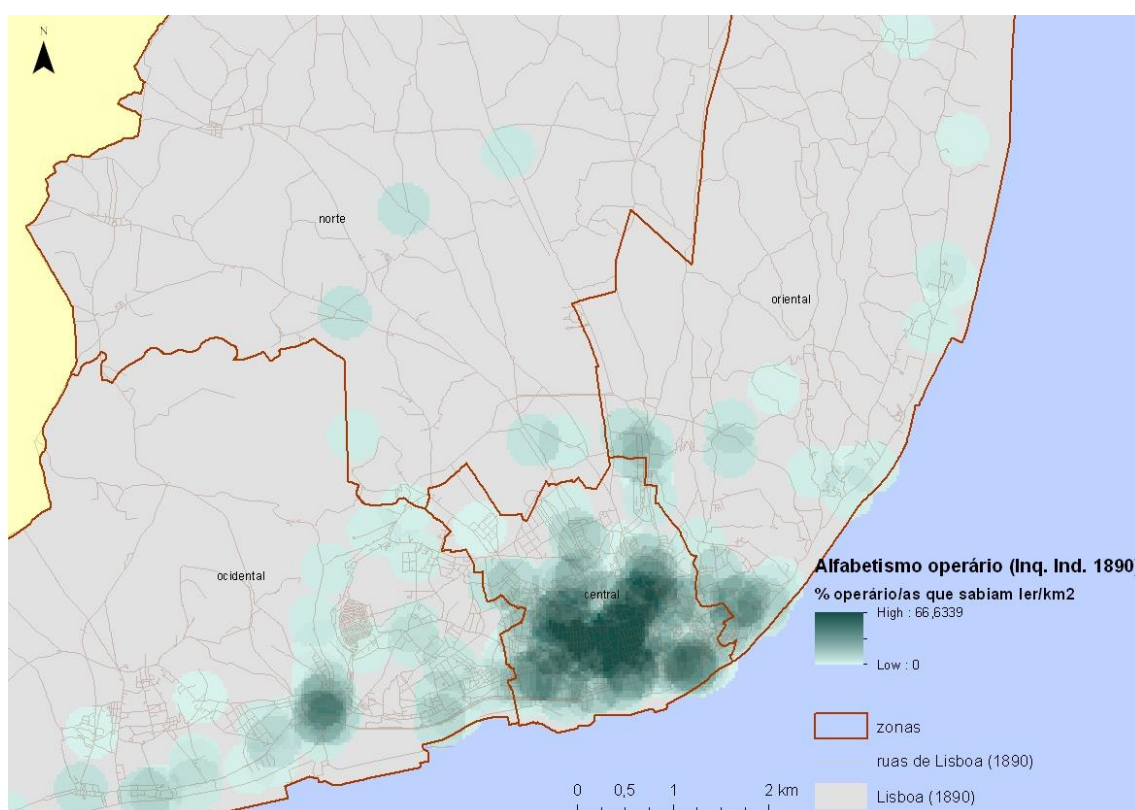


Fig.15 - Densidade do alfabetismo operário. Percentagem de operário/as que sabem ler por km2.

Era, portanto, da localização das oficinas das «aristocracias operárias» do *calçado* e *chapelaria*, na zona central da cidade (fig.6), dos estabelecimentos do setor do *papel e impressão*, em redor da Baixa, e das fábricas de *metalurgia e mecânica* (figs. 6 e 7) que advinha a concentração territorial da maior percentagem do operariado que sabia ler em 1890. Aqui, como se pode ver no quadro 15, 58% do operariado era alfabetizado. As taxas de alfabetização, dos/as trabalhadores/as fabris do centro, para além de superiores à registada para o global da população operária lisboeta, eram bastante aproximadas entre

²⁸⁴ Taxa de alfabetização calculada para o universo total de trabalhadores/as do mesmo género em estabelecimentos industriais da mesma urbana.

si. Sendo que, o valor de 56% da mão-de-obra feminina declarar «saber ler» se revela surpreendente quando comparado com o das operárias das restantes zonas urbanas. Assim, as mulheres que trabalhavam nos estabelecimentos fabris da zona central, embora fossem em menor número – relativamente aos homens operários da mesma zona e às mulheres operárias que trabalhavam a oriente e ocidente - revelavam-se, em termos de taxa de alfabetização, bastante próximas aos seus colegas homens. Esta paridade não se verificava nas outras zonas urbanas – onde o operariado feminino tinha percentagens de alfabetização muito menores que o masculino (quadro 16).

A figura 15 reflete estas realidades,²⁸⁵ representando pelas manchas mais escuras - nomeadamente na zona do Rossio, onde se situavam a maioria das chapelarias, oficinas de calçado e de costura, e no Bairro Alto, espaço simbólico e efetivo das tipografias lisboetas – a agregação do operariado percentualmente mais alfabetizado nas áreas mais centrais da cidade. Num segundo plano, representado pelas manchas intermédias que rodeiam o centro e pontuam áreas específicas das zonas ocidental e oriental, localizavam-se os estabelecimentos tecnologicamente avançados, que necessitavam que pelo menos parte do pessoal soubesse ler, «paredes meias» com fábricas e oficinas onde a produção manufatureira dispensava a alfabetização dos/as trabalhadores/as. Por exemplo, no vale de Alcântara situava-se a metalurgia a vapor «Empresa Progresso Industrial», na rua das Fontainhas, que empregava 100% de operários alfabetizados, mas também a fábrica de *curtumes* «José Carlos Xavier & filhos», na rua de Santo António ao Calvário, e a «Fábrica de Cerâmica Lopes & C^a», na rua velha de Alcântara, onde nenhum/a trabalhador/a sabia ler. A oriente do centro, no Campo de Santa Clara, a carpintaria de «Manuel Oliveira e Silva», a «Fábrica de Armas do Estado» e a «Fundição de Canhões», tinham 100%, 87% e 78% de operários alfabetizados, numa mesma área em que a fabriqueta de algodões de «João Quirino Rosa» contava com o analfabetismo total das suas operárias.

A restante teia industrial da cidade era representativa do “*analfabetismo da nossa classe operária*.”²⁸⁶ Salvo pouquíssimas exceções, como a «Fábrica de tijolo João Lafite» na Azinhaga dos Barros (atual rua da Beneficência) onde todos os trinta e quatro operários

²⁸⁵ Para cartografar o alfabetismo operário optou-se por calcular a densidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo cada ponto valorizado conforme a percentagem total de operários e operárias que sabiam ler em cada fábrica ou oficina referenciada no *Inquérito Industrial de 1890*. Assim, na figura 15, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam (nos seus locais de trabalho) uma percentagem maior de trabalhadores/as industriais alfabetizados/as.

²⁸⁶ Mónica, 1982, p.13

sabiam ler, o alfabetismo operário longe dos espaços já referidos era uma característica minoritária. Uma minoria, que em termos absolutos, albergava quase exclusivamente o operariado masculino que trabalhava no centro e, essencialmente, pertencente às «aristocracias operárias».

2.3.Trabalho operário – espaços e pessoas

A multiplicidade de informação contida no Inquérito Industrial de 1890 permite traçar um retrato fabril e operário da capital portuguesa nessa época, lançando pistas sobre “*o mundo dos que trabalha[va]m (...) [que] leva[vam] a vida na cidade ignorada, na cidade obscura.*”²⁸⁷ Sendo a sua heterogeneidade e a forte implantação nas áreas mais centrais da cidade os traços mais fortes da imagem que se obtém.

A distribuição dos estabelecimentos fabris e oficinais mostra que a proximidade ao Tejo era, ainda e em toda a área urbana, fundamental para a implantação industrial no final do século XIX, estando a grande maioria das fábricas concentradas na faixa litoral e junto a outras vias de acesso fluvial – como é o caso da forte densidade industrial localizada junto ao troço final da ribeira de Alcântara. Todavia, nos espaços onde a rede ferroviária estava estabelecida há mais tempo, nomeadamente junto às estações de Santa Apolónia, Xabregas e Braço de Prata, também este fator terá influído na localização industrial.

Ainda assim, era no coração urbano - na zona central da cidade - que se registava maior concentração de estabelecimentos industriais, constituindo um importante polo de dinamismo e produção industrial, que no período final do século XIX, foi marcado pela diversidade sectorial e tecnológica. Aqui existia um abundante e variado tecido produtivo de cariz fabril e oficial, onde se concentravam os ramos de fabricação que sustentavam o comércio exclusivo da Baixa – como chapelarias, confeções de roupa e luvas, oficinas de calçado e tipografias –, setores ligados à transformação urbanística que a cidade vivenciava – como as oficinas de cantaria, de metalurgia e carpintarias – e às necessidades quotidianas da população – como a produção alimentar e a de canastras e cestos. Coexistiam estabelecimentos industriais de dimensão oficial e fabril cuja produção se desenvolvia recorrendo a maquinaria moderna – incluindo a energia do vapor - com

²⁸⁷ Gomes, 1937, p.13

outros, em que os métodos de laboração eram reminiscências ancestrais. Esta redescoberta da importância da atividade industrial nesta zona central – tanto representada pelo «Arsenal da Marinha» e os seus mil trezentos e oitenta e cinco operários e cinco máquinas-a-vapor, como por um setor metalúrgico que agregava novecentos e dezoito trabalhadores que operavam máquinas que consumiam um total de cento e sessenta e quatro cavalos-vapor ou até mesmo pelas cento e oitenta e duas costureiras e noventa operários/as de chapelaria que nas ruas mais centrais da Baixa levavam a cabo uma produção essencialmente oficinal, mas onde a tecnologia moderna também tinha lugar - é, talvez, uma das surpresas desta investigação e um contributo da leitura espacial e da metodologia aplicada, que permite uma análise a diferentes escalas, desde nível rua, da zona até ao conjunto da cidade.

Os novos polos industriais em afirmação e crescimento neste período, nas zonas oriental e ocidental da cidade, apesar de menos relevantes em termos de concentração de estabelecimentos industriais, distinguiam-se por uma maior especialização produtiva e maior propensão para a inovação tecnológica. Na zona oriental, onde se instalavam fiações de algodão e as unidades da Administração Geral dos Tabacos, a preponderância produtiva pertencia aos *tabacos* e dominavam os grandes estabelecimentos fabris - com a maior média de trabalhadores/as por fábrica - muitos usando máquinas a vapor. Mas a zona ocidental era o espaço urbano onde a inovação tecnológica era mais evidente - maior concentração de máquinas-a-vapor e energia produzida – especialmente fixada nos setores têxtil, metalúrgico e alimentar. Aqui as grandes e, tecnologicamente, avançadas fábricas de têxteis de *algodão*, *estamparias* e *tinturarias* de Alcântara tornaram-se a marca da modernidade tecnológica e energética da produção industrial lisboeta.

Apesar da maior percentagem de operários/as, averbada a cada setor de produção, ser dos *têxteis* e dos *tabacos* – essencialmente localizados nos polos industriais periféricos – a caracterização dos espaços de trabalho operário na Lisboa da última década de Oitocentos permite indicar que a maior concentração de mão-de-obra se registava na zona central. Era aqui que se verificava uma maior densidade de trabalhadores/as fabris e oficinais, tornando esta área urbana na zona mais relevante, também, em volume de mão-de-obra. A maior conglomeração de operários/as disseminados por mais espaços de trabalho, identificada na zona central, era também aquela onde se identificava uma propensão para o pagamento de jornas mínimas mais altas – tendência relacionada com a localização de muitas das oficinas e fábricas de *chapelaria*, de produção de luvas, de

cantaria ou carpintarias cujas jornas dos/as trabalhadores/as que recebiam menos correspondiam à media mais alta registada desses «salários mínimos» pagos pela indústria em Lisboa.

O distanciamento geográfico para oriente e ocidente do centro estava associado, por sua vez, a uma tendência para o aumento da dimensão dos estabelecimentos industriais em número de operários/as. Ou seja, apesar de se identificarem menos fábricas e menor quantidade de mão-de-obra nas novas áreas de desenvolvimento industrial, era aqui que se localizavam a maior parte das fábricas com elevadas concentrações de trabalho operário sob o mesmo teto fabril, especialmente em Alcântara e em Xabregas. A implantação de estabelecimentos industriais de grandes dimensões e a dependência dos/as trabalhadores/as face a poucos patrões, nestas áreas com uma especialização setorial produtiva muito definida, coincidia com um menor valor médio auferido pelo trabalho fabril. De facto, nas zonas oriental e ocidental da cidade e, simultaneamente, nos grandes estabelecimentos têxteis, nas fábricas de fósforos e nos curtumes que aí se situavam, pagavam-se as mais baixas as jornas por dia de trabalho.

A dispersão do operariado feminino lisboeta tinha características específicas, que evidenciava “*entre as classes operárias, o miserável emprego dado às mulheres.*”²⁸⁸ Embora houvesse mulheres operárias trabalhando por toda a cidade, por ser uma mão-de-obra maioritariamente afeta às indústrias tabaqueira e têxtil, elas tinham um peso bastante maior nos novos polos industriais da época. Serão, portanto, estes os espaços da afirmação feminina, em larga escala, no mundo laboral da indústria lisboeta. Ainda assim e apesar de em menor número, as operárias que trabalhavam na zona central davam visibilidade ao trabalho oficial e fabril feminino, já que era das mãos destas operárias que saíam as luvas, os chapéus e as confeções que «alimentavam» a moda burguesa da Baixa da cidade.

Os dados fornecidos pelo Inquérito Industrial de 1890 possibilitam, também, esboçar uma imagem de vulgarização do emprego de crianças nas fábricas e oficinas de Lisboa. Tanto em termos de distribuição territorial do trabalho infantil como da sua divisão e espacialização por género correspondia, embora numa escala menor, à distribuição global da mão-de-obra adulta. Ou seja, “*a criança aqui [era] um trabalhador (...), uma parte da tarefa, (...) uma actividade creadora e um lucro.*”²⁸⁹

²⁸⁸ Ortigão, Queiroz, Novembro 1872, p.43

²⁸⁹ Ortigão, Queiroz, Março 1872, p.22

Outro dos aspetos, relativos à caracterização do operariado lisboeta de final de Oitocentos, que o Inquérito Industrial de 1890 aclara, prende-se com o «saber ler». De facto, quando comparados estes dados com os apresentados no recenseamento geral da população do mesmo ano, «salta à vista» uma taxa de alfabetização operária pouco menor do que a registada para o geral da população lisboeta e muito superior à do conjunto da população portuguesa, o que é surpreendente. As diferenças, também neste aspeto, entre quem trabalhava na zona central – com uma taxa de alfabetização operária mais elevada – e nas zonas oriental e ocidental – onde menos operários/as, em valores absolutos e percentuais, sabiam ler –, revela a integração do operariado do centro no espectro social, muito heterogéneo, da cidade neste período. Sendo que a prevalência, nesta zona da cidade, dos setores de produção onde se registava uma maior taxa de alfabetização operária contribuiria certamente para tal.

Todavia, no conjunto da cidade, a diferença entre mulheres operárias que sabiam ler e o total das mulheres lisboetas alfabetizadas era muito acentuada, o que não ocorria com os homens, assim como muito elevada era a discrepância entre operariado feminino e masculino nas taxas de alfabetização. Fica sublinhado, também deste modo, não só o carácter pouco qualificado do trabalho fabril e oficial desenvolvido nas zonas ocidental e oriental, onde a prevalência de mão-de-obra feminina era maior, mas também uma desvalorização pronunciada da generalidade do operariado feminino.

Desvendam-se, portanto, da análise feita com base no Inquérito Industrial de 1890, distintos contextos industriais e diferentes características da população operária. Identificam-se duas realidades industriais e operárias paralelas na cidade de Lisboa – uma, na zona central, com uma rede mais densa de estabelecimentos fabris e oficiais, caracterizada por uma indústria envolvida pelo tecido urbano, mais heterogénea em termos produtivos e tecnológicos, onde trabalhava a maioria da população operária; outra, nas periferias industriais em afirmação, onde despontava a «nova cidade industrial» povoada de fábricas, que concentravam grandes contingentes de mão-de-obra, tecnologicamente mais avançadas mas, ainda assim, menos alfabetizada e auferindo jornas em média mais baixas.

Foi na convivência entre estas «cidades» industriais e operárias que se operaram muitos dos processos de transição económica, laboral e social que a cidade de Lisboa viveu neste final de Oitocentos, sem esquecer a área norte, reintegrada

administrativamente na cidade havia poucos anos, ainda largamente rural, mas para onde a cidade crescia também em termos populacionais.

3. Habitação das «classes laboriosas»

*“De Lisboa sei dizer, por bastante ter visto já, que (...) operários de pequena indústria, os das obras e serviços municipais, de envolta com gente pobre, que se emprega nos mais variados misteres, arrastam vida miserável em residências infectas. (...) [É] este calvário do operariado: a habitação.”*²⁹⁰

Sabendo-se do aumento demográfico de Lisboa no final do século XIX,²⁹¹ provocado em grande medida pelo afluxo de mão-de-obra rural e da “*tendência dos trabalhadores para morarem próximo do local de trabalho*,”²⁹² importa perceber onde e como se instalaram os/as novos/as lisboetas e quais as condições das habitações daqueles/as que escolhiam a capital para viver.

Dada a incapacidade que a estrutura urbana tinha de albergar a “*decisiva expansão da população da capital*”²⁹³ na última década de Oitocentos e uma quase ausência de resposta estatal, até aos anos 20 do século XX,²⁹⁴ à crise habitacional das «classes laboriosas», a busca de soluções residenciais para o operariado foi deixada aos privados. Foi dos/as próprios/as operários/as, dos donos de fábricas e de outros proprietários, que surgiram iniciativas de construção e/ou adaptação de espaços para habitação dos novos efetivos populacionais que chegavam à capital.

As primeiras respostas assentaram na ocupação parcial dos edifícios devolutos, os mais óbvios dentro do tecido urbano da cidade, – através da sobreocupação de velhas construções, aproveitando-se caves, de conventos das extintas ordens religiosas e de palácios desocupados e em ruínas – que eram repartidos em pequenos fogos.²⁹⁵ Por outro lado, desponta o aproveitamento dos espaços livres nas partes de trás de ruas e de logradouros de prédios onde “*as famílias operárias vêm-se então obrigadas a (...) improvisa[re]m elas próprias precárias habitações ou se acomoda[re]m de qualquer maneira, sempre mediante o pagamento de uma renda ao proprietário. (...). É assim que surgem os pátios.*”²⁹⁶

²⁹⁰ *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 66, 1912, pp. 24-25

²⁹¹ Rodrigues, 1995

²⁹² Salgueiro, 1992, p.198

²⁹³ Silva, 1996, p.601

²⁹⁴ Barata, 2010, Ferreira, 1987

²⁹⁵ Pereira, Buarque, 1995, p.262-263

²⁹⁶ Pereira, 1993, p.7

O desenvolvimento do processo industrializador da capital, acompanhado pelo das obras públicas – necessárias às campanhas de embelezamento e renovação urbana, nomeadamente com a construção do aterro da Bela-Vista, do porto de Lisboa, das estações ferroviárias, da Avenida da Liberdade e das novas soluções residenciais para a burguesia e classes abastadas nas Avenidas Novas²⁹⁷ – levou a necessidades crescentes de mão-de-obra que irão intensificar o afluxo de populações à capital e, subsequentemente, o crescimento da sua taxa de urbanização.²⁹⁸ Com o aumento da procura de moradia para famílias das «classes laboriosas», ligadas à indústria mas também às obras públicas e serviços, “*aparece uma nova forma de promoção imobiliária, com a construção de conjuntos (...) de alta densidade, dando origem, nos finais de Oitocentos, às vilas operárias.*”²⁹⁹ A construção destes conjuntos habitacionais mais ou menos precários e pensados para albergarem muita gente em pouco espaço aconteceu, na larga maioria das vezes, por iniciativa dos próprios proprietários das fábricas ou de “*senhorios dinâmicos (...) com espírito empreendedor.*”³⁰⁰

A crescente necessidade de fornecer alojamento a um grande número de trabalhadores/as recém-chegados conduzia à discussão nas sessões da Câmara Municipal de Lisboa³⁰¹ de projetos para a renovação dos velhos bairros históricos, que no caso específico de Alfama e Mouraria implicariam a sua total demolição e reconstrução “*em ruas largas, bem alinhadas (...) e edifícios em boas circunstâncias higiénicas.*”³⁰² E também, à elaboração de planos para a edificação de novos bairros operários, tal como o projetado para a zona de Campo de Ourique³⁰³ – entre a rua de São João dos Bencasados (atual rua Silva Carvalho), a rua de Entre Muros (atual rua da Artilharia 1) e o Arco do Carvalhão. A míngua dos orçamentos da edilidade lisboeta e a ausência de apoio do poder central nas questões da habitação das «classes laboriosas» ditaram que as prioridades tenham sido dadas a outros melhoramentos urbanos. Destes projetos, plantas e discussões resultaram somente “*pequenos remendos*”³⁰⁴, como o alargamento e melhoria das condições de alguns pátios, diretamente ligados a fábricas ou companhias específicas, como o Bairro do Cabrinha em Alcântara ou a transformação e adaptação de antigos

²⁹⁷ Barata, 2010; Rodrigues, 1979; Silva, 1994

²⁹⁸ Baganha, 1997; Rodrigues, 2001; Silva, 1996; Silveira et al., 2011; Silveira et al., 2011a

²⁹⁹ Pereira, 1993, p.1

³⁰⁰ Pereira, 1993, p.7

³⁰¹ Barata, 2010; Rodrigues, 1979

³⁰² Barata, 2010, p.176

³⁰³ Barata, 2010, p.177

³⁰⁴ Barata, 2010, p.180

conventos e palácios, como a vila da «Fábrica de lanifícios de J. Pedro de Matos» de Chelas ou o pátio do Black em Xabregas.

Neste período, o Bairro Operário dos Barbadinhos foi a única construção projetada e feita de raiz com vista a ser, efetivamente, um bairro operário. Tendo-se, realmente, destinado à população industrial da cidade, representou “*o ponto de chegada de um longo caminho de apropriação do espaço habitável e da reinvenção empírica de um espaço urbano.*”³⁰⁵ A unicidade desta iniciativa deveu-se não só à crise económica de 1891-92, que inibiu outras iniciativas deste tipo por parte de privados, individuais ou coletivos,³⁰⁶ mas, também, às características dos agentes e promotores da construção de residências e de oferta de habitação. Estes tinham “*iniciativas ocasionais, (...) ação pontual, ocasional, que visa transformar a sua condição de proprietários do solo urbano em fonte adicional de rendas. (...) Em síntese, a promoção imobiliária em Lisboa durante o período foi uma iniciativa individual, dispersa e com pouca continuidade no tempo.*”³⁰⁷

O crescimento industrial e urbano de Lisboa originou aglomerações habitacionais das «classes laboriosas» com diferentes formas, tipologias e localizações que potenciaram, também, ambientes sociais diversos. Os «pátios» e outros locais de habitação resultantes de aproveitamentos mais ou menos precário de edifícios e espaços deixados vazios, integrados na rede urbana preexistente, conglomerariam comunidades social e laboralmente heterogéneas. Por não existir em Lisboa, no final do séc. XIX, “*uma classe operária claramente diferenciada*”³⁰⁸, nestes aglomerados habitacionais não viveriam somente operários/as fabris ou oficinais. Habitava, sim, população pertencente às «classes laboriosas» – um largo grupo social heterogéneo que incluía trabalhadores/as fabris, oficinais, artífices, descarregadores da estiva e do comércio e, principalmente, jornaleiros/as indiferenciados/as e precários/as que, tendo como objetivo um trabalho numa fábrica, vendiam a sua força de trabalho ao dia. No caso específico das «vilas» e dos «bairros» operários, por estarem na sua maioria integrados no espaço da fábrica e/ou por pertencerem a um proprietário industrial, a população teria um cariz bastante mais homogéneo.

³⁰⁵ Rodrigues, 1979, p.55

³⁰⁶ Como o caso da Companhia Comercial Construtora, responsável por edificar o Bairro Operário dos Barbadinhos.

³⁰⁷ Ferreira, 1996, p.619

³⁰⁸ Teixeira, 1992, p.70

No entanto, nuns e noutros existia uma *"intensa vida comunitária surgida da superposição das esferas do trabalho, do consumo (...) e da vida coletiva."*³⁰⁹ É deste alargamento urbano de Lisboa, visto a partir da vivência habitacional das «classes laboriosas», nas suas mais diversas formas de estruturação interna como de implantação territorial que se trata na parte que se segue.

3.1. «Pátios», «vilas», «bairros» e outras formas de habitar

*“Tudo o que é necessário à vida – o ar, o sol, o espaço, falta nestas habitações; possuem, em compensação, o que é nocivo à saúde (...). As epidemias alli nascem e alli se desenvolvem, e estes miseráveis antros tornam-se focos de infecção que ameaçam a população inteira.”*³¹⁰

As preocupações sanitárias crescentes e a consciência de que as deficientes condições de habitabilidade seriam uma das causas de uma maior incidência de variadas doenças, como a tuberculose, entre a população operária³¹¹ terão estado na origem da realização, pelo Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, do Inquérito aos Pateos de Lisboa.³¹² Sendo um inventário dos «pátios» existentes na cidade³¹³ – *“recintos irregulares, onde se aglomeram habitações e casinhotos, de capacidade limitada, construção defeituosa, sem luz nem arejamento”*³¹⁴ – nele foi registado o nome, localização e proprietário de cada um destes aglomerados habitacionais, assim como o número de fogos e de habitantes. Ao incluir, também, referências à existência ou não de vidraças nas janelas, de latrinas ou pias, de canalização, da forma de escoamento das águas das chuvas e dos despejos das cozinhas e do tipo de pavimento das habitações, este inquérito avaliou o estado de preservação e salubridade destes espaços, categorizando-os como *“bom”*, *“em mau estado, mas reparáveis”* ou *“em estado condenável”*. Assim, os relatórios anexos às duas partes do Inquérito cumpriam o objetivo último de *“indicar as obras de saneamento indispensáveis”*³¹⁵ aos da segunda categoria, que ficariam *“em condições razoáveis para serem habitados, se lhes fize[ss]em*

³⁰⁹ Cronin, 1983, p.36 (tradução livre)

³¹⁰ Matta, 1909, p.88

³¹¹ Cascão, 1993; Matta, 1909

³¹² *Inquérito aos pateos de Lisboa, 1903-1905*

³¹³ O trabalho de levantamento que originaria o *Inquérito aos pateos de Lisboa* foi feito entre 1897/9 e a sua publicação só aconteceu em 1902 e 1905.

³¹⁴ Matta, 1909, p.82

³¹⁵ *Inquérito aos pateos de Lisboa, 1905, p.4*

as convenientes reparações”³¹⁶, propondo a demolição dos pátios “que se encontra[va]m em deploráveis condições hygienicas e em tal estado de ruína, difficilmente reparável, que constituem um verdadeiro perigo para a saúde dos seus habitantes e mesmo para a salubridade geral de Lisboa.”³¹⁷

Embora incontornável, enquanto repositório de informação relativa ao habitar das «classes laboriosas» lisboetas desta época, o Inquérito aos Pateos de Lisboa não abarcou todas as formas residenciais destas populações. Tendo como objetivos “obrigar os proprietários e os constructores a executar as construções novas (...) evita[ando] a repetição de erros condemnáveis, prejudiciais à saúde pública [e a] obrigação de fazerem nos prédios as reparações necessárias para remediar os seus defeitos,”³¹⁸ a “vistoria a todos os pateos”³¹⁹ deixou de outras formas e/ou aglomerados de habitação onde se agregaria gente afeta ao setor secundário. Como barracas construídas em terrenos abandonados ou baldios, a ocupação de ruínas sem a intervenção e/ou conhecimento dos proprietários, os alugueres de quartos e/ou partes de casas assim como as «casas da malta», de que se falará mais adiante.

Os propósitos e necessidades subjacentes a este trabalho do Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Públicas terão conduzido, também, a que as lacunas desta fonte levassem a uma sub-representação dos núcleos habitacionais das «classes laboriosas» das zonas mais periféricas da cidade, nomeadamente, no eixo Santa Apolónia / Madredeus e Alcântara/Junqueira. A ausência de núcleos de habitação emblemáticos desta época, como o pátio do Fiúza em Alcântara ou o pátio Marialva em Marvila, revela que a “comissão [que] comporta[va] pessoal tecnico competente, (...) um representante da Camara Municipal e (...) delegado de saúde”³²⁰ levou a cabo um levantamento mais exaustivo e minucioso dos «pátios» e «vilas» dos bairros históricos e mais centrais da cidade. Fazendo, assim, que para o estudo e caracterização dos “*typos de habitações populares*”³²¹ lisboetas deste período seja essencial que o uso desta fonte tenha de ser coadjuvado com o recurso e análise de outras fontes e documentos.³²²

³¹⁶ Inquérito aos pateos de Lisboa, 1905, p.3

³¹⁷ Inquérito aos pateos de Lisboa, 1905, p.3

³¹⁸ Inquérito aos pateos de Lisboa, 1905, p.3

³¹⁹ Inquérito aos pateos de Lisboa, 1905, p.4

³²⁰ Inquérito aos pateos de Lisboa, 1905, p.4

³²¹ Matta, p.237

³²² O Inquérito aos Pateos de Lisboa contabilizou 233 «pátios» lisboetas. Sendo que estes representam 79% da totalidade dos núcleos de habitação identificados.

As “*más condições de salubridade da cidade de Lisboa (...) [e] as condições de vida das classes proletárias da capital*”³²³ seriam alarmantes ao ponto de, ainda nos anos 80 de Oitocentos, surgirem propostas legislativas que se debruçavam sobre estas questões. O projeto-lei, não aprovado, do deputado Augusto Fuchini³²⁴ foi o mais conseguido, por identificar problemas, descrever as poucas soluções de habitação operária que se deviam aos “*esforços (...) das nossas indústrias*”³²⁵ e de sugerir soluções e benesses fiscais que levassem “*as poderosas companhias ou grandes industriais a compreende[r] a conveniência de facultarem a habitação (...) aos seus operários (...) com rendas assás económicas.*”³²⁶ Também ao longo da primeira década do século XX, “*um dos principais problemas da questão social, a habitação (...) [no] nosso primeiro centro operário*”³²⁷ levou à produção de vários relatórios e estudos³²⁸ que oferecem detalhadas exposições tanto de “*antigos pateos (...) [como de] quarteirões de casas (...) em pontos excêntricos (...) construídas de propósito para este fim.*”³²⁹

As informações contidas nestas fontes, em associação, com os dados recolhidos no Inquérito aos Pateos de Lisboa e nos licenciamentos, processos de obras e pedidos de novos arruamentos depositados no *Fundo de Urbanismo e Obras e Processos de Obras* do Arquivo Municipal de Lisboa, permitiram identificar, localizar e preceder à caracterização de diferentes formas e núcleos de habitação popular, onde moraria a população operária da cidade, cuja ocupação pode ser confirmada na década entre 1890 e 1900.

O extenso e minucioso “*levantamento em larga escala*”³³⁰ de “*formas de habitação pluri-familiar [e] estudo sistemático dos diferentes tipos de construção correspondendo às sucessivas épocas e às classes e estratos da população a que se destinavam*”³³¹ levado a cabo pelo arquiteto Nuno Teotónio Pereira³³² e um inventário feito pela Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas da Câmara Municipal de Lisboa,³³³ que visava a

³²³ Fuschini, 1884, p.3

³²⁴ Fuschini, 1884

³²⁵ Fuschini, 1884, p.18

³²⁶ Fuschini, 1884, p.20

³²⁷ Bastos, 1898. p.2

³²⁸ Azevedo, 1905; Boletim do Trabalho Industrial, 1912; Matta, 1909

³²⁹ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.25

³³⁰ Pereira, Buarque, 1995, p.11

³³¹ Pereira, Buarque, 1995, p.8

³³² Pereira, Buarque, *Prédios e vilas de Lisboa*, 1995

³³³ *Plano de Pormenor e salvaguarda - Pátios e Vila*, 1993

salvaguarda de alguns destes espaços, constituíram, no âmbito desta investigação, fontes secundárias atuais que permitiram colmatar falhas e imprecisões das fontes principais, produzidas na época.

A integração desta larga panóplia de informação na base-de-dados espacial, já referida, permitiu identificar aglomerados residenciais das «classes laboriosas» que existiam em Lisboa neste período. E, a partir da cartografia digital georreferenciada, analisar a distribuição e características de diferentes formas e tipos de habitação operária, determinando zonas urbanas de concentração das mesmas.

Quadro 17 - Resumo da informação relativa a núcleos de habitação operária (1890-1900)	
Total de núcleos habitacionais	295
Total de «bairros»	9
Total de «vilas»	31
Total de «pátios»	255
Total de núcleos de que é conhecido nº de moradores	243
Total de moradores conhecido	13171
Total de fogos conhecido	3164

3.1.1. Onde viviam as «classes laboriosas» - distribuição e tipos de habitação

*“Os trabalhadores moravam perto das fábricas e das múltiplas oficinas (...), delimitando um largo perímetro de população operária cujas duríssimas condições de vida não eram distintas das dos demais.”*³³⁴

O processo de industrialização de Lisboa e decorrente aumento da mão-de-obra fabril levou a uma necessidade crescente de alojamento para estas populações. Ao mesmo tempo, como já vimos, a falta de soluções estatais e/ou municipais que suprissem a carência de alternativas habitacionais para as «classes laboriosas», fez com que “as áreas [urbanas mais industrializadas ficassem] *entregues à sua própria dinâmica e (...) depende[ssem] na sua organização da iniciativa privada sob forma de senhorios relativamente modestos ou da acção desenvolvida por empresários em favor dos seus operários.*”³³⁵ Estas condicionantes levaram a que a fixação habitacional operária lisboeta se baseasse no aproveitamento de estruturas já existentes, na ocupação dos espaços livres

³³⁴ Rosas, 2010, p.24

³³⁵ Rodrigues, 1979, p.39

da urbe tradicional anterior ao terramoto de 1755 e alastrasse “para os arrabaldes próximos de quintas e terras de cultura.”³³⁶

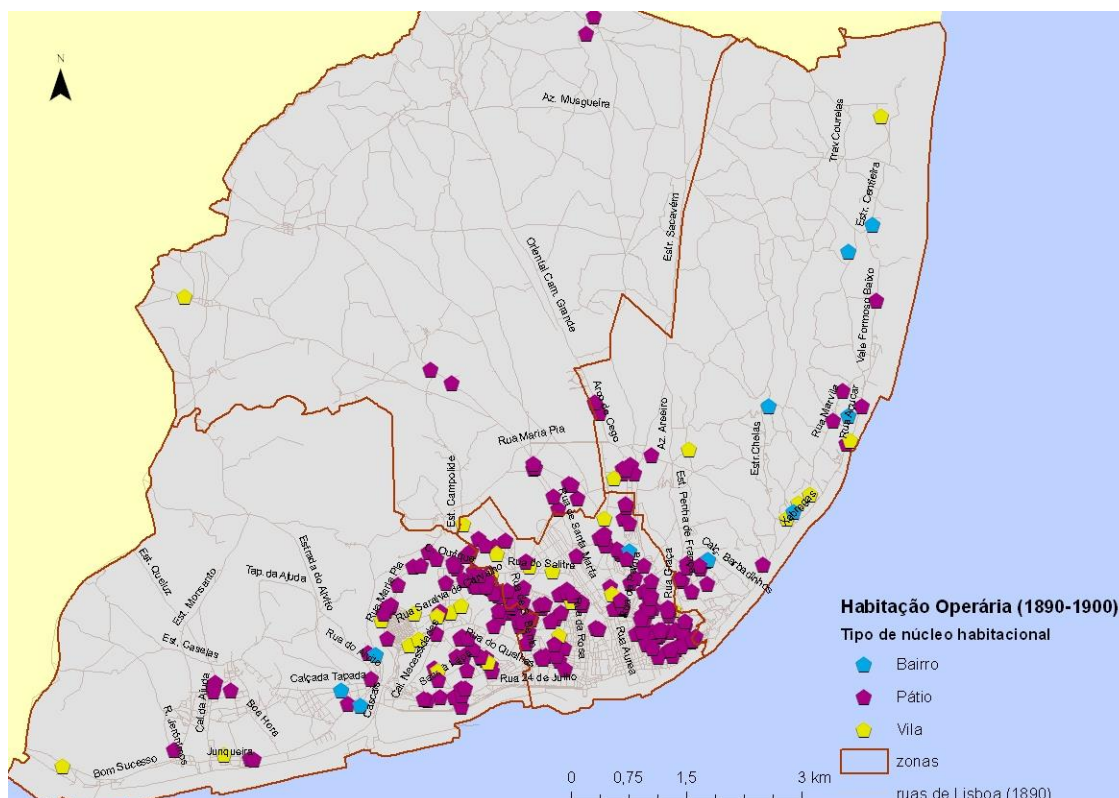


Fig.16 – Dispersão dos núcleos de habitação das «classes laboriosas», quanto ao seu tipo.

A análise da localização dos diferentes tipos de núcleos de habitação (fig.16) identificados para a última década do século XIX – «pátios», «vilas operárias» e «bairros operários» – indica-nos uma dispersão por toda a extensão da cidade realmente urbanizada à época, com maior concentração nos bairros históricos e nas áreas da periferia que demonstravam um crescimento da atividade industrial. Assinala-se uma ausência quase total daquelas formas de habitação na Baixa comercial da cidade e na extensão mais ruralizada da capital.

Os núcleos de habitação das «classes laboriosas», a partir de meados do séc. XIX, “são entregues à sua própria dinâmica”³³⁷ assentando, fundamentalmente, na tradição ligada aos «pátios». Estes – que agrupavam várias residências pobres, resultado de construções mais ou menos precárias edificadas em espaços livres nas traseiras de prédios

³³⁶ Silva, 1994, p.420

³³⁷ Rodrigues, 1979, p.39

e quarteirões ou do reaproveitamento de espaços e/ou construções anteriores – eram, como evidente na figura 16, a solução habitacional mais frequente. Constituíam-se como ilhas integradas na malha urbana histórica, construções não planeadas que integravam o sistema nuclear urbano da cidade tradicional. E, como se analisará mais à frente, estariam espacialmente relacionados com a dispersão da implantação fabril na cidade em 1890.

O aumento da densidade populacional nas últimas décadas do século XIX e o esgotamento das capacidades de absorção de novos habitantes em «pátios» e casas velhas dos bairros tradicionais conduziu ao iniciar da edificação de “*edifícios ou conjuntos expressamente construídos para habitação de famílias operárias*.”³³⁸, «vilas» com diferentes tipos, conforme a necessidade, espaço livre e disponibilidade financeira dos proprietários/construtores.

A edificação das «vilas» operárias por iniciativa dos proprietários industriais configurava, uma solução economicamente proveitosa. Para além do cunho filantrópico, oferecia aos empregadores renda resultante do aluguer das casas e gerava uma dependência entre habitação e local de trabalho. Ou seja, era uma forma de agrupar trabalhadores/as de baixo rendimento salarial, ao mesmo tempo que aumentava a dependência destes/as face à fábrica, reduzindo, assim, a mobilidade no emprego e as reivindicações laborais. Nalguns casos, o aluguer de moradia podia “*ser considerad[o] dependente do esquema de funções que a fábrica (...) determinava. (...) Agrupa[ndo] as suas casas em torno de um espaço, análogo a uma rua*”³³⁹ que está na continuidade das próprias instalações industriais.

Constituía, como se verá, “*habitação coletiva, num espaço relativamente humanizado e relativamente salubre*”³⁴⁰ se comparado com os aproveitamentos de espaços nos bairros setecentistas ou com os «pátios». A localização territorial das «vilas operárias» lisboetas na última década do séc. XIX (a amarelo na fig.16) – perto das novas áreas de implantação industrial e, pontualmente, penetrando na malha urbana mais central, revela a “*extrema dispersão das iniciativas de construção residencial*”³⁴¹ deste tipo, fazendo com que estas aglomerações habitacionais possam “*ser considerada[s] a*

³³⁸ Pereira, Buarque, 1995, p.274

³³⁹ Rodrigues, 1979, p.40

³⁴⁰ Rodrigues, 1979, p.41

³⁴¹ Silva, 1996, p.612

partir dos últimos anos da década de 70 como uma forma de colonização interna, ocupando novos espaços, operando a transformação de áreas rústicas.”³⁴²

Os «bairros» operários eram, em termos de modelo, idênticos às «vilas». Exigiam, no entanto, maiores recursos para a obra, já que constituíam um tipo mais desenvolvido “*que evolui[a] num sentido propriamente urbano pela resoluta articulação com um esquema viário.*”³⁴³ Foram, por nós, considerados «bairros» os conjuntos urbanísticos edificados em mais que um quarteirão, onde as preocupações construtivas não se cingiam aos espaços habitacionais, integrando também o espaço exterior. A cartografia apresentada integra não só o bairro construído para a população industrial no geral – o dos Barbadinhos – mas também aqueles, de iniciativa patronal, que se destinavam a uma determinada comunidade laboral, como o Bairro do Cabrinha. A sua localização nesta época acontecia “*nos arrabaldes da cidade, ou nos logares d’esta onde o solo seja menos caro (...).*”³⁴⁴ Ou seja, os «bairros» surgiram essencialmente nas novas zonas de crescimento industrial como Alcântara – o Bairro do Cabrinha e o da «Fábrica de Tecidos Lisbonense» – e, em maior quantidade, na zona oriental de Lisboa (a azul na fig. 16).

Diversas formas de habitar – diferentes tipos de residência e modos de construção – coexistiam assim na Lisboa operária da última década de Oitocentos. Todavia, para além dos «pátios», «vilas» e «bairros», representados na figura 16, existiam ainda «bairros de barracas» construídos com “*latas de petróleo, (...) restos de velhos caixotes [e] todo o lixo da cidade*”³⁴⁵ e as «casas de malta». Por «casas de malta» entendiam-se alojamentos associados essencialmente à população masculina que trabalhava por temporada. Recriando a ideia dos dormitórios ou camaratas dos trabalhadores rurais e mineiros, “*não era (...) raro encontrar-se um quarto estreito e baixo, onde dormiam seis, sete e mais homens, isto é, o que sucede em Lisboa nos «quartos de malta».*”³⁴⁶ Ou seja, eram locais destinados a trabalhadores isolados e temporários e/ou acabados de chegar à capital onde se alugava “*um espaço (...) – geralmente uma cama e um prego para pendurar a roupa.*”³⁴⁷

³⁴² Rodrigues, 1979, p.42

³⁴³ Rodrigues, 1979, p.46

³⁴⁴ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.23

³⁴⁵ Brandão, 1984, p.312

³⁴⁶ Bastos, 1898, p.4

³⁴⁷ Matta, p.237 (citando *O Século*, nº6321, Agosto de 1899)

As habitações coletivas, os “*subterrâneos (...) para os lados da Ajuda e de Alcântara,*”³⁴⁸ os «bairros de barracas» “*pendurados pelas «escarpas» do Casal Ventoso, as «paliçadas» miseráveis do Alto dos Sete Moinhos*”³⁴⁹ ou as furnas de Monsanto faziam, também, parte da realidade habitacional das «classes laboriosas» lisboetas deste período, alimentando a necessidade de mão-de-obra das fábricas, oficinas e obras públicas da cidade. Por passarem despercebidas na teia urbana, por terem um carácter mais precário e/ou por se localizarem afastados das «zonas nobres» da capital fugiam dos olhares públicos do final do século XIX, mais investidos no processo de monumentalização de Lisboa.³⁵⁰ Assim, embora referidas na imprensa e documentação da época, não eram indicadas as suas localizações exatas, não nos permitindo a sua representação cartográfica.

Quadro 18 - Resumo da informação relativa à cronologia de construção dos núcleos de habitação operária	
Data de construção	Nº de núcleos de habitação (%)
Séc. XVI	1 (0,3%)
Séc. XVII	2 (0,7%)
Séc. XVIII	22 (7,5%)
1860	4 (1%)
1870	7 (2,5%)
1880	16 (5,5%)
1890	233 (79%)
sem informação	10 (3,5%)

³⁴⁸ A Ilustração Portuguesa, 1888, p.3

³⁴⁹ Rosas, 2010, p.32

³⁵⁰ Barata, 2010; Matta, 1909; Rodrigues, 1978; Silva, 1930

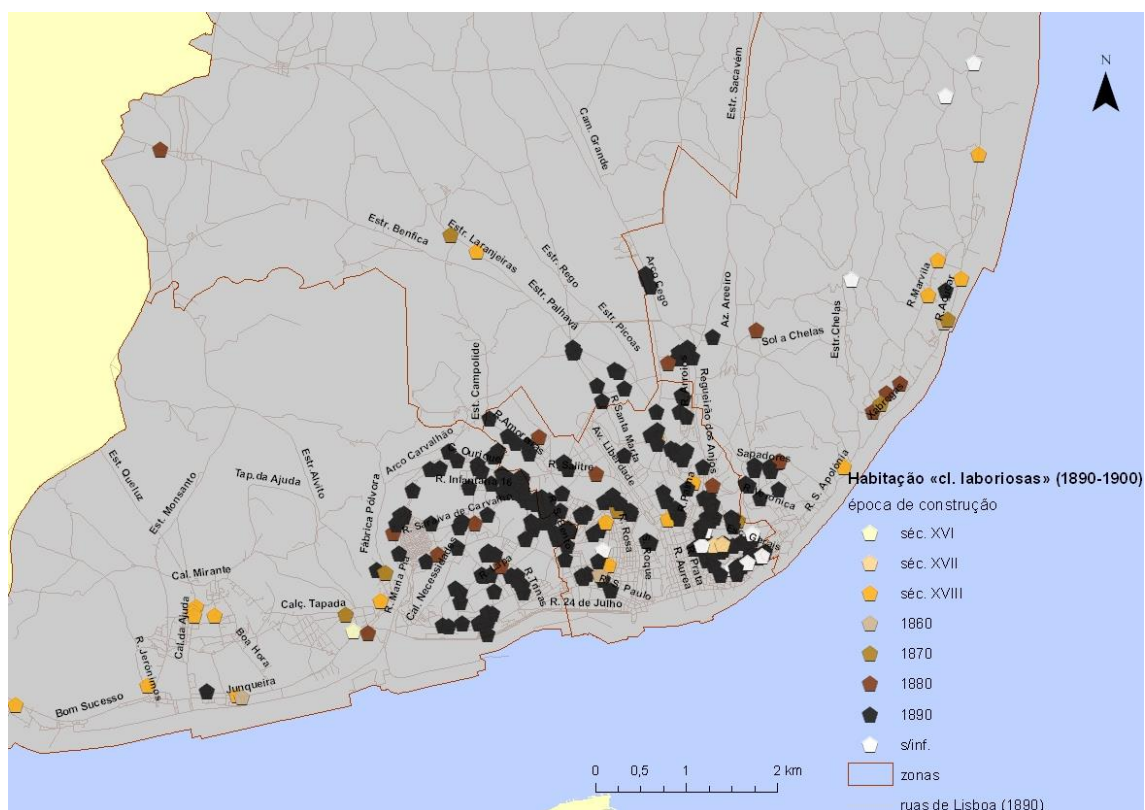


Fig.17 – Dispersão dos núcleos de habitação operária, quanto à sua época de construção.

Nos períodos intercensitários que decorreram entre 1878 e 1890 e entre 1890 e 1900 a cidade de Lisboa registou elevadas taxas de crescimento, com valores anuais médios de 2,3% e 1,49%, respetivamente, sabendo-se que grande parte destes novos efetivos populacionais vieram engrossar as «classes laboriosas», nomeadamente as empregues nos estabelecimentos fabris e oficinais. Ora, esta evolução demográfica teve, certamente, impacto na cronologia de construção dos núcleos de habitação operária (quadro 18 e fig.17). Já que as fontes permitem atestar que 79% destas soluções residenciais datam da década de 1890 e, se aglutinarmos as datações referentes ao séc. XIX, este valor sobe para 88%.

A implantação territorial dos «pátios» (a rosa na fig.16) – desenvolvidos num quadro de construção essencialmente improvisada – apresentava uma dispersão espacial bastante idêntica à dos núcleos de habitação operária edificados ou alterados para servirem de residência às «classes laboriosas» nas décadas finais do séc. XIX (em tons de castanho e a preto na fig.17). Sendo que, de entre este tipo habitacional – os «pátios» -

85% surgiram durante a década de 1890.³⁵¹ Esta sobreposição, entre a tipologia «pátio» (a rosa na fig.16) e as edificações datadas do período final de Oitocentos (a preto na fig.17), revela a primazia dos reaproveitamentos dos espaços deixados livres nas áreas mais centrais da cidade como o modo mais frequente de alojamento popular deste período.

*“Além dos bairros populares (...) que, melhor ou pior, resistiram ao terramoto, Lisboa herdou (...) ruínas de velhos palácios, abandonados entretanto pelos seus proprietários, e onde se vieram instalar famílias pobres, que por vezes aí ergueram habitações mais que modestas.”*³⁵² Esta ocupação e adaptação de edifícios de antigas casas senhoriais, conventos e quintas quinhentistas, seiscentistas e setecentistas (em tons de laranja na fig.17) nas imediações de estabelecimentos industriais, ainda assim não configuravam mais do que 8,5% do total dos núcleos de habitação (quadro 18). Localizavam-se, essencialmente, em *“zonas de urbanização não controlada, periféricas ao enquadramento e regularização da expansão urbana que começam a ser esboçados pelo município a partir da década de 1870.”*³⁵³ Ou seja, nas novas áreas de expansão industrial que tinham tido outrora um forte cariz rural mas que o acréscimo populacional deste período transformou em novos polos de crescimento urbano. Este enquadramento cronológico deixa, obviamente, de fora as efetivas construções residenciais nos terrenos anexos a este edificado antigo – antigos terrenos agrícolas, hortas, claustros, etc... -, já que foi em alguns desses solos que se ergueram muitos dos «pátios» referidos anteriormente. Por outro lado, tem de ser salvaguardado que nalguns destes espaços abandonados ter-se-ão instalado *“bairros improvisados”*³⁵⁴ – as aglomerações de barracas que «fugiam» aos levantamentos/inventários coevos.

3.1.2. Habitantes da cidade – espaços de habitação das «classes laboriosas»

“Percorram-se em Lisboa os bairros onde de preferência residem os operários, como, por exemplos a Alfama, esses restos imundos da cidade velha, ou a freguezia de Santos-

³⁵¹ Dos 255 «pátios» identificados, de habitação das «classes laboriosas» lisboetas entre 1890 e 1900, 216 foram construídos e/ou adaptados durante essa última década de Oitocentos.

³⁵² Almeida, 1993, p.101

³⁵³ Silva, 1996, p.619

³⁵⁴ Barata, 2017, p.37

o-Velho, algumas ruas em que se accumula uma parte considerável da população laboriosa; e o que se vê?”³⁵⁵

A distribuição dos núcleos de habitação «laboriosa» (fig.16) permite afirmar que Lisboa no final do séc. XIX ainda não apresentava uma segregação espacial classista muito vincada, própria de uma cidade moderna/industrial. Muitas residências das «classes laboriosas» misturavam-se com casas bem aparentadas e distintas moradias. Era em construções acrescentadas às edificações do séc. XVIII e no interior dos quarteirões urbanos do “*miolo medieval e pós-medieval*”³⁵⁶ que viviam as famílias operárias, assim como artesãos, trabalhadores não especializados, pequenos comerciantes e toda a comunidade ligada à atividade portuária e da estiva, partilhando os seus espaços quotidianos com “*a cidade dos bem-aventurados.*”³⁵⁷ Importa, agora, conhecer como se distribuíam as pessoas por estes espaços residenciais da “*face sombria da capital.*”³⁵⁸

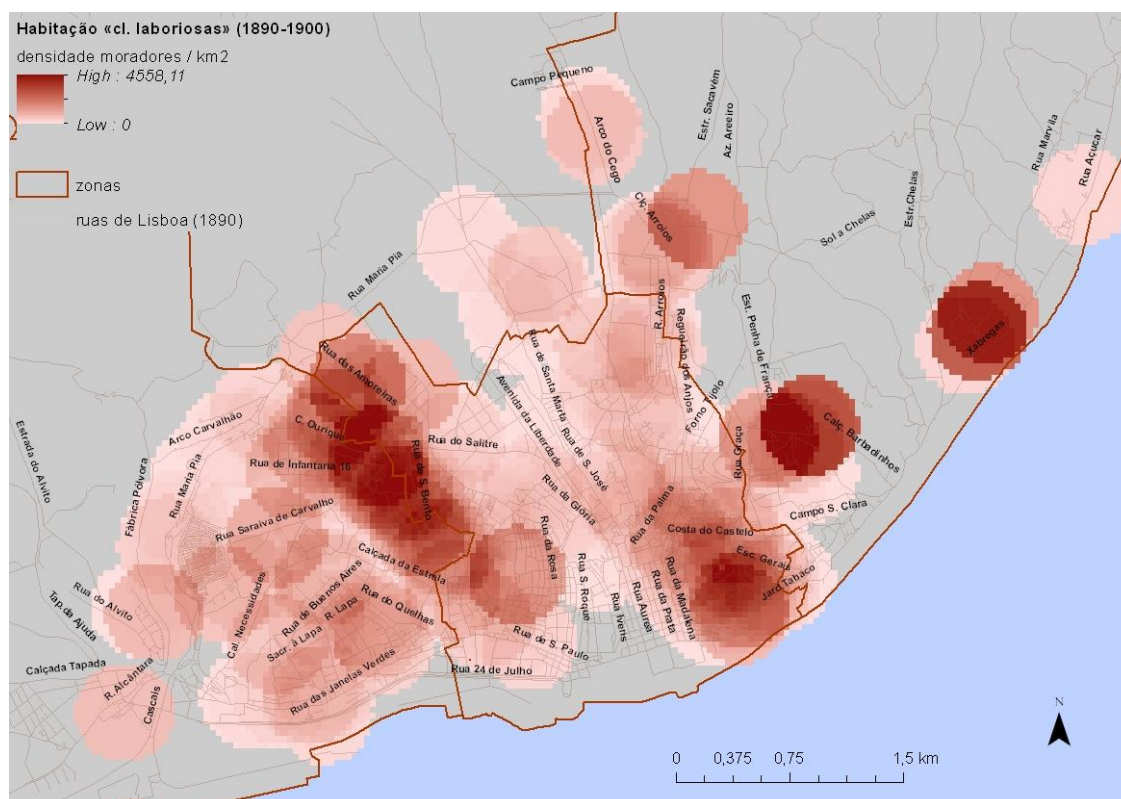


Fig. 18 – Densidade de moradores em núcleos de habitação das «classes laboriosas», identificados como habitados entre 1890 e 1900.

³⁵⁵ Bastos, 1898, p.3

³⁵⁶ Dias, 2010, p.330

³⁵⁷ Rosas, 2010, p.35

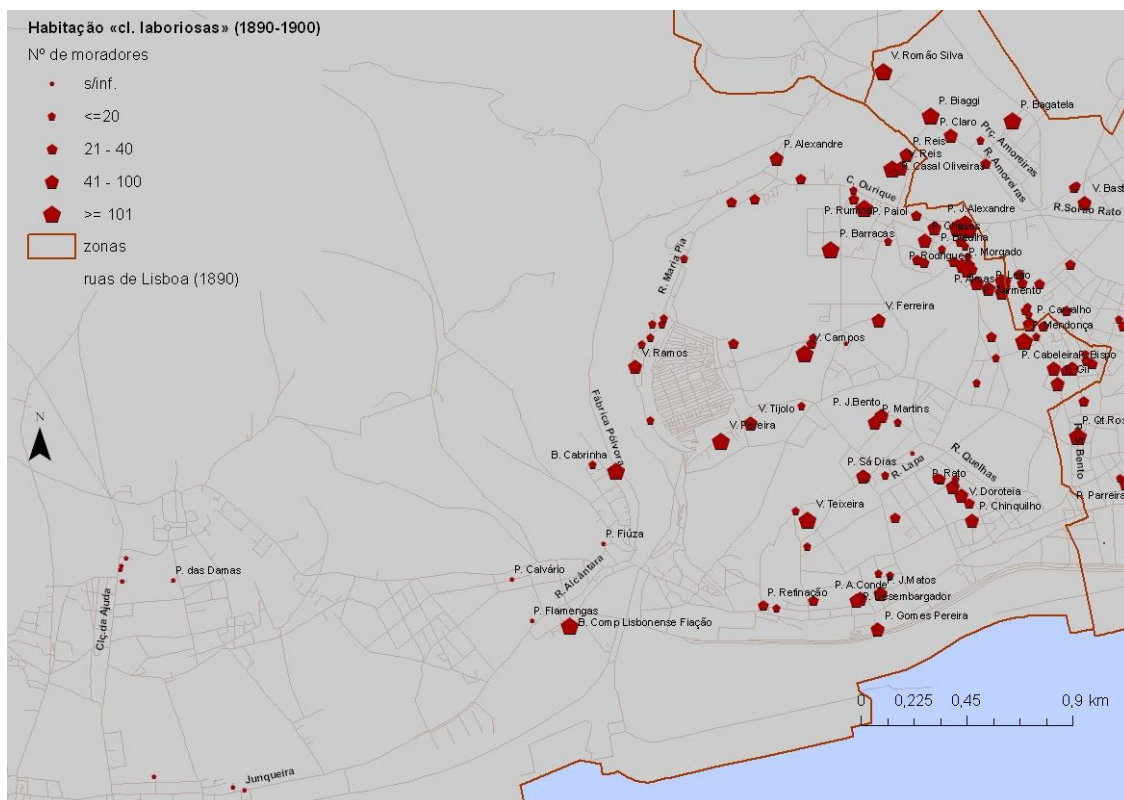
³⁵⁸ Pinto, 1999, p.7

Apesar das limitações das fontes quanto ao registo do número de indivíduos moradores em cada núcleo de habitação³⁵⁹ (quadro 17), a quantificação dos residentes em cada aglomerado habitacional possibilitou o cálculo da densidade de moradores³⁶⁰ das «classes laboriosas». A representação cartográfica dessa disseminação (fig.18) permite, finalmente, analisar espacialmente a dispersão dessas pessoas em Lisboa, tendo como ponto de referência os seus locais de residência.

A representação da territorialização dos residentes, dada pela figura 18, intensifica a leitura dada pela dispersão dos núcleos de habitação *per si* abordada anteriormente (fig.16). Os aglomerados habitacionais com mais inquilinos encontravam-se em redor do centro histórico, localizados no que se pode identificar como faixas de «fronteira» entre a zona central e a ocidental (representada, com mais pormenor, na figura 19) e entre a zona central e a oriental (representada, com mais pormenor, na figura 20), e em pontos muito circunscritos do novo polo industrial da Lisboa oriental. Existia, especificamente, uma clara intensificação da densidade nos eixos Amoreiras/S. Bento; Alfama/ Mouraria; Sapadores/Barbadinhos e Xabregas.

³⁵⁹ As diversas fontes consultadas permitiram identificar o número de moradores de 82% dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» registados (quadro17).

³⁶⁰ Para cartografar a densidade dos moradores em núcleos de habitação operária optou-se por calcular a densidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo cada ponto valorizado conforme o número total de habitantes em cada núcleo (agregado de habitações - «pátio», «vila» ou «bairros») referenciado nas fontes. Assim, na figura 18, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam as moradas de maior número de pessoas.



habitam.”³⁶² Aqui, tal como mostra a figura 20, morava muita gente em núcleos habitacionais que agregavam, relativamente, poucos moradores. Ou seja, nesta área da cidade - ressalvando os pátios Gama no largo do Limoeiro, com cento e oitenta moradores/as registados/as, e o do Marechal no beco das Merceeiras, onde viviam duzentas e sete pessoas – o Inquérito aos Pátios de Lisboa assinala densidades médias de habitantes inferiores a trinta pessoas³⁶³ em cada um dos “*antigos pátios onde se anicham formigueiros de gente.*”³⁶⁴ Este valor era, no panorama das outras áreas identificadas, a menor concentração média de moradores por núcleo habitacional – que se situava nos 55 na faixa Amoreiras/S. Bento; 161 no eixo Sapadores/Barbadinhos; e nas 277 pessoas em Xabregas.

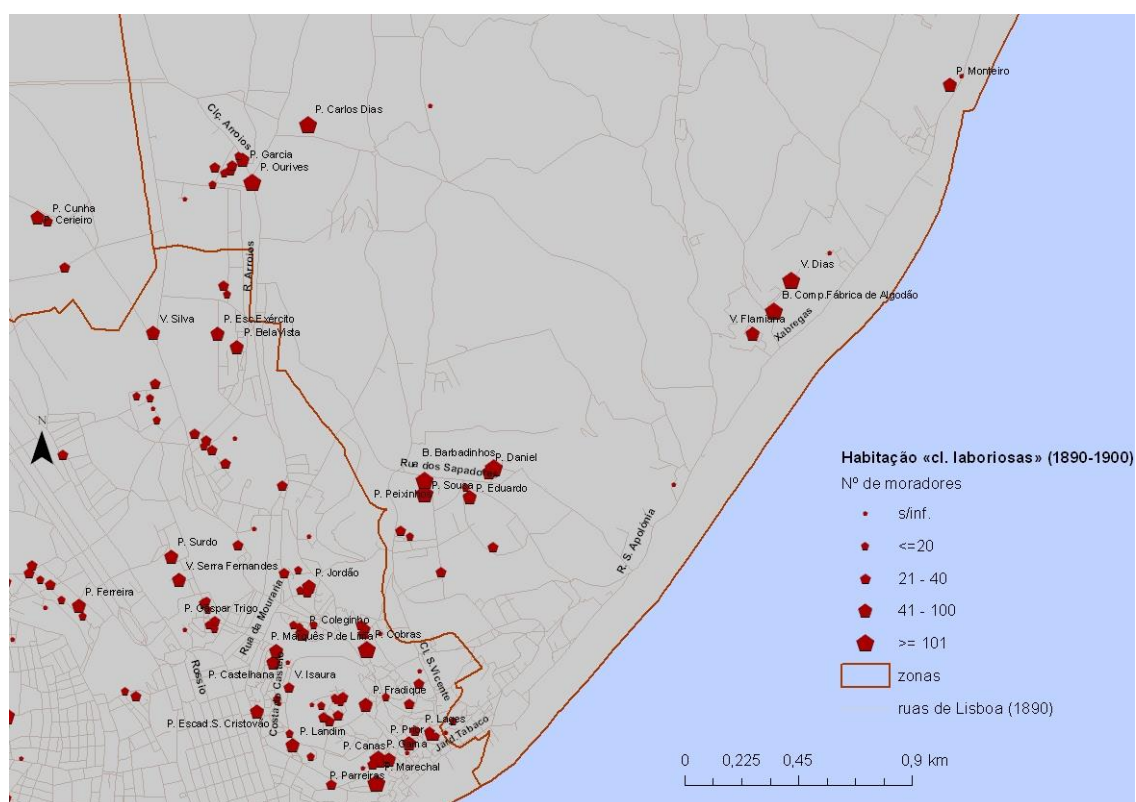


Fig.20 - Núcleos de habitação das «classes laboriosas» (dimensionados por total de moradores) nos eixos Alfama/Castelo/Mouraria, Sapadores/rua da Bela Vista à Graça/calçada dos Barbadinhos e Xabregas (zona oriental / zona central).

³⁶² Vidal, 1900, vol.I, p.62

³⁶³ Cálculo feito a partir da georeferenciação dos dados relativos aos número de moradores dos «pátios» do eixo Alfama/Castelo/Mouraria do *Inquérito aos pátios de Lisboa*, 1902.

³⁶⁴ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.26

A elevada densidade de moradores no eixo Sapadores/rua da Bela Vista à Graça/calçada dos Barbadinhos (fig.18) resultava, naturalmente, dos setecentos e vinte moradores/as do Bairro Operário de Barbadinhos³⁶⁵ – “a maioria (...) composta de operários da Fábrica de Tabacos.”³⁶⁶ Sendo, no entanto, acentuado pelas cento e noventa e seis pessoas que habitavam o pátio Sousa, da rua Nossa Senhora da Glória, e os/as cento e cinquenta moradores/as do pátio dos Peixinhos da rua de Sapadores.

Um pouco mais a oriente, em Xabregas, o cariz mais industrializante do parque habitacional em desenvolvimento também se fazia notar nos elevados números de moradores por «vila» ou «bairro». A mancha, que se observa na figura 18, assinala que aí haveria uma forte densidade populacional de carácter muito circunscrito junto à rua de Xabregas. A identificação dos núcleos habitacionais na figura 20 mostra que esse fenómeno procede da construção da vila Dias – que no decénio de 1890 era casa para cerca de quatrocentas pessoas³⁶⁷ – e do bairro da «Companhia de Fabrico de Algodão de Xabregas» – que as fontes indicavam albergar seiscentos e trinta e quatro operários/as da fábrica nos primeiros anos do século XX.³⁶⁸

As intervenções urbanísticas estatais levadas a cabo nesta época,³⁶⁹ aliadas ao elevado preço das rendas e à indisponibilidade de espaço para construção e ao crescimento da atividade económica nas áreas industriais em afirmação terão instigado ao surgimento de uma «nova cidade operária» que foi crescendo para as margens / periferias. Apesar de, como já referido, não ser possível a quantificação do número de habitantes de alguns dos núcleos emblemáticos do polo operário de Alcântara, como do “pateo e palácio do Fiúza, cuja revolucionaria tradição [operária] era conhecida”³⁷⁰ ou do pátio das Flamengas (fig.19). A agregação de cento e oitenta e seis moradores/as no «bairro da Companhia Lisbonense de Fiação», de outras quase duzentas almas no «bairro do Cabrinha», outras tantas na vila Campos da rua Saraiva de Carvalho ou as cento e cinquenta pessoas acomodadas nos vinte e nove “velhos pardieiros”³⁷¹ da vila Pereira, no fim da mesma rua, quando associadas a uma multiplicidade de outros núcleos de habitação das «classes laboriosas» que, embora menos densamente habitados, se

³⁶⁵ Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo do Arco do Cego

³⁶⁶ Bastos, 1898

³⁶⁷ Plano de Pormenor e salvaguarda – Pátios e Vilas, 1993

³⁶⁸ Boletim do Trabalho Industrial, 1912

³⁶⁹ Barata, 2010; Ferreira, 1996; Rodrigues, 1979; Silva, 1994

³⁷⁰ Botelho, 1901, p.367

³⁷¹ *Inquérito aos pateos de Lisboa*, 1905, p.15

agregavam em vários pontos do eixo rua Maria Pia / Alcântara / Lapa – visíveis na figura 19 -, justificam as manchas de densidade intermédia de habitantes (fig.18) desta faixa ocidental da cidade, sugerindo uma etapa desse crescimento urbano potenciado pelo «empurrar» do operariado para fora do centro tradicional da cidade.

Quadro 19 - Resumo da informação relativa a núcleos de habitação das «classes laboriosas» por zona urbana (1890-1900)		
Zona	Total núcleos habitacionais	Nº moradores ³⁷²
Central	131 (44%)	4734 ³⁷³ (36%)
Oriental	42 (14%)	3495 ³⁷⁴ (26,5%)
Ocidental	109 (37%)	4673 ³⁷⁵ (35,5%)
Norte	13 (5%)	269 ³⁷⁶ (2%)
Total	295 (100%)	13171 ³⁷⁷ (100%)

Numa visão geral da cidade, confrontando o número de núcleos de habitação operária com a quantidade de habitantes nas quatro zonas urbanas definidas (quadro 19) é possível reconhecer diferentes padrões de ocupação e de dimensão das aglomerações habitacionais das «classes laboriosas».

Como o que se disse acima sobre os eixos Xabregas e Sapadores/Barbadinhos já sugeria, a zona oriental era aquela em que, em média, os núcleos de habitação agregavam mais moradores – oitenta e três pessoas. Esta zona, no final de Oitocentos, era caracterizada por uma ocupação de solo de cariz ainda rural, onde a existência de espaço desocupado, poucas soluções construtivas preexistentes integradas no tecido urbano e terrenos mais baratos terão potenciado a construção/transformação de edificado para

³⁷² Os valores que aqui se apresentam referem-se à agregação do número de moradores que as fontes indicam para cada núcleo da habitação das «classes laboriosas». Sendo que as fontes não permitiram saber esta informação relativa a todos os núcleos habitacionais, estes valores referem-se ao universo inventariado.

³⁷³ Na zona Central foi possível saber o número de moradores relativamente a 112 núcleos de habitação (85,5%).

³⁷⁴ Na zona Oriental foi possível saber o número de moradores relativamente a 30 núcleos de habitação (71,5%).

³⁷⁵ Na zona Ocidental foi possível saber o número de moradores relativamente a 93 núcleos de habitação (85%).

³⁷⁶ Na zona Norte foi possível saber o número de moradores relativamente a 8 núcleos de habitação (61,5%).

³⁷⁷ No total da cidade de Lisboa foi possível saber o número de moradores relativamente a 243 (82%) núcleos de habitação inventariados.

habitação de maiores comunidades industriais. Apesar de englobar apenas 14% núcleos de habitação (quadro 19) aglutinava o maior número de «bairros» (fig.16 e 20) e 26,5% da população referenciada como residente em núcleos habitacionais «laboriosos».

A zona ocidental apresentava um padrão de dimensão média – havendo, praticamente, tantos moradores das «classes laboriosas» como na zona central, apesar de distribuídos por um menor número de «pátios», «vilas» ou «bairros» (quadro 19). Resultando numa média de quarenta e três habitantes por aglomerado habitacional, reflexo de uma consistente “*expansão da cidade para (...) zonas que tinham já sido objecto de ocupação setecentista e que se tinham mantido como pólos de crescimento ao longo dos primeiros dois terços do século XIX.*”³⁷⁸

Já nos “*velhos e infectos bairros da [zona central da] capital, com as suas vielas e becos escuros (...) [onde] a desejada renovação (...) se foi adiando para nunca se concretizar,*”³⁷⁹ concentravam-se 44% dos núcleos de habitação «laboriosa» (quadro 19). Revelando um padrão de ocupação mais baixo, com uma média de trinta e seis pessoas a residir em cada «pátio» ou outra tipologia de residência construída e/ou aproveitada nos espaços livres nas traseiras de prédios e quarteirões.

Por último, na zona norte vivia-se «mais à larga» – com uma média de vinte pessoas por aglomeração de domicílios. O cariz pouco industrializado do tecido económico desta área justifica que aí se tenham registado, somente, 4% dos núcleos de habitação e 2% dos residentes (quadro 19).

3.1.3. Habitação e trabalho operário

“*A cidade de Lisboa corresponde à manifestação de (...) atitudes distintas no que se refere à definição de um espaço urbano, (...) expressas num crescimento demográfico, acompanhado pela introdução de sistemas industriais. (...) No caso das extensões [urbanas] não planeadas o processo apresenta similitudes com o crescimento tradicional quanto à ocupação do espaço, (...) tipo de habitação relacionada com o local de trabalho (...) [que funcionará] como unidade programadora de um espaço urbano*”³⁸⁰ em evolução. Assim, importa perceber de que formas os espaços e formas de habitação das

³⁷⁸ Silva, 1996, p.601

³⁷⁹ Barata, 2010, p.277

³⁸⁰ Rodrigues, 1979, p.89

«classes laboriosas» se relacionavam com os espaços de trabalho industrial na cidade de Lisboa do final de Oitocentos.

A confrontação entre a localização dos duzentos e noventa e cinco núcleos habitacionais identificados, dimensionados quanto à quantidade de pessoas que albergavam, e a densidade do trabalho operário³⁸¹ disperso pelos estabelecimentos industriais referenciados no Inquérito Industrial de 1890 – representada na figura 21 – aponta para uma contiguidade entre os espaços de habitação e de trabalho em grande parte do espaço urbano lisboeta. Assim, para os trabalhadores/as fabris e oficinais o critério de escolha do local de habitação estaria, de facto, condicionado em grande medida à proximidade ao lugar de trabalho.

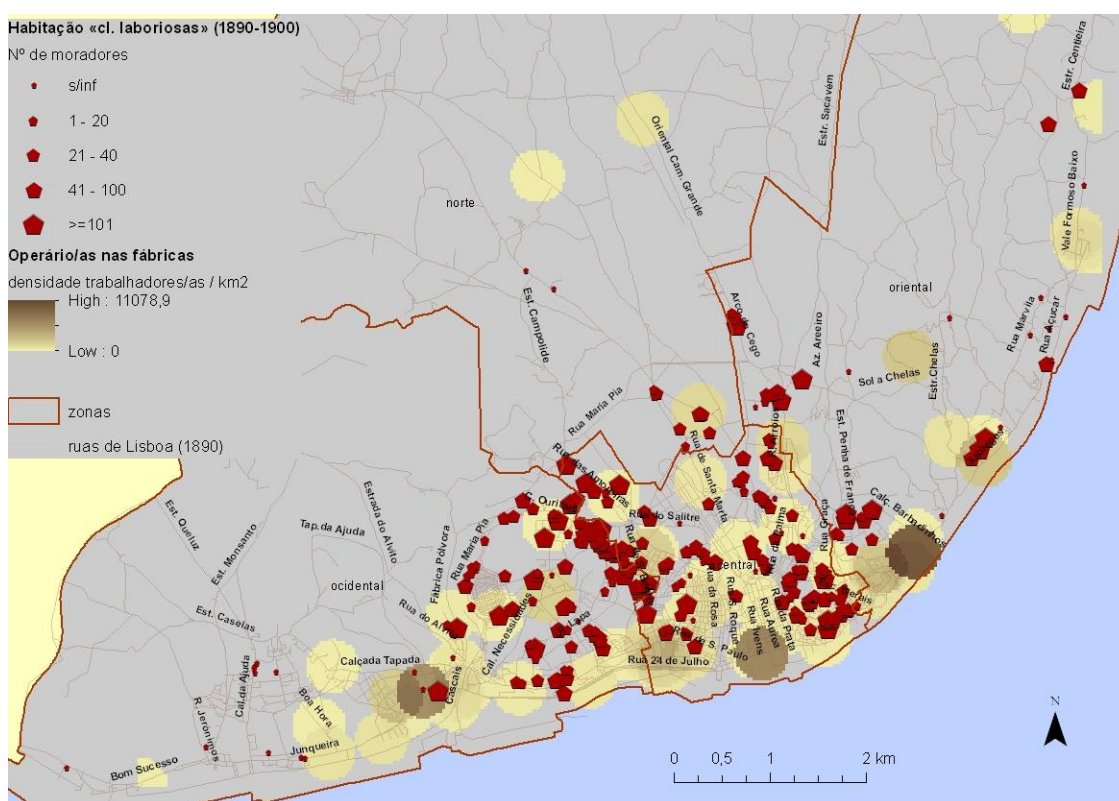


Fig.21 – Dispersão dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» (dimensionados por total de moradores) e densidade do trabalho (Inquérito Industrial de 1890).

Os condicionamentos financeiros impostos pela construção da “nova Lisboa, a do futuro, [que] estava a nascer ampla e monumental, simétrica mas desafogada e ia

³⁸¹ Para cartografar o trabalho operário optou-se por calcular a densidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo cada ponto valorizado conforme o número total de operários e operárias que trabalhavam em cada fábrica ou oficina referenciada no Inquérito Industrial de 1890.

roubando todos os dias habitantes à Baixa pombalina”³⁸², mas também a crescente instalação industrial nos territórios mais ribeirinhos,³⁸³ a ocidente e a oriente, induziram a que não se verificasse uma justaposição entre a localização dos estabelecimentos industriais e os núcleos de habitação identificados. Ou seja, com as únicas exceções dos eixos da rua direita de Xabregas e da rua de Alcântara / largo do Calvário – onde núcleos de habitação operária se sobrepunham a manchas de forte densidade operária (fig.21) -, na maior parte do território lisboeta os domínios do trabalho operário e da habitação «laboriosa» tinham uma relação de adjacência, fazendo com que a vida quotidiana dos/as trabalhadores/as industriais se desenrolasse entre estes espaços complementares – de trabalho e de habitação.

Assim, as comunidades operárias não estavam enraizadas num só espaço da cidade. Elas ocupavam os bairros históricos e antigos do centro – nas margens da Baixa oficial, industrial e comercial onde trabalhavam - e as envolvências das fábricas das novas zonas industriais periféricas em afirmação nesta época (fig.21). E foi, certamente, a procura da máxima proximidade possível aos locais de trabalho que potenciou o surgimento das grandes agregações de moradores das «classes laboriosas», observadas anteriormente, nas «áreas de fronteira» entre “*a velha Lisboa [industrial] que ia lutando como podia*”³⁸⁴ e os novos polos de desenvolvimento industrial que cresciam para oriente (fig. 20) e para ocidente (fig.19).

A ação das «classes laboriosas» como “*agente colonizador das áreas desocupadas mais próximas*”³⁸⁵ dos espaços do trabalho operário lisboeta no final do século XIX torna-se ainda mais clara quando analisamos os dados agregados por zonas urbanas.

³⁸² Barata, 2010, p.209

³⁸³ Custódio, 1994

³⁸⁴ Barata, 2010, p.209

³⁸⁵ Rodrigues, 1979, p.36

Quadro 20 - Resumo da informação relativa a núcleos de habitação das «classes laboriosas» e trabalho operário por zona urbana (1890-1900)				
Zona	Total núcleos habitacionais	Nº moradores ³⁸⁶	Total de estabelecimentos	Total de operário/as
Central	131 (44%)	4734 (36%)	147 (56%)	5399 (35%)
Oriental	42 (14%)	3495 (26,5%)	43 (16,5%)	5167 (34%)
Ocidental	109 (37%)	4673 (35,5%)	64 (24,5%)	4268 (28%)
Norte	13 (5%)	269 (2%)	7 (3%)	515 (3%)
Total	295 (100%)	13171 (100%)	261 (100%)	15349 (100%)

Na zona central que, como espelhado no quadro 20, agregava a maioria dos estabelecimentos industriais e a maior percentagem de trabalhadores fabris, situava-se a maioria (44%) dos núcleos de habitação inventariados. Era, assim, em diferentes tipos de habitação integrados nos “*bairros tradicionais do velho núcleo da cidade*”³⁸⁷, caracterizados por uma malha urbana antiquíssima “*com a particularidade de a mesma assentar num geomorfismo moldado por vales escavados em encostas tortuosas,*”³⁸⁸ que vivia a maior parte da população «laboriosa». No entanto, numa perspetiva mais particular da zona central (fig.22) sublinhe-se que não foi registado qualquer núcleo habitacional relacionado com trabalhadores fabris na Baixa, no Chiado ou na Avenida da Liberdade.

³⁸⁶ Os valores que aqui se apresentam referem-se à agregação do número de moradores que as fontes indicam para cada núcleo da habitação das «classes laboriosas». Sendo que as fontes não permitiram saber esta informação relativa a todos os núcleos habitacionais, estes valores referem-se ao universo inventariado (ver notas do quadro 19).

³⁸⁷ Ribeiro, 2000, p. 113

³⁸⁸ Ribeiro, 2000, p. 121

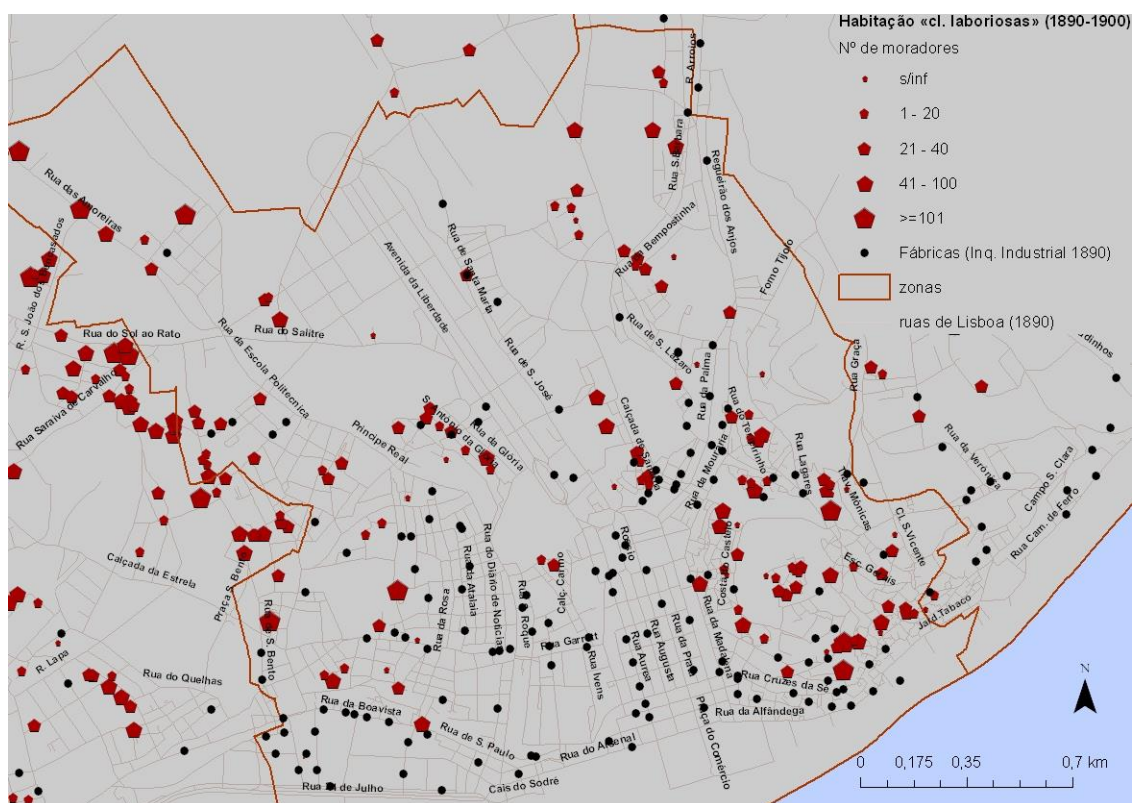


Fig.22 – Dispersão dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» (dimensionados por total de moradores) e implantação fabril (Inquérito Industrial de 1890). Pormenor da zona central de Lisboa.

Este centro do centro, com rendas mais caras³⁸⁹ e com menos espaços disponíveis, tornava-se inacessível em termos habitacionais para as classes mais desfavorecidas da população. Os/as trabalhadores/as das fábricas e oficinas aí instaladas viveriam, naturalmente, afastados dos seus locais de labor, mas ainda assim não longe do velho centro económico e comercial da cidade. Habitavam em seu redor, nos becos, vielas e calçadas de Alfama, Mouraria, Castelo, Bairro Alto ou em redor da rua Direita dos Anjos. De facto, ao analisar o perímetro urbano delimitado pela rua da Mouraria, Costa do Castelo, rua das Cruzes da Sé, calçada de São Vicente e travessa das Mónicas (fig.22) – uma das manchas de maior densidade de moradores das «classes laboriosas» (fig.18) – acha-se uma densa rede de núcleos habitacionais de múltiplas dimensões que se situava como que «encaixada» entre dinâmicos espaços industriais da zona central – a Baixa e o eixo da rua da Palma – e da zona oriental – rua dos Caminhos de Ferro / rua de Santa Apolónia.

³⁸⁹ Alves, 2016

Alfama – retratada pelo fotógrafo Joshua Benoliel na fotografia 3 – e Mouraria aparecem na imprensa de época como expoentes máximos das “*habitações de miséria*”³⁹⁰ alfacinhas e foram sentenciados, por vários projetos nunca efetivados da edilidade lisboeta, a serem “*demolidos e reconstruídos de novo em ruas largas e bem alinhadas.*”³⁹¹ Cubículos sombrios e húmidos em ruas estreitas de uma malha urbana medieval, casas antigas aproveitadas das ruínas que ainda restavam dos danos do terramoto de 1755, formavam um traçado irregular muito diversificado. Correspondendo “*a um tecido primitivo consolidado mas muito alterado por transformações pontuais*”³⁹² que foram acontecendo ao longo dos tempos. Os «pátios» surgiam e agregavam-se onde a pressão urbanística permitia, transformando-se em amontoados de pequenas habitações coladas umas às outras, em alojamentos que não contemplavam a versão moderna de um urbanismo apoiado numa rede infraestrutural que integrasse as componentes fundamentais de água e/ou esgotos.

³⁹⁰ *Ilustração portuguesa*, 1922, p.55

³⁹¹ Barata, 2010, p.176

³⁹² Pereira, Buarque, 1995, p.13



Fotografia 3 – Crianças em Alfama, 190-. (autor: Joshua Benoliel; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001538).

Em Alfama – entre o Jardim do Tabaco, a rua das Escolas Gerais, o largo da Sé e a rua de Santa Cruz do Castelo – um “*dos bairros onde de preferência reside[ia]m os operários*”³⁹³ – existiam, segundo as fontes consultadas, vinte e dois «pátios» que albergavam mais de novecentas e cinquenta pessoas,³⁹⁴ em várias habitações familiares que resultavam da “*adaptação do parque habitacional ocorrida ao longo da 2ª metade de Oitocentos*”³⁹⁵. Já na Mouraria contabilizavam-se treze aglomerados habitacionais, também estes «pátios» aproveitados e construídos nos becos e ruelas, com cerca de

³⁹³ Bastos, 1898, p.3

³⁹⁴ Relativamente a estes 22 «pátios», as fontes só permitiram saber o número de pessoas que viviam em 19 - 943 moradores.

³⁹⁵ Pereira, Buarque, 1995, p.11

trezentos moradores.³⁹⁶ Outros núcleos habitacionais com as mesmas características existiam, embora em menor concentração, em redor das calçadas da Graça, de S. Vicente e da rua da Palma (fig.22).

Na Lisboa de traçado ortogonal, em redor da nova avenida da Liberdade, a degradação dos «pátios» vivia, literalmente, paredes-meias com “*a mediania do prédio de rendimento, que define uma espécie de etapa intermédia (...) [entre os] bairros de Alfama e Mouraria e o prédio (...) pequeno-burguês de alguns programas urbanísticos de finais do século nesta zona, como (...) [o] Bairro Andrade.*”³⁹⁷ Construídos nas traseiras ou saguões dos prédios de rendimentos destinados ao pequeno funcionalismo público e comercial ou no interior dos jardins de antigos palácios e conventos, surgem espalhados por toda a parte ocidental do coração central da cidade, pontilhando toda a área entre a rua de S. Paulo, Príncipe Real e a rua do Salitre.

No entanto, como sobressai na figura 22, existiam áreas em que soluções deste tipo tendiam a agregar-se. Em redor da calçada de Santana, logo acima do Rossio, existiam oito núcleos habitacionais que eram casa de duzentas e cinquenta e seis pessoas.³⁹⁸ Também nessa colina, entre a rua da Bempostinha e o Paço da Rainha surgiam mais «pátios» – pátio Sardinha, pátio do Cortês, pátio do Costa, pátio da Bempostinha e o pátio do Sequeira – e o único «bairro» registado para a zona central da cidade, o bairro dos Castelinhos³⁹⁹ que consistia, na prática, na adaptação das estruturas edificadas da antiga quinta dos Castelinhos. Seguindo a mesma lógica de ocupação dos espaços disponíveis, um pouco acima, encontrava-se o pátio do Hospício de S. Bernardino – que advinha da transformação do edifício de um convento do século XVIII, Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e Carmo, em várias habitações. Assim como os pátios do Melo, do Freitas, Dias e da Maria Antónia, construídos nos espaços internos do antigo convento

³⁹⁶ Contabilizaram-se 286 moradores nos 12 destes núcleos habitacionais para os quais as fontes referiam esse dado.

³⁹⁷ Ribeiro, 2000, p.107

³⁹⁸ Segundo o *Inquerito aos Pateos de Lisboa*, 1905, estes oito aglomerados habitacionais – pátio Santos, pátio José António, pátio Martim Vaz, pátio do Ghira, pátio Gaspar Trigo, pátio Sampaio, pátio do Surdo e vila Serra Fernandes - integravam setenta e dois fogos.

³⁹⁹ A construção do «bairro dos Castelinhos», que compreende atualmente as ruas dos Castelinhos, Renato Baptista e Rafael de Andrade, é datada de 1901 (Arquivo Municipal de Lisboa; Fundo Histórico; Série de Urbanismo e Obras / Planeamento Urbanístico / Projetos de Arruamentos; Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/13). No entanto, na década final de Oitocentos, este «bairro» era um aglomerado habitacional que resultava do reaproveitamento e adaptação do edificado da antiga Quinta dos Castelinhos (Arquivo Municipal de Lisboa; Fundo Histórico; Série de Urbanismo e Obras / Planeamento Urbanístico / Estudos e projetos urbanísticos; Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSB/AH/PURB/002/00659)

(claustros e jardim), que o Inquérito aos Pateos de Lisboa indicava como instalação de vinte e um fogos que albergavam setenta e três pessoas.⁴⁰⁰

No outro lado do antigo Passeio Público, na colina que sobe para o Príncipe Real, também se empilhavam várias aglomerações habitacionais. Só junto à rua de S. António da Glória referenciámos oito – pátio Pampelona, pátio do Ferreira, pátio Fradinhos, pátio Santos, pátio do Loureiro, pátio Doroteia, pátio Vilas e pátio do Esteireiro.

As soluções de habitação que alguns patrões industriais ou outros investidores imobiliários constroem propositadamente para as populações trabalhadoras da zona central e que, na primeira metade do século XX, vão ser o tipo de habitação característica das populações operárias – as «vilas» –, só pontualmente surgem na última década de Oitocentos. Na fronteira entre as zonas central e oriental, na colina da Graça atualmente conhecida pelas suas «vilas operárias», só existia a vila Souza – prédio quadrangular de cinco pisos com amplo pátio central – construída em 1889 pelos irmãos Tomaz da Costa sobre as ruínas do “*palácio dos condes de Val-de-Reis, arruinado pelo Terramoto*.”⁴⁰¹ No Bairro Alto, foi construída a vila O Século “*na rua Formosa [atual rua d’O Século], a expensas do inteligente director d’aquelle importante periódico da capital, para alojamento de empregados e operários de «O Século»*.”⁴⁰²

“*A caresia da habitação (...) resulta[va] que a fatal renda da casa absorv[ia] todos os recursos dos operários*.”⁴⁰³ A dificuldade em encontrar casa consonante com as fracas jornas auferidas, associada à necessidade de viver perto do local de trabalho levava, no centro, a que as soluções habitacionais das «classes laboriosas» se concentrassem nos espaços deixados livres na malha urbana antiquíssima e nos espaços esquecidos pela renovação urbana que estava a acontecer na capital. Habitavam, ocupando, alterando ou construindo, o edificado preexistente enquanto o Plano de Melhoramentos da Capital vai modificando a fisionomia da zona – não só através da construção da avenida da Liberdade e da praça dos Restauradores mas também, da construção da avenida Dona Amélia (atual avenida Almirante Reis) em cima da antiga rua Direita dos Anjos e da remodelação do largo do Intendente, obras estas que começam em 1892.⁴⁰⁴

⁴⁰⁰ *Inquérito aos pateos de Lisboa*, 1902 - 1905

⁴⁰¹ Pereira, Buarque, 1995, p.324

⁴⁰² Matta, 1909, p.105

⁴⁰³ *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 27/08/1888, p.3

⁴⁰⁴ Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo do Arco do Cego Fundo de Urbanismo e Obras / Planeamento Urbanístico / Projectos de Arruamentos, Expropriações do Projecto da Avenida dos Anjos.

Na zona oriental da cidade, apesar de agregar a segunda maior concentração de trabalhadores/as fabris referenciados no Inquérito Industrial de 1890 – 34% da mão-de-obra industrial registada (quadro 20) – foram detetados nas fontes somente quarenta e dois núcleos de residência – 14% do total inventariado (quadro 20) - habitados por três mil quatrocentas e noventa e cinco pessoas, durante a última década de Oitocentos. Este facto poderá indicar que parte do operariado desta zona viveria nos «pátios» da zona central, na proximidade das áreas de fronteira entre estas duas zonas urbanas. Mas, também, poderá estar relacionado com o, já referido, menor conhecimento e/ou interesse que os estudos e levantamentos coevos - assim como os atuais - tinham desta área da cidade. Simultaneamente, devido ao tipo de soluções habitacionais disponíveis para as «classes laboriosas» desta zona ser mais propenso a «passar despercebido» aos olhares exteriores, núcleos habitacionais construídos em áreas mais isoladas, numa perspetiva “*segregacionista do ponto de vista (...) de classe*”⁴⁰⁵, ou aglomerados de barracas provisórias e precárias, de autoconstrução, menos integrados na teia urbana pré-existente.

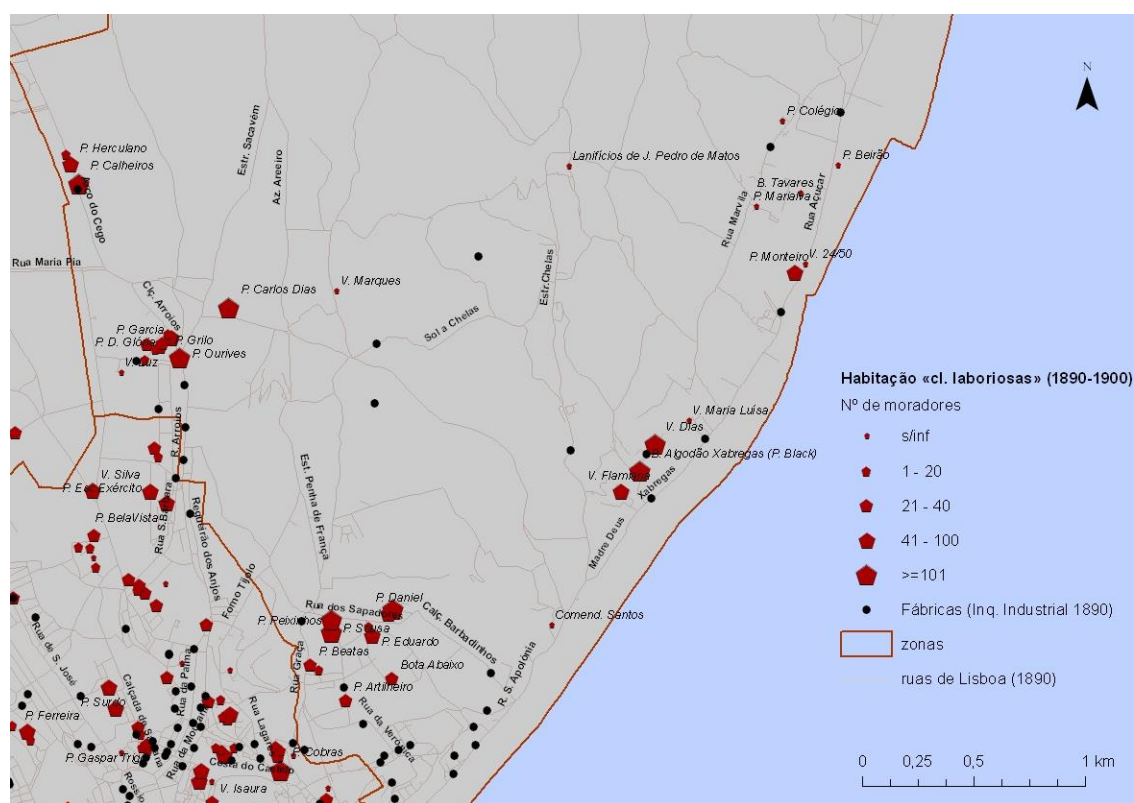


Fig.23 – Dispersão dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» (dimensionados por total de moradores) e implantação fabril (Inquérito Industrial de 1890). Pormenor da zona oriental de Lisboa.

⁴⁰⁵ Rodrigues, 1979, p.41

De facto, o “*desolador caminho marginal da cidade, rua da Bica do Sapato, Calçada de Santa Apolónia, da Cruz da Pedra, da Madre de Deus (...) era reduzido a um sudário de coisas tristes e indignas de uma capital*”⁴⁰⁶ e as habitações das pessoas que aí trabalhavam seriam coincidentes com tal descrição. Conjuntos de casas distribuídas por ruelas muito estreitas surgiam para lá dos portões de ferro de velhos palácios ou antigos conventos abandonados, num processo de ocupação de terras e ruínas no tecido semirrural da cidade.

As “*cabanas de madeira e outras construções improvisadas*”⁴⁰⁷ do pátio do Colégio – na antiga quinta dos Marqueses de Abrantes em Marvila –, do pátio da Matinha – na antiga quinta da Matinha ou do Braço de Prata – e do pátio do Beirão foram edificadas nas ruínas e hortas das antigas quintas pelos/as operários/as das saboarias, fábricas de curtumes, de tijolos ou cortiça da zona oriental da cidade. A abundância de terrenos fez com que soluções habitacionais com o mesmo tipo – “*os mesmos casebres (...) a mesma construção improvisada*”⁴⁰⁸ em terrenos desocupados – fossem muitas vezes também ensaiadas pelas próprias empresas para albergar os seus empregados. Como, por exemplo, a «Fábrica de lanifícios de J. Pedro de Matos» instalada num antigo palácio de Chelas onde a “*residência senhorial, noutras eras ocupada pelos favorecidos da sorte, [era] quasi exclusivamente habitada por proletários.*”⁴⁰⁹

Em Xabregas registam-se dois exemplos de núcleos de habitação operária que resultaram de adaptações de edifícios de propriedades agrícolas pré-existentes feitas por iniciativa dos estabelecimentos e companhias fabris – a vila Maria Luísa e o pátio do Black. Na vila Maria Luísa, “*em lugar das velhas sementeiras de cereais [que existiam na antiga Quinta Leite de Sousa, a direção da «Fábrica de fiação e tecidos Oriental» mandou] semear de pequeninos prédios, armados como casitas de pombos, onde habitam famílias pobres.*”⁴¹⁰ O aproveitamento que os patrões faziam, às custas dos seus próprios operários/as, da falta de oferta de soluções habitacionais é revelada pelas palavras de Angelina Vidal ao relatar esta vila – mesmo “*não ten[do] arruamentos nem obedecen[do] a regras, aqueles casinhotos (...) produzem bons rendimentos aos proprietários.*”⁴¹¹

⁴⁰⁶ Botelho, 1907, p.58

⁴⁰⁷ Couto, 2006, p.258

⁴⁰⁸ Couto, 2006, p.253

⁴⁰⁹ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.54

⁴¹⁰ Vidal, 1900, p.267

⁴¹¹ Vidal, 1900, p.267

O pátio do Black revelava, de algum modo, outro tipo de opções em relação às condições de vida dos trabalhadores industriais. Os seus proprietários, a «Companhia de Fabrico de Algodão de Xabregas», justificavam as opções da empresa em relação às habitações operárias com a *“necessidade de fornecer habitação barata, confortável e higiénica aos que tem por única fortuna o produto do seu trabalho quotidiano”*⁴¹², mesmo que construídas aproveitando *“uma casa de habitação integrada numa das propriedades agrícolas”*⁴¹³ que circundavam a fábrica. O facto de ser isolado *“da via pública por um muro, no qual se abre um único portão de acesso ao conjunto”*⁴¹⁴ e a adaptação feita do edifício original para que resultasse numa construção homogénea, *“aproximam já este conjunto da configuração das primeiras Vilas construídas de raiz para operários, (...) não se limitando na sua configuração a um emaranhado de pequenas habitações improvisadas, como é habitual nos Pátios de habitação popular.”*⁴¹⁵

Também a construção de raiz de *“vilas directamente ligadas à produção”*⁴¹⁶, por iniciativa de industriais e empresários essencialmente ligados aos têxteis, caracterizou a evolução urbana da faixa marginal oriental de Lisboa no final de Oitocentos (figs.16 e 23). Estas tinham configuração uniforme virada para um espaço interior coletivo, cuja implantação afastava (isolava e/ou escondia) as populações das principais vias de comunicação. Favorecia-se também, pelo isolamento da comunidade e pela coincidência na mesma pessoa da figura do patrão e do senhorio, *“a dependência entre habitação e local de trabalho.”*⁴¹⁷ Por outro lado, *“nesta modalidade, as habitações localizam-se em andares construídos sobre parte dos armazéns”*⁴¹⁸ ou nos terrenos adjacentes às instalações fabris, sempre sob o olhar atento dos patrões ou encarregados.

A vila Flamiano – que, conjuntamente com o pátio do Black, era residência de mais de seiscentas pessoas no início do século XX⁴¹⁹ - foi construída por iniciativa da já referida «Companhia de Fabrico de Algodão de Xabregas», em 1887-88, *“para a habitação exclusiva dos operários”*⁴²⁰ da «fábrica Samaritana». Situava-se *“abaixo do*

⁴¹² Catálogo da Exposição Nacional das Industrias Fabris, 1889, p.93

⁴¹³ Silva, 2013, p.58

⁴¹⁴ Silva, 2013, p.59

⁴¹⁵ Silva, 2013, p.58

⁴¹⁶ Pereira, Buarque, 1995, p.332

⁴¹⁷ Folgado, Custódio, 1999, p.73

⁴¹⁸ Pereira, 1994, p.519

⁴¹⁹ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.60

⁴²⁰ Matta, 1909, p.104

local em que está a fábrica (...), arrumada à linha férrea”⁴²¹ tendo “*arruamentos e construção do tipo moderno.*”⁴²² A vila Pereira (ou vila 24/50, referência números de polícia que este núcleo ocupava) na rua do Açúcar, foi mandada construir pela «Sociedade Santos Lima», proprietária dos armazéns e oficinas de tanoaria que ocupavam o rés-do-chão. Também outras duas empresas – a fábrica de adubos químicos «Tinoca Lda.» e a «Sociedade Comercial Wiliam Graham & C^a», detentora da «Estamparia e Tinturaria do Braço de Prata» – construíram no Cabo Ruivo “*correnteza[s] de casas, de plano uniforme, todas de r/c, abrindo para a estrada uma porta e uma janela para a rectaguarda*”⁴²³, sendo “*limitada esta casaria pela travessa particular, que vae dar ao portão da fábrica,*”⁴²⁴ que albergariam, na primeira década do século XX, mais de cem trabalhadores/as.⁴²⁵

A crescente fixação industrial nesta zona e subsequente necessidade de locais para albergar o incremento de mão-de-obra levou a que também investidores privados embarcassem na construção de «vilas» operárias não associadas a uma fábrica ou produção singular, mas que devido às especificidades da produção desta zona, já analisada (fig.6), albergariam essencialmente trabalhadores/as dos *têxteis* e dos *tabacos*. A vila Dias (fotografia 4) em Xabregas, “*grande vila operária construída [em 1888] ao longo de uma única rua*”⁴²⁶ paralela à linha de caminho de ferro, é o exemplo mais significativo de habitação operária de iniciativa particular construída com o intuito de abrigar (cerca de quatrocentos/as⁴²⁷) operários/as de vários estabelecimentos fabris. A “*sua localização por si só – fora dos eixos principais de circulação, entalada entre as traseiras de variadíssimas fábricas e da linha ferroviária do Norte (...) – contribu[ia]m e defin[ia]m o isolamento destes operários de outros núcleos habitacionais e de outras classes sociais.*”⁴²⁸

⁴²¹ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.58

⁴²² Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.59

⁴²³ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.61

⁴²⁴ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.63

⁴²⁵ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, pp.61-63

⁴²⁶ Pereira, Buarque, 1995, p.328

⁴²⁷ Matta, 1909, p.236

⁴²⁸ Folgado, Custódio, 1999, p.83



Fotografia 4 – Vila Dias, 191-. (autor: Alberto Carlos Lima; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/LIM/000883)

Resultantes do mesmo tipo de iniciativa construtiva, mas menos isoladas espacial e socialmente, porque mais próximas da zona central, integradas no traçado urbano pré-existente e albergando população mais heterogénea, que incluía também operários/as e artesãos/ãs de produções várias, foram construídas a vila Marques – na rua Barão de Sabrosa – e a vila Luz – na rua Pascoal de Melo. Estas são exemplares típicos “*de alojamento especializado que expressa[va] com clareza uma situação de classe dentro da cidade*” já que eram construídas atrás de “*um prédio corrente para a burguesia (...) no interior do talhão, por detrás desse prédio, (...) destinada[s] a famílias proletárias.*”⁴²⁹

A crise habitacional das camadas trabalhadoras de baixos rendimentos em Lisboa não teve como único resultado, na edificação de raiz da zona oriental, a construção de «vilas» operárias. Em 1890, a Companhia Comercial Construtora “*apresenta à Câmara requerimento para concessão de autorização, acompanhado de projeto*”⁴³⁰, para a construção do Bairro Operário dos Barbadinhos no terreno entre a calçada com o mesmo nome e a rua do Vale de Santo António. Como já dito, este foi o único «bairro operário»

⁴²⁹ Pereira, Buarque, 1995, p.306

⁴³⁰ Rodrigues, 1979, p.55

edificado de raiz em Lisboa no final do século XIX, cuja “*arquitectura simples e austera, traduz a penúria de recursos com que foi construído.*”⁴³¹ Trata-se de um “*caso singular das soluções não eruditas na Lisboa de Oitocentos (...) [e o] primeiro empreendimento de construção para habitar, urbanizando um espaço envolvente*”⁴³², que resultou de um longo processo e que evoluiu de uma construção de circunstância de habitação coletiva para a edificação de cento e oitenta fogos⁴³³ para as «classes laboriosas» em grande parte provenientes de Alfama e recém-chegados/as à capital.

Na zona oriental, a agregação estas construções «oportunistas» em áreas específicas – como os oito «pátios», habitação de trezentas pessoas,⁴³⁴ junto à calçada de Arroios e outros nove entre a rua da Graça e a rua de Sapadores, que seriam casa para outras seiscentas e quinze⁴³⁵ – indicam, pela sua proximidade a áreas de implantação industrial (fig.23), que as populações que aí viviam serviriam as necessidades de mão-de-obra dos estabelecimentos fabris próximos como os instalados na área mais central da cidade.

Na zona ocidental da cidade instalavam-se 37% dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» lisboetas, registados nas fontes para o período 1890/1900, que seriam moradia de quatro mil seiscentas e setenta e três pessoas (quadro 19). Tal como representado na figura 24, estes aglomerados habitacionais concentravam-se essencialmente nas áreas de Campo de Ourique, S. Bento, no que se pode chamar de Madragoa/Lapa – entre as ruas do Quelhas, de Buenos Aires, das Janelas Verdes e do Sacramento à Lapa –, ao longo da rua Maria Pia e junto da ribeira de Alcântara.

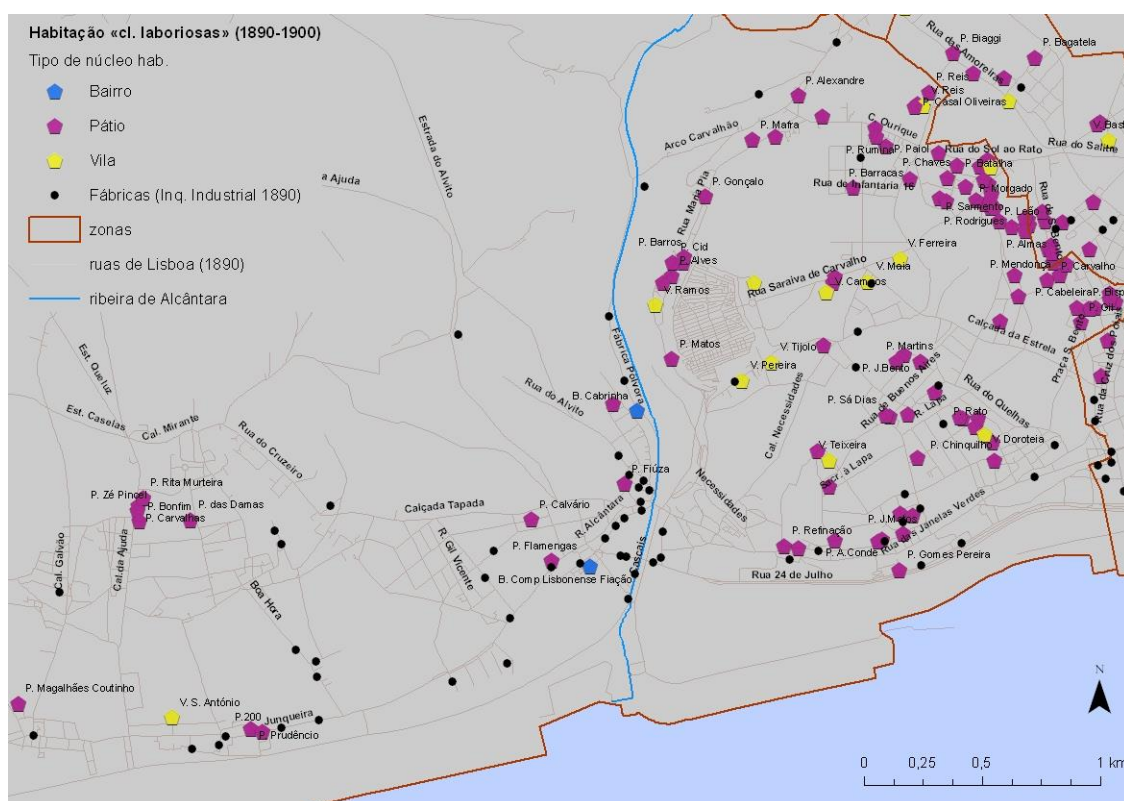
⁴³¹ Pereira, 1994, p.12

⁴³² Rodrigues, 1979, p.55

⁴³³ Matta, 1909, p.235

⁴³⁴ *Inquérito aos pateos de Lisboa*, 1902

⁴³⁵ *Inquérito aos pateos de Lisboa*, 1902



Esta área sofreu, “*durante a segunda metade do séc. XIX, (...) uma profunda mutação resultante da combinação de um forte crescimento demográfico, de um desenvolvimento de atividade industrial aí localizada e uma ampliação que prioriza a função económica deste território à custa de habitabilidade.*”⁴³⁶ O desenvolvimento e afirmação desta zona como um polo industrial, ao longo do século XIX, adveio, nomeadamente em Alcântara, da instalação de pequenas e médias estamparias logo nos primeiros anos do séc. XIX e levou à necessidade de espaços de residência para a crescente mão-de-obra. A fixação de núcleos habitacionais das «classes laboriosas», na figura 24, prolongava-se ao longo das vias de acesso às concentrações fabris e afastava-se progressivamente delas à medida que os terrenos iam encarecendo por efeitos da procura para instalação de novas unidades de produção.

A grande densidade de moradores em núcleos de habitação «laboriosa» entre a rua de Campo de Ourique, a rua do Sol ao Rato e a rua de S. Bento (fig. 18) – explicada pelo agrupamento de quarenta e um «pátios» e uma vila, ao longo de estes eixos urbanos, onde

⁴³⁶ Vidal, 2006, p.415 (tradução livre)

habitavam perto de duas mil e cem pessoas⁴³⁷ (fig.25) – justificar-se-ia pela proximidade à indústria da zona central lisboeta. Já que a forte agregação de núcleos de habitação das «classes laboriosas» nestas áreas de fraca implantação fabril e oficial (fig.4) se revelava vizinha de manchas de forte densidade industrial (fig.2) e de mão-de-obra operária (figs.10 e 21).

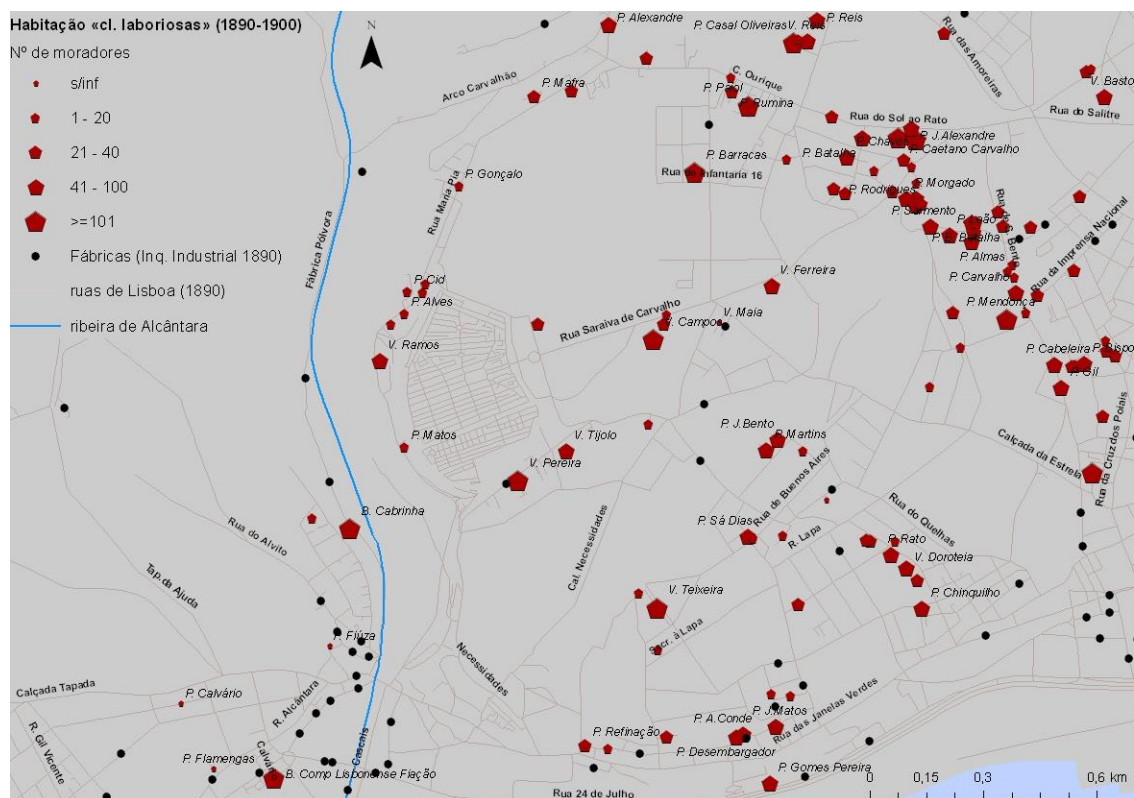


Fig. 25 - Dispersão dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» (dimensionados por total de moradores) e implantação fabril (Inquérito Industrial de 1890). Pormenor dos eixos Campo de Ourique/ São Bento; Madragoa/Lapa.

A análise espacial da agregação habitacional «laboriosa» em redor da rua de S. Bento (fig.25), ao situar-se na «fronteira» entre a zona central e ocidental, revela-se paradigmática do afirmado acima. Não sendo lugar de instalação de qualquer fábrica ou oficina com mais de cinco trabalhadores/as referenciada no Inquérito Industrial de 1890, esta artéria era como que um «enclave não industrial» situado entre as manchas de forte e média densidade de mão-de-obra fabril do eixo Amoreiras/Rato, Bairro Alto e rua 24 de Julho (fig. 21). Ao mesmo tempo, segundo as fontes, agregava vinte e cinco

⁴³⁷ Inquérito aos pátios de Lisboa, 1902 - 1905

«pátios»⁴³⁸, representava o espaço de habitação de mil cento e vinte e três pessoas das «classes laboriosas» cujos percursos quotidianos se cruzavam com os de deputados e pares do Reino, a caminho do Palácio das Cortes no largo de São Bento.

Também na área da Madragoa / Lapa a maioria das soluções habitacionais de que há registo são os «pátios» (fig.24). Embora de forma mais dispersa (fig.25), aqui se agregavam vinte e três núcleos de habitação com cerca de mil moradores/as⁴³⁹ que imprimiam uma densidade considerável (fig. 18) de população «laboriosa». Estas gentes teriam, certamente, práticas laborais bastante heterogéneas. Ou seja, dada a imediação ao Tejo, integraria trabalhadores ligados à pesca e à estiva, mas, também, mão-de-obra operária das grandes fábricas dos setores metalúrgico e alimentar implantadas ao longo da rua da Boavista e de 24 de Julho (fig.6 e 9).

Ao longo da rua Saraiva de Carvalho situavam-se tantas «vilas» como «pátios» (fig.24). No entanto, o número de moradores em cada um dos tipos habitacionais – quatro «vilas», com duzentos e oitenta e dois moradores, e quatro «pátios», albergando setenta e seis pessoas – revela uma prevalência das primeiras como solução habitacional para as «classes laboriosas» aí residentes. População trabalhadora que integraria empregados/as das oficinas e pequenas fábricas localizadas nas artérias envolventes e, muito provavelmente dada a proximidade geográfica, dos estabelecimentos fabris situados no vale de Alcântara (fig.6 e fig.11).

Esta agregação de soluções habitacionais resultou das diligências de gente particular que procurava enriquecer à custa da necessidade dos/as trabalhadores/as viverem o tão próximo quanto possível dos locais de emprego, o que se traduzia em alojamentos inóspitos e de duvidosa feição habitacional – como os “*velhos pardieiros*”⁴⁴⁰ que integravam o pátio do Farelo. Mesmo as que aparecem designadas como «vilas» no Inquérito aos Pateos de Lisboa – e, conseqüentemente, na cartografia por nós apresentada –, como a vila Maia, não seriam mais que o resultado de “*construção (...) [em cima das] destruições causadas pelo Terramoto de 1755 (...) [em] edifícios encravados no tecido antigo da cidade.*”⁴⁴¹ Um idêntico cenário habitacional viver-se-ia “[n]as caves (...), [e]

⁴³⁸ Um dos «pátios» da rua de São Bento era o pátio do Gil (demolido em 1990), onde nasceu Alexandre Herculano (28 de março de 1810).

⁴³⁹ Contabilizaram-se 959 moradores em 22 destes núcleos habitacionais, para os quais as fontes referiam esse dado.

⁴⁴⁰ *Inquérito aos pateos de Lisboa*, 1905

⁴⁴¹ Pereira, Buarque, 1995, p.100

«colmeias»⁴⁴² da vila Pereira e do pátio do Barbosa, na vizinha rua da Fonte Santa (atual rua Possidónio da Silva). Na mesma rua e com o intuito de facilitar a fixação de mão-de-obra, também foi construída uma «verdadeira» «vila operária» - a vila do Prédio de Tijolo, “construída pelo proprietário da fábrica de Cerâmica Junça [José Joaquim de Almeida Junca, dono da fábrica de tijolo] situada em frente, no último quartel do século XIX.”⁴⁴³

Como já referido para outros espaços da cidade, também a concentração industrial de Alcântara favoreceu a agregação da habitação das «classes laboriosas» em áreas específicas (fig.21 e 24). A falta de enquadramento estatal e a abundância de terrenos abandonados e/ou vazios potenciou um crescimento habitacional desestruturado através da instalação de «pátios» e de outras formas de habitação ainda mais precárias – que terão escapado os registos coevos - no eixo da rua Maria Pia / Arco do Carvalhão. Os onze «pátios» - albergando trezentas e oito pessoas em oitenta e cinco fogos - identificados ao longo destas ruas decorreram, na sua maioria, da iniciativa privada e pontual de pequenos investidores que procuravam, desta forma, um investimento de retorno fácil através das rendas cobradas aos inquilinos. Os fracos recursos empregues na construção resultaram em “obra de fancaria, de materiais baratos, feitos com precipitação, com a fúria do ganho (...) [que] lhes dá, pouco tempo depois de concluídas e habitadas, o aspeto asqueroso, desconsolador”⁴⁴⁴, e que em cujos nomes se revelavam os proprietários – pátio do Alexandre, do Cid, do Mafra, do Alves, do Barros, do Gonçalo, do Matos... De notar que as habitações dos três primeiros aparecem referenciadas no Inquérito aos Pateos de Lisboa como “velhos pardieiros” ou “velhas (barracas)”⁴⁴⁵.

Na mesma encosta dos Prazeres, igualmente “por iniciativa particular nas últimas décadas de Oitocentos, surgido à revelia dum plano global de crescimento”⁴⁴⁶ e não completamente integrado no tecido urbano, por se situar em terras rurais particulares, irrompe “esse Casal Ventoso, toda essa casaria, apinhada ou dispersa do cemitério dos Prazeres ao caneiro de Alcântara.”⁴⁴⁷ Este bairro – que surge na fotografia 5 já no final dos anos 30 do século XX - por ter escapado à inventariação, cartografia e mesmo registo fotográfico da época, não foi georeferenciado e cartografado nesta investigação ou sequer

⁴⁴² Rosas, 2010, p.32

⁴⁴³ Pereira, Buarque, 1995, p.346

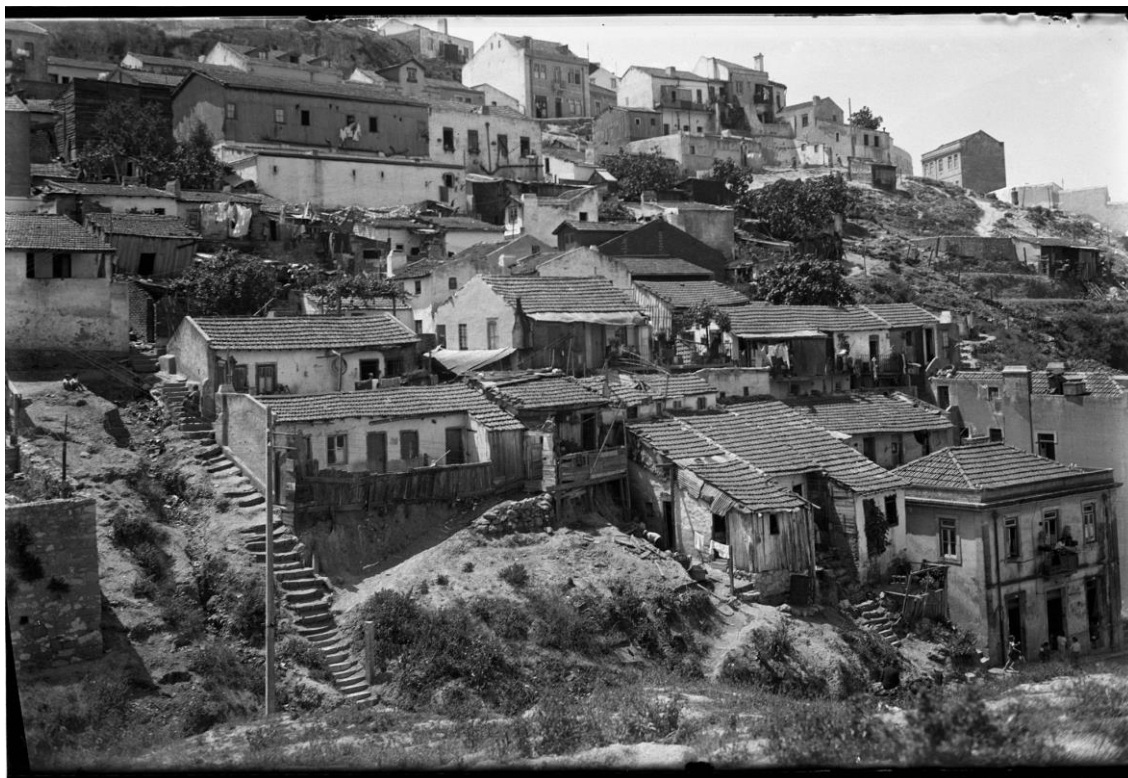
⁴⁴⁴ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p. 25

⁴⁴⁵ *Inquérito aos pateos de Lisboa*, 1905

⁴⁴⁶ Barata, 2010, p.228

⁴⁴⁷ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p. 25

quantificada a sua área. No entanto, surgem os relatos deste bairro “aos Terramotos, nas proximidades da ribeira de Alcântara, [que] aglomera[va] na encosta do monte (...) barracas de madeira aglomerada. [Com as] paredes e os tectos de algumas (...) de latas de petróleo – outras de tijolo (...) com as frinchas tão mal tapadas que de fora se vê tudo. (...) As casas [tinham] alguns metros quadrados – um só quarto, onde mal cabe a cama e onde se vive, onde se cozinha e come, onde se trabalha, onde se morre.”⁴⁴⁸ Raúl Brandão descreve assim os “casebres podres que se sucedem [neste] declive” que eram habitação de, entre outros lisboetas, “trapeiros, (...) canteiros, cabouqueiros das pedreiras próximas”⁴⁴⁹ e operários/as dos fornos de cal.



Fotografia 5 – Casal Ventoso, 1939. (autor: Eduardo Portugal; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/POR/023221)

Do outro lado da ribeira de Alcântara, na zona dominada pela indústria têxtil surgem, as primeiras concretizações de alojamento operário por parte dos donos das fábricas (fig.21 e 24). No ano 1873 foi construído, no Calvário, o bairro da «Fábrica de Tecidos Lisbonense» (propriedade da «Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense») –

⁴⁴⁸ Brandão, 1984, p.311

⁴⁴⁹ Brandão, 1984, p.312

sendo as casas originais, de rés-do-chão, aumentadas em altura em 1883.⁴⁵⁰ Constituíam-se numa grande correnteza de habitações edificadas de raiz, que alojavam quarenta e nove famílias⁴⁵¹ dos “operários mais antigos e distintos”⁴⁵², nas traseiras do estabelecimento fabril.

Mesmo na margem da ribeira, na rua da Fábrica da Pólvora, “a «Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões» fez levantar, em 1885,”⁴⁵³ “nos terrenos adjacentes à [sua] fábrica”⁴⁵⁴ o bairro do Cabrinha, para albergar oitenta e quatro famílias operárias.⁴⁵⁵ Construído “numa época em que ainda não se tinham lançado os fundamentos da teoria dos micróbios e a hygiene não passava das mais rudimentares noções,”⁴⁵⁶ este bairro - assim como outros núcleos de habitação que, instalados nas terras da antiga quinta do Cabrinha, marcavam a encosta que se elevava por trás da fábrica da «Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões» e da sua vizinha da «Companhia Nacional de Estamparia e Tinturaria» - não eram mais que faixas de “acumulação de gente”⁴⁵⁷ que trabalhava na indústria emergente das redondezas.

Também no vale de Alcântara, durante este período, diversos palácios e conventos desocupados foram divididos em pequenas habitações, destinadas às «classes laboriosas» da zona. Surge, assim, na rua São Joaquim ao Calvário (atual rua 1º de Maio), paredes-meias com o bairro da «Fábrica de Tecidos Lisbonense», o pátio das Flamengas – resultado da adaptação e transformação das dependências do antigo convento das Flamengas. Outro exemplo foi o pátio do Fiúza, que se tornou num dos espaços emblemáticos da Alcântara operária e pode “arrogar-se a gloria de haver sido por excellencia o solar do moderno movimento revolucionário em Portugal.”⁴⁵⁸ Este núcleo habitacional, situado “na aresta terminal do bairro de Alcântara”⁴⁵⁹, resultou da transformação dos edifícios do palácio e quinta do Fiúza e sua divisão em habitações unifamiliares. Quando, no final da década de 90 do século XIX, Abel Botelho escreveu “Amanhã” “o velho palácio (...) e quinta do Fiúza já não apresentava (...) mais que uns

⁴⁵⁰ Fuschini, 1884, p.18

⁴⁵¹ Fuschini, 1884

⁴⁵² Fuschini, 1884, p.20

⁴⁵³ Matta, 1902, p.104

⁴⁵⁴ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.49

⁴⁵⁵ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.51

⁴⁵⁶ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.50

⁴⁵⁷ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.51

⁴⁵⁸ Botelho, 1900, p.215

⁴⁵⁹ Botelho, 1900, p.393

ténues vestígios da feição e traça primitiva.”⁴⁶⁰ Talvez resultado da localização “*um pouco a recato*”⁴⁶¹ e/ou, pelo fato de serem propriedade de companhias industriais financeiramente importantes, a verdade é que pouca informação relativa ao número de fogos e moradores instalados no pátio do Fiúza, pátio das Flamengas ou do pátio Calvário surge nas fontes coevas (fig.25).

A mesma falta de informação caracteriza o retrato dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» da extremidade mais ocidental de Lisboa. Sabe-se, no entanto, que na década final do século XIX, à rua da Junqueira existiam a vila de Santo António (fig.24), onde “*em 1895 fazia o sr. Conde de Burnay [proprietário da «Empresa Industrial Portuguesa»] construir (...) alojamentos para os operários e suas famílias, em quartos isolados (...) e dormitórios com divisões,*”⁴⁶² e os «pátios» do Prudêncio e o 200. Estes núcleos habitacionais, assim como o pátio Magalhães Coutinho, na rua dos Jerónimos, os cinco «pátios» registados na calçada da Ajuda, e também, as “*furnas de Monsanto*”⁴⁶³ e noutras soluções habitacionais precárias seriam o alojamento das classes mais pobres. Sendo que entre os seus moradores se contariam artesãos/ãs e operários/as das pequenas fábricas de cordoaria e curtumes que laboravam nesta área.

⁴⁶⁰ Botelho, 1900, p.403

⁴⁶¹ Botelho, 1900, p.393

⁴⁶² Matta, 1902, p.132

⁴⁶³ Rosas, 2010, p.31

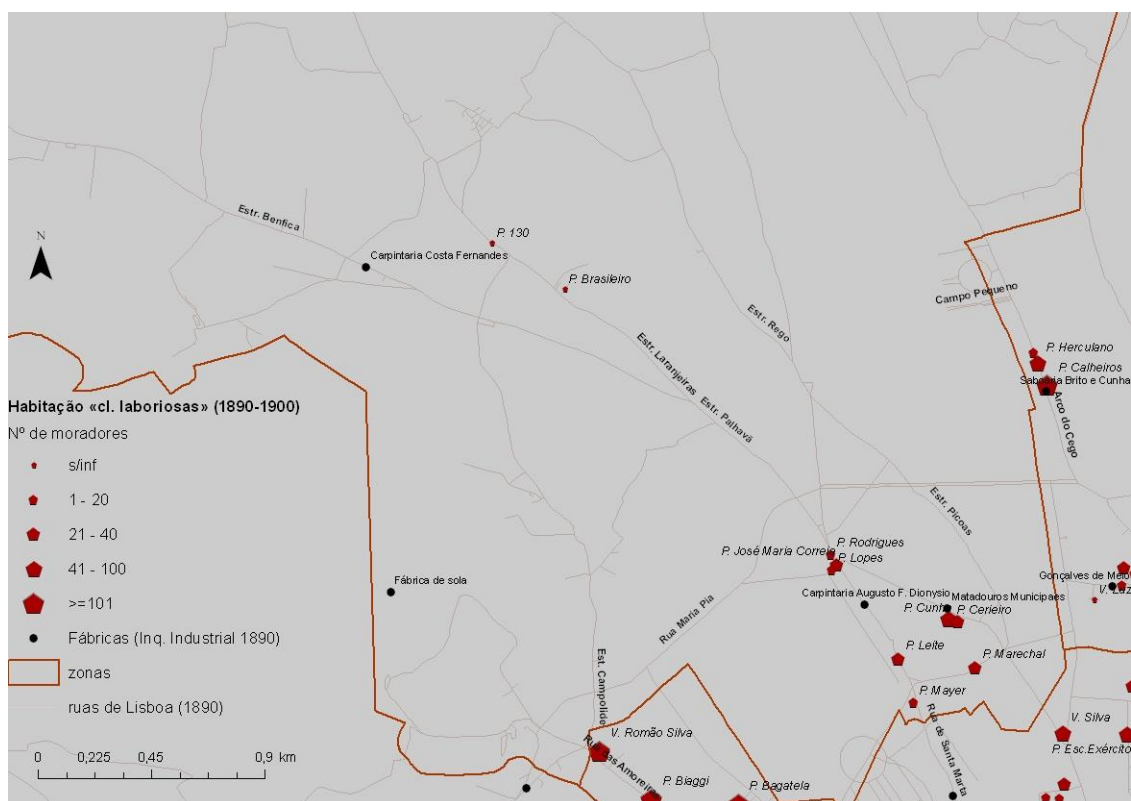


Fig. 26 - Dispersão dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» (dimensionados por total de moradores) e implantação fabril (Inquérito Industrial de 1890). Pormenor da zona norte.

Neste período, o processo de transformação de uma ocupação essencialmente rural numa área de cariz industrial foi muito tímido na zona norte de Lisboa, comportando, portanto, uma fatia muito diminuta (5%) dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» registados (quadro 20). De qualquer modo, a representação cartográfica (fig.26) permite afirmar que nesta zona a fixação de residência «laboriosa» terá sido, fundamentalmente, impulsionada pela localização do Matadouro Municipal – que empregava, no largo do Matadouro (atual praça José Fontana), duzentos e sessenta e oito operários em 1890. Era em redor deste estabelecimento que se localizavam oito das treze aglomerações de habitação operária registadas para esta zona. Sendo que neste conjunto de «pátios», situados na confluência da rua do Sacramento (atual rua Tomás Ribeiro) e rua de São Sebastião da Pedreira com a estrada da Palhavã (atual rua Dr. Nicolau Bettencourt) e estrada do Rego (atual rua da Beneficência), foram contabilizados duzentos e sessenta e nove moradores pelo Inquérito aos Pateos de Lisboa.⁴⁶⁴

⁴⁶⁴ Inquérito aos pateos de Lisboa, 1905

3.1.4. Condições de habitabilidade

*“Semelham-se a gaiolas, com viveiros, / As edificações somente emadeiradas (...) / E o fim de tarde inspira-me; e incomoda! (...) / Vazam-se os arsenais e as oficinas; / Reluz, viscoso, o rio; apressam-se as obreiras; (...) / E apinham-se num bairro aonde miam gatas, / E o peixe podre gera focos de infecção!”*⁴⁶⁵

Esta observação de situações do quotidiano em Lisboa, no poema que Cesário Verde dedica a Guerra Junqueiro,⁴⁶⁶ retrata bem a presença operária na cidade, a pobreza, sobrelotação e a falta de condições de higiene das suas habitações. O mesmo exprime J. Caeiro da Matta quando fala da fragilidade física e das taxas de mortalidade das populações trabalhadoras como *“consequências da hyperpopulação (...) [,] das defeituosas condições da habitação”*⁴⁶⁷ e do saneamento urbano da capital.

De facto, as análises higienistas feitas na época apontavam para esta relação. *“Segundo uma estatística organizada pela delegação de saúde, de que é chefe o Sr. Dr. Eduardo Burnay, a mortalidade geral de Lisboa [em 1901, era] de 23,27 por 1000 habitantes. (...) [Sendo] de 60 a 70 na freguesia do Socorro, onde há o bairro da Mouraria e cinco pateos; e sobe a 85 nas pequenas freguesias de S. Miguel e Santo Estevão, onde há o bairro de Alfama e 8 pateos, tudo em péssimas condições sanitárias.”*⁴⁶⁸ Embora esses espaços da envelhecida malha urbana, *“reliquia[s] da antiga Lisboa, da Lisboa das terríveis pestes”*⁴⁶⁹, fossem encarados como o paradigma das más condições de vida e de salubridade da cidade essa realidade era bastante mais abrangente.

A quase inexistência de *“casas baratas em boas condições higiénicas, casas para gente pobre, habitações para operários”*⁴⁷⁰ levou a que, em vários lugares de cidade, *“os operários [fossem] fugindo das ruas direitas para as travessas, das travessas para os becos e, ainda nestes, para as casas que ameaçam ruína.”*⁴⁷¹

No vale de Alcântara, onde em ambas margens da sua ribeira se aglomeravam diferentes soluções habitacionais (fig.24 e 25), o *“caneiro de Alcântara foi afamado como*

⁴⁶⁵ Verde, s.d., p.94-95

⁴⁶⁶ O poema “O Sentimento dum Ocidental”, integrado em *O Livro de Cesário Verde* (Verde, s.d., p.93-103), é dedicado pelo autor.

⁴⁶⁷ Matta, 1909, p.89

⁴⁶⁸ Matta, 1909, p.94

⁴⁶⁹ Matta, 1909, p.84

⁴⁷⁰ Bastos, 1898

⁴⁷¹ O Defensor do Trabalho, 25/04/1864

umas das cousas mais dignas de lástima e mais repugnantes da capital.”⁴⁷², fazendo com que os surtos de febre tifoide fossem recorrentes, nomeadamente, entre os trabalhadores da “*Companhia Lisbonense de estamperia e tinturaria de algodões*. [De cujo bairro] o *aspecto dos moradores (...) denuncia[va] bem que o meio em que viv[a]m não é bom.*”⁴⁷³

A descrição que Abel Botelho faz do abarracamento da travessa da Ilha do Grilo (entre Xabregas e Marvila) na última década do séc. XIX – morada de operários/personagens e palco de muitas ações do seu romance “*Amanhã*” – transporta-nos para as condições e o ambiente em que vivia muito do operariado da zona oriental de Lisboa. Era “*um duplo renque de casebres, de singela madeira e taipa, mal armados, imundos, quasi sem beiraes, sem fórros, sem vidraças, todos riscados no mesmo padrão, com a mesma feição patibular, todos calcados no anonymato peculiar às coisas ínfimas. (...) Mas nem as portas tinham resguardo, nem as janellas caixilhos. Per onde entrava a luz, havia de entrar também o vento, a chuva, o frio, o calor, toda a sorte de inclemência. As paredes eram uma casca de noz, os alicerces uma abstracção, a segurança um mytho, a hygiene um impossível. Aberta, cada uma destas reles barracas era uma praça; fechada, era um túmulo. (...) O piso, talhado no terreno natural, era um mixto traiçoeiro e ímundo (...). Na grande valla longitudinal fermentavam acidamente as podridões. Havia um cheiro acre e nauseante, cumulativamente a hospício, a curral e a cemitério. (...) [Cada casa era] um acanhado recinto, surrado e negro, simultaneamente sala e cosinha, (...), a mais formal negação do aceio e do conforto.*”⁴⁷⁴

Nem só as descrições escritas na época nos atestam que não era só nos velhos bairros da capital “*que se encontra[va]m os pateos mais condenáveis e as habitações mais insalubres,*”⁴⁷⁵ “*que mais parec[ia]m covis de animais imundos do que habitações de seres humanos.*”⁴⁷⁶ De facto, e como se mostra de seguida, o Inquérito aos Pateos de Lisboa – e também, embora de forma mais parcelar, o Boletim do Trabalho Industrial⁴⁷⁷ - contêm sobre esta matéria informação relevante.

⁴⁷² Vidal, 1900, vol.I, p.18

⁴⁷³ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.51

⁴⁷⁴ Botelho, 1901, p.28-29

⁴⁷⁵ Matta, 1909, p.95

⁴⁷⁶ Gooldolphim, 1974, p.75

⁴⁷⁷ Boletim do Trabalho Industrial, 1912

Quadro 21 - Resumo da informação relativa às condições de habitabilidade dos núcleos habitacionais

Condições de habitabilidade	Nº de núcleos habitacionais ⁴⁷⁸ (%) ⁴⁷⁹			
	«pátio»	«vila»	«bairro»	Total
Bom	55 (25%)	8 (53,5%)	3 (60%)	66 (28%)
Mau	84 (38,5%)	4 (26,5%)	2 (40%)	90 (38%)
Condenável	79 (36,5%)	3 (20%)	0 (0%)	82 (34%)
Total	218 (100%)	15 (100%)	5 (100%)	238 (100%)

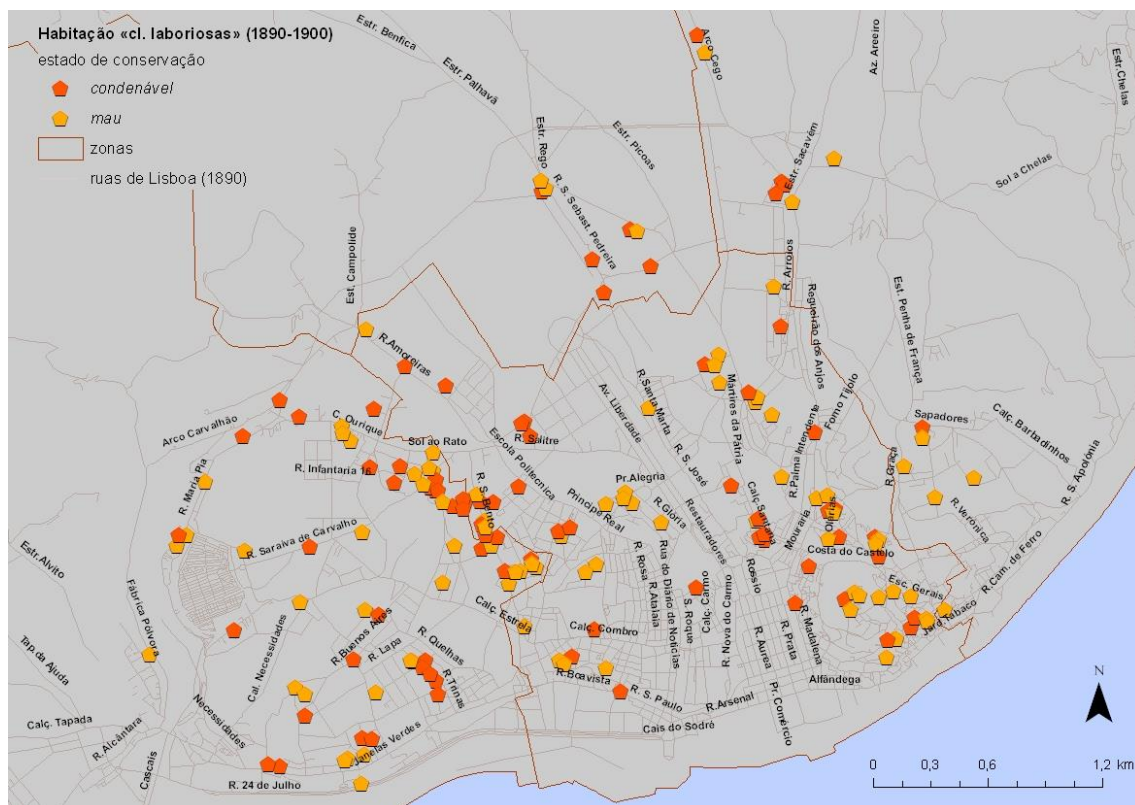


Fig. 27 - Localização dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» classificados como “mau” e “condenável” estado de conservação (Inquérito aos Pateos de Lisboa; Boletim do Trabalho Industrial nº66).

Na figura 27, elaborada a partir da georreferenciação dos «pátios», «vilas» e «bairros» para os quais há informação relativa a *condições e salubridade das habitações*,⁴⁸⁰ optou-se por representar somente os núcleos de habitação classificados nas fontes como “*em mau estado, mas reparável*” e “*em estado condenável*.”⁴⁸¹ Estes, em conjunto,

⁴⁷⁸ Os valores que aqui se apresentam referem-se à agregação do número de núcleos de habitação das «classes laboriosas» para os quais as fontes indicam as condições de habitabilidade. Sendo que as fontes não permitiram saber esta informação relativa cinquenta e sete (19%), estes valores referem-se ao universo inventariado - 238 núcleos.

⁴⁷⁹ Refere-se aos valores percentuais dos núcleos de habitação de cada tipo classificados para cada nível de condições de habitabilidade, para os quais as fontes indicam este último item.

⁴⁸⁰ As fontes consultadas não possibilitaram o levantamento das condições de habitabilidade para cinquenta e sete (19%) dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» inventariados.

⁴⁸¹ *Inquérito aos pateos de Lisboa*, 1905; Boletim do Trabalho Industrial, 1912.

representavam 72% do total das duzentas e trinta e oito construções visitadas pelos agentes do Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria⁴⁸² e da Secretaria da 3ª Circunscrição dos Serviços Technicos da Indústria⁴⁸³ (quadro 21).

A análise territorial das condições de habitabilidade dos núcleos inventariados, nomeadamente, daqueles indicados “*em mau estado, mas reparáveis*” ou “*em estado condenável*” – cujo arranjo ou demolição e reedificação eram propostas no relatório anexo ao Inquérito aos Pateos de Lisboa – mostra que estas situações eram uma realidade que se distribuía de forma bastante alargada na malha urbana.

As habitações “*em deploráveis condições hygienicas e em tal estado de ruína, difficilmente reparável, que constituem um verdadeiro perigo para a saúde dos seus habitantes e mesmo para a salubridade geral de Lisboa*”⁴⁸⁴ (a vermelho na fig.27) pontilhavam várias áreas da cidade. Como as envolventes da Baixa, nomeadamente a calçada de Santana, fronteira ao Rossio, Alfama, principalmente entre a travessa das Olarias e a rua das Escolas Gerais, ou a faixa do bairro de Campo de Ourique – entre a rua de Campo de Ourique, rua Maria Pia e rua Saraiva de Carvalho. Abarcava, praticamente, todo o espaço de disseminação dos núcleos habitacionais das «classes laboriosas» (fig.16). Ainda assim, as maiores agregações de «pátios» e «vilas» em estado de conservação irremediável situavam-se no eixo Rato/São Bento – concentrando-se maioritariamente entre a travessa de Santa Quitéria e a parte norte da rua de S. Bento – e na Madragoa, nomeadamente na rua das Trinas do Mocambo (atual rua das Trinas).

A comparação das localizações dos núcleos de habitação “*em estado condenável*” – indicados para demolição - e dos qualificados como “*em mau estado, mas reparáveis*” (fig.27) não mostra, à primeira vista, padrões espaciais muito diferentes, não se identificando áreas urbanas onde o estado de conservação dos núcleos habitacionais fosse tendencialmente classificado como pertencente a uma destas categorias.

No entanto, no “*centro extraordinário de uma colónia operária (...) [que era a] rede emaranhada de travessas estreitas e tortuosas e de becos imundos e sem saída*”⁴⁸⁵ do eixo Alfama/Mouraria havia, comparativamente e segundo as fontes coevas, mais núcleos

⁴⁸² Inquérito aos pateos de Lisboa, 1905

⁴⁸³ Boletim do Trabalho Industrial, 1912

⁴⁸⁴ Inquérito aos pateos de Lisboa, 1905, p.3

⁴⁸⁵ Bastos, 1879, p.63

habitacionais passíveis de atingirem “condições razoáveis para serem habitados, se lhes fizerem as convenientes reparações.”⁴⁸⁶ A análise espacial dos aglomerados residenciais do troço entre a ruas do Sol ao Rato e a praça de S. Bento indica, por outro lado, uma proporção idêntica de casebres em más condições e de “casinhotos sem a mínima condição hygienica”⁴⁸⁷ cuja “velhice, (...) defeitos de construção e do abandono ou desleixo nas reparações convenientes”⁴⁸⁸ já deixara sem reparação possível. Esta era, também, a Lisboa dos/as operários/as da última década de Oitocentos, cujas “casas insalubres [que] geravam as gerações tardo-românticas de tuberculosos.”⁴⁸⁹

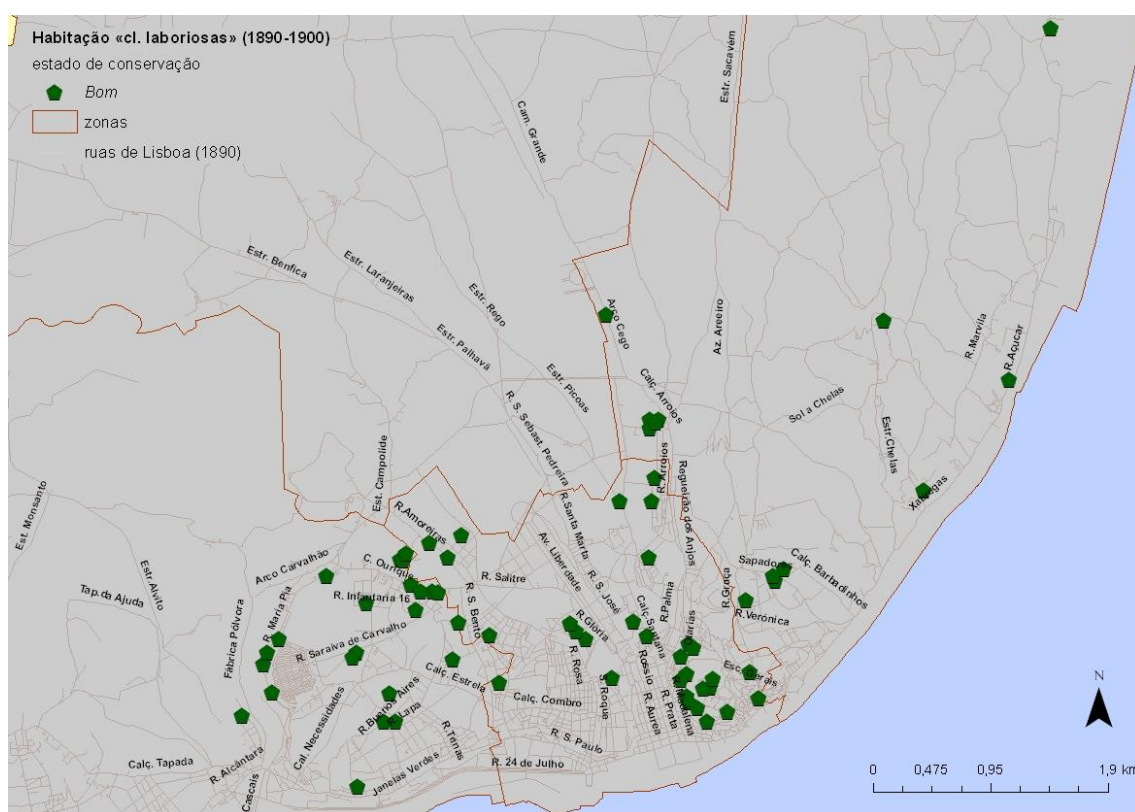


Fig. 28 - Localização dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» classificados como em “bom” estado de conservação (Inquérito aos Pateos de Lisboa; Boletim do Trabalho Industrial nº66).

Do universo habitacional das «classes laboriosas» também faziam parte núcleos “em bom estado”⁴⁹⁰ de conservação, embora representando somente 28% destes espaços de habitação (quadro 21). A análise da sua territorialização (fig.28) mostra que estes núcleos

⁴⁸⁶ Inquérito aos pateos de Lisboa, 1905, p.3

⁴⁸⁷ Vidal, 1900, vol.I, p.62

⁴⁸⁸ Inquérito aos pateos de Lisboa, 1905, p.3

⁴⁸⁹ Silva, 1994, p.422

⁴⁹⁰ Inquérito aos pateos de Lisboa, 1905, p.3

habitacionais estavam completamente ausentes de algumas áreas fortemente ocupadas pelas «classes laboriosas», quer em termos de habitação (fig.18) quer de trabalho fabril (figs.2 e 10). Como era o caso do Bairro Alto, de toda a faixa ribeirinha entre a rua do Arsenal e a rua das Janelas Verdes, da rua de São Bento e do eixo paralelo à avenida da Liberdade, entre a rua de São José e a rua de São Sebastião da Pedreira – onde não foi registado qualquer espaço habitacional merecedor de tal classificação.

Por outro lado, “*acha[va]m-se estas casas em regular estado de asseio e de conservação*”⁴⁹¹ especialmente agregadas numa faixa paralela à Baixa da cidade, entre a Costa do Castelo e a rua da Madalena, na confluência da rua de Arroios com a estrada de Sacavém (atual rua Alves Tordo) e o Arco do Cego e em redor da largo do Rato. Esta especialidade - em áreas onde o valor dos terrenos estava mais inflacionado por proximidade à área comercial mais nobre da cidade ou aos eixos do crescimento urbano planeado, como a avenida Dona Amélia (atual avenida Almirante Reis) - revela que melhor qualidade habitacional estava, naturalmente, associada a um maior investimento por parte dos proprietários e/ou construtores.

Esta análise é ainda confirmada pelo facto, mais de metade dos núcleos habitacionais do tipo vila (53%) e três dos cinco catalogados como «bairros» serem considerados, pelas fontes, “*em bom estado*”⁴⁹² e somente um quarto (25%) dos «pátios» merecerem tal classificação. Ou seja, tendencialmente, quem morava em habitações que seguiam um planeamento construtivo - , ainda que vivendo em núcleos habitacionais “*económic[o]s e simples, visto que a sua função [era] agrupar trabalhadores de baixo rendimento salarial, (...) [dispunha de] espaço[s] salubre[s] e habitável[eis]*”⁴⁹³ como residência familiar.

3.2. Habitações operárias – espaços e comunidades

A crescente população industrial - que integrava as «classes laboriosas», um grupo relativamente indiferenciado e vasto, que incluía operários/as fabris e oficinais, trabalhadores/as do comércio e serviços municipais, empregados/as em serviços domésticos, etc... e, de um modo geral, as comunidades pobres - que se instala em Lisboa no final do séc. XIX, habitava, essencialmente, em construções improvisadas integradas

⁴⁹¹ Boletim do Trabalho Industrial, 1912, p.56

⁴⁹² Inquérito aos pateos de Lisboa, 1905; Boletim do Trabalho Industrial, 1912

⁴⁹³ Rodrigues, 1979, p.40

na malha urbana pré-existente. Eram os «pátios», quase sempre sem condições de habitabilidade e, maioritariamente, construídos na última década de Oitocentos, o tipo de habitação predominante entre as «classes laboriosas» lisboetas. Não sendo estes espaços suficientes “*para responder à procura de alojamentos operários, (...) os construtores e, em alguns casos, industriais ou grandes comerciantes lançam-se na produção de habitações para classes de menores recursos*”⁴⁹⁴, começando a surgir nesta época algumas «vilas» e «bairros» operários.

A análise da localização dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» indica que, embora estes se dispersassem por toda área urbanizada da capital, as comunidades «laboriosas» agregaram-se em determinados espaços urbanos. Identifica-se a concentração de manchas de grande densidade destes moradores na zona central, com predominância para áreas de fronteira desta com as zonas oriental e ocidental - a ocidente do centro, na faixa Amoreiras/São Bento e a oriente do centro, o eixo Alfama/ Mouraria e Sapadores - e a, bem circunscrita na zona oriental, aglomeração de Xabregas.

Na faixa Amoreiras/São Bento viveria, certamente, muita da mão-de-obra dos estabelecimentos industriais que se instalavam nos arredores, como os de Campo de Ourique ou Bairro Alto. Simultaneamente, a proximidade ao eixo industrial rua de São Paulo/rua da Boavista/rua 24 de Julho - área cuja elevada densidade de mão-de-obra operária foi registada pelo Inquérito Industrial de 1890 e com pouca prevalência de núcleos de habitação das «classes laboriosas» neste período – também sugere que muitos desses/as operários/as habitariam nos núcleos de habitação «laboriosa» localizados entre a rua das Amoreiras e o final da rua de São Bento. O eixo urbano Alfama/Mouraria até Sapadores - que albergaria muitos dos/as trabalhadores/as fabris e oficinais empregados na Baixa, rua da Palma e na área envolvente a Santa Apolónia – vivia em constante contacto com a «cidade burguesa» que se afirma e alarga neste período, representando um espaço operário muito heterogéneo, com grande diversidade social e laboral. Reconhece-se, na zona central, uma situação de adjacência entre os locais de labor fabril e os espaços de habitação «laboriosos» que terá conduzido a uma convivência quotidiana, ao palmilhar das áreas centrais da capital nos percursos de e para o trabalho, deste operariado com outros grupos sociais.

⁴⁹⁴ Salgueiro, 1992, p.193

Estes dois espaços - Amoreiras/São Bento e Alfama/Mouraria/Sapadores -, pela dimensão e concentração dos núcleos habitacionais que agregavam, associados à mancha de densidade intermédia de moradores das «classes laboriosas» que se localizava entre eles, atestam a importância da zona central como um dos grandes dormitórios operários lisboetas deste período e, por isso, um espaço propiciador à formação de uma identidade de classe entre o operariado aí residente no final do século XIX.

Por outro lado, existia a grande densidade de moradores em Xabregas – habitando, fundamentalmente, «pátios» e «vilas» construídos por iniciativa de proprietários industriais - que representava o surgimento do subúrbio industrial em que a zona oriental se transformará na primeira metade do século XX. A sobreposição territorial que aqui se verificava entre núcleos habitacionais e espaços de trabalho industrial, enformavam um tipo de vivência operária segregada socialmente da restante área urbana, que integrava comunidades cada vez mais homogêneas. Já Alcântara, uma área mais precocemente “*vocacionada à indústria, desde a implantação da Fábrica da Pólvora Seca, no século XVIII, e da fábrica de curtumes de 1810,*”⁴⁹⁵ configurava uma mistura de soluções habitacionais vocacionadas para as «classes laboriosas» - que tanto incluíam «pátios» e «vilas» resultantes da transformação de antigos espaços rústicos e/ou conventuais, como «vilas» e «bairros» construídos para comunidades fabris específicas. Apresentava aglomerações de núcleos habitacionais de carácter mais disperso que, e apesar de pouco retratadas nas fontes, constituíam as moradas da crescente população operária da zona ocidental de Lisboa.

O crescimento fabril, e subsequentemente concentração de populações operárias, nos polos industriais nas zonas oriental e ocidental, nomeadamente, em Xabregas/Beato/Braço de Prata e Alcântara, conduziu a uma nova organização do espaço urbano. Os tipos e disposição dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» aí localizados, pouco documentado nas fontes para zona ocidental mas comprovado para a zona oriental, potenciaram o isolamento destas comunidades operárias. Já que as características destes espaços de habitação e a sua proximidade geográfica aos locais de trabalho, tenderá a uma crescente segregação dos vários grupos sociais. Desta forma, em Lisboa também se verifica a tendência de “*crescimento urbano das cidades europeias desde 1880 [que] originou, novos bairros operários diferentes dos bairros populares do*

⁴⁹⁵ Rodrigues, 1979, p.19

século XIX”⁴⁹⁶ que se converteram em centros de uma *"intensa vida comunitária surgida da sobreposição das esferas de trabalho, consumo, ócio e da ação colectiva"*⁴⁹⁷ localizados nas periferias urbanas.

Na década de 1890, em Lisboa, este processo de afirmação das periferias industriais como espaços únicos de trabalho fabril e habitação operária ainda estava a «dar os primeiros passos». Assim, coexistiam núcleos de habitação das «classes laboriosas» com características distintas que enformavam comunidades operárias e espaços sociais diversos – que tinham, no entanto, um traço comum de precariedade e de miséria associados. Sendo que maior parte das comunidades «laboriosas» habitavam os espaços de fronteira entre a zona central, que estava em processo de perda da «preponderância» na produção oficial e fabril e as zonas periféricas – oriental e ocidental – que crescentemente se afirmavam como fortes núcleos industriais e de agregação proletária.

⁴⁹⁶ Bannales, s/d, p.7 (tradução livre)

⁴⁹⁷ Cronin, 1983, p.36 (tradução livre)

4. Associativismo e intervenção operária

*“As boas ideias germinam. (...) Os operários, que formam a classe mais útil da sociedade, porque produzem a riqueza social, porque são eles que transformam a matéria bruta em artefactos úteis e necessários, agradáveis e cómodos, vão compreendendo qual deve ser a sua situação na sociedade; por isso se associam para tratar de melhorar as condições do trabalho.”*⁴⁹⁸

O mercado de trabalho industrial português do final do século XIX era “susceptível de bruscas retracções e oscilações, que tanto podiam incidir sobre o horário de trabalho como sobre o número de efectivos,”⁴⁹⁹ o que provocava despedimentos temporários e reduções nos horários de trabalho. Tal como dava notícia *A Obra* – semanário dos carpinteiros civis –, “foram despedidos do Arsenal da Marinha os carpinteiros que ultimamente [tinham sido] para ali mandados por parte do governo civil.”⁵⁰⁰ A mobilidade e a irregularidade do trabalho tornavam-se, portanto, umas das principais facetas da condição operária. A esta insegurança acrescia o facto de que “o operário (...) em não trabalhando não ganha[va] e, por conseguinte, não com[ia]”⁵⁰¹, fazendo “aumentar o desespero dos famintos.”⁵⁰²

As organizações de apoio às classes trabalhadoras, em caso de desemprego, doença, velhice, não foram uma novidade desta época. Existiram confrarias e irmandades religiosas de carácter profissional, “associações de leigos com fins religiosos e assistenciais ao longo dos séculos, [as quais] encontrando-se ligadas aos grémios e corporações artesanais, caracterizavam-se pela sua homogeneidade social, configurando, por isso, espaços de solidariedade horizontal.”⁵⁰³ Estas “confrarias - associação (...) de ofício,(...) [mantiveram] relações próximas com as corporações de ofícios mecânicos”⁵⁰⁴ e evoluíram para associações civis de socorros mútuos que, mesmo atendendo os associados nos “casos de doença, velhice e falta de trabalho, não tratavam

⁴⁹⁸ *O Proletário*, 01/05/1898, p.2

⁴⁹⁹ Martins, 1997, p.490

⁵⁰⁰ *A Obra*, 19/07/1891, p.3

⁵⁰¹ *O Defensor do Trabalho*, 17/7/1865

⁵⁰² *A Obra*, 19/07/1891, p.3

⁵⁰³ Lousada, 1999, p.547

⁵⁰⁴ Lousada, 1999, p.548

*dos melhoramentos económicos e sociais dos operários.*⁵⁰⁵ Com a extinção das Corporações de Ofícios⁵⁰⁶ – por decreto, em 7 de Maio de 1834 – e, subsequente, desaparecimento da *Casa dos Vinte e Quatro*, durante a primeira metade de Oitocentos, coube “*ao movimento mutualista e associativista, de iniciativa absolutamente privada, (...) a tarefa de colmatar o vazio deixado pelo desaparecimento das Corporações.*”⁵⁰⁷

As alterações económicas, sociais e políticas, articuladas com a falta de apoios sociais por parte do Estado e/ou dos empregadores, levaram à “*emergência de um movimento operário (...) encabeçado por ilustres intelectuais que (...) divulgaram um discurso (...) associativista, tendo como objetivo agrupar e informar os operários,*”⁵⁰⁸ logo a partir de meados do século XIX. Este foi, inicialmente, um movimento baseado num associativismo mutualista e, fundamentalmente, dirigido por não-operários. Mas, ao fazer “*despontar [o] movimento operário na esfera pública,*”⁵⁰⁹ conduziu ao início do desenvolvimento de uma consciência de classe por parte do crescente operariado, nomeadamente, lisboeta.

O surgimento de associações mutualistas visava o apoio das «classes laboriosas», na sua permanente insegurança económica. Conjuntamente com o “*desenvolvimento do espírito de solidariedade no progresso industrial*”⁵¹⁰ advogado pelos “*primeiros ideólogos da associação*”⁵¹¹ – cujo ideário foi, “*de facto, nuclear no pensamento e na ação, durante os primórdios do movimento operário português*”⁵¹² –, verificou-se o aparecimento de um associativismo operário de cariz laboral, cultural e de instrução, “*a par e em consonância com as funções de previdência social que [estas associações] (...) desenvolviam.*”⁵¹³ Ou seja, “*os operários aproveitaram (...) a experiência adquirida naquelas associações [dirigidas, incentivadas e controladas por personalidades*

⁵⁰⁵ Sousa, 1972, p.26

⁵⁰⁶ As Corporações de Ofícios foram criadas em 16 de dezembro de 1383, por D. João, Mestre de Avis (futuro D. João I) para regulamentar o processo produtivo artesanal nas cidades. A *Casa dos Vinte e Quatro* era a de Lisboa, composta por dois representantes de cada uma das doze corporações de ofícios da cidade. Foram extintas na sequência da implantação do regime liberal em Portugal.

⁵⁰⁷ Rosendo, 1996, p.274

⁵⁰⁸ Lázaro, 2014, p.187

⁵⁰⁹ Lázaro, 2014

⁵¹⁰ Sousa, 1972, p.27

⁵¹¹ Fonseca, vol. I, 1980, p.22

⁵¹² Lázaro, 2014, p.82

⁵¹³ Rosendo, 1996, p.275

pertencentes à burguesia, como Sousa Brandão ou Rodrigues Sampaio] *para aí começarem a forjar (...) a sua própria consciência de classe.*”⁵¹⁴

Foi com as alterações dos ritmos de vida e das formas de trabalho fabril e oficial, impulsionadas pelo desenvolvimento industrial e urbano, e “*como resultado das suas experiências comuns, [que o operariado começou a] sentir e articular a identificação dos seus interesses,*”⁵¹⁵ enformando um momento de transição fundamental para a formação da classe operária. “*O grande ajuste de contas desencadeia-se nesse último decénio do século XIX [com a] própria organização do operariado, fortalecendo-se*”⁵¹⁶ e organizando-se em associações de classe, instituições mutualistas, cooperativas, educativas e sociedades recreativas, culturais e/ou desportivas. Surge, “*portanto, um operariado crescentemente organizado e politizado.*”⁵¹⁷

Até à publicação, a 9 de maio de 1891, do decreto que legalizou o associativismo laboral, as associações operárias tinham que, a nível estatutário, situar os seus propósitos na criação de uma caixa económica, de uma cooperativa de produção ou de consumo⁵¹⁸, limitando os seus objetivos às áreas do mutualismo⁵¹⁹ e da beneficência. “*O facto é que numerosas (...) tinham existido entre 1850 e 1890, mas o seu estatuto dependia essencialmente da conjuntura social e política e, em última instância da boa vontade da... polícia.*”⁵²⁰ Na última década do século, a conjuntura muda e a legalização das associações de classe – que podiam ser de operários, empregados, patrões ou mistas da área industrial, comercial ou agrícola – obriga à “*prévia aprovação dos estatutos pelo Governo, dada pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria [que no caso de Lisboa, delegou esta função ao Governo Civil] e fica[ando] sujeitas a vigilância e inspeção das autoridades administrativas.*”⁵²¹ A legislação também fixava um mínimo de vinte sócios, com a mesma profissão ou profissões correlativas, impondo que “*o seu principal objectivo [fosse] o estudo e defesa dos interesses da classe*”⁵²² e dos associados,

⁵¹⁴ Sá, 1977, p.40

⁵¹⁵ Thompson, 1966, p.9

⁵¹⁶ Tengarrinha, 1983, p.70

⁵¹⁷ Rosas, 2010, p.39

⁵¹⁸ As sociedades cooperativas foram juridicamente enquadradas pela lei de 2 de julho de 1867.

⁵¹⁹ A regulamentação administrativa das associações de socorros mútuos só foi, no entanto, promulgada a 28 de fevereiro de 1891.

⁵²⁰ Cabral, 1988, p.76

⁵²¹ Decreto-lei de 9 de maio de 1891

⁵²² Decreto-lei de 9 de maio de 1891

proibindo os agrupamentos federais e nacionais que, todavia, se desenvolveram. Limitava ainda a sua intervenção à esfera estritamente profissional, procurando mantê-las “à margem da política.”⁵²³

A regulamentação da existência e atuação das Associações de Classe conduziu ao enquadramento legal das suas “*formas de protesto pacífico, como (...) a manifestação ou comício, torn[ando] legítimas actuações colectivas*”⁵²⁴ do associativismo operário na última década de Oitocentos. Assim, as suas formas de intervenção política no espaço público, especialmente, nos momentos de demonstração reivindicativa – como as primeiras comemorações do 1º de Maio (1890-1900), as greves ou as manifestações – revelavam-se como “*estratégias de comunicação da [sua] legitimidade (...) baseadas na encenação do número, da unidade, do valor social e do empenho dos que participavam*.”⁵²⁵ Estas eram as ocorrências, por excelência, em que o “*exército operário*”⁵²⁶ para além de demonstrar a sua capacidade de organização e de ocupação do espaço público, declarava “*que o mundo não foi feito só pr’ós ricos!*”⁵²⁷ Ao reivindicar a jornada de 8 horas de trabalho, melhores salários e condições laborais ou apresentando exigências e reclamações específicas relativas a um determinado estabelecimento industrial ou patrão, assumiam a sua visibilidade como grupo social.

A Lisboa industrial e operária da última década do século XIX enformava, como já vimos nos capítulos anteriores, realidades urbanas e sociais múltiplas e complexas, que tanto albergavam o/a artesão/ã instruído/a, o/a operário/a especializado/a como o/a trabalhador/a indiferenciado/a, cuja “*expressão numérica [se torna] suficientemente expressiva para [lhe] passarem a dirigir novos discursos políticos, novas tentativas de arregimentação*.”⁵²⁸ Nestas incluíam-se não só as comemorações do dia internacional do trabalhador - autorizadas pelos organismos estatais e municipais – iniciadas no primeiro dia de maio de 1890 e ocorridas ininterruptamente por toda a época em análise, mas também outros acontecimentos, como as greves – que mesmo “*continua[ndo] a ser proibida[s], [aconteceram], e cada vez com maior frequência, até à sua legalização, em*

⁵²³ Cabral, 1979, p.129

⁵²⁴ Cerezales, 2011, p.16

⁵²⁵ Cerezales, 2011, p.188

⁵²⁶ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896

⁵²⁷ Braz Verdades, *O Eco Metalúrgico*, 01/05/1896, p.1

⁵²⁸ Costa, 1990, p.210

1910.”⁵²⁹ Assim, a concentração industrial na capital e a “*forte intensificação da exploração do trabalho*”⁵³⁰ das «classes laboriosas» constituíram o caldo primordial da construção de uma identidade de grupo entre os/as trabalhadores/as fabris e oficinais.

O ambiente laboral na indústria em Lisboa do final de Oitocentos era, como já referido, caracterizado por uma variedade de realidades geográficas e sociais: diferentes sectores de produção, diferentes dimensões fabris e formas de organização do trabalho; diversas circunstâncias nas configurações e na distribuição dos núcleos de habitação das comunidades operárias pela cidade. Condições, espaços e relações que, lentamente, produziram novas sociabilidades e com elas novos “*sistemas de valores, ideias e formas institucionais*”⁵³¹ de organização. Na zona central da cidade, um espaço de grande densidade industrial, de mão-de-obra operária e de núcleos de habitação das «classes laboriosas», a adjacência entre os locais de trabalho e de moradia operária potenciava a construção de uma identidade operária num ambiente socialmente heterogéneo, desenrolando-se o quotidiano e os percursos diários dos/as trabalhadores/as fabris e oficinais no contacto permanente com outras realidades da sociedade lisboeta. Nas zonas ocidental e oriental a identidade operária desenvolveu-se num ambiente mais homogéneo. Aqui, áreas de maior especialização e inovação tecnológica na produção industrial, de estabelecimentos industriais, tendencialmente, agregadores de mais operários/as e de núcleos habitacionais com mais moradores, a justaposição territorial entre espaços laborais e residenciais originou comunidades operárias mais isoladas e uma vivência mais segregada socialmente.

Mesmo sabendo-se que “*os mobilizados foram sempre uma minoria e [que] seria algo forçado conceder-lhes representatividade*”⁵³², o associativismo e as suas ações concretas podem ser encaradas como a expressão mais visível da mobilização e tomada de consciência do poder coletivo do operariado.

“*A consciência de classe surge (...) em diferentes tempos e lugares, mas nunca exatamente da mesma maneira.*”⁵³³ Observando as associações fundadas, dirigidas e geridas por operários/as como reflexos da intervenção e formação da classe operária lisboeta, e analisando as suas características, diferenças intrínsecas e localizações,

⁵²⁹ Cabral, 1979, p.76

⁵³⁰ Cabral, 1979, p.197

⁵³¹ Thompson, 1966, p.10 (tradução livre)

⁵³² Cerezales, 2014, p.50

⁵³³ Thompson, 1966, p.10 (tradução livre)

procuraremos contribuir para a percepção dos processos e dos espaços da cidade de Lisboa em que esta consciência coletiva terá emergido na década final do século XIX.

De facto, a localização, na malha urbana lisboeta, das sedes das diferentes associações de iniciativa operária, assim como dos seus atos de reivindicação e de luta política – como os cortejos e comícios no dia 1º de Maio e as greves – possibilita a identificação de diversos padrões de espacialidade dos vários tipos de associações e dos momentos de reivindicação e/ou luta operária e as suas relações com os espaços de trabalho operário e de habitação das «classes laboriosas». Permite também intuir e analisar formas e propósitos de ocupação e reivindicação dos espaços públicos pelo operariado lisboeta.

Segue-se, então, o estudo do movimento operário observado, num primeiro momento, a partir da caracterização das suas associações, nomeadamente os seus propósitos e desígnios inscritos nos estatutos, datas de fundação e setor produtivo com que estavam relacionadas, e da localização das suas sedes na malha urbana da cidade. Num segundo momento, procede-se à análise da participação operária e/ou associativa na celebração anual do dia 1º de Maio e, numa perspetiva mais incipiente, nas greves e outros acontecimentos reivindicativos que aconteceram em Lisboa durante a última década do século XIX. Nesta segunda dimensão, tem-se em conta, mormente, o tipo do acontecimento – greve, comício ou manifestação –, a frequência ao longo da dezena de anos analisados e a localização ou percurso escolhidos para a sua realização, tendo como propósito último captar, por mais esta forma, a relação entre o operariado e o espaço da cidade.

4.1. Associativismos operários

“Aplicar ao mesmo tempo o princípio de associação na esfera de cada indústria, [significa] ir a pouco e pouco substituindo a solidariedade à divisão, o génio colectivo à fraqueza individual.”⁵³⁴ Esta, de acordo com Lopes de Mendonça no primeiro número do jornal *Ecco dos Operários*, era a função primordial do associativismo operário no caminho da “*emancipação das classes laboriosas*.”⁵³⁵

⁵³⁴ *Ecco dos Operários*, 28/04/1850, p.4

⁵³⁵ *Ecco dos Operários*, 28/04/1850, p.4

A obrigatoriedade de registo e da aprovação a que estavam sujeitos, a partir da publicação do decreto-lei de 9 de Maio de 1891, os estatutos das associações e coletividades, operárias ou não, assim como o assentamento dos autos de inspeção ou vigilância a que as instituições associativas poderiam estar sujeitas pelas autoridades levou a que, no Governo Civil de Lisboa, se agregasse informação – estatutária e outra – relativa às *Associações Socioprofissionais e Mútuas* e às *Associações de Classe e Recreativas* com sede nesta cidade.

Os documentos resultantes desta atuação de superintendência do Governo Civil de Lisboa encontram-se depositados nos fundos “*Cadastro de Associações Socioprofissionais e Mútuas*” e “*Estatutos das Associações de Classe e Recreativas*” do Arquivo do Governo Civil de Lisboa⁵³⁶ e no fundo das *Associações de Classe*⁵³⁷ do antigo Ministério das Corporações – que os integrou aquando da inquirição relativa às associações laborais levada a cabo, em 1939, pela Secção da Organização Corporativa do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Para colmatar lacunas, nomeadamente no que se refere às cooperativas ou associações de instrução que não tivessem subjacente uma disposição laboral ou um cariz recreativo, foram consultados os *Anuários Comerciais*⁵³⁸ publicados ao longo deste período e a imprensa operária da época.⁵³⁹

A partir desta base documental, empreendeu-se a recolha de informação relativa a associações de classe, mútuas, cooperativas, grémios ou coletividades, com atividade entre 1890 e 1900, cujos sócios/as fundadores/as fossem na sua maioria operários/as e cujos objetivos estatutários estivessem ligados à vivência social, cultural e/ou política da população operária.

A falta de dados disponíveis nas fontes que confirmassem a primeira condição - como estatutos e documentação anexa omissos quanto à listagem dos sócios/as fundadores/as que permitisse a confirmação da origem operária de determinada associação⁵⁴⁰ – poderá ter conduzido à ausência de alguma instituição associativa de iniciativa operária neste levantamento.

⁵³⁶ Atualmente depositado, e em fase de tratamento documental, no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

⁵³⁷ Atualmente depositado no Arquivo do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (ARQUESOC) e acessível no site <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt>.

⁵³⁸ Caldeira, 1890 – 1900

⁵³⁹ Ver lista da *Imprensa Operária* consultada, na listagem de *Fontes Impressas*.

⁵⁴⁰ No caso de organizações associativas em que não se conseguiu documentar a fundação de cariz operário, ou seja, de iniciativa de indivíduos trabalhadores fabris e/ou oficinais, optou-se pela sua não integração na base-de-dados.

Ainda assim, deste arrolamento resultou uma base-de-dados que integra, para cada instituição, informação relativa ao nome, morada da sede,⁵⁴¹ data de fundação, campo de atuação primordial e setor produtivo de cada organização associativa, cuja georreferenciação e subsequente representação cartográfica, permitem analisar as formas e os espaços de intervenção associativa operária lisboeta neste período.

4.1.1. Diversos propósitos associativos

Quadro 22 – Resumo da informação relativa a associações operárias (1890-1900)	
Total de associações	121 (100%)
Associações de Classe	65 (54%)
Mútuas, Assoc. de Beneficência e Cooperativas	29 (24%)
Associações de Instrução e Recreio	27 (22%)

Apesar do associativismo operário deste período, em muitos casos, se caracterizar por uma aparente plurifuncionalidade e abrangência da sua intervenção, as cento e vinte e uma associações e coletividades operárias referenciadas foram categorizadas segundo os objetivos principais enunciados nos seus estatutos. Assim, foram divididas em três categorias: Associações de Classe; Mútuas, Associações de Beneficência e Cooperativas; Associações de Instrução e Recreio – como resumido no quadro 22.

As Associações de Classe – agremiações de trabalhadores/as afetos/as a um mesmo ofício, profissão ou artes correlativas – tinham como principais fins “*o estudo e a defesa dos interesses económicos e sociais dos seus associados*”⁵⁴² e da “*respectiva indústria em todas as suas ramificações*”⁵⁴³, assim como, “*discutir todas as questões (...) que impliquem com os interesses da classe. [E] representar nos poderes do estado quando a*

⁵⁴¹ Aquando da, pontualmente, existência de duplicação/contradição de informação relativa à morada da sede de uma associação em diferentes fontes documentais, optou-se por assumir como a morada para a representação cartográfica aquela indicada nos estatutos. Caso os estatutos fossem omissos quanto a essa informação, optou-se pela morada indicada pela fonte cronologicamente mais antiga (dentro da baliza cronológica da investigação). Ou seja, a indicada pela fonte com data de publicação mais próxima do ano de 1890.

⁵⁴² *Estatutos da Associação de classe dos operários tintureiros, estampadores e artes correlativas*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁵⁴³ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários de Tecidos de Seda*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

classe se achar lesada nos seus interesses.”⁵⁴⁴ Alguns artigos estatutários, como o número 5º dos estatutos da *Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos* - que pretendia “*promover por qualquer meio a elevação ou conservação dos salários, de modo que correspondam às necessidades dos seus associados*” -, eram muito explícitos na afirmação de que a ação primordial da associação era “*o bom desenvolvimento moral e material da classe.*”⁵⁴⁵

Para além dos propósitos essenciais, de cariz laboral, os estatutos das Associações de Classe consultados revelam ainda o intento generalizado “*de contribuir para ilustração*”⁵⁴⁶ e instrução de sócios/as e famílias, e até para “*o desenvolvimento da classe operária em geral*”⁵⁴⁷, através da criação, “*em harmonia com a força dos seus fundos*”⁵⁴⁸, de bibliotecas e gabinetes de leitura, da implementação de aulas, tanto de ensino primário como profissional, e/ou da promoção de palestras e conferências, revelando a vontade de intervir no domínio da educação formal e da formação cultural. Outro dos intentos de muitas das Associações de Classe era o de “*socorrer os seus associados, quando as forças do cofre o permitam,*”⁵⁴⁹ em caso de doença, morte – com o pagamento do funeral - ou “*prestar subsidio na falta de trabalho.*”⁵⁵⁰ Legalmente, no entanto, esta conjugação da função sindical com o socorro mútuo dos associados teria de se processar através da criação de montepios ou cofres de auxílio, que teriam de “*constituir-se como agremiações independentes como determina o nº 5 do artigo 4º do decreto de 9 de Maio de 1891*”⁵⁵¹ como o fez a *Associação de Classe dos Latoeiros de Folha Branca*, com a criação da “*sua associação de socorros mútuos, fundada em 1862, onde [eram] admitidos apenas latoeiros de folha branca.*”⁵⁵² Com a diversidade de atividades e propósitos secundários as Associações de Classe pretendiam a agregação e a identificação dos/as

⁵⁴⁴ *Estatutos da Associação de Classe dos Correeiros de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁵⁴⁵ *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁵⁴⁶ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários Corticeiros*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁵⁴⁷ *Estatutos da Associação de Classe dos Tanoeiros de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁵⁴⁸ *Estatutos da Associação de Classe das Costureiras de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁵⁴⁹ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários de Tecidos de Seda*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁵⁵⁰ *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁵⁵¹ *Estatutos da Associação de Classe dos Curtidores de Sola e Cabedais e Artes Correlativas*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁵⁵² Simões, 1910, p.42

trabalhadores/as em função da sua profissão - numa lógica corporativa e, portanto, acentuando o sentimento de pertença a uma profissão ou «arte» e não a um grupo mais alargado, como o das «classes laboriosas» - o que poderá explicar o predomínio da associação de classe (54% do total – quadro 22) no espectro do associativismo de iniciativa operária deste período.

A lógica de organização corporativa decorria da própria lei, que estipulava que as Associações de Classe eram “*sociedades compostas por mais de vinte indivíduos que exer[cessem] a mesma profissão ou profissões correlativas.*”⁵⁵³ Ou seja, a legislação exigia que tivessem assento em cada agremiação somente trabalhadores/as como mesmo ofício. Fazendo com que, por exemplo, as costureiras “*de vestidos, ou de alfaiate, ou de chapéus*”⁵⁵⁴ se organizassem na *Associação de Classe das Costureiras de Lisboa* e as “*costureiras de modista, de roupa branca, de luvas, de gravatas, e machinismos de calçado*”⁵⁵⁵ na *Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras*. Do mesmo modo, no setor metalúrgico foram referenciadas dez Associações de Classe diferentes – dos caldeireiros em ferro e cobre, dos ferradores, dos ferreiros, dos forjadores, dos latoeiros de folha branca, dos pregueiros mecânicos, dos serralheiros, dos tanoeiros, dos torneiros mecânicos e dos torneiros de metal e canalizadores de gás e água.⁵⁵⁶ A forte compartimentação profissional que estes exemplos demonstram “*invoca a estrutura das antigas corporações*”⁵⁵⁷ e revelam a fragmentação laboral que a legislação pretendia manter na atuação do associativismo operário. O propósito legislativo era que, na sua ação, as Associações de Classe “*se ocupa[ssem] exclusivamente dos seus interesses profissionais, mantendo-se à margem da política, (...) [e assim se tornassem] elementos de ordem e de progresso.*”⁵⁵⁸ Pretendia-se, assim, limitar os direitos de associação e ação à esfera estritamente profissional, sublinhando-se a importância que o Estado atribuía à

⁵⁵³ Decreto-lei de 9 de maio de 1891

⁵⁵⁴ *Estatutos da Associação de Classe das Costureiras de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁵⁵⁵ *Estatutos da Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁵⁵⁶ *Estatutos da Associação de classe dos operários ferradores de Lisboa*, Arquivo do Governo Civil de Lisboa, Fundo dos Estatutos das Associações de Classe e Recreativas; *Estatutos da Associação de Classe dos Pregueiros Mecânicos, Ajudantes e Anexos*; *Estatutos da Associação de Classe dos Tanoeiros de Lisboa*; *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros de Metal e Canalizadores de Gás e Água e Artes Anexas*; *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC); *Estatutos da Associação dos Ferreiros e Artes Correlativas*, 1884; Caldeira, 1893; Caldeira, 1898

⁵⁵⁷ Fonseca, 1980, p.31

⁵⁵⁸ Decreto-lei de 9 de maio de 1891

dinâmica e influência destas associações para a paz social e económica. No entanto e apesar da legislação, existiram neste período instituições que procuraram “*superar as barreiras do corporativismo*”⁵⁵⁹ através da organização laboral operária de base regional, como a *Federação das Associações de Classe de Lisboa*, fundada em 1892,⁵⁶⁰ ou de união supra-profissional, como a *Confederação Metalúrgica*.⁵⁶¹

As Associações de Socorros Mútuos e de Beneficência, que decorreram diretamente dos *Montepios* – religiosos, civis e militares – que se desenvolveram entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX,⁵⁶² tiveram “*a partir da década de cinquenta [do século XIX] um grande surto (...) que até ao final do século [XIX] se traduziu no aparecimento de algumas centenas*”⁵⁶³ a nível nacional. Neste período abandonaram a perspectiva, de tendência univalente, de “*garantir a subsistência dos herdeiros mais directos dos seus associados*”⁵⁶⁴ e passaram a assumir uma atuação mais polivalente, “*cobrando um diversificadíssimo leque de riscos sociais.*”⁵⁶⁵ Tornaram-se assim sociedades, como reconhecido pelo decreto-lei de 28 de fevereiro de 1891, que podiam ser “*instituídas com o fim de serem prestados auxílios mútuos entre os sócios para: socorrer os sócios doentes ou impossibilitados temporariamente de trabalhar, e fazer o funeral aos que falecerem; estabelecer pensões para os sócios permanentemente inhabilitados de trabalhar; [e] qualquer outro fim próprio das associações de previdência.*”⁵⁶⁶

Sendo que a maior parte das instituições mutualistas tinha origem em iniciativas filantrópicas e caritativas, tanto por ação de intelectuais socialmente empenhados, como patronal ou religiosa, o universo dos seus associados “*era predominantemente global – abrangiam todas as profissões e classes sociais, a nível de bairro, localidade ou região.*”⁵⁶⁷ Assim, como referido pela *Associação de Classe dos Fundidores de Metais de Lisboa* e pela *União das Artes Mecânicas em Madeira* nas suas respostas à *Inquirição pelas Associações de Classe*,⁵⁶⁸ por “*existirem, em Lisboa, grande número de associações*

⁵⁵⁹ Mónica, 1982, p.1231

⁵⁶⁰ *Estatutos da Federação das Associações de Classe de Lisboa*, 1897

⁵⁶¹ Caldeira, 1893

⁵⁶² Rosendo, 1996

⁵⁶³ Rosendo, 1996, p.290

⁵⁶⁴ Rosendo, 1996, p.289

⁵⁶⁵ Rosendo, 1996, p.290

⁵⁶⁶ Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1891.

⁵⁶⁷ Rosendo, 1996, p.293

⁵⁶⁸ Simões, *Boletim do trabalho Industrial*, nº49, 1910

de socorro, para ocorrer a incapacidade temporária de trabalho e de outros caracteres previdentes”⁵⁶⁹ “os operários pertenc[iam] a diversas instituições de socorro mutuo, caixas privativas, etc.”⁵⁷⁰

Também nas Cooperativas o cenário era similar, sendo que “poucas tiveram um carácter estrita ou exclusivamente profissional, isto é, de defesa dos interesses da respectiva classe, trabalhadora ou patronal”⁵⁷¹ e as estritamente operárias, na sua grande maioria, abrangiam as «classes laboriosas» no geral e só muito raramente eram dedicadas a um único grupo profissional. Exemplo é a emblemática (e ainda existente) cooperativa de consumo *Caixa Económica Operária*, que nasceu da iniciativa de operários tabaqueiros em 1876 e que, não cingindo o seu apoio a este grupo profissional, se dirigia-se às camadas trabalhadoras e populares da freguesia de São Vicente de Fora.

Quando circunscrevemos a análise ao associativismo mutualista e cooperativista lisboeta de iniciativa estritamente operária – 24% das associações operárias lisboetas referenciadas entre 1890 e 1900 (quadro 22) – somente três associações estavam ligadas a uma só «classe» de ofícios: a *Libertadora, sociedade cooperativa de panificação e moagem de cereaes*, fundada em 1896, por operários manipuladores de pão; a *Cooperativa Industria Social*, fundada em 1873 “na sequência de uma greve na Fundição de Ferro Collares”⁵⁷², onde operários metalúrgicos “produz[iam] com esmerado trabalho todos os artigos das artes do ferro, desde a machina a vapor de maiores dimensões, até à simples buxa para rodados”⁵⁷³; e a *Caixa de Socorros de Classe de Estamparia e Artes Correlativas* que, localizada no bairro operário da Quinta do Cabrinha, auxiliava os/as trabalhadores/as das fábricas de estamparia da área de Alcântara.

As Associações de Instrução e Recreio representavam 22% das instituições associativas de iniciativa operária (quadro 22). Muitas delas derivaram de uma espécie de especialização de algumas associações de classe ou de socorros mútuos, que conduziram à alteração dos estatutos e à sua transformação em sociedades de instrução. A *Associação União Fraternal dos Operários da Fábrica de Tabaco* quando fundada, a 9 de maio de 1863, como associação mutualista afeta aos operários tabaqueiros pretendia atuar não só de “modo de resolver o grandioso problema do trabalho, procurando por todos os meios

⁵⁶⁹ Simões, 1910, p.28

⁵⁷⁰ Simões, 1910, p.352

⁵⁷¹ Rosendo, 1996, p.282

⁵⁷² Pereira, 2010

⁵⁷³ *A Federação*, nº 18, 06/05/1894, p.2

legais melhorar as condições deste, debaixo dos pontos de vista económico, moral e higiénico (...) [mas também] estabelecer escolas, gabinete de leitura, caixa económica e tudo quanto, em harmonia com a índole das sociedades desta natureza.”⁵⁷⁴, porque “o talento não é privilégio dos ricos, e (...) se os filhos do povo fossem instruídos (...) não se perderiam algumas inteligências que passam despercebidas por não serem cultivadas.”⁵⁷⁵. Assim, em 1879 converte-se em Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, estabelecendo estatutariamente, então, como sua ação primeira a publicação do jornal A Voz do Operário – o ainda existente, “popularíssimo jornal, a um vintém de assignatura por semana, com tiragem de trinta mil exemplares”⁵⁷⁶ - e a criação de escolas para os/as filhos/as dos/as associados/as. Procurava, assim, “concorrer para a instrução e bem estar da classe trabalhadora em geral e dos sócios em particular.”⁵⁷⁷ Outras associações, como a Sociedade de Instrução e Recreio “Aurora e Progresso”, fundada em 1883, nasceram logo do desígnio de “derramar a instrução pelos associados e filhos d’estes” através da criação de aulas diurnas e noturnas e, também, da organização de “bibliotheca, jogos recreativos como loto, dominó, glória, etc...”⁵⁷⁸

Os poucos salários e as miseráveis condições de habitação das «classes laboriosas» lisboetas, aliados ao conceito de que “a emancipação do povo trabalhador (...) [e o fim da] desigualdade social que o condenava ao soffrimento”⁵⁷⁹ acontecia não só pela instrução, mas também pelo “enriquecimento moral, físico, intelectual e cultural do operariado organizado”⁵⁸⁰, impulsionaram algumas coletividades operárias a alicerçar a sua atividade em ações culturais, artísticas e de lazer – como “bailes, saraus (...), conferências não políticas”⁵⁸¹, o “ensino da música e dança”⁵⁸² e/ou a criação de bandas musicais filarmónicas.

Desta variedade de propósitos e ações “emergiu um apertado tecido associativo que (...) constitui[u] um dos mais relevantes fenómenos sociais decorrentes dos processos de

⁵⁷⁴ A Voz do Operário, fevereiro 2015, p.3

⁵⁷⁵ A Voz do Operário, nº1, 11/10/1879, p.3

⁵⁷⁶ Botelho, 1901, p.220

⁵⁷⁷ Estatutos da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, 1918

⁵⁷⁸ Estatutos da Sociedade de Instrução e Recreio “Aurora e Progresso”, Arquivo do Governo Civil de Lisboa, Fundo dos Estatutos das Associações de Classe e Recreativas.

⁵⁷⁹ A Federação, 01/05/1894, p.2-3

⁵⁸⁰ Pereira, 2012, p.79

⁵⁸¹ Estatutos da Academia União Fraternidade Operária, Arquivo do Governo Civil de Lisboa, Fundo dos Estatutos das Associações de Classe e Recreativas.

⁵⁸² Estatutos da Sociedade Recreio Operário, Arquivo do Governo Civil de Lisboa, Fundo dos Estatutos das Associações de Classe e Recreativas.

industrialização e de formação da classe operária.”⁵⁸³ Sendo que os “*clubes operários, ateneus, cooperativas de consumo, sociedades de socorros mútuos, formavam uma densa rede de localizações que cobria boa parte dos bairros operários de muitas cidades europeias.*”⁵⁸⁴

Também em Lisboa “*as associações operárias e populares [ter-se-ão revelado] essenciais para estreitar os laços comunitários da cultura operária*”⁵⁸⁵, contribuindo, deste modo, para o despontar, mesmo que tímido, de uma identidade de grupo e para “*a formação da classe operária portuguesa.*”⁵⁸⁶

4.1.2. Mulheres no associativismo operário

No quadro das preocupações sociais com as «classes laboriosas», foi bastante discutida a necessidade de proteção no trabalho fabril e oficial de mulheres e crianças – tendo-se legislado sobre horários e condições de trabalho das operárias, no decreto-lei de 14 de abril de 1891, proibido o trabalho feminino nas quatro semanas após o parto e estipulado que os estabelecimentos industriais com mais de cinquenta funcionárias tivessem de albergar uma creche, no decreto-lei de 13 de março de 1893. A legislação, no entanto, não era efetivamente cumprida. E mesmo que, por outro lado, o “*desenvolvimento do sindicalismo operário (...) [tenha] coincidido com a feminização do trabalho em vários setores industriais (...), impôs-se o subentendido que só aos indivíduos do sexo masculino competia a participação na esfera pública.*”⁵⁸⁷

Assim, e apesar do dinamismo verificado no âmbito do associativismo laboral de iniciativa operária na última década de Oitocentos, a participação das mulheres nas Associações de Classe era bastante invulgar e, na maioria dos casos, proibida estatutariamente. A análise dos estatutos destas associações patenteia que as mulheres raramente poderiam ser admitidas como sócias destas “*fortalezas masculinas do trabalho qualificado.*”⁵⁸⁸ De facto, a grande maioria dos estatutos consultados – cinquenta e nove em sessenta e cinco Associações de Classe de iniciativa operária registados entre 1890 e 1900 (quadro 22) – estabelecia que sócios seriam “*indivíduos do sexo masculino, tanto*

⁵⁸³ Pereira, 2012, p.75

⁵⁸⁴ Banales, s.d., p.22 (tradução livre)

⁵⁸⁵ Banales, s.d., p.22 (tradução livre)

⁵⁸⁶ Mónica, 1982

⁵⁸⁷ Cerezales, 2014, p.129/130

⁵⁸⁸ Matias, 1986, p.25

nacionais como estrangeiros.”⁵⁸⁹ Mesmo nas associações dos trabalhadores tabaqueiros, setor onde a mão-de-obra feminina representava 73%⁵⁹⁰, ou do setor alimentar, em que as mulheres eram 17% dos/as trabalhadores/as⁵⁹¹, estava vedada a participação das operárias.

No entanto, nos têxteis – onde as mulheres representavam 46% da mão-de-obra⁵⁹² – e na cordoaria – que empregava 29% de operárias⁵⁹³ – em que a concorrência do trabalho feminino era visto como uma ameaça aos postos de trabalho e aos níveis salariais masculinos, existem testemunhos da participação feminina no movimento associativo operário de cariz laboral. Este eram os casos da *Associação de Classe dos Operários Cordoeiros e Linheiros* e da *Associação de Classe dos Operários Tintureiros e Estampadores*, cujos estatutos diziam poderem “fazer parte desta[s] associaç[ões] todos os operários (...) seja qual for o seu sexo ou nacionalidade.”⁵⁹⁴ As mulheres eram consideradas estatutariamente sócias com direito “a votar e ser votado para os diversos cargos da associação” já que desse dever estavam excluídos, na primeira, os menores e os estrangeiros e, na segunda, somente os menores. Com uma perspetiva ainda mais progressista para a época, por não exigir às mulheres casadas candidatas a sócias autorização dos maridos, a *Associação de Classe dos Operários de Tecidos de Seda* foi fundada como “uma agremiação de ambos os sexos que se emprega[va]m nos diferentes ramos da indústria” e cujas condições para a admissão eram iguais “para qualquer operário ou operária” – “ser salariado de qualquer ramo da indústria da seda [e] ser proposto por um sócio no gozo dos seus direitos.”⁵⁹⁵

Existiram, também, duas associações operárias de classe exclusivamente femininas,⁵⁹⁶ as já referidas, *Associação de Classe das Costureiras de Lisboa* e

⁵⁸⁹ *Estatutos da Associação Lisbonense dos Latoeiros de Folha Branca*, 1933

⁵⁹⁰ Segundo o Inquérito Industrial de 1890, em Lisboa o setor dos tabacos empregava 2585 pessoas e, destas, 1898 eram mulheres. *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV.

⁵⁹¹ Segundo o Inquérito Industrial de 1890, em Lisboa o setor da alimentação e bebidas empregava 1053 pessoas e, destas, 184 eram mulheres. *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV

⁵⁹² Segundo o Inquérito Industrial de 1890, em Lisboa o setor têxtil empregava 3783 pessoas e, destas, 1741 eram mulheres. *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV

⁵⁹³ Segundo o Inquérito Industrial de 1890, em Lisboa o setor da cordoaria e cestaria empregava 263 pessoas e, destas, 75 eram mulheres. *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV

⁵⁹⁴ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários Cordoeiros e Linheiros de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC)

⁵⁹⁵ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários de Tecidos de Seda*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC)

⁵⁹⁶ Para além da *Associação de Classe das Costureiras de Lisboa* e da *Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras*, existiam em Lisboa na última década de Oitocentos, outras duas associações de classe exclusivamente femininas. A *Associação de Classe das Lavadeiras* – fundada a 26 de agosto de 1893 – e a

Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras. A primeira, fundada em 1894, tinha “por fim o estudo e defeza dos interesses da Classe (...), a defeza do estado social e económico das associadas e promoção da sua instrução profissional. (...) Para qualquer individua ser admitida sócia e[ra] necessário”, para além de “fazer uso da profissão (...), não ter menos de 15 anos (...) [mas] as mulheres casadas precisa[va]m de autorização de seus maridos para poderem pertencer à associação.”⁵⁹⁷ Segundo os documentos integrantes do processo relativo à legalização desta associação de classe, este último ponto não constava da proposta inicial de estatutos. No entanto, o parecer da Repartição do Comércio do Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria, faz saber que “este projecto só pode ser aprovado depois de” tal ficar expresso estatutariamente.⁵⁹⁸ Já a *Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras*, não viu depender desse ponto a aprovação dos seus estatutos. De facto, o parecer emitido pelo mesmo organismo, em 1896, conclui “que o projecto de estatutos (...) não contém disposições que contrariem as prescripções do decreto de 9 de Maio de 1891 (...) pode[ndo] ser concedida a aprovação que se solicita.”⁵⁹⁹ Assim, “todas as senhoras maiores das profissões designadas, (...) pod[ai]m fazer parte da associação”⁶⁰⁰, não sendo referida a necessidade de qualquer autorização marital.

Apesar destes exemplos, a verdade é que no seio do associativismo operário de classe “as operárias poucos registos deixaram.”⁶⁰¹ Não só, como já vimos, porque “vários eram os grupos operários que, implícita ou mesmo explicitamente, excluía[m] as mulheres da sua organização”⁶⁰² ou porque “o discurso sindical defend[ia] quase sempre

Associação de Classe das Parteiras – fundada a 12 de fevereiro de 1895 – que, por as suas atividades não se enquadrarem no setor industrial, não foram incluídas no inventário e resultante base-de-dados que serem de substrato a este estudo.

⁵⁹⁷ *Estatutos da Associação de Classe das Costureiras de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁵⁹⁸ Parecer de Henrique de Alarcão - Chefe da Repartição do Comércio (Ministério das Obras Públicas, Comercio e Indústria) – datado de 18 de setembro de 1895. Documento depositado no Fundo das Associações de Classe do antigo Ministério das Corporações (ARQUESOC), atualmente no Arquivo do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social [*Estatutos da Associação de Classe das Costureiras de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC)].

⁵⁹⁹ Parecer de F. Simões Ferreira – Chefe da Repartição do Comércio (Ministério das Obras Públicas, Comercio e Indústria) – datado de 4 de novembro de 1896. Documento depositado no Fundo das Associações de Classe do antigo Ministério das Corporações (ARQUESOC), atualmente no Arquivo do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social [*Estatutos da Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC)].

⁶⁰⁰ *Estatutos da Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁶⁰¹ Matias, 1986, p.25

⁶⁰² Cabral, 1977, p.438

o regresso da mulher ao lar”⁶⁰³ e poucas eram aquelas que escreviam nas páginas da imprensa operária. Mesmo nas agremiações laborais de iniciativa operária, já enunciadas, que incluíam a hipótese da participação feminina só a *Associação dos Operários de Tecidos de Seda* tinha um nome feminino na lista de vinte e um sócios/as fundadores/as. A lista de fundadores da *Associação de Classe dos Operários Cordoeiros e Linheiros* contava com vinte seis nomes, em que nenhum era feminino, e a da *Associação de Classe dos Operários Tintureiros e Estampadores* com quarenta, só incluía homens. Percebe-se que a participação das mulheres trabalhadoras das fábricas e oficinas lisboetas neste emergente mundo reivindicativo do associativismo operário ficava praticamente reduzida aos ofícios femininos que se exerciam na zona central da cidade, as costureiras e ajuntadeiras. Efetivamente, só estas operárias lisboetas, que trabalhavam nas pequenas fábricas e oficinas que «alimentavam» as lojas de modas da Baixa e do Chiado, tiveram a capacidade de auto-organização durante a última década do século XIX. Mulheres que estavam imersas no ambiente heterogéneo da centralidade lisboeta, que trabalhavam dispersas por pequenas fábricas e oficinas na zona onde a densidade do trabalho feminino era menor (fig. 11) mas, ao mesmo tempo, onde a taxa de alfabetização operária era maior (fig.15) e a visibilidade do apelo ao associativismo operário «espreitava a cada esquina».

⁶⁰³ Matias, 1986, p.26

4.1.3. Localização do associativismo operário

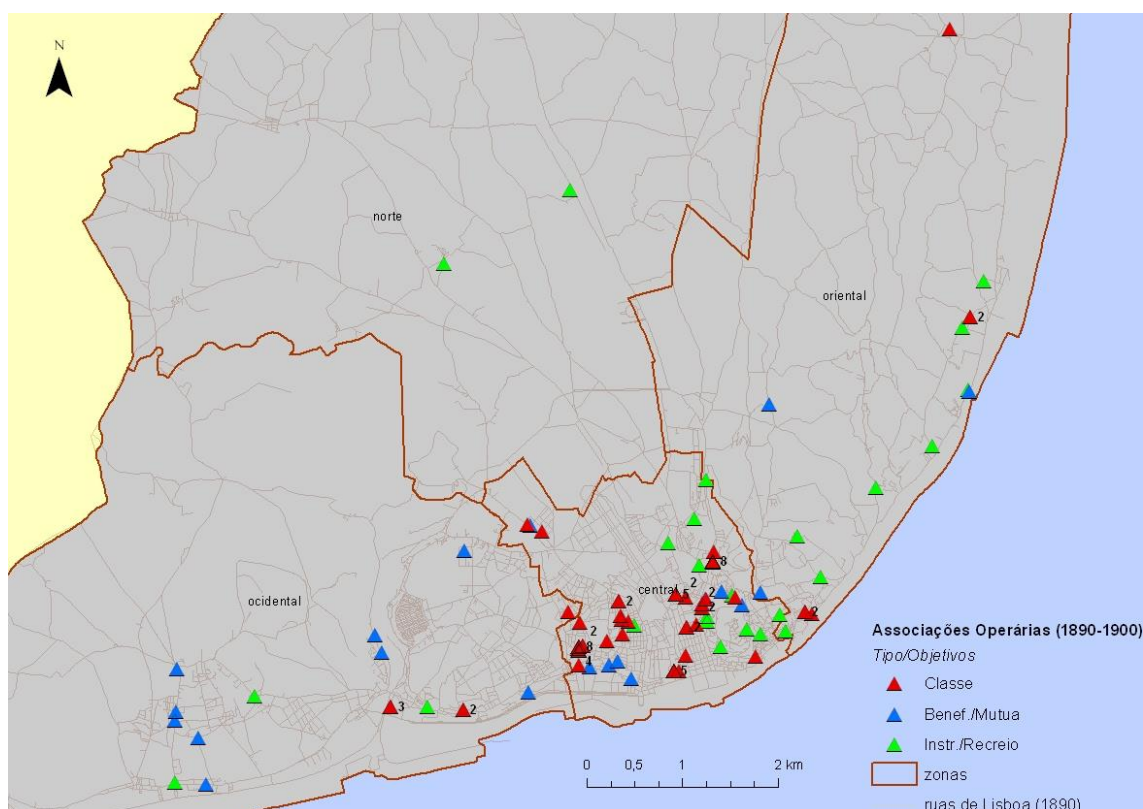


Fig. 29 – Localização das associações da iniciativa operária (1890-1900), representadas quanto aos principais objetivos estatutários. Nota: os algarismos indicam o nº de associações que tinham sede na mesma morada. A inexistência de algarismo significa que só uma instituição se localizava nesse lugar.

Quadro 23 - Resumo da informação relativa a associações operárias por zona urbana (1890-1900)					
	Central	Oriental	Ocidental	Norte	Total
Associações de Classe	54 (83%)	6 (9%)	5 (8%)	0 (0%)	65 (100%)
Mútuas/Benef./Cooperativas	15 (52%)	3 (10%)	11 (38%)	0 (0%)	29 (100%)
Assoc. Instrução e Recreio	12 (44,5%)	9 (33,5%)	3 (11%)	3 (11%)	27 (100%)
<i>Total</i>	81 (67%)	18 (15%)	19 (16%)	3 (2%)	121 (100%)

A rede de sociabilidade, apoio e encontro baseado no associativismo de iniciativa operária não apresentava uma distribuição uniforme no espaço da capital. A implantação territorial das coletividades de carácter laboral (Associações de Classe), de assistência (Mútuas, Associações de Beneficência e Cooperativas) e de ensino/cultura (Associações de Instrução e Recreio), representadas na figura 29, evidencia a atracção pela zona central da cidade para a instalação das suas sedes. De facto, na zona central da cidade estavam

instaladas 67% das sedes das associações de iniciativa operária, seguindo-se as zonas ocidental e oriental onde se localizavam 16% e 15%, respetivamente, do total de associações referenciadas nesta época (quadro 23).

A zona central albergava ainda a esmagadora maioria das Associações de Classe (83%) e era, também, a localização privilegiada de 52% das Mútuas, Associações de Beneficência e Cooperativas e de 44,5% das Associações de Instrução e Recreio. Quanto às zonas oriental e ocidental, tanto a figura 29 como o quadro 23, revelam a surpreendente reduzida quantidade de associações que escolheram estas áreas urbanas para instalarem as suas sedes. Sendo, ainda assim, detetada uma predominância das coletividades operárias culturais e de ensino na primeira – onde representavam metade das associações operárias - e das de caráter mutualista, assistencialista e cooperativo (58% do total das associações da zona ocidental) na segunda.

A cronologia de fundação das associações operárias lisboetas parece ter tido influência nas opções de implantação urbana das suas sedes. A análise espacial das décadas de fundação das cinquenta e sete associações e coletividades para as quais foi conseguida essa informação,⁶⁰⁴ representada cartograficamente na figura 30, indica que a evolução do associativismo operário teve, em termos da sua localização no espaço urbano, uma tendência de «vai e vem». Ou seja, observa-se uma propensão para as associações mais antigas, fundadas entre 1851 e 1870 – que representam 10% das cartografadas na figura 30⁶⁰⁵ - se localizarem mais próximo do centro comercial e simbólico da cidade, nas décadas seguintes, essencialmente as fundações da década de 1880, as sedes associativas tenderam a instalar-se progressivamente mais afastadas do centro de Lisboa, nomeadamente nas zonas ocidental e oriental e, na última década de Oitocentos, a zona central volta a atrair o movimento associativo.

⁶⁰⁴ Das 121 associações que foram inventariadas, somente de 57 (47%) foi possível encontrar o ano da sua fundação.

⁶⁰⁵ Das 57 associações para as quais foi possível encontrar o ano da sua fundação (47% das inventariadas) 3 foram fundadas entre os anos 1851 e 1860 e outras tantas entre 1861 e 1870.

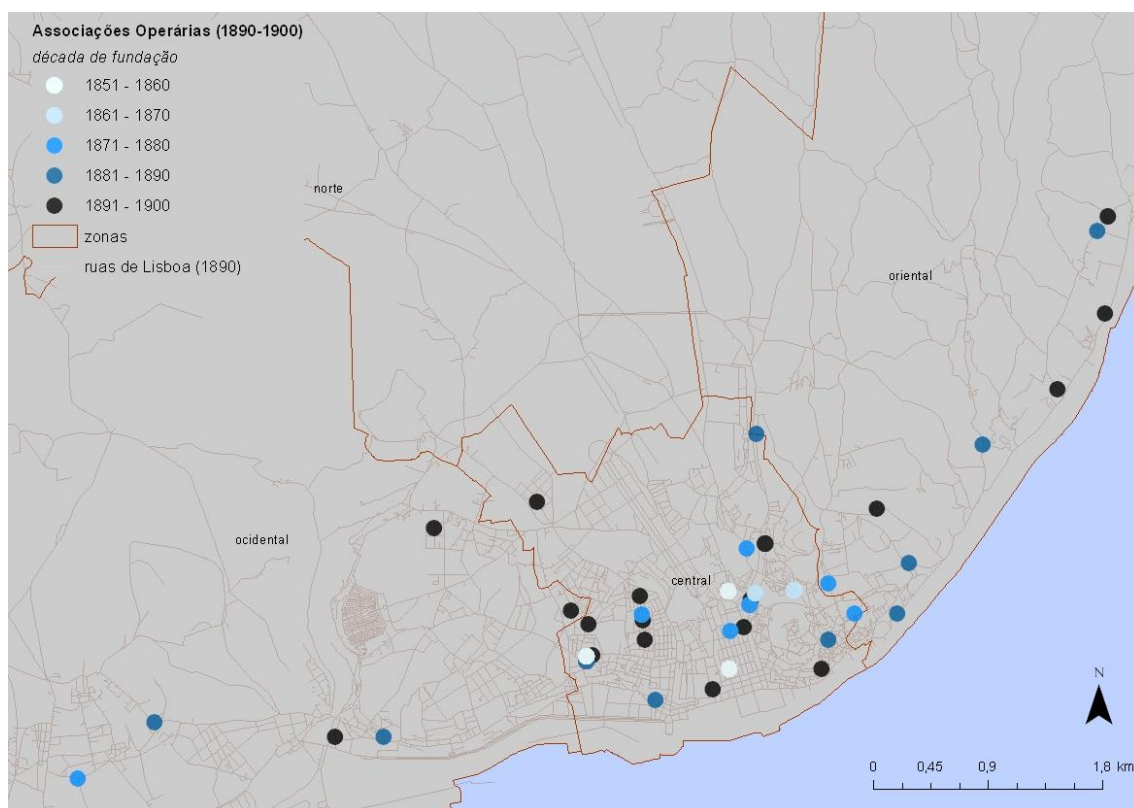


Fig.30 - Dispersão das sedes de associações de iniciativa operária, quanto à sua década de fundação.

Assim, as organizações mais antigas, fundadas entre 1850 e 1860, localizavam-se na Baixa da cidade – como a *Associação Fraternal dos Chapeleiros e Sirgueiros*, em 1853, com sede na calçada de Santana ou a *Associação dos Sapateiros Lisbonenses*, que surge em 1857 entre a rua do Ouro e a rua dos Sapateiros, na travessa (atual rua) de São Nicolau. Estas, aquando do seu surgimento “*nada tinha[m] ainda de uma moderna associação de classe, constituindo apenas uma espécie de caixa de socorros mútuos.*”⁶⁰⁶ No entanto, é “*necessário lembrarmo-nos de que, uma vez extinta a organização corporativa e sendo ainda ilegais os sindicatos, os operários utilizaram frequentemente a capa legal dos montepios e mutualidades como locais de resistência.*”⁶⁰⁷ Enquadram-se, de alguma maneira, neste tipo de subterfúgio duas associações de iniciativa operária surgidas na década seguinte, 1861 e 1870: a *Associação Fraternal dos Calafates Lisbonenses* em 1863 na calçada de Santo André, a *Associação Fraternal Lisbonense* em 1865 na rua Poiares de S. Bento.

⁶⁰⁶ Mónica, 1979, p.885

⁶⁰⁷ Mónica, 1979, p.887

Entre 1871 e 1880 – década de fundação de 12% das associações representadas na figura 30⁶⁰⁸ - é encetada a descentralização da implantação do associativismo de iniciativa operária. A oriente da zona central, em S. Vicente de Fora são fundadas, em 1876, a *Caixa Económica Operária* – ainda hoje sediada na rua da Infância (atual rua da Voz do Operário) – e, em 1879, a *Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário*, que nasce no largo do Outeirinho da Amendoeira - muito perto da sua atual localização na rua da Voz do Operário. Na zona ocidental de Lisboa, na Ajuda, produto da ação de trabalhadores/as que reclamavam um sistema de previdência condigno foi fundada, em 1880, a *Associação Aliança Operária*.

Segue-se, na década 1881-1890, com a fundação de 21% das sedes representadas na figura 30,⁶⁰⁹ uma significativa expansão do associativismo operário para as periferias industriais. A análise cartográfica indica este período como o momento em que o movimento operário tende a afastar-se dos seus núcleos do «coração da cidade», designadamente através da fundação de associações dedicadas à promoção cultural das comunidades operárias (fig.29). Nomeadamente, através da fundação da *Sociedade de Instrução e Recreio “Aurora e Progresso”* (1883), da *Sociedade Musical 3 de Agosto de 1885*, da *Sociedade Filarmónica União Chelense* (1887), da *Academia Instrutiva Recreio Operário* (fundada em 1890 pelos operários da Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Norte e Leste) e da *Sociedade de Recreio Operário da Fábrica Portugal* na zona oriental. E, em 1888, da *Sociedade Recreio Ajudense* (atualmente designada como Academia Recreativa da Ajuda) e da *Sociedade Dramática e Musical União e Recreio* na zona ocidental. Esta cronologia de propagação das agremiações operárias nas zonas mais periféricas estava, certamente, relacionada com uma mais recente inclusão destes novos polos industriais no panorama industrial lisboeta.

Com a possibilidade de enquadramento legal das Associações de Classe a partir de 1891, as agremiações operárias de carácter laboral arrogavam “a utilidade da associação, quer no socorro mútuo, quer na defeza dos interesses da [sua] classe.”⁶¹⁰ Avocando que “a força da classe trabalhadora está na razão directa da solidariedade, que os seus

⁶⁰⁸ Das 57 associações para as quais foi possível encontrar o ano da sua fundação (47% das inventariadas) 7 foram fundadas entre os anos 1871 e 1880.

⁶⁰⁹ Das 57 associações para as quais foi possível encontrar o ano da sua fundação (47% das inventariadas) 12 foram fundadas entre os anos 1881 e 1890.

⁶¹⁰ *A Sapataria Portuguesa*, 12/11/1890, p.84

membros mantiverem entre si”⁶¹¹ e perante a oportunidade de assumir legalmente a sua existência - com os seus propósitos políticos e reivindicativos - a última década do século XIX marca o surgimento de uma grande quantidade de associações de iniciativa operária. De facto, do universo das cinquenta e sete associações operárias inventariadas, para as quais é conhecida a data de fundação, 56%⁶¹² são posteriores a 1891. Sabe-se, também, que a grande maioria das agremiações operárias criadas na década final de Oitocentos se assumiam-se como Associações de Classe – vinte seis das trinta e duas associações de iniciativa operária fundadas entre 1891 e 1900 eram associações laborais. Estas, com exceção da *Associação de Classe dos Operários Corticeiros*, na rua Direita de Marvila, e *Associação de Classe dos Operários Cordoeiros e Linheiros*, na rua Vieira da Silva em Alcântara, implantaram as suas sedes na zona central da cidade.

A análise da localização das sedes associativas em função dos objetivos estatutários e da década de fundação de cada uma das associações, permite afirmar que o associativismo de iniciativa operária criado entre 1851 e 1870 instalava-se exclusivamente na zona central e tinha uma atuação de cariz, tendencialmente, mutualista mesmo quando se direcionava a uma só classe de «artistas». Com a crescente concentração de trabalhadores/as industriais e manufatureiros/as em Lisboa, ao longo das décadas de 70 e 80 do século XIX a implantação associativa tende a expandir-se territorialmente, também, para as zonas ocidental e oriental e a alargar a sua atividade às áreas de instrução e recreio, num reforço da coesão social e cultural dos núcleos operários mais isolados. Foi na década final de Oitocentos, com a legalização das Associações de Classe, que o associativismo laboral adquire predominância no quadro do associativismo de iniciativa operária. Assinala-se, assim, o regresso da propensão para a instalação das sedes associativas no centro da cidade, desta feita com propósitos reivindicativos e políticos.

⁶¹¹ *A Federação*, 17/12/1893, p.1

⁶¹² Do total de 121 associações de iniciativa operária existentes em Lisboa entre 1890 e 1900 só foi possível saber a data de fundação de 57. Destas, eram 32 as fundadas entre 1891 e 1900.

Quadro 24 - Resumo da informação relativa a nº de Associações de Classe e % de estabelecimentos industriais por setor produtivo e zona urbana ⁶¹³ (1890-1900)								
	Z. Central		Z. Oriental		Z. Ocidental		TOTAL	
SETORES	A.Classe (nº)	Estab. (%)	A.Classe (nº)	Estab. (%)	A.Classe (nº)	Estab. (%)	A.Classe (nº)	Estab. (%) ⁶¹⁴
Alimentação/Beb.	2	14%	0	18%	2	23%	4	16,5%
Calçado	4	9%	0	0%	0	1,5%	4	6%
Cerâmica	1	3%	1	9,5%	0	8%	2	5%
Chapelaria	1	3,5%	0	0%	0	0%	1	2%
Cordoaria/Cest.	1	4%	0	0%	2	5%	3	3,5%
Curtumes	1	0,5%	0	5%	1	14%	2	5%
Metalurgia/Mec.	11	18%	2	16,5%	0	12,5%	13	17%
Papel/Impressão	1	14%	0	0%	0	5%	1	9%
Pirotecnia	0	1,5%	1	2%	0	1,5%	1	1,5%
P. Químicos	1	0,5%	0	2%	0	1,5%	1	1%
Saboaria	0	0%	0	9%	0	0%	0	1%
Tabaco	1	0%	0	5%	0	0%	1	1%
Têxteis	6	7%	0	16,5%	0	14%	6	10%
T. madeira/cortiça	7	15%	1	16,5%	0	6%	8	14%
Trab. em pedra	7	5%	0	0%	0	1,5%	7	3%
Vidros	0	0%	0	0%	0	1,5%	0	0,5%
Diversos	10	5%	1	0%	0	5%	11	4%
TOTAL	54	100%	6	100%	5	100%	65	100%

Na análise da distribuição urbana do associativismo operário tendo em consideração os setores produtivos, em virtude do o caráter plurisectorial da maioria das Mútuas, Associações de Beneficência e Cooperativas⁶¹⁵ e das Associações de Instrução e Recreio⁶¹⁶, só foram consideradas as Associações de Classe (quadro 24).

Os dados revelam que não existia uma tendência de aproximação entre estabelecimentos industriais e agremiações associativas dedicadas a uma mesma «classe» industrial. Para esta situação contribuiria a, já observada (fig.29 e quadro 23), agregação da larga maioria das Associações de Classe na zona central, independentemente da sua

⁶¹³ Não está referida a zona Norte porque não foi referenciada qualquer Associação de Classe cuja sede se localizasse nessa área urbana.

⁶¹⁴ Percentagem de estabelecimentos do setor em Lisboa.

⁶¹⁵ Das 29 associações referenciadas como *Mútuas, Associações de Beneficência e Cooperativas* somente 3 estavam ligadas a um setor de produção específico – a «Libertadora, sociedade cooperativa de panificação e moagem de cereais», a «Cooperativa Industria Social» de trabalhos em metal e a «Caixa de Socorros de Classe de Estamparia e Artes Correlativas».

⁶¹⁶ Das 27 associações referenciadas como *Associações de Instrução e Recreio* somente 3 estavam ligadas a um setor de produção específico – a «Sociedade de recreio operário da fábrica Portugal», a «Associação União Fraternal dos Operários da Fábrica de Tabaco» / Voz do Operário e a «Sociedade de Instrução e Recreio dos Calceteiros Municipais».

origem setorial. De facto, mesmo os setores produtivos cujos estabelecimentos fabris se implantavam fundamentalmente nas zonas ocidental e/ou oriental, como era o caso dos *têxteis*, da *cerâmica* ou dos *curtumes*, tinham as Associações de Classe maioritariamente localizadas nas áreas mais centrais da cidade. A distribuição do associativismo laboral do setor têxtil, exclusivamente na zona central, era denunciadora deste aspeto (quadro 24).

Ao mesmo tempo, a realidade do associativismo de iniciativa operária afeto ao subsetor da estampania e tinturaria, era revelador de como às distintas «cidades operárias» estavam afetas diferentes formas institucionais de solidariedade e união. Apesar de grande parte dos estabelecimentos fabris deste subsetor se localizarem no vale de Alcântara (fig.6), a *Associação de Classe dos Operários Tintureiros e Estampadores* tinha a sua sede na zona central⁶¹⁷ e a *Caixa de Socorros da Classe de Estampania e Artes Correlativas* – a única associação mutualista afeta a um grupo profissional – estava no alcantarenses Bairro do Cabrinha. Sendo, aliás, esta última a única das agremiações associativas afetas aos têxteis situada fora da zona histórica da cidade.⁶¹⁸

O decreto de 9 de maio de 1891 ao proibir o associativismo operário pluriprofissional, procurava também inviabilizar a consociação de interesses entre várias «classes de ofícios», dentro de um quadro legal. No entanto, a análise da localização das suas sedes revela a tendência para uma concentração das mesmas em áreas próximas e até partilha dos mesmos espaços de associação.

A implantação urbana dos locais de associação de iniciativa operária permite estudar a densidade associativa⁶¹⁹ dentro do tecido urbano da cidade de Lisboa, representada na figura 31. Analisando as áreas com maior concentração de sedes de associações de iniciativa operária – representadas pelas manchas mais escuras na figura 31 – constata-se, mais uma vez, a importância da zona central como aglutinadora, neste

⁶¹⁷ A «Associação de Classe dos Operários Tintureiros e Estampadores e artes correlativas» tinha a sua sede no número 50 da rua do Benfornoso.

⁶¹⁸ Foram referenciadas as seguintes associações de iniciativa operária relacionadas com o setor têxtil: a «Associação de Classe dos Operários Tintureiros, Estampadores e artes correlativas», a «Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras» e a «Associação de Classe das Costureiras de Lisboa» com sede na rua do Benfornoso nº50; a «Associação dos Alfaiates de Lisboa» sediada na rua dos Fanqueiros nº300; a «Associação de Classe dos Operários de Tecidos de Seda» localizada na praça das Amoreiras nº4; e a «Caixa de Socorros da Classe de Estampania e Artes Correlativas» situada no bairro do Cabrinha em Alcântara.

⁶¹⁹ Para cartografar a densidade associativa optou-se por calcular a intensidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo que cada ponto corresponde a cada uma das associações de iniciativa operária existentes em Lisboa entre 1890 e 1900. Assim, na figura 29, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam um maior número de associações operárias.

caso, da vida associativa operária lisboeta. A este dinamismo associativo desta zona da cidade não seriam, certamente, alheias as características da mão-de-obra operária que laborava nos estabelecimentos industriais aí instalados.

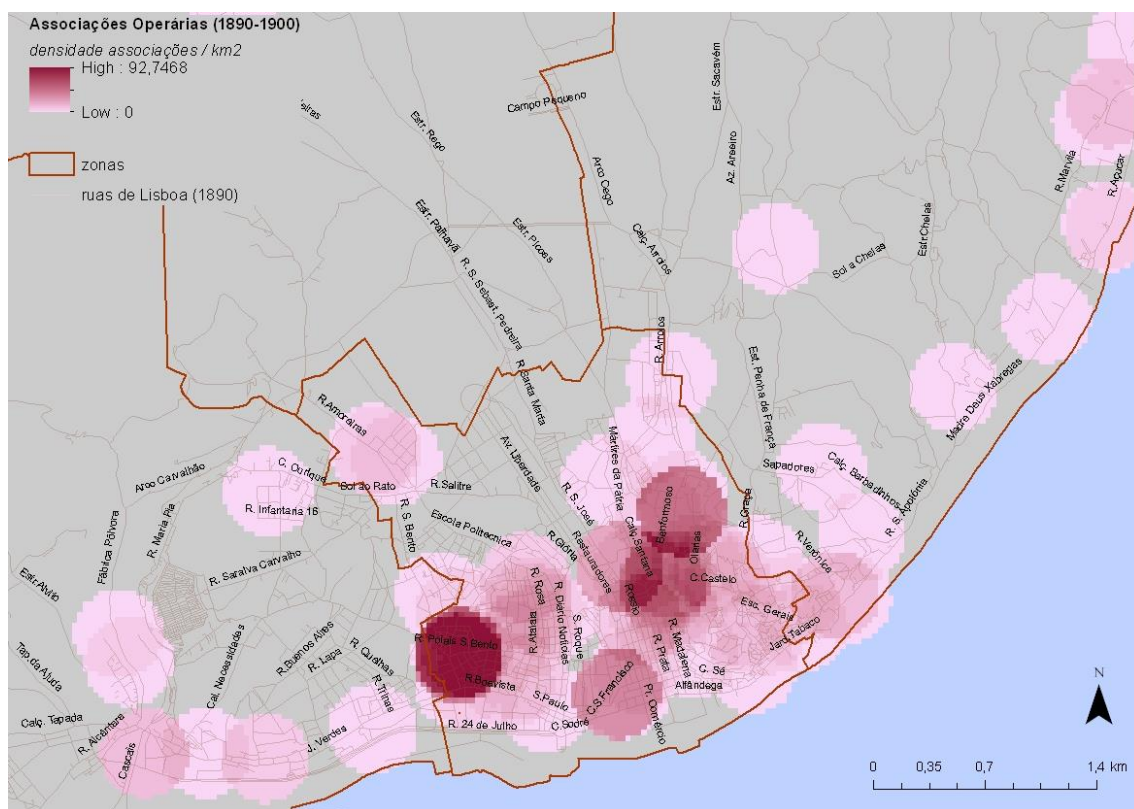


Fig.31 – Densidade de sedes de associações de iniciativa operária identificadas entre 1890 e 1900.

Esta concentração associativa era bastante significativa em determinados espaços. Como a calçada de S. Francisco, junto ao Chiado – «coração» comercial e simbólico da Lisboa burguesa –, onde o prédio número 15 albergava as Associações de Classe dos correiros, dos latoeiros de folha branca, dos oleiros, dos pedreiros, dos estucadores e dos serventes de construção civil. O eixo entre o Rossio e a avenida Dona Amélia (atual avenida Almirante Reis) comportava um grande dinamismo associativo, com sete Associações de Classe – as, já citadas, das costureiras, das ajuntadeiras, dos operários tintureiros, estampadores e artes correlativas, assim com a dos operários sapateiros,⁶²⁰ a dos maleiros e caixoteiros,⁶²¹ a dos operários da Companhia das Águas de Lisboa⁶²² e a

⁶²⁰ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários Sapateiros*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁶²¹ *Estatutos da Associação de Classe dos Maleiros e Caixoteiros de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁶²² *Estatutos da Associação de Classe dos Operários da Companhia das Águas de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC); Caldeira, 1898

dos operários fabricantes de moeda, selos e anexos⁶²³ - a partilharem o espaço, do número 50 da rua do Benfornoso, com a *Federação das Associações de Classe*.⁶²⁴ E, na mesma rua mas na porta número 43, era a sede da *Associação de Classe dos Operários Ferradores de Lisboa*. Um pouco mais abaixo, junto ao Rossio, na rua do Arco do Marquês do Alegrete implantavam-se três mútuas – *A previdente*, a *Humanitária Camões* e a *Humanitária Eduardo Coelho*⁶²⁵ – e a *Associação de Classe dos Torneiros de Metal e Canalizadores de Gás e Água*.

Por outro lado, junto ao centro do poder político da capital, o Palácio de São Bento, existia outra área de grande concentração de associativismo operário, conforme o representado na figura 31, que se deve à localização de quinze agremiações de iniciativa operária entre a rua Poiais de S. Bento e a, perpendicular, travessa do Oleiro. No número 70 da rua Poiais de S. Bento localizavam-se sete associações: quatro de cariz mutualista - a *Associação Fraternal Lisbonense*, a *Associação de Socorros Mútuos do Bairro Ocidental*, a *Associação de Socorros Mútuos “O Povo”*, a *Associação Humanitária “A Phenix”*⁶²⁶; duas associações de classe – a dos torneiros mecânicos e a dos operários serralheiros⁶²⁷; e a cooperativa de produção da *Associação dos Canteiros*.⁶²⁸ Na mesma rua, desta feita na porta 36, estavam as associações de classe dos calceteiros e cantoneiros e dos carpinteiros civis.⁶²⁹ Já a sede da *Confederação Metalúrgica*, na travessa do Oleiro número 11, era também morada de algumas associações de classe do setor – dos forjadores e ajudantes, dos caldeireiros em ferro e cobre, dos pregueiros mecânicos e ajudantes.⁶³⁰ Portas a baixo, no número 15, ficava a *Associação Humanitária dos Operários Lisbonenses*.⁶³¹

Esta confluência espacial da localização das sedes em determinados pontos da cidade, de cariz mais vincado no caso das Associações de Classe, diz bem da necessidade

⁶²³ Caldeira, 1898

⁶²⁴ *Estatutos da Federação das Associações de Classe de Lisboa*, 1897

⁶²⁵ Caldeira, 1893; *Estatutos da Associação Humanitária Camões*, 1884

⁶²⁶ Caldeira, 1893; Caldeira, 1898

⁶²⁷ Caldeira, 1893; Caldeira, 1898; *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC)

⁶²⁸ Caldeira, 1893; *Estatutos da Associação de Classe dos Operários Ferradores de Lisboa*, Arquivo do Governo Civil de Lisboa, Fundo dos Estatutos das Associações de Classe e Recreativas; *Estatutos da Associação dos Canteiros*, 1909

⁶²⁹ Caldeira, 1893; *Estatutos da Associação de Classe dos Calceteiros de Lisboa*, 1903

⁶³⁰ Caldeira, 1893; Caldeira, 1898; *Estatutos da Associação de Classe dos Pregueiros Mecânicos*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC)

⁶³¹ Caldeira, 1893

e objetivo estratégico de aproximação do associativismo operário aos centros de poder, tanto efetivo como simbólico, mas também da reunião de interesses entre várias instituições. Para além das agregações de associações operárias em determinadas moradas, numa perspetiva de otimização dos recursos, buscava-se também a organização concertada da ação do “*povo operário. (...) [Para] concentrar as suas forças e adquirir preponderância (...) apertando no parlamento, no município, (...) na paróquia, toda a vitalidade da classe dominante; tolhendo-lhe o passo, erguendo-lhe dificuldades.*”⁶³² Este modelo, em articulação com o pensamento de que “*a associação e a imprensa são as grandes forças dos tempos modernos*”⁶³³, levava a que alguns destes espaços fossem também partilhados por jornais operários. Como o jornal *A Federação*, que partilhava morada com várias associações, já referidas, no número cinquenta da rua do Benfornoso.⁶³⁴ O *Echo Metalúrgico – órgão das associações de classe metalúrgicas de Lisboa e do povo operário em geral* – na travessa do Oleiro, a supracitada sede da *Confederação Metalúrgica*.⁶³⁵ Ou o “*órgão dos carpinteiros civis*”, o jornal *A Obra* - escrito por “*operários, única e exclusivamente, mas d’aqueles que, nas poucas horas que a exploração nos deixa livres, nos entregamos aos vastos estudos dos problemas sociais*” - que procurando na junção de esforços, económicos e ideológicos, entre a publicação, a sua Associação de Classe e a dos calceteiros e cantoneiros – todos sedeados na rua Poiais de S. Bento, nº 36 – defendia “*os que nas obras mourejam a trabalhar para quem nada faz, estoilando-se de frio em estreitos e húmidos casebres.*”⁶³⁶

O entrançamento da ação entre as associações e a imprensa operária revela a importância dos jornais como órgãos de divulgação e de formação de uma consciência de classe entre, pelo menos, algumas franjas do operariado lisboetas da última década do século XIX. “*O objectivo deste tipo de imprensa era mobilizar e denunciar*” através de “*textos militantes (...) [que] expõem um ponto de vista [,] incitam à luta [e] denunciam a injustiça e a opressão.*”⁶³⁷ Potenciando, mesmo que timidamente, que “*solidariedades anteriormente limitadas ao quadro do ofício ultrapass[em] esses particularismos,*

⁶³² *A Federação*, 18/04/1895

⁶³³ *A Voz do Trabalho*, 01/05/1896

⁶³⁴ Nesta mesma morada, rua do Benfornoso nº 50, em 1911 foi fundado o Centro Escolar Republicano Almirante Reis que foi uma escola até 1990.

⁶³⁵ Sabemos que nessa morada (travessa do Oleiro nº11), no ano de 1899, também funcionava a “*escola 1º de Maio, fundada pela Confederação das Artes Metalúrgicas*” (*A Obra*, 01/10/1899).

⁶³⁶ *A Obra*, 19/07/1891

⁶³⁷ Mónica, 1982, p.11/12

d[essem] lugar à solidariedade de classe”⁶³⁸ e ao despontar de uma identidade de classe “*do povo operário em geral.*”⁶³⁹

A localização associativa estaria, globalmente, relacionada com a implantação fabril nesta época – mesmo que no associativismo laboral, em termos setoriais, tal não se verificasse (quadro 24). A comparação cartográfica entre as zonas de maior densidade de instalação de fábricas e oficinas com mais de cinco operários/as⁶⁴⁰ e a localização das sedes das associações operárias, na figura 32, exhibe uma proximidade que terá sido indispensável ao impulso inicial do movimento associativo operário em Lisboa. De facto, a análise espacial revela que quase 90% dos estabelecimentos industriais lisboetas se localizavam a menos de 500 metros de, pelo menos, uma associação de iniciativa operária.⁶⁴¹ Revelando-se esta aproximação entre espaços de trabalho e de agremiação mais forte para as Associações de Classe, com a sua totalidade a localizar-se a menos de 500 metros de uma fábrica ou oficina enquanto que tal não acontecia a 7% das Associações de Instrução e Recreio e com 3,5% daquelas de cariz mutualista e cooperativo.⁶⁴²

Mais do que a concentração de fábricas tecnologicamente mais modernas, característica da indústria têxtil de Alcântara ou da dos tabacos de Xabregas (fig.8), foi na agregação industrial sectorialmente mais diversa da zona central da cidade – cuja mão-de-obra auferia salários tendencialmente superiores (fig.14 e quadro 14) e que apresentava a maior taxa de alfabetização (fig.15) no universo operário lisboeta registado no Inquérito Industrial de 1890 – que surgiram grande parte das iniciativas de associativismo operário (quadro 23). As informações relativas aos setores a que eram afetas as Associações de Classe (quadro 24), também maioritariamente concentradas no centro, revelam mesmo que os setores com mais associativismo laboral, a *metalurgia e*

⁶³⁸ Braz, 2007, p.64/65

⁶³⁹ Frase incluída no subtítulo de alguns jornais operários da época. Por exemplo: *A Federação, O Echo Metalúrgico, O Proletário*.

⁶⁴⁰ Para a representação da densidade fabril foi calculada a intensidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo que cada ponto corresponde a um estabelecimento industrial, com mais de 5 trabalhadores/as, referenciado no *Inquérito Industrial de 1890*. Assim, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam um maior número de fábricas e/ou oficinas.

⁶⁴¹ O cálculo foi feito a partir da aplicação de um buffer de 500 metros em redor de cada sede associativa. Assim, determinou-se que 234 (89,6%) dos 261 estabelecimentos industriais cartografados distavam menos de 500 metros de, pelo menos, uma associação de iniciativa operária.

⁶⁴² O cálculo das distâncias entre as sedes dos diferentes tipos de associativismo operário e os estabelecimentos industriais foi realizado através da determinação de um buffer de 500 metros em redor de cada fábrica ou oficina e a, posterior, análise espacial da localização das sedes associativas dentro ou fora dessa área de influência.

mecânica, os trabalhos em madeira e cortiça e os trabalhos em pedra, eram aqueles cuja maioria dos estabelecimentos fabris e oficinas estavam localizados na zona central (quadro 3 e 24). Ou seja, apesar de terem sido vários os fatores a condicionar a localização das sedes das Associações de Classe, como por exemplo a proximidade aos espaços de poder político e económico e/ou a outros polos associativos, a vizinhança com os espaços laborais dos sócios e/ou potenciais associados facilitaria certamente o alargamento da capacidade de mobilização e de recrutamento destas associações.

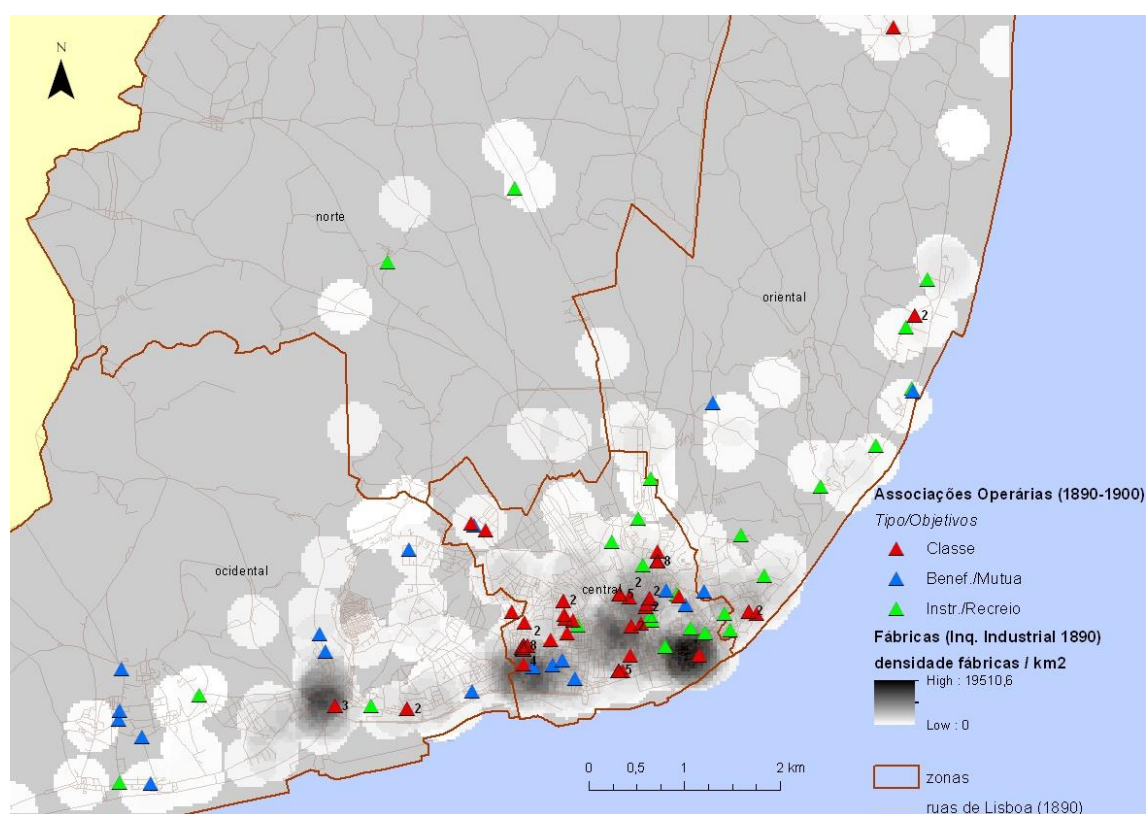


Fig. 32 – Localização das associações da iniciativa operária (1890-1900), representadas quanto aos principais objetivos estatutários e densidade de estabelecimentos industriais/ km² (1890). Nota: os algarismos associados à localização das sedes associativas indicam o nº de associações que tinham sede na mesma morada. A inexistência de algarismo significa que só uma instituição se localizava nesse lugar.

Por outro lado, a localização das coletividades operárias “à vista e a dois passos do centro do poder político nacional, de locais de carácter histórico vistos como símbolos da nacionalidade ((...) o castelo de S. Jorge, a Ribeira das Naus ou o mosteiro dos Jerónimos (...)), dos quartéis gerais da força castrense, de igrejas paroquiais onde sacerdotes pregavam resignação e obediência, das sedes do poder económico-financeiro

do capital moderno e de instituições civis de grande prestígio”⁶⁴³ embocaria, também, numa estratégia de dar visibilidade à condição e reivindicações operárias no espaço social e economicamente heterogéneo que era a zona central da capital no final do século XIX.

Esta proximidade associativa com os espaços de poder e a tendência de implantação das suas sedes na zona central da cidade era ainda mais manifesta no caso das Associações de Classe (fig. 32), que representavam 67% do total de organizações de iniciativa operária inventariadas para esta área (quadro 23). Por desenvolverem funções a nível político e reivindicativo e pela sua atuação e capacidade de crescimento dependerem da visibilidade e do simbolismo do espaço urbano, a estas associações interessava a proximidade ao «coração emblemático» da cidade e aos lugares de decisão económica e política. A isto juntava-se a necessidade prática de estar perto dos locais de trabalho fabril e oficial, também, uma estratégia de implantação do associativismo laboral baseado na proximidade ao poder – aos decisores políticos e económicos. Justifica-se, assim, que as sedes de Associações de Classe que não se localizavam na zona central, se situassem junto a estabelecimentos industriais que empregavam muitas pessoas. Como, por exemplo, na zona ocidental a *Associação de Classe dos Operários Cordoeiros e Linheiros* que, situando-se na rua Vieira da Silva, buscava a proximidade aos/às cento e quarenta e quatro operários/as da «Cordoaria Nacional» e aos cinquenta e cinco cordoeiros que trabalhavam na «fábrica do Rio Seco», pertença de João Pedro Salvador, situada na atual rua do Rio Seco na Ajuda. Ou, na zona oriental, a localização da *Associação de Classe dos Operários Oleiros dos Olivais*, nas imediações da «Fábrica de Cerâmica» de Joaquim dos Reis Cardoso e da olaria de Manuel Joaquim Cardoso ou a sede da *Associação de Classe dos Operários Corticeiros*, na rua direita de Marvila, cuja implantação não seriam alheias as grandes fábricas de cortiça das imediações – como a de Narciso Villalonga, que na rua do Açúcar empregava cento e cinquenta e dois operários, ou a de António Bonneville, no Braço de Prata com cento e vinte e um trabalhadores segundo o Inquérito Industrial de 1890.

A disseminação urbana das organizações operárias de carácter assistencialista, cultural e de ensino – Mútuas, Associações de Beneficência e Cooperativas e as Sociedades e Associações de Instrução e Recreio – era mais diversificada, já que revelava uma aproximação às áreas mais periféricas da capital (fig.29). Apesar de apresentarem

⁶⁴³ Freire, Lousada, 2013, p.17

um padrão contíguo aos focos de densidade fabril e oficial, embora não tão forte como as associações laborais, tinham a sua localização tendencialmente mais relacionada com os espaços de habitação (fig.33, 34 e 35). De facto, ao medir a distância entre as sedes do associativismo operário e os espaços de habitação das «classes laboriosas» detetou-se que nenhuma associação de caráter assistencialista e de, somente, quatro coletividades de recreio operário se localizavam a mais de 500 metros de um núcleo da habitacional enquanto existiam oito Associações de Classe nessa situação.⁶⁴⁴

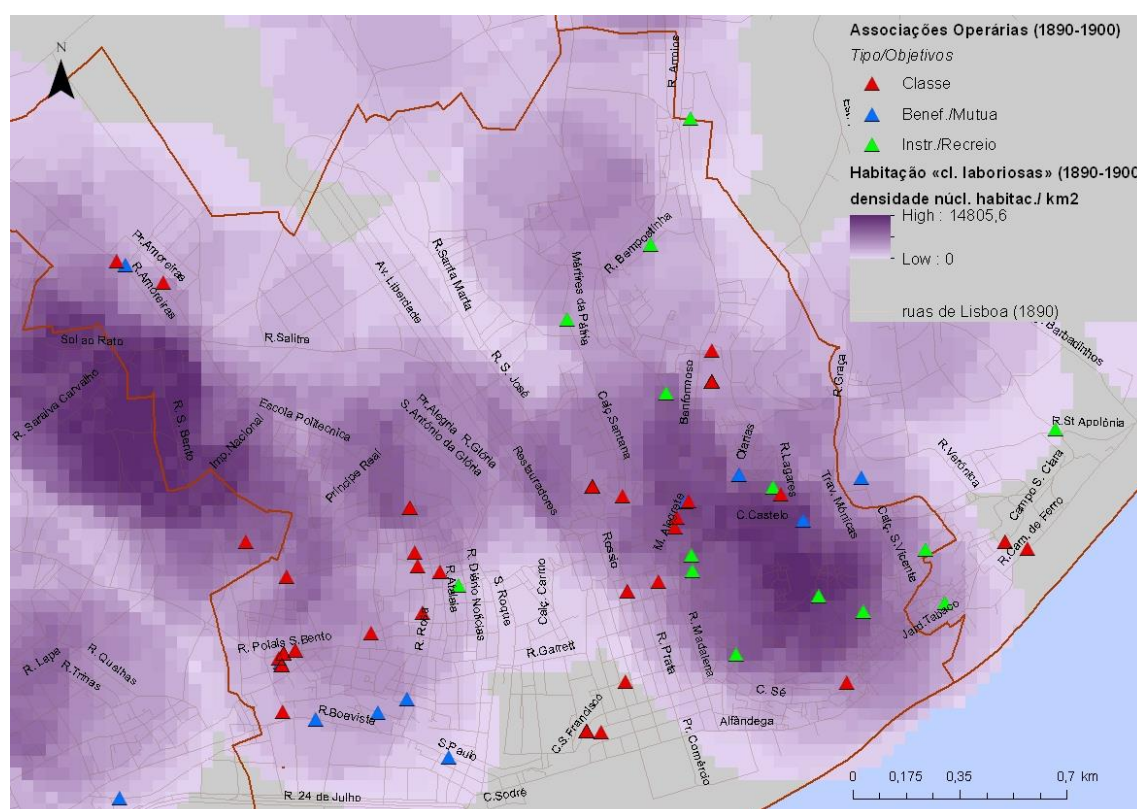


Fig.33 - Localização das associações da iniciativa operária (1890-1900), representadas quanto aos principais objetivos estatutários e densidade dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» / km2 (1890-1900) na zona central.

De facto, como representado na figura 33, no centro da cidade a implantação preferencial das associações mutualistas, de beneficência e de caráter cooperativo) revelava dois polos fundamentais. O eixo entre o final da calçada da Estrela e a rua de São Paulo – que era uma área, como já referido, de forte densidade associativa operária

⁶⁴⁴ O cálculo das distâncias entre as sedes dos diferentes tipos de associativismo operário e os núcleos de habitação das «classes laboriosas» foi realizado através da determinação de um buffer de 500 metros em redor de cada núcleo habitacional e a, posterior, análise espacial da localização das sedes associativas dentro ou fora dessa área de influência.

(fig.31) - onde, no número 70 da rua Poiais de São Bento, se encontravam a *Associação de Socorros Mútuos do Bairro Ocidental*, a *Associação Humanitária "A Phénix"* e a *Associação de Socorros Mútuos "O povo"*; na travessa do Oleiro, a *Associação Humanitária dos Operários Lisbonense*; a *Associação Humanitária Luiz de Camões* na rua da Boavista; a *Associação Humanitária Ocidental* na rua dos Cordoeiros e, na rua de São Paulo, a *Associação Humanitária de São Paulo e Santa Catarina*. Seriam estas as associações de apoio e assistência das populações «laboriosas» dos múltiplos núcleos habitacionais localizados entre a rua de São Bento e a rua de São Paulo. Junto à Mouraria, área densamente ocupada por núcleos habitacionais das «classes laboriosas», estava outro conjunto de agremiações mutualistas. Só na rua do Arco do Marquês de Alegrete agregavam-se a *Associação de Socorros Mútuos "A providente"*, a *Associação Humanitária Camões*, a *Associação Humanitária S. José 1º Dezembro de 1870* e, na vizinha rua dos Cavaleiros, a *Associação de Socorros Mútuos "Fernandes da Fonseca"*.

Seria, também, do seio das comunidades «laboriosas» desta última área urbana da zona central da cidade, nomeadamente entre os/as moradores/as do eixo Alfama/Castelo/Mouraria, que saíam os/as associados/as das agremiações recreativas e de instrução de iniciativa operária (fig.33) que se situavam nas colinas a oriente da Baixa pombalina – como o *Grupo Dramático Popular Almeida Garrett*, na rua de São Mamede, a *Academia de Instrução e Recreio Fraternal*, na rua das Farinhas, o *Club Recreativo Fraternidade*, no largo dos Trigueiros, a *Estudantina Fraternidade Operária*, na calçada de Santo André, a *Sociedade Recreativa do Beco do Maldonado*, a *Sociedade de Instrução e Recreio "Aurora e Progresso"*, na rua da Regueira, ou, já um pouco mais afastada, a *Sociedade Recreio Operário* da rua de São Lázaro. A implantação destas Sociedades e Associações de Instrução e Recreio, que se percecione na figura 33 como uma espécie de circunvalação à área mais densa em termos de núcleos habitacionais das camadas trabalhadoras (fig.22), revela a importância da proximidade aos espaços-casa dos “*sócios (...) operários*.”⁶⁴⁵

A análise da implantação associativa na zona ocidental da cidade evidencia uma propensão para aí se fixarem as sedes das associações de cariz mutualista ou de beneficência. A observação estatística (quadro 23), revela mesmo que 60% das associações que aí se instalaram tinham uma “*intervenção organizada na actividade*

⁶⁴⁵ *Estatutos da Sociedade Recreio Operário*, Arquivo do Governo Civil de Lisboa, Fundo dos Estatutos das Associações de Classe e Recreativas

económica (...) para engrandecer um modelo de sociedade assente na solidariedade, na cooperação entre iguais, na entreaajuda”⁶⁴⁶ os seus principais eixos estatutários e de ação.

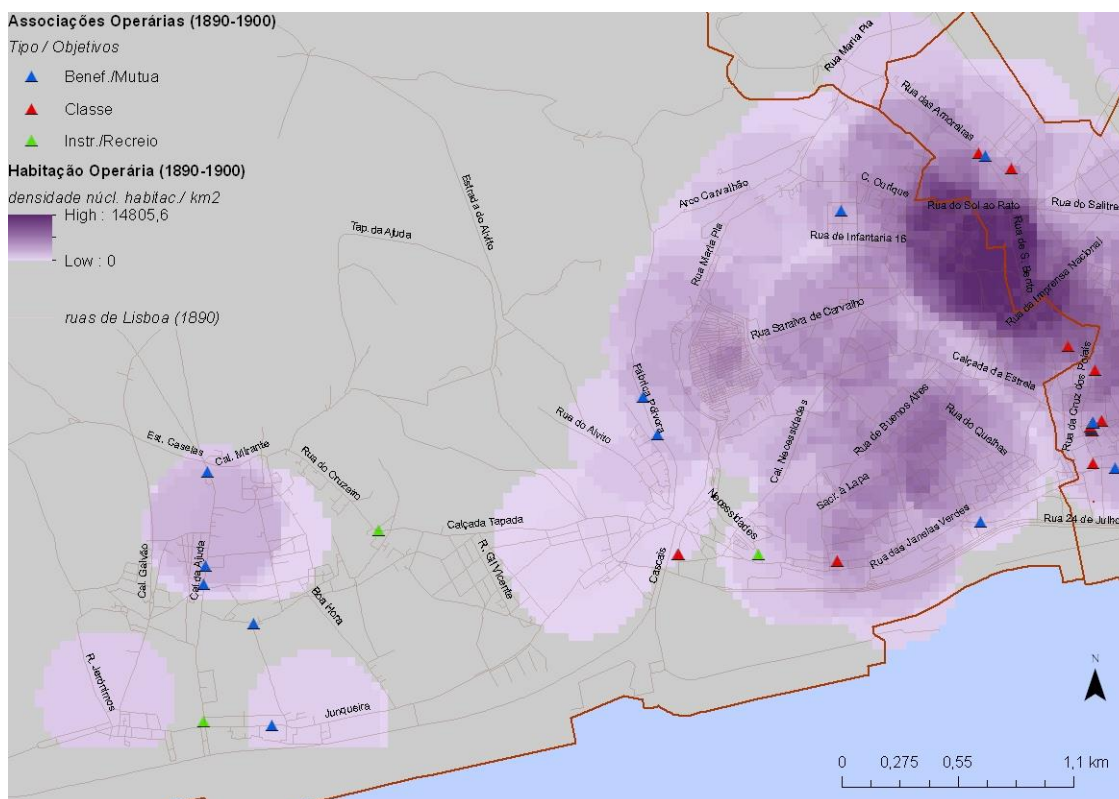


Fig. 34 - Localização das associações da iniciativa operária (1890-1900), representadas quanto aos principais objetivos estatutários e densidade dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» / km² (1890-1900) na zona ocidental.

A análise espacial da implantação associativa operária da zona ocidental, nomeadamente das Mútuas, Associações de Beneficência e Cooperativas que aí predominavam, revela que esta se relacionava essencialmente com as áreas de concentração de vários núcleos de habitação das «classes laboriosas».⁶⁴⁷ Ou seja, como se pode observar na figura 34, as sedes destas associações tendiam a localizar-se na proximidade das áreas onde a densidade habitacional era maior. Não sendo certamente um acaso a instalação da *Associação Humanitária 1 de Março de 1887* na rua da Fábrica da Pólvora e da *Caixa de Socorros da Classe de Estamparia e Artes Correlativas* com sede no interior do bairro do Cabrinha – residência de parte da comunidade operária da

⁶⁴⁶ Melo, 2010, p.355

⁶⁴⁷ Para cartografar a localização dos aglomerados de habitação operária optou-se por calcular a densidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo que cada ponto representa um núcleo de habitação («pátio», «vila» ou «bairro»). Assim, na figura 33, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam mais núcleos de habitação operária.

«Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões» - localizado na mesma rua. De facto, elas estavam na proximidade vários núcleos de habitação das «classes laboriosas» (fig.25) em que viveriam crescentes comunidades operárias afetas aos estabelecimentos fabris e oficinais instalados junto à ribeira de Alcântara.⁶⁴⁸

O eixo calçada de Ajuda/Boa Hora era outro exemplo emblemático desta realidade: aqui, mesmo havendo poucos espaços de trabalho operário (fig.4), localizavam-se a *Associação Aliança Operária*, a *Associação de Socorros Mútuos de Lisboa*, a *Associação de Socorros Mútuos Eclética* e o *Montepio Gomes Ribeiro*. A sua ação estava direcionada para as «classes laboriosas» de toda a zona ocidental – já que, tal como afirmavam os estatutos da *Associação Aliança Operária*, os seus sócios eram “*indivíduos do sexo masculino residentes na Ajuda, Belém e Alcântara*”⁶⁴⁹ – e as suas valências, como os balneários, dirigiam-se não só aos associados e famílias como, também, a todos os moradores da área.

Estas agremiações instalaram-se, portanto, nas proximidades dos núcleos de habitação dos trabalhadores/as dos estabelecimentos fabris do vale de Alcântara e da rua da Junqueira, assegurando uma proximidade às residências das comunidades industriais em crescimento na periferia ocidental da cidade, as associações tornaram-se em espaços que “*face ao dia-a-dia, [que] toma[va] contornos de repto diário pela sobrevivência (...), abrandava[m] a sua aspereza (...) [e] impunham dinâmicas fugazmente alternativas.*”⁶⁵⁰ Ao mesmo tempo que disponibilizavam “*recursos, bens e laços sociais que o Estado, empresas e sociedade não (...) forneciam.*”⁶⁵¹

Na zona oriental, tal como assinalado no quadro 23, o associativismo de iniciativa operária dedicava-se, essencialmente, ao ensino e/ou à cultura e lazer, sendo que metade destas organizações aí instaladas eram Sociedades e Associações de Instrução e Recreio. No entanto, no seu padrão de implantação deteta-se uma propensão dupla de sobreposição aos estabelecimentos fabris (fig.32) e aos núcleos de habitação operária (fig.35), que aqui coincidiam. Quanto à vizinhança aos espaços de trabalho (fig.32), a análise espacial

⁶⁴⁸ Será nesta mesma zona e servindo as comunidades operárias, cujo crescimento continuou durante o início do século XX, que a 30 de setembro de 1904 foi fundada a «Sociedade Promotora de Educação Popular», na rua de Alcântara (nº6, 2º andar). A «Promotora» ainda hoje existe, no largo do Calvário, e desenvolve a sua atividade nas áreas da assistência e ensino.

⁶⁴⁹ *Estatutos da Associação de Socorro Mútuo e Instrução Aliança Operária*, 1884

⁶⁵⁰ Leitão, 1996, p.29

⁶⁵¹ Melo, 2010, p.355

demonstra que a localização da grande maioria das sedes associativas coincidia com as áreas de maior densidade industrial. Como a *Sociedade Musical Instrução e Recreio*, no largo da Estação do Braço de Prata, a dois passos da, acima referida, «Fábrica de Cortiça» de António Bonneville e da «Fábrica de Estamparia e Tinturaria do Braço de Prata». Ou a *Sociedade Filarmónica “União Chelense”*, na rua Direita de Chelas, situada entre a «Fábrica de Lanifícios» de Francisco Garcia e Matos e a grande «Fábrica de Tabacos de Xabregas». Ou a *Academia Instrutiva de Recreio Operário* – fundada em 1890 pelos operários dos Caminhos-de-Ferro do Norte e Leste com os propósitos de “*oferecer actividade de instrução e recreio aos associados e seus filhos (...) [e] criar uma biblioteca*”⁶⁵² – na rua do Vale de S. António, junto às oficinas da estação ferroviária de Santa Apolónia.

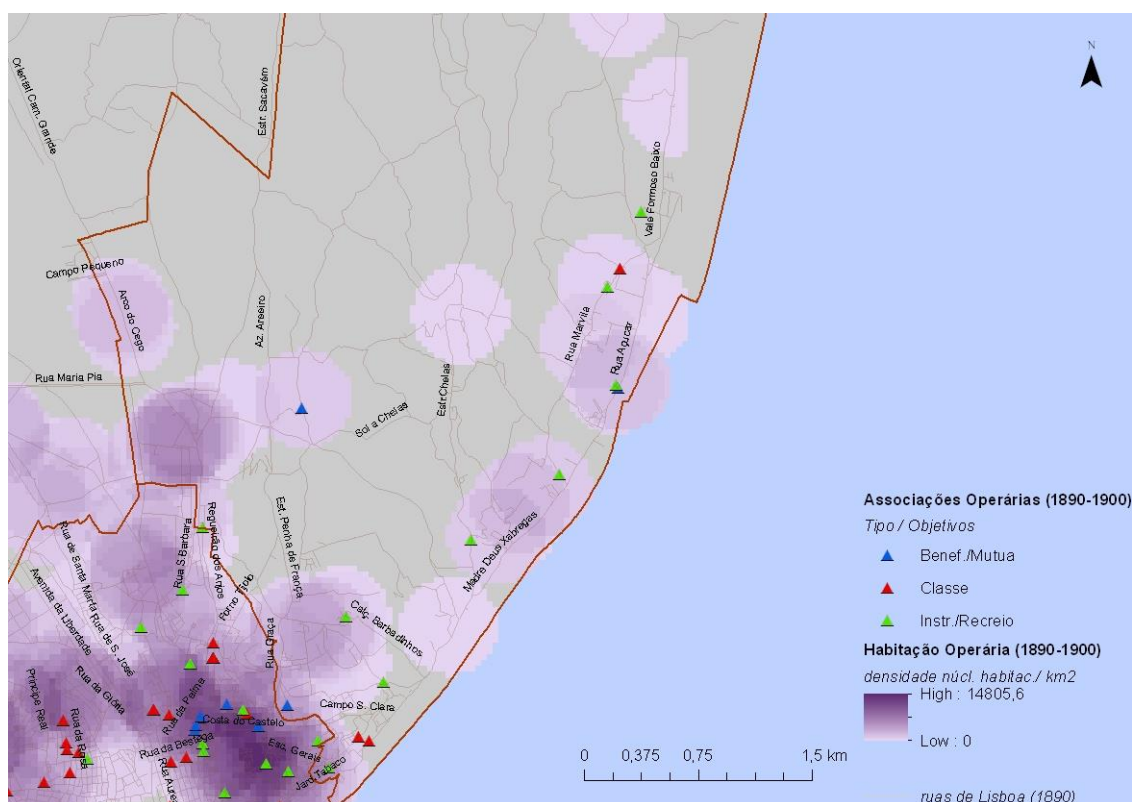


Fig. 35 - Localização das associações da iniciativa operária (1890-1900), representadas quanto aos principais objetivos estatutários e densidade dos núcleos de habitação das «classes laboriosas / km2 (1890-1900) na zona oriental.

Outras sociedades musicais e academias de instrução, surgidas da diligência de elementos das «classes laboriosas» oitocentistas desta zona, estabeleceram as suas sedes

⁶⁵² Estatutos da Academia Instrutiva de Recreio Operário, Arquivo do Governo Civil de Lisboa, Fundo dos Estatutos das Associações de Classe e Recreativas.

no interior ou adjacentes a núcleos de habitação operária (fig.35). Como a *Sociedade Musical 3 de Agosto de 1885* nascida, e ainda em atividade,⁶⁵³ no pátio do Colégio e cuja sede ocupava (e ocupa) as instalações da capela da antiga Quinta dos Marquês de Abrantes. Ou a *Associação União Fraternidade Operária* localizada no Bairro Operário dos Barbadinhos, cujo propósito era “*proporcionar aos seus associados bailes, saraus (...) [e] conferências não políticas.*” Claro que os associados não seriam somente os moradores dos núcleos habitacionais onde as associações estavam estabelecidas. No Beato, por exemplo, a grande proximidade entre aglomerações habitacionais operárias fez com que a *Academia Recreativa Operária Beatense*, com sede no pátio da Quintinha, tivesse também como sócios moradores nos pátios vizinhos, o pátio do Monteiro e a vila Pereira, na rua do Açúcar.⁶⁵⁴ Como se constata, a sobreposição entre espaços habitacionais e associativos oitocentistas na zona oriental é revelada não só pela análise espacial (fig.35) mas também pelas próprias moradas das sedes associativas.

Esta coexistência espacial entre os núcleos habitacionais e a implantação associativa, adviria em grande parte das características que já enunciadas sobre o padrão de implantação habitacional das «classes laboriosas» nesta zona da Lisboa oitocentista (fig.20). A construção ou adaptação de «pátios», «vilas» e «bairros», num processo de ocupação de terras e ruínas no tecido semirrural da cidade, conduziu à edificação de núcleos habitacionais virados para o seu espaço interior coletivo, criando um isolamento social das populações que, de algum modo, potenciou práticas de autossuficiência social e cultural de que a criação e instalação de associações de ensino e lazer dentro dos núcleos habitacionais seria uma demonstração. Estas particularidades associativas seriam “*indissociáveis da evolução das proximidades e distâncias sociais nestas comunidades de lugar, localizadas nas cidades industrializadas, nas quais se verifica a diluição das redes corporativas em novas relações sociais mais amplas induzidas pela justaposição dos espaços de trabalho, residência e lazer.*”⁶⁵⁵

Apesar das características, evidenciadas acima, do associativismo de iniciativa operária nos polos industriais periféricos a ocidente e a oriente do «coração urbano» – a

⁶⁵³ A Sociedade Musical 3 de Agosto de 1885 sempre teve a sua sede no pátio do Colégio (ou pátio Marquês de Abrantes) na rua de Marvila. Esta coletividade é a atual responsável pela organização anual da marcha popular de Marvila.

⁶⁵⁴ *Estatutos da Academia Recreativa Operária Beatense*, Arquivo do Governo Civil de Lisboa, Fundo dos Estatutos das Associações de Classe e Recreativas.

⁶⁵⁵ Pereira, 2016, p.114

ocidente maior proximidade aos locais de habitação e a oriente também nas imediações dos espaços laborais – a vida operária quotidiana nestas zonas era muito marcada por contiguidades e interdependências, muito mais vincadas que na zona central, entre os espaços habitacionais e laborais. Por outro lado, este contacto permanente entre várias esperas do quotidiano e a maior homogeneidade social sublinham algum isolamento e distanciamento face a outros espaços urbanos, mesmo que relativamente próximos. Assim, o suporte social e cultural que as Mútuas, Associações de Beneficência e Cooperativas assim como as Sociedades e Associações de Instrução e Recreio representavam, na última década do século XIX, para as comunidades «laboriosas» desta «nova cidade de cariz industrial» que emerge, justificaria o seu papel como polos agregadores das, ou de algumas, comunidades operárias.

4.2. Intervenção operária no espaço urbano

*“O 1º de Maio não é uma revolução, é uma revista do exército operário. (...). Ao cortejo! Ao comício! Às sessões!”*⁶⁵⁶

O surgimento de uma consciência de classe por parte dos operários urbanos do final século XIX foi um fenómeno que se iniciou de forma ténue e localizada, derivado da alteração dos modos de vida daqueles que afluíram à cidade vindos do mundo rural e do contacto, da participação e mobilização destas pessoas pelo movimento operário, através das suas associações existentes no espaço urbano.

Os novos habitantes acabam por se apropriar e moldar aos espaços públicos e estas áreas comuns, de contacto social, também se alteram em função desses novos ocupantes e dos seus modos de vida. Por outro lado, aquando da afirmação de um novo grupo social surge, inevitavelmente, o conflito entre o espaço «idealizado» pelas autoridades e grupos dominantes e o espaço «vivido» pelos emergentes.

Nesta perspetiva, no final do século XIX, as alterações que tiveram palco na cidade de Lisboa consubstanciaram um momento de transição fundamental para a formação da classe operária. Económica e socialmente, pela concentração fabril, pela diminuição da migração sazonal e pela crescente segregação espacial na cidade – mais pronunciada, com

⁶⁵⁶ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896

já referido, nas periferias ocidental e oriental -, que favoreceu a coesão social entre operários. Politicamente, pela ação das associações de classe, sociedades mutualistas, culturais e cooperativas que potenciaram novas solidariedades e reivindicações, greves e outras formas de mobilização.

Esta e outras *“questões de fundo da história social (...) podem matizar-se ou até adquirir mais sentido quando se territorializam na esfera da casa, do bairro, da cidade inteira.”*⁶⁵⁷ Deste modo, analisando a implementação territorial da intervenção reivindicativa das associações de classe lisboetas, nomeadamente através da participação nas comemorações do 1º de Maio e nas greves que aconteceram na capital durante a última década do século XIX, procura-se avaliar que espaços o associativismo operário reivindicou e/ou ocupou nesses momentos de afirmação e mobilização laboral e com que objetivos o fez.

4.2.1. 1º de Maio – «dia do trabalho» como montra da cidade operária

Na Lisboa deste período, *“o reportório do movimento social já estava testado, normalizado e legalizado, e as associações operárias puderam recorrer a ele (...).”*⁶⁵⁸ A ele apelaram quando, em 1888, as associações de classe se opuseram a *“um novo imposto profissional [através da coordenação de uma campanha que levou à organização de] meetings em vários bairros operários de Lisboa (...) nos quais se aprovaram petições em nome da «classe operária» e do «povo trabalhador» que se enviaram à imprensa e ao parlamento. (...) O Governo cedeu face à mobilização popular.”*⁶⁵⁹ Ao mesmo tempo, desde a década de setenta que se organizavam romagens cívicas enformando um *“movimento ritual (...) [como] concretização clara da função sociabilitária e pedagógica que a sociedade oitocentista atribuía à lembrança dos mortos.”*⁶⁶⁰ No caso das associações de classe operárias, esta prática consubstanciava-se numa evocação anual da memória dos seus fundadores já falecidos, figuras de referência cujas vidas eram evocadas com o propósito pedagógico de acordar *“no espírito dos trabalhadores a ideia*

⁶⁵⁷ Oyón, 1999, p.320 (tradução livre)

⁶⁵⁸ Cerezales, 2014, p.86

⁶⁵⁹ Cerezales, 2014, p.86/87

⁶⁶⁰ Catroga, 1999, p.171

adormecida de solidariedade obreira.”⁶⁶¹ Tal como aconteceu com o tipógrafo Francisco Vieira da Silva (1825-1868), que foi presidente do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, da *Associação dos Tipógrafos* e da *Associação dos Cantoneiros*, com o fundador do jornal *A Voz do Operário*, o operário tabaqueiro Custódio Brás Pacheco, falecido em 1883 e, em lugar destacado no imaginário associativo e cooperativo lisboeta, com o “*culto fundador: a consagração*”⁶⁶² de José Fontana (1840-1876).

As homenagens a José Fontana como “*dedicado apóstolo da emancipação operária*”⁶⁶³, iniciadas por uma campanha de recolha de fundos lançada em 1881 para a edificação de um mausoléu (ainda existente) no cemitério dos Prazeres, inaugurado a 30 de Março de 1884, repetiam-se anualmente como uma peregrinação laica que extravasava os grupos organizadores – “*o povo de Lisboa assistia*”⁶⁶⁴ e, nas palavras de Angelina Vidal, “*tendo por exemplo aquela nobre imagem, [iria] dar novo impulso à lusitana história.*”⁶⁶⁵

Estas “*manifestações [que] eram uma forma política de expressão popular admitida*”⁶⁶⁶ pelos poderes políticos, judiciais e policiais deste período, e, de alguma forma, salvaguardadas pelo sucesso público alcançado pelas comemorações dos centenários de Camões (1880) e do Marquês de Pombal (1882). Sendo que a organização inicial das romarias e evocações cívicas de carácter operário resultou da colaboração entre grupos socialistas, anarquistas e republicanos – a que se juntava “*a forte presença das associações com os seus símbolos.*”⁶⁶⁷ “*Independentemente das clivagens políticas existentes entre (...) movimentos,*”⁶⁶⁸ todos eles viam grande relevância ideológica nestas evocações, na medida em que daí adviria a edificação de uma memória e património históricos, de um ideário e de uma retórica que fundamentava o movimento operário e o nascente associativismo de classe. Seria nestas práticas de ritualização de uma certa «religiosidade cívica», já implantada no seio do movimento operário lisboeta, que se

⁶⁶¹ *A Voz do Operário*, 06/04/1884

⁶⁶² Catroga, 1999, p.202

⁶⁶³ *O Século*, 07/06/1882

⁶⁶⁴ Catroga, 1999, p.201

⁶⁶⁵ Angelina Vidal in Silva, 1989, p.204

⁶⁶⁶ Pinheiro, 2011, p.243

⁶⁶⁷ Catroga, 1999, p.199

⁶⁶⁸ Catroga, 1999, p.200

inscreveria, a partir de 1890, “o acontecimento-espetáculo que melhor consubstanciou o internacionalismo proletário – as comemorações do 1º de Maio.”⁶⁶⁹

Chegados a um de maio de 1890, acontece “a primeira festa internacional do trabalho (...) para reclamar uma legislação protectora do trabalho, tendo por fim, com o dia de oito horas por base essencial, garantir um minimum de salário, limitar o trabalho de menores e das mulheres, obter o descanso de um dia por semana.”⁶⁷⁰ Cumpria-se, assim, a resolução do Congresso Internacional Operário Socialista de Paris (1889) para que nesse dia se realizassem, por todo o mundo, grandes manifestações operárias a favor da redução da jornada de trabalho para as oito horas e por melhores condições laborais.⁶⁷¹

“O associativismo livre conheceu (...) uma vitalidade importante durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX”⁶⁷² apoiado, em parte, como já vimos, pela regulamentação legislativa que o enquadrou a partir de 1891⁶⁷³, mas também pela atuação e pensamento de alguns intelectuais socialistas, anarquistas e republicanos vindos do mundo operário – como Azedo Gneco, Guedes Quinhones..., ou outros que, não sendo operários, tinham consciência da gravidade da condição social em que estes viviam – o que proporcionava o estabelecimento de contactos com o movimento operário internacional, nomeadamente europeu. O facto de a primeira manifestação do 1º de Maio em Lisboa ter acontecido logo em 1890, no primeiro ano em que o dia internacional do trabalhador foi assinalado, revela não só essa relação estreita do movimento operário português com os seus congéneres estrangeiros, mas, também, o dinamismo da prática associativa urbana de cariz laboral e o esforço das associações de iniciativa operária em conduzir lutas, protestos e reivindicações. Fazendo das “commemoraç[ões] do 1º de Maio, [como] (...) concentração de todas as forças proletárias,”⁶⁷⁴ a bitola para a medição da capacidade de organização e de mobilização do movimento operário e da sua influência no seio do «povo operário».

⁶⁶⁹ Catroga, 1999, p.209

⁶⁷⁰ *A República Social*, 01/05/1890

⁶⁷¹ Com esta comemoração e manifestações o Congresso Internacional Operário Socialista de Paris (1889) pretendia lembrar a Revolta de Haymarket, que aconteceu no dia 4 de maio em 1886 na cidade de Chicago (EUA) e homenagear os “mártires de Chicago” e a sua luta por melhores condições de trabalho.

⁶⁷² Lousada, 2004, p. 31

⁶⁷³ O decreto de 28 de fevereiro de 1891 regulamenta as associações de socorro mútuo, o decreto de 9 de maio de 1891 regulamenta as associações de classe.

⁶⁷⁴ *A Voz do Trabalho*, 01/05/1896

A mudança social e/ou urbana provoca alterações nos equilíbrios de poder estabelecidos e fomenta novas adaptações no uso do espaço público, como por exemplo, através da “*utilização da rua como local de protesto e de manifestação de maneira sistemática.*”⁶⁷⁵ O facto do “*dia do trabalho e da emancipação do trabalhador*”⁶⁷⁶ acontecer na rua – com manifestação e comício – permite, através da análise do enquadramento territorial destas comemorações públicas avaliar a forma e os espaços que o operariado lisboeta reivindicou e/ou ocupou na cidade nos seus momentos rituais. O 1º de Maio foi, por tal, encarado não só como um acontecimento de afirmação dos operários, atores no espaço urbano, mas também como um «rito potenciador» de uma consciência de classe entre o crescente operariado que se instalava em Lisboa na última década de Oitocentos.

Entre 1890 e 1900, todos os anos no primeiro dia de maio, realizou-se em Lisboa a “*festa do trabalho*”⁶⁷⁷, “*um dia de luta (...) consagrado à revista das forças proletárias (...) que começa[va] por alvoradas e salvas de morteiros por sociedades recreativas e outras profissionais (...). Às oito horas da manhã começa[vam] a formar na Avenida da Liberdade as associações de classe, de recreio, de instrução e diversas agrupações operárias [nomeadamente bandas filarmónicas e jornais operários], partindo d’ai (...) em direção ao mausoléu do grande apóstolo José Fontana. [À tarde tinha] lugar a reunião do grande comício onde [eram] formuladas as reclamações para o estabelecimento legal de 8 horas de trabalho, assim como de sufrágio universal e outras reclamações de protecção operária. À noite (...) sessões solenes, recitas e outras manifestações de regozijo (...) em honra do proletariado internacional*”⁶⁷⁸ tinham lugar em várias associações.

O cortejo do 1º de Maio era uma manifestação de protesto e reivindicação contra as condições do trabalho operário e oficinal. Sendo a implementação do «dia legal» de oito horas de trabalho a reivindicação estandarte desta década. A manifestação, congregava “*socialistas e anarquistas (...) impulsionados muitos pelas ideias mais demolidoras e pelos intentos mais subversivos,[que] solenizaram o dia 1º de Maio cordatamente,*”⁶⁷⁹ -

⁶⁷⁵ Lains, 1990, p. 163

⁶⁷⁶ *A Voz do Trabalho*, 01/05/1896

⁶⁷⁷ *A Federação*, 01/05/1894

⁶⁷⁸ *A Obra*, 01/05/1897

⁶⁷⁹ *A Vanguarda*, 03/05/1892

era encarada como uma parada das «forças operárias» e um exercício de homogeneização das reivindicações e da identidade operária a partir dos manifestos amplamente distribuídos neste dia e dos discursos feitos tanto no cemitério dos Prazeres como no comício, da tarde, propriamente dito.

O cortejo, entre a avenida da Liberdade e o cemitério dos Prazeres – cujo percurso se manteve ao longo desta década (fig.36) – tinha uma organização e disposição das várias organizações participantes muito hierarquizada, que era anteriormente divulgada nos jornais. “*Por ser um momento privilegiado da exibição simbólica dos valores da classe operária, o 1º de Maio*”⁶⁸⁰ seguia um “*modelo ultra-hierárquico com lugares precisos atribuídos a cada representação. Nos postos de comando marcham (...) a comissão organizadora do 1º de Maio, a imprensa operária e as secções socialistas, chamados centros e Grémios, entre nós. (...) Depois, seguia-se o conjunto das profissões «nobres», exilando-se na retaguarda os não-qualificados. (...) De ano para ano o cortejo variava ao sabor da conjuntura, mas sem qualquer alteração fundamental das estruturas.*”⁶⁸¹

Os jornais da imprensa operária da época⁶⁸² publicavam, no próprio dia um de maio ou nos dias anteriores, as listas das “*corporações operárias*”⁶⁸³ que participavam na manifestação. Essa informação permite traçar uma tendência global de crescimento da adesão – de associações de classe, cooperativas, sociedades mutualistas, culturais e musicais, filarmónicas e bandas, círculos civis, grémios e centros republicanos, jornais, etc... – até meados da última década do século XIX.

⁶⁸⁰ Fonseca, 1990, p.36

⁶⁸¹ Fonseca, 1990, p.41

⁶⁸² Ver lista da *Imprensa Operária* consultada, na listagem de *Fontes Impressas*.

⁶⁸³ A Vanguarda, 01/05/1893

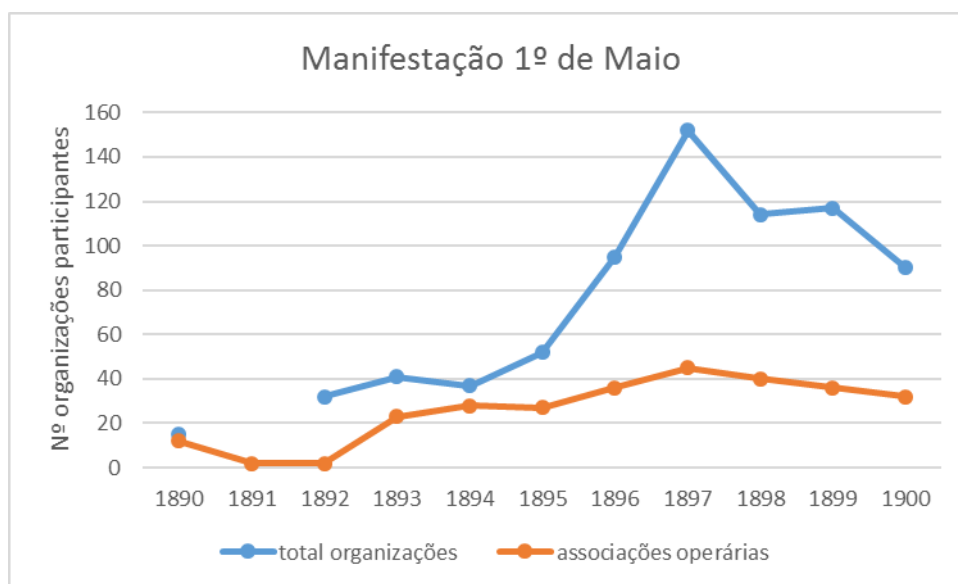


Gráfico 5 – Total de organizações participantes nas manifestações de 1º de Maio entre 1890 e 1900 e número dessas que eram associações de iniciativa operária.

O gráfico 5, mesmo sem a contabilização da totalidade das organizações participantes em 1891 - não permitida pelas fontes disponíveis - evidencia um crescente apoio inicial à manifestação entre a praça dos Restauradores e o cemitério dos Prazeres, nos anos de 1890 a 1897, seguindo-se um decréscimo no período seguinte (1898-1900). “A tentativa de unificação operária em torno de objectivos comuns [que a organização e participação no cortejo do 1º de Maio representou até 1897,] (...) transformou-se num pretexto suplementar (...) de divergências entre tendências socialistas e destes com os anarquistas.”⁶⁸⁴ Estes últimos afastaram-se definitivamente “do dia de festa do proletariado (...) [porque este devia] ser dia de luta e de revolta, (...) guardando a festa de hoje para depois da victoria de amanhã.”⁶⁸⁵ Foi, pois neste quadro que decorreu a quebra na adesão de organizações ao cortejo a partir de 1898, em grande parte devida ao afastamento definitivo de associações e organizações de matriz anarquista, que sempre tiveram reticências quanto ao carácter festivo adotado. Como a *Associação de Classe dos Pintores da Construção Civil* que, em assembleia geral realizada a 22 de março de 1898, decidiu “não se incorporar ao cortejo e reconhecer que essa manifestação apparatosa que se faz não tem correspondido nem corresponderá ao fim que é destinada – que é o rebostecimento das associações de classe. [Mas] fazer-se representar no comício, a

⁶⁸⁴ Fonseca, 1990, p.23

⁶⁸⁵ A Obra, 30/04/1899

melhor forma de reclamar do estado o estabelecimento por lei das oito horas de trabalho.”⁶⁸⁶

Considerando-se somente a participação das associações de iniciativa operária – na sua maioria Associações de Classe mas também Cooperativas, Mútuas, Sociedades recreativas, musicais e de instrução - (gráfico 5) observam-se tendências evolutivas semelhantes. Ainda que com um decréscimo, logo nos anos de 1891 e 1892, derivado da crise no emprego fabril e oficinal potenciado pela crise económica nacional desse biénio. O gráfico 5 revela, também, que o peso relativo destas associações no total de agremiações participantes era muito superior nas primeiras comemorações do dia do trabalhador que nos anos finais do século. De facto, a partir de 1896 embora o número de associações de iniciativa operária que se fazem representar não sofra grandes oscilações, estas deixam de ser a maioria.⁶⁸⁷ Esta diminuição da representatividade do associativismo de iniciativa operária na “*demonstração do valor e da força dos operários*”⁶⁸⁸ não derivou, portanto, de uma significativa diminuição da participação destas associações mas sim do crescimento do número de outras coletividades, como círculos civis, centros socialistas, grémios, imprensa, mas também academias recreativas, musicais, dramáticas e sociedades de beneficência com origens diferentes... Demonstrando a crescente popularidade do 1º de Maio entre elas, à medida que foi sendo “*cada vez mais atenuado o conteúdo reivindicativo em benefício da festa popular.*”⁶⁸⁹

⁶⁸⁶ A Obra, 01/05/1898

⁶⁸⁷ As associações de iniciativa operária representaram 38% do total das organizações participantes no cortejo em 1896, 30% em 1897, 35% em 1898, 31% em 1899 e 36% em 1900.

⁶⁸⁸ A Vanguarda, 30/04/1896

⁶⁸⁹ Fonseca, 1990, p.36

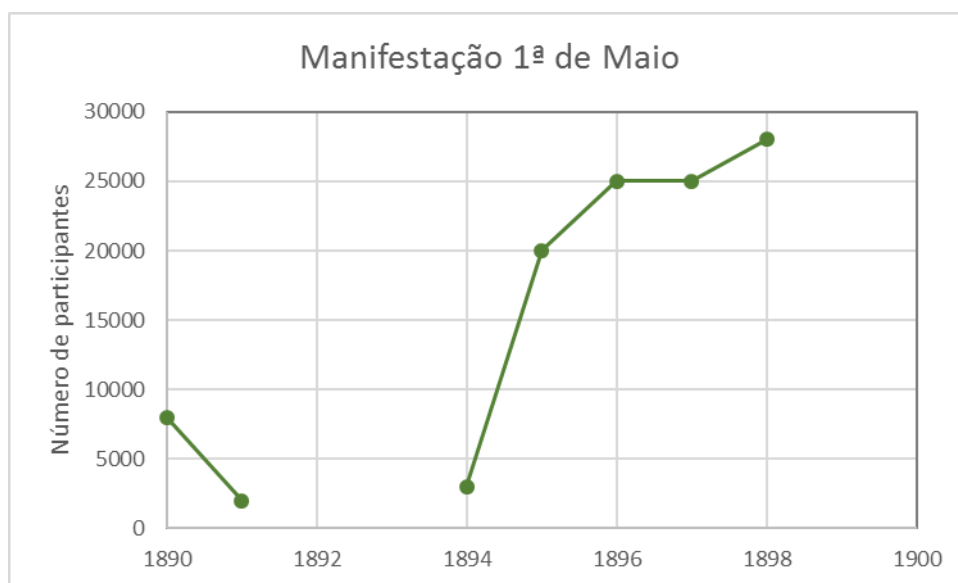


Gráfico 6 – Total de pessoas participantes nas manifestações de 1ª de Maio entre 1890 e 1900.

A crescente popularidade da “Festa do Trabalho”⁶⁹⁰ foi, até 1898, transmitida pela imprensa da época noutros moldes – as estatísticas «redondas»⁶⁹¹ dos “*milhares de pessoas que foram ali à Avenida*”⁶⁹² que jornais operários e generalistas divulgavam nos dias seguintes ao acontecimento (gráfico 6). Apesar das notícias apontarem para um inicial decréscimo na participação popular, com o número de pessoas no cortejo a ter descido de oito mil para dois mil entre o de 1890 e 1891, a partir de 1894, a participação teve um crescimento “*imponente pela concorrência*”⁶⁹³ cada vez maior que a imprensa dá notícia, até 1898 - como se constata no gráfico 6. Para os dois anos finais do período analisado - 1899 e 1900 – não se apresentaram estimativas dos manifestantes, mas apesar disso, temos notícia de que em 1899, “*em todo o percurso o povo [, que assistia, era] imenso, fazendo alas compactas*”⁶⁹⁴. Em 1900 “*o cortejo (...) não teve a imponentia dos anos anteriores, em virtude de muitas das agremiações se terem absterido de n’ella tomar parte por considerá-lo uma manifestação platónica*”⁶⁹⁵, indiciando uma tendência semelhante à já verificada no total de agremiações aderentes, ou seja, um decréscimo da adesão no ano final de Oitocentos.

⁶⁹⁰ Brandão, 1984, p.93

⁶⁹¹ Não foram encontrados registos de estimativas quanto à assistência aos comícios dos anos de 1892, 1893, 1899 e 1900.

⁶⁹² Correio da Manhã, 02/05/1895

⁶⁹³ Correio da Manhã, 02/05/1895

⁶⁹⁴ A Vanguarda, 02/05/1899

⁶⁹⁵ A Vanguarda, 02/05/1900

A representação cartográfica, na figura 36, do percurso realizado no desfile das “*forças do exército proletário*”⁶⁹⁶ entre 1890 e 1900, entre a praça dos Restauradores e o túmulo de José Fontana no cemitério dos Prazeres, e dos locais dos comícios da tarde ocorridos em de cada ano, procura definir a espacialidade urbana que o *1º de Maio* procurou reclamar para as «classes laboriosas» lisboetas.

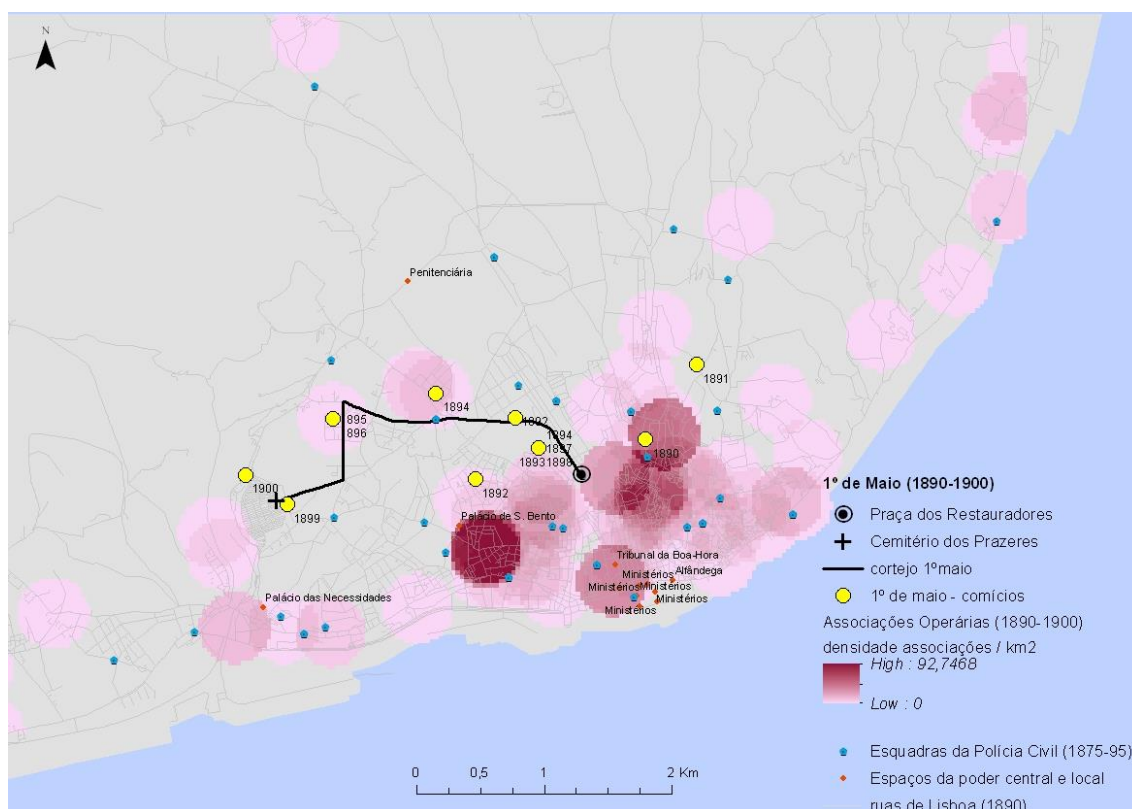


Fig.36 – Comemorações do 1º de Maio entre 1890 e 1900. Percurso do cortejo, localização dos comícios, das esquadras da Polícia Civil (1875-1895), dos principais espaços de poder central e local e manchas de densidade de sedes de associações de iniciativa operária (1890 e 1900).

A explicação do ponto de origem do trajeto residiria, certamente, na pretensão de mostrar em parada “*quem se preza[va] de ser operário; quem [tinha] honra na blusa que veste (...) [quem] deixa[va] a oficina, a fábrica (...) e toma[va] parte na manifestação pacífica, plácida, mas firme e reveladora*”⁶⁹⁷ no novo centro emblemático da cidade, a avenida da Liberdade, procurando que a espetacularidade da “*componente mais corpórea e pública do rito,*”⁶⁹⁸ num desfile bem ordenado, cimentasse a consciência grupal e mobilizasse grupos de operários e de outras camadas populares que a ele assistiam. Tendo

⁶⁹⁶ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896

⁶⁹⁷ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896

⁶⁹⁸ Catroga, 1999, p.240

como ponto de partida – e local de concentração e ordenação das agremiações participantes e respetivos dos carros alegóricos que “*d’ahi tomavam escalonadamente [o seu] logar*”⁶⁹⁹ – a praça dos Restauradores, espaço amplo por onde se iniciava a subida da avenida da Liberdade.

Numa perspetiva puramente organizativa, a escolha do ponto de partida - uma praça ampla – facilitava o estabelecimento da “*ordem do cortejo (...) [que] a comissão executiva determina[va]*”⁷⁰⁰, com a definição do local preciso onde deveria estar integrada cada associação, banda filarmónica, grémio ou jornal. Por outro lado, como “*cada associação poder[ia] levar: corôas, flôres, emblemas alegóricos às suas respectivas classes, etc, assim como uma carreta composta de alegorias do trabalho cujo o título será inscripto em parte visível e será «Progresso e Trabalho»; havendo ainda mais outra ou outras carretas para flores e coroas*”⁷⁰¹, esta escolha foi, certamente, também determinada pela necessidade logística de proximidade com sedes das associações de classe. De facto, a equidistância da praça dos Restauradores em relação aos polos de maior concentração de associações de iniciativa operária (fig. 36) – calçada de S. Francisco; eixo Rossio/avenida Dona Amélia; eixo rua Poiais de S. Bento/travessa do Oleiro – terá também sido relevante na opção por esta praça.

O itinerário do cortejo – com início na praça dos Restauradores, subindo a avenida da Liberdade, seguindo pela rua do Salitre, passando pelo largo do Rato, rua do Sol ao Rato, rua do Campo de Ourique, rua Ferreira Borges, rua Saraiva de Carvalho e, finalmente, cemitério dos Prazeres – ao evitar a passagem junto ao Parlamento, ministérios, Câmara Municipal ou em frente a quartéis e esquadras da polícia, reflete as “*características ordeiras e pacíficas da demonstração.*”⁷⁰² Ou seja, tal como frisava a organização, e se espelha nos fatos domingueiros e flores na lapela que os operários perfilados na avenida da Liberdade envergavam na fotografia 6, “*a manifestação do 1º do Maio é uma festa, em vez de ser um conflito; e, quanto mais tranquila for, mais significativa e de estáveis resultados.*”⁷⁰³ Assim, ao mesmo tempo que, pela afirmação dos operários como atores na centralidade urbana, se fundamentava o desenvolvimento

⁶⁹⁹ Botelho, 1901, p.532

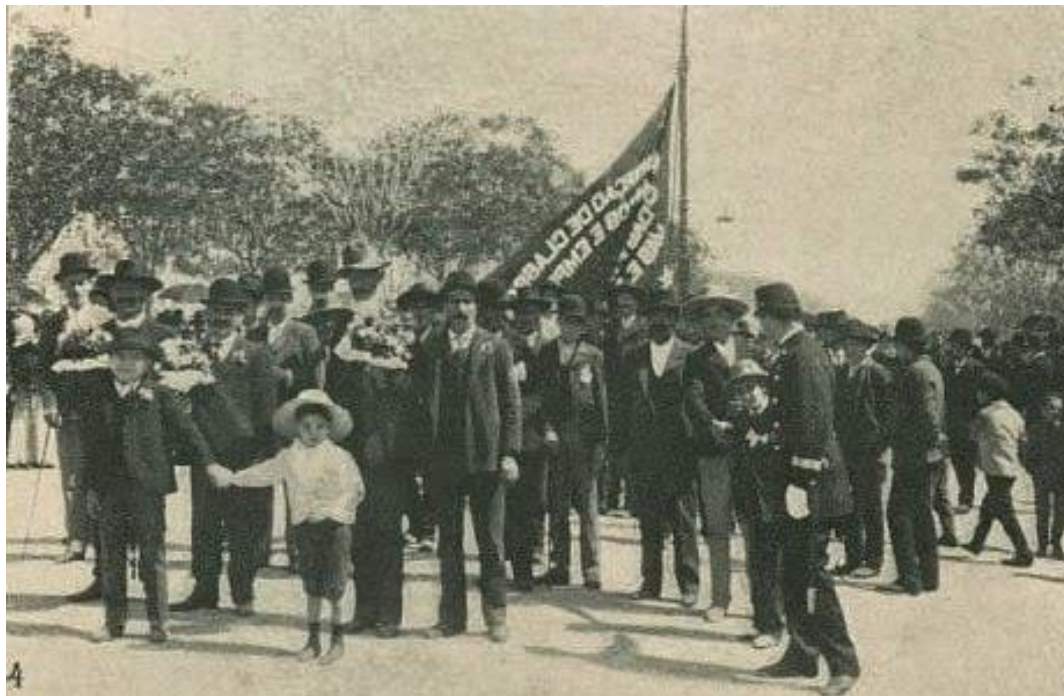
⁷⁰⁰ *A Obra*, 28/04/1895

⁷⁰¹ *A Obra*, 28/04/1895

⁷⁰² Fonseca, 1990, p.34

⁷⁰³ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896

de uma identidade de classe, evitava-se uma confrontação direta com os poderes político e policial.



Fotografia 6 – Cortejo do 1º de Maio de 1904. (Ilustração Portuguesa, 09/05/1904)

Por outro lado, ao desenrolar-se por ruas largas permitia abarcar e dar visibilidade aos membros das agremiações, às carretas e carros alegóricos e, fundamentalmente às mensagens escritas e simbólicas que esta ritualização anual albergava. Tal como, quase cinematograficamente, descrito por Abel Botelho no romance *Amanhã*:

“Já era enorme a multidão que (...) se acumulava de roda do obelisco (...). A partir d’ahi tomavam escalonadamente lugar, pela ampla artéria acima (...) [nos] pontos de reunião às diversas associações e grupos (...), desde a praça dos Restauradores à rua das Pretas. (...) Os operários, orgulhosos da sua profissão, (...) chegavam (...), envergando todos com brio o seu emblema humilde de trabalho, o que tornava imponente e expressiva deveras aquela agglomeração imensa. (...) A sua concentração em massa tinha agora um sólido carácter de uniformidade que lhe emprestava grandeza e a ennobrecia. Assim, uns, como os tanoeiros do Beato (...) vestiam todos blusas novas de paninho negro; apresentavam-se outros de amarello, de verde, a maior parte de azul; os padeiros vinham de branco; (...) a representação da Companhia União Fabril, a

Alcântara, (...) [com] as suas boinas brancas e fartas blusas de riscado. (...) E até os pequenos vendedores de jornais, os varinos, os cauteleiros, os catraeiros no rio, às esquinas os moços de recados, todos tinham camisa lavada e blusas, barretes novos, com laços cor de sangue nos ombros ou penachinhos de perpetuas. Entretanto, ao longo da rua central da Avenida enfileirava-se, vasta e ruidosa também, uma outra sorte de multidão, o mesclado e insofrido montão dos curiosos. (...) Apontavam já numerosos carros alegóricos (...), amplos e atrevidos uns, outros duma fatura tosca e ingénua; quase todos trazendo este traço de carácter comum, - (...) litografias emolduradas, figurando o retrato de José Fontana (...). Num dado momento, quando se verificou que tudo estava a postos, (...) uma girandola de foguetes subiu ao ar, junto ao obelisco, e começou trabalhosamente a desdobrar-se (...) o sinuoso rabejar daquele cortejo enorme. (...) Entre os primeiros o Carro Internacional do Trabalho, - uma carreta do serviço de incêndios, (...) [n]um estandarte vermelho com esta legenda a branco: «Progresso e Trabalho». Na frente do carro (...) lia-se em grandes letras de fogo: «Queremos 8 horas de trabalho». (...) Aos lados baloiçavam-se escudêtes com os dísticos: «Proletários de todo o mundo, unamo-nos!» e «Breve chega a nossa hora!». (...) Mas eram por igual interessantes todos os mais carros que na estatuída ordem iam seguindo, (...) desde as carretas dos pedreiros, dos serralheiros, dos curtidores e dos typographos, (...), até à grande machina Singer com a legenda: «Mata sem ruído», levada n'um grupo de costureiras. (...) [Era uma] revolta feita ordeiramente, por entre flores e por entre túmulos.»⁷⁰⁴

Este cortejo que, como referido, procurava cimentar uma unidade entre profissões, artes e ofícios tão diferentes em termos tecnológicos, de organização do próprio trabalho dentro das oficinas e fábricas e de estatuto laboral, culminava na homenagem e elogio fúnebre a José Fontana. No cemitério dos Prazeres, junto ao mausoléu “a José Fontana, que faleceu em 1876, [que por] associação dos trabalhadores por subscrição pública em 1884”⁷⁰⁵ foi erigido – na fotografia 7 – depositavam-se flores e coroas de louros e faziam-se discursos onde “apesar do transbordante sentimentalismo da cerimónia, [se vincava uma] atitude de rebeldia.”⁷⁰⁶ Mensagens, também simbolicamente, incentivadas pelo “singelo monumento onde (...) [está] erguido, sobre a campa, o braço atleta, que

⁷⁰⁴ Botelho, 1901, p.532-539

⁷⁰⁵ Mensagem gravada no mausoléu a José Fontana, sito no cemitério dos Prazeres, Rua 14, Jazigo nº3015.

⁷⁰⁶ Fonseca, 1990, p.47

empunha o facho da revolta onde se lê - «avante!»”⁷⁰⁷ Aqui, evocando-se um imemorial culto dos mortos abriam-se “as portas à beatificação (laica) do homenageado.”⁷⁰⁸ os oradores, “recomendando união, solidariedade, coragem firmeza às hostes proletárias, para a conquista d’esse futuro que o morto sublime tantas vezes descreveu como a terra prometida”⁷⁰⁹ e pelo relato da vida de adversidades, do altruísmo e dos sacrifícios do falecido em prol dos trabalhadores e do movimento operário, procuravam a criação de afinidades e uma identificação coletiva fundamentais para a mobilização de “*enérgicas lutas pela causa do operariado.*”⁷¹⁰



Fotografia 7 – Romagem ao túmulo de José Fontana, cemitério dos Prazeres, 19--.. (autor desconhecido; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/ACU/001422)

A escolha do ponto de chegada, do “*caminhar sereno e grave de um exército, sem armas, mas o coração prompto e o animo afeito para a lucta,*”⁷¹¹ no cemitério dos

⁷⁰⁷ A Federação, 05/05/1895

⁷⁰⁸ Fonseca, 1990, p.47

⁷⁰⁹ A Federação, 05/05/1895

⁷¹⁰ A Federação, 30/04/1899

⁷¹¹ A Federação, 05/05/1895

Prazeres entronca numa prática de religiosidade civil e de culto e homenagem aos «membros fundadores» do movimento operário português. Uma ritualização imbuída de um espírito algo conformista que procurava enraizar uma memória autónoma e consolidar historicamente o ideário do associativismo operário, mais “*do que em promover imediata e violentamente a cantada Revolução Social.*”⁷¹²

No cultivar daquela memória própria estará uma das justificações por detrás da escolha do percurso da manifestação/romaria entre a praça dos Restauradores e o cemitério dos Prazeres. De facto, a mobilização operária para este momento ritual dos “discursos, [com que] *finda[va] a manifestação oficial no cemitério,*”⁷¹³ seria potenciada pela passagem do cortejo pelas áreas urbanas com maior densidade de moradores⁷¹⁴ das «classes laboriosas» que se pode ver representada na figura 37.

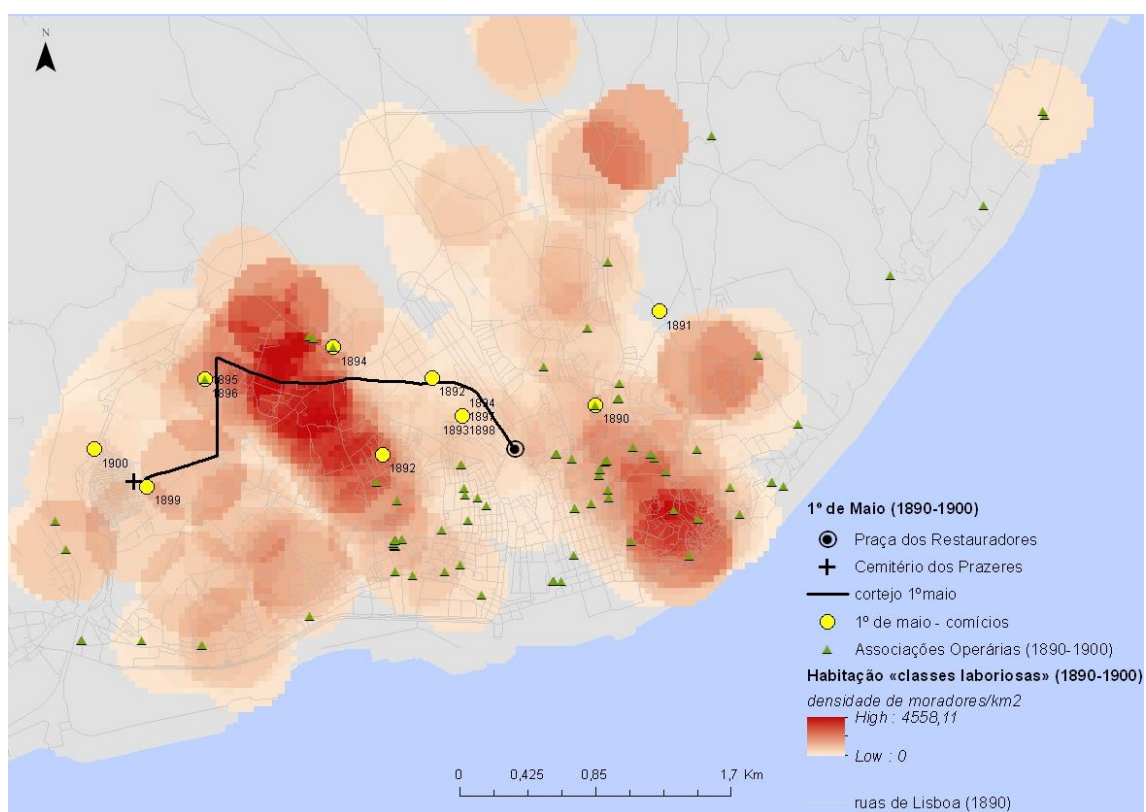


Fig.37 – Comemorações do 1º de Maio entre 1890 e 1900 - percurso do cortejo de 1º de Maio, localização dos comícios – e localização das sedes das associações operárias sobrepostos à densidade de moradores/km2 em núcleos de habitação das «classes laboriosas» (1890-1900).

⁷¹² Catroga, 1999, p.242

⁷¹³ A Federação, 28/04/1895

⁷¹⁴ Para cartografar a densidade dos moradores em núcleos de habitação das «classes laboriosas» optou-se por calcular a densidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo cada ponto valorizado conforme o número total de habitantes em cada núcleo (agregado de habitações - «pátio», «vila» ou «bairros») referenciado nas fontes. Assim, na figura 37, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam moradas de maior número de pessoas.

Na realidade, as manifestações de *1º de Maio* durante a última década de Oitocentos cruzaram a faixa urbana entre a rua das Amoreiras, rua São João dos Bencasados (atual rua Silva Carvalho), rua do Sol ao Rato e a rua de S. Bento. Esta sobreposição territorial entre a “*festa universal dos operários*”⁷¹⁵ realizada em Lisboa e as habitações das «classes laboriosas» lisboetas terá contribuído para a adesão ao cortejo de que a imprensa coeva dá notícia.

Embora, como já referido, o cortejo das «forças operárias» tenha percorrido o mesmo trajeto ao longo da última década de Oitocentos, os locais de realização dos comícios, nas tardes dos dias *1º de Maio*, variavam a cada ano. Apesar disso, o programa era em tudo semelhante – havia discursos, era a lida uma moção a ser votada pelos “*representantes do povo operário de Lisboa, reunido em comício público* [que seria entregue] *por uma representação aos Senhores Deputados.*”⁷¹⁶

Apesar da “*comissão que trata do 1º de Maio* [ter reiterado, ao longo dos anos, que] *que o comício, a manifestação (...) e as sessões solenes (...) não e[ram] iniciativa de qualquer parcialidade política, mas sim o cumprimento do aprovado no Congresso das Associações de Classe,*”⁷¹⁷ as divergências políticas no seio do movimento operário foram crescendo. Nomeadamente, na forma como era encarado o propósito subjacente ao *1º de Maio* e os “*discursos comedidos e moderados*”⁷¹⁸ proferidos nos comícios pelos oradores de facção socialista. Estas discordâncias levaram, ao contrário do acontecido na realização do cortejo, a divisões precoces na realização dos comícios. A convicção dos dirigentes anarquistas de que “*fazer do 1º de Maio mais uma festa no calendário operário (...) [era] um escarneo da situação dos trabalhadores [e que] o dia 1º de Maio não dev[ia] ser um dia de festa [mas] que deve[ria] ser um dia de agitação revolucionária*”⁷¹⁹ implicou que, logo desde 1892, algumas associações não aderissem ao comício organizado pela comissão saída do Congresso das Associações de Classe, abrindo o leque à diversificação das realizações políticas que aconteciam depois do cortejo de “*protesto*

⁷¹⁵ A Federação, 23/04/1899

⁷¹⁶ A República Social, 11/05/1890

⁷¹⁷ O 1º de Maio. Folha operária, 01/05/1891

⁷¹⁸ A República Social, 11/05/1890

⁷¹⁹ Excertos de Manifesto Anarquista publicado em: A Vanguarda, 01/05/1893

*contra a organização actual.”*⁷²⁰ Nalguns anos realizou-se mais de um comício,⁷²¹ algumas associações optavam por “*effectuar, nas respectivas sedes, sessões solennes de protesto contra o capitalismo*”⁷²² e havia, ainda, “*grupos de operários da mesma profissão, ou da mesma fábrica, cuja preferência recaía no passeio campestre, no piquenique ou num almoço de confraternização.*”⁷²³

Os comícios eram a “*parte política da celebração*”⁷²⁴ e, como tal, o Governo Civil e da Câmara Municipal de Lisboa impunham que não acontecessem em espaço público, estando a sua realização e os locais escolhidos condicionados à aprovação por estes organismos. O que ditava que teriam de ter lugar em espaços ou terrenos privados, murados e alugados ou cedidos especificamente para esse fim. Assim, ao longo deste período os comícios de 1º de Maio, - representados nas figuras 36 e 37, por círculos a amarelo, conforme as localizações referenciadas pela imprensa⁷²⁵ – tiveram lugar em sedes de associações ou em terrenos que se destinavam a construção, mas cujas obras não tinham começado.

No ano primordial de 1890, depois da homenagem ao “*chorado companheiro das lutas proletárias*”⁷²⁶ José Fontana, o comício teve lugar na *Sociedade Recreio Operário*. Em 1891 “*na calçada do Forno do Tijolo, nº2 (aos Anjos) realiz[ou-se] um comício operário (...) promovido pela comissão executiva do Congresso das Associações de Classe*”⁷²⁷, desconhecendo-se se se tratava de um espaço associativo ou de uma sala com outra função alugada para este fim. Os comícios do ano seguinte – 1892 – marcaram, em definitivo, as já referidas “*divergências [dentro do movimento operário,] (...) dividi[n]do as classes trabalhadoras de Lisboa em dois grupos. Realiza[ndo]-se, por isso, [pela primeira vez] dois comícios, um na rua do Salitre e outro na rua da Conceição, à praça das Flores.*”⁷²⁸

⁷²⁰ A Vanguarda, 02/05/1899

⁷²¹ As fontes somente para os anos de 1892 e 1894 permitiram a identificação dos locais onde decorreram os vários comícios realizados. Para os restantes anos só estão representados, nas figuras 36 e 37, um comício em cada ano.

⁷²² A Vanguarda, 02/05/1900

⁷²³ Fonseca, 1990, p.44

⁷²⁴ Fonseca, 1990, p.67

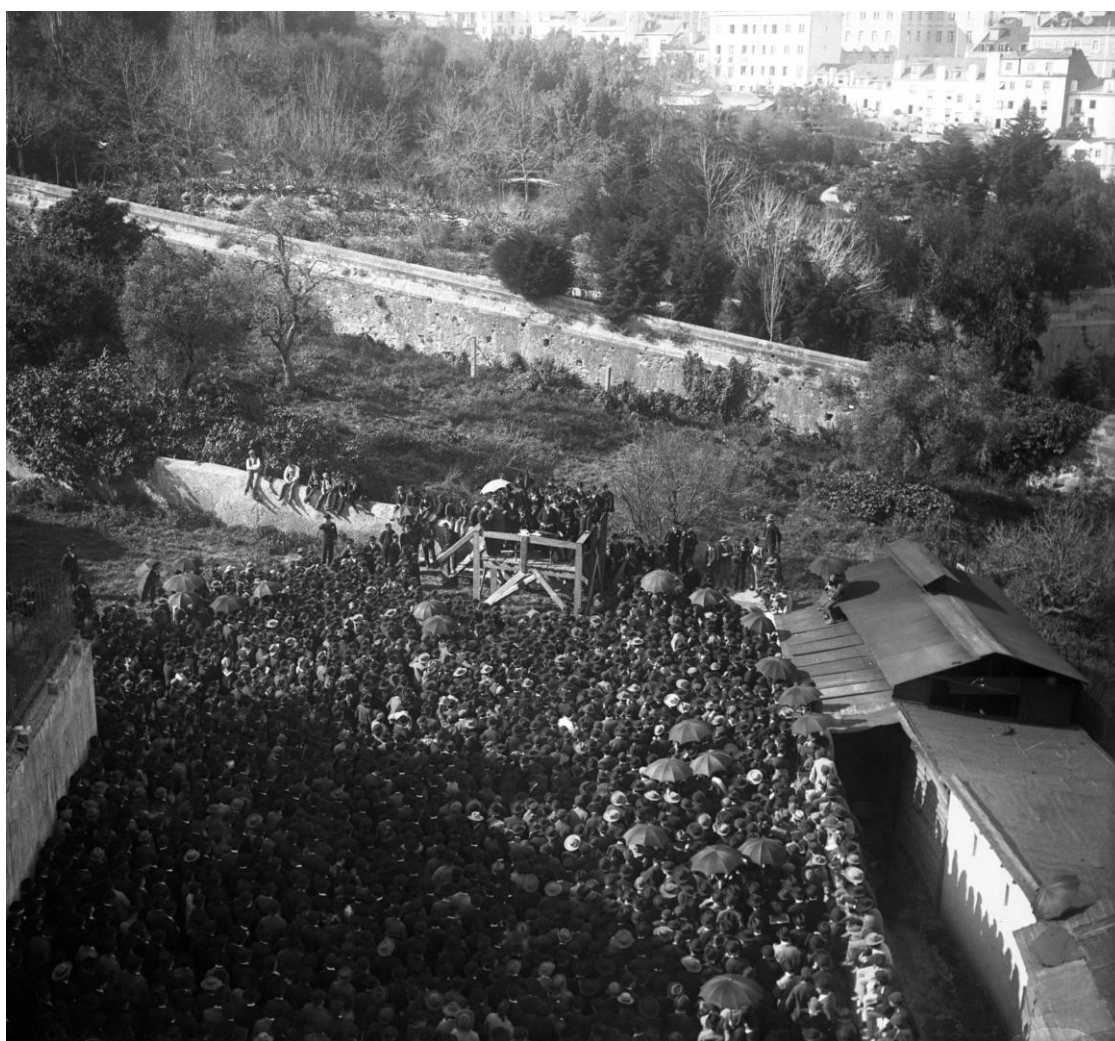
⁷²⁵ Ver *Imprensa* consultada, na listagem de *Fontes Impressas*.

⁷²⁶ A República Social, 01/05/1890

⁷²⁷ O 1º de Maio. Folha operária, 01/05/1891

⁷²⁸ A Vanguarda, 03/05/1892

Em 1893 realizou-se um “*grande comício no recinto do extinto teatro da Alegria.*”⁷²⁹ Estes terrenos, na praça da Alegria, que permitiam que um vasto auditório ouvisse e visualizasse os oradores dispostos num palanque improvisado como retratado na fotografia 8, revelar-se-iam a localização mais frequente durante o período analisado – sendo, igualmente, «palco» dos comícios realizados em 1894, 1897 e 1898. De resto, este espaço, que extravasou o *1º de Maio* e foi usado noutras concentrações do movimento operário lisboeta, terá sido uma tradição que se manteve ao longo do início do século XX – como no caso do comício republicano que aí se realizou e foi fotografado (fotografia 8).



Fotografia 8 – Comício republicano (praça da Alegria, terrenos do antigo Theatro da Alegria), 19-- (autor: Paulo Guedes; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/PAG/000002)

⁷²⁹ A Vanguarda, 01/05/1893

No 1º de Maio de 1894 foram referenciados, para além do “comício no recinto do antigo Theatro da Alegria, que durará duas horas; e para o qual são convidados todos os operários”⁷³⁰, um outro na sede da Associação de Classe dos Operários de Tecidos de Seda - na travessa da Fábrica das Sedas (nas Amoreiras). Nos anos de 1895 e 1896, “chegados ao dia primeiro de Maio, (...) mez das reivindicações,” o comício realizou-se em terrenos da Libertadora, Sociedade Cooperativa de Panificação e Moagem de Cereais, “na rua 4 de Infantaria a Campo de Ourique.”⁷³¹ Em 1897 e 1898, tal como dito acima, o comício regressa à rua da Alegria.

Nos dois anos seguintes, e os últimos estudados, os “comício[s] operário[s], para se fazer a apoteose de José Fontana e votar a (...) reclamação para que o Estado crie uma lei fixando o dia normal de trabalho em 8 horas (...) e o rigoroso cumprimento da legislação operária já decretada,”⁷³² realizaram-se muito perto do ponto de chegada do cortejo, aproveitando a mobilização crescente desta «procissão laica» anual. Em 1899, “o comício teve lugar num vasto terreno acidentado, à direita do cemitério [onde] fora armada, a um metro de altura, uma grande tribuna.”⁷³³ E, em 1900 “o local do comício [foi] na rua Maria Pia, num terreno próximo da Meia Laranja e pertencente à sympathica Cooperativa Constructora e Instrução, [Junto] do cabouco inicial para a construção do primeiro prédio da cooperativa aludida”, aproveitando, esta, o evento para “fazer um convite para inscrição de sócios (...) [e] para o acto inaugural da obra, (...) sendo sollenemente inaugurados os trabalhos de construção d’este prédio, que esta sociedade destina[ria] a habitação de sócios.”⁷³⁴

A espacialidade da realização dos comícios ao longo deste período, representada nas figuras 36 e 37, revela uma aproximação à zona ocidental da cidade e, consequente, o seu afastamento das sedes das associações operárias, tendencialmente localizadas mais próximas da zona central da cidade (fig. 29 e 36). Assim como, uma tendência para o progressivo abeiramento do trajeto do cortejo. Esta «movimentação» deveu-se certamente a que, tal como o cortejo, a realização dos comícios procurava ser uma “manifestação pacífica, legal, razoável e digna (...) para reclamar 8 horas de trabalho.”⁷³⁵ Aliás, toda

⁷³⁰ A Federação, 01/05/1894

⁷³¹ A Obra, 01/05/1896

⁷³² A Federação, 16/04/1899

⁷³³ A Vanguarda, 02/05/1899

⁷³⁴ A Vanguarda, 02/05/1900

⁷³⁵ O Protesto Operário, 04/05/1890

a estratégia do dia de “ *festa e luto*”⁷³⁶ operário sugere que, também, no caso concreto dos comícios, o propósito organizativo seria fomentar a identidade de classe através da divulgação dos discursos proferidos pelos oradores. Nesta perspetiva, a aproximação ao ponto da romaria final, o túmulo de José Fontana no cemitério dos Prazeres, onde “*a multidão era tão grande que a custo se podia transitar*”⁷³⁷, seria relevante na busca de uma afluência forte aos comícios. Também, por uma questão prática, esta deslocação, pelo afastamento do centro simbólico da cidade, facilitaria o encontrar de um espaço disponível, e aprovável pelas instâncias oficiais, para a realização do comício.

Também a busca de vicinalidade aos destinatários das mensagens veiculadas favoreceria a deslocação dos comícios do ponto de partida do «cortejo operário» em direção à zona ocidental da cidade. De facto, a análise espacial das localizações dos comícios do 1º de Maio, entre 1890 e 1900 (figs. 36 e 37), mostra que com o passar dos anos há uma maior aproximação a uma das áreas de Lisboa onde as comunidades operárias estavam em crescimento – o vale de Alcântara. Tanto pelo aumento das instalações industriais em Alcântara, como pelo desenvolvimento e adensamento de aglomerados de habitação das «classes laboriosas», nomeadamente nas proximidades da rua Maria Pia e de Alcântara. Seria junto destas comunidades, onde os espaços casa e trabalho se confundiam, que o movimento operário procurava fundamentar uma identidade de grupo, que conduziria à afirmação e formação de uma classe operária lisboeta.

Na prática as primeiras comemorações do «dia do trabalho» (1890-1900) eram “*uma reunião anual de carácter festivo, folclórico, político, simbólico e cultural em que as atitudes políticas e sociais se confundem com os cultos dos mortos e da flora, com ritos mais ou menos cristianizados.*”⁷³⁸ No entanto, no contexto específico da intervenção das associações de classe operárias a “*rua (...), [como] um lugar físico e social*”⁷³⁹, foi um palco fundamental para a sua visibilidade e afirmação. O percurso escolhido e o culminar do desfile do “*exército operário*”⁷⁴⁰ no túmulo de José Fontana demonstram que “*as práticas de sociabilidade estabelece[ram] relações complexas com a morfologia*

⁷³⁶ Catroga, 1999, p.243

⁷³⁷ Vanguarda, 02/05/1899

⁷³⁸ Fonseca, 1990, p.36

⁷³⁹ Lousada, 1999, p. 543

⁷⁴⁰ Manifesto da União Operária, 01/05/1896

urbana”⁷⁴¹ e, ao mesmo tempo, a procura de afirmação dos operários como atores na centralidade urbana. Por outro lado, a progressiva aproximação dos comícios às áreas de concentração de habitação das «classes laboriosas», de forma a garantir uma forte afluência de público, sublinha a função deste eventos como mecanismos de formação política e fomentadores de uma identidade de classe através da e divulgação dos discursos. Deste modo, pode-se afirmar que a “*festa do trabalho*”⁷⁴² funcionou como um mecanismo de «educação operária». Um momento anual em que, através de uma certa ritualização reivindicativa, se procurava potenciar uma consciência e união de grupo. Subjacente a todas as práticas implementadas nos primeiros dez anos do “*dia santo dos operários*,”⁷⁴³ existia um discurso dirigido para dentro que tinha como foco não o centro da cidade, mas as suas periferias - sobretudo a ocidental. Marcando esta década e as comemorações do 1º de Maio, como um momento essencial para a afirmação e formação de uma classe operária lisboeta.

4.2.2. Greves - forma e espaço de reivindicação operária

*“É em torno da associação e da greve que gravita o próprio movimento operário.”*⁷⁴⁴

Para caracterizar as formas de utilização do espaço urbano, no contexto específico da intervenção das associações de iniciativa operária, urge analisar também ocasiões de reivindicação não ritualizadas, como as greves, na sua maioria organizadas ou apoiadas por Associações de Classe.⁷⁴⁵

Assim, com o propósito de proceder ao levantamento e identificação das greves que ocorreram na cidade de Lisboa entre 1890 e 1900, integraram-se na base-de-dados espacial as listagens contidas nas obras *As greves*⁷⁴⁶ de Fernando Emygdio da Silva e

⁷⁴¹ Lousada, 1999, p. 543

⁷⁴² Brandão, 1984, p.347

⁷⁴³ Brandão, 1984, p.348

⁷⁴⁴ Silva, 1912, p.35

⁷⁴⁵ As fontes permitiram confirmar a intervenção direta de instituições associativas operárias em 56,5% das greves inventariadas. Ou seja, das 39 das 69 greves listadas foram, com certeza, organizadas ou apoiadas por Associações de Classe.

⁷⁴⁶ Silva, 1912

*História do Movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*⁷⁴⁷ de Carlos da Fonseca. Ao mesmo tempo, também, *As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920*⁷⁴⁸ de José Tengarrinha constitui-se como fundamental para o estudo do movimento grevista desta época e para o enquadramento da realidade lisboeta nas tendências nacionais. No entanto, por não apresentar os dados desagregados em termos geográficos não possibilita o enriquecimento do levantamento feito pelos outros autores citados. Intentando a melhoria deste arrolamento fez-se, em simultâneo, a recolha de greves ocorridas em Lisboa no mesmo período, noticiados na imprensa operária.⁷⁴⁹

Este levantamento resultou no inventário de sessenta e nove greves – algumas delas associadas a comícios e sessões “*bastante concorridas (...) de entrada pública*”⁷⁵⁰ - em Lisboa entre 1890 e 1900. A, por vezes, limitada descrição oferecida da localização exata das greves conduziu a que seis delas não fossem passíveis de ser cartografadas⁷⁵¹ e, portanto, representadas na figura 38. Ainda assim, a análise espacial destes momentos não ritualizados de iniciativa operária permite traçar tendências da espacialidade urbana da reivindicação operária neste período.

Assumindo que “*é impossível quantificar toda esta variedade e riqueza dos factos*”⁷⁵² e que, certamente, algumas ocorrências de protesto não foram noticiadas, deste quadro ficaram de fora eventuais cortejos de trabalhadores/as de estabelecimentos fabris lisboetas pelas ruas que, muitas vezes decorrendo de uma greve, se dirigiam à Câmara Municipal ou ao Parlamento para entregar petições ou abaixo-assinados. Como as operárias têxteis, na fotografia 9, que foram em cortejo entregar uma petição ao parlamento. Sabendo que elas se dirigiam a São Bento e foram fotografadas na Praça da Alegria, percebemos que o percurso destas trabalhadoras tinha um intuito não só de alcançar um ponto determinado da cidade, mas, também e fundamentalmente, de reivindicar visibilidade para o seu protesto.

⁷⁴⁷ Fonseca, vols. I e IV, 1980

⁷⁴⁸ Tengarrinha, 1981; Tengarrinha, 1983

⁷⁴⁹ Ver os títulos e números dos periódicos consultados na listagem *Imprensa de Fontes Impressas*.

⁷⁵⁰ A Federação, 06/05/1894

⁷⁵¹ Foram cartografadas, como pode ser observado na figura 38, 63 greves que aconteceram em Lisboa entre 1890 e 1900.

⁷⁵² Tengarrinha, 1983, p.42



Fotografia 9 – Operárias da indústria têxtil a caminho de São Bento para entregar uma petição pedindo o horário de trabalho de 8 horas (praça da Alegria), 1911 (autor: Joshua Benoliel; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001473)

“As greves são um fenómeno natural hoje em dia, tão natural como o emprego da machina e o impulso do vapor na industria!”⁷⁵³

Embora fossem proibidas na última década de Oitocentos,⁷⁵⁴ as greves *“eram habitualmente tratadas, tanto pelas autoridades como pelos patrões, enquanto questões privadas entre trabalhadores e capital.”*⁷⁵⁵ E, assim, quando acontecia a simples paralisação da produção e não integrava ações violentas contra os estabelecimentos fabris, patrões ou pressões sobre fura-greves – infringindo a «liberdade de trabalho» - o Estado e as forças policiais abstinham-se de intervir. Neste quadro, *“à medida que a associação operária se ia modernizando – ao «transformar-se» de mutualista em sindical – (...) a greve passou a ser usada de modo mais frequente e eficaz.”*⁷⁵⁶ Tornou-se na «arma reivindicativa» mais utilizada ou, pelo menos, aquela que adquiria uma maior visibilidade

⁷⁵³ O Protesto Operário, 18/10/1891

⁷⁵⁴ As greves eram proibidas pelo artigo 277 do Código Penal de 10 de dezembro de 1852. A sua regulamentação só seria assegurada pelo Decreto de 6 de dezembro de 1910.

⁷⁵⁵ Cerezales, 2011, p.189

⁷⁵⁶ Mendes, 1993, p.497

junto da imprensa – a fonte privilegiada para as identificar, contabilizar e estudar – e “dos bem-aventurados [da cidade] (...) quando as greves ou as «desordens» afectavam os transportes ou os negócios.”⁷⁵⁷

O “tratamento estatístico sistemático das greves [trouxe] a possibilidade de introduzir um expressivo elemento de quantificação no estudo do movimento operário.”⁷⁵⁸ Assim, no seu levantamento, José Tengarrinha⁷⁵⁹ reconhece diferentes fases da evolução nacional dos protestos grevistas no período entre 1871 e 1920. Identifica, na década final do século XIX, “uma subida que, embora nem sempre regular, (...) manifesta uma nítida tendência crescente e atinge o máximo em 1900.”⁷⁶⁰ Também, Carlos da Fonseca⁷⁶¹ nomeia esta década como o período mais profícuo do movimento grevista nacional, considerando os anos entre 1862 e 1908. Verificou-se, assim, “um crescimento rítmico constante [apesar dos] anos difíceis de 1891-1893, [quando] a combatividade operária retrai-se sob os efeitos da crise e, nomeadamente, o desemprego. Intensifica-se em seguida entre 1894 e 1902.”⁷⁶²

Para relacionar estes dados e conclusões, relativos ao movimento grevista nacional, com o levantamento feito em exclusivo para Lisboa, na última década do século XIX, é importante que salientar que foi esta cidade que mais concorreu para as dinâmicas indicadas – contribuindo com 36,6% das “greves cuja localização foi possível conhecer.”⁷⁶³ De facto, as ocorrências grevistas registadas confirmam, grosso modo e especialmente até ao ano de 1895, as tendências identificadas por Tengarrinha e Fonseca para o conjunto do país. Como se pode ver no gráfico 7, a cronologia das greves lisboetas revela uma linha de tendência crescente ao longo dos últimos dez anos de Oitocentos. Assim, depois das oito greves registadas em Lisboa no ano de 1890, com o advento da crise económica – que fez escassear o emprego e, portanto, atenuou a capacidade reivindicativa dos/as trabalhadores/as fabris e artesanais – observou-se a quebra acentuada das greves no biénio 1891-92 (gráfico 7). Este pendor, foi especialmente

⁷⁵⁷ Rosas, 2010, p.35

⁷⁵⁸ Tengarrinha, 1983, p.41

⁷⁵⁹ Tengarrinha, 1981; Tengarrinha, 1983

⁷⁶⁰ Tengarrinha, 1983, p.61

⁷⁶¹ Fonseca, vol. IV, 1980

⁷⁶² Fonseca, vol. IV, 1980, pp. 66-69

⁷⁶³ Tengarrinha, 1981, p.586

marcado pelas duas únicas greves dos anos de 1891 e 1892 e o pico mais elevado, de quinze greves, verificou-se em 1895.

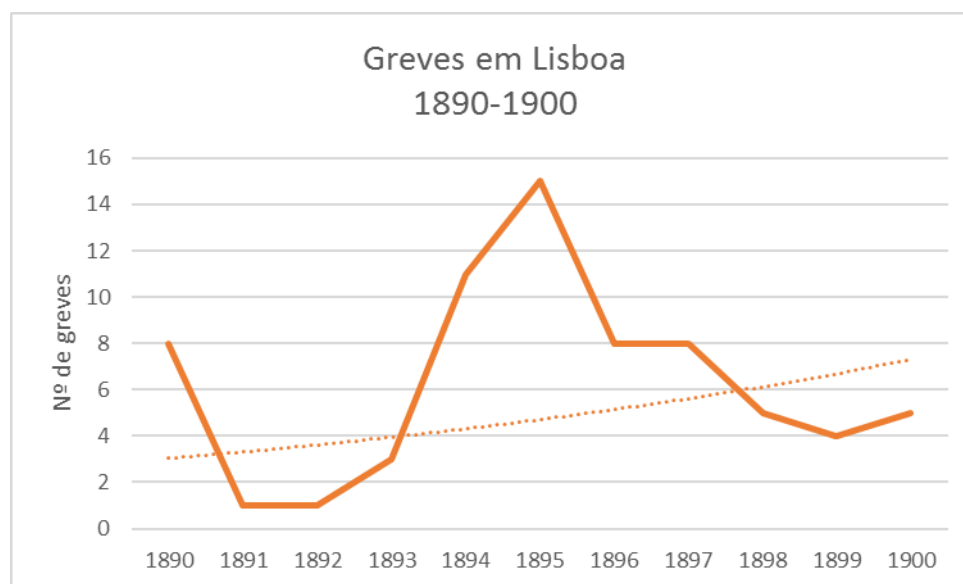


Gráfico 7 – Total de greves identificadas em Lisboa, entre 1890 e 1900.

Na última década de Oitocentos o “*processo conflitual ger[ou]-se nas dificuldades sectoriais e nas adaptações profissionais.*”⁷⁶⁴ Embora a única de que há notícia em Lisboa no ano 1891, seja a “*greve [de] duzentos corticeiros da fábrica Bonneville, em Braço de Prata*”⁷⁶⁵, ela teve uma grande repercussão a nível nacional. Não só porque “*a classe dos corticeiros (...) mostr[ou]-se unanime em apoiar os grevistas, por todo o paiz. (...) [Com] as associações de Silves, da Mutella, do Barreiro a provir subscrições (...) em proveito dos grevistas*”⁷⁶⁶ e com “*vinte associações de classe*”⁷⁶⁷ a declararem greves, em solidariedade, mas também por ter sido uma greve vencedora, já que “*o industrial, sr. Bonneville, acedeu a aumentar os salários aos operários recortadores e escolhedores.*”⁷⁶⁸ Já, em maio de 1892, na “*greve dos cocheiros e conductores (...) foi a Companhia [Carris de Ferro] que cant[ou] vitória.*”⁷⁶⁹

⁷⁶⁴ Fonseca, 1980, p.73

⁷⁶⁵ O Protesto Operário, 18/10/1891

⁷⁶⁶ O Protesto Operário, 25/10/1891

⁷⁶⁷ O Protesto Operário, 01/11/1891

⁷⁶⁸ O Protesto Operário, 01/11/1891

⁷⁶⁹ O Protesto Operário, 22/05/1892

A quantificação anual das greves em Lisboa, permite assinalar que depois da queda dos anos de 1891 e 1892 as ocorrências retomam uma curva ascendente. Com a notícia de três greves em 1893 – dos operários tipográficos da «Casa Minerva» da rua da Palma, dos carregadores da fábrica «João de Brito» na rua do Beato e dos padeiros lisboetas no mês de junho. No ano seguinte, 1894, sabe-se de onze greves. Sendo que os padeiros são responsáveis, também, por duas delas – nos meses de junho e julho –, a *Associação dos Alfaiates de Lisboa* e os ardinas, pelas outras duas greves de classe. As restantes aconteceram em estabelecimentos fabris específicos – como “na da fábrica de escovas e pincéis ao bairro Andrade,”⁷⁷⁰ na fábrica de chapéus «Júlio César dos Santos» do Rossio, nas oficinas dos «Caminhos-de-Ferro de Norte e Leste», na «Empresa Industrial Portuguesa» e na «Confeitaria Ultramarina» e, ainda, no “*Jornal do Comércio* [quando] os *typógraphos* do quadro tiveram de se declarar em greve (...) [pela] diminuição no preço dos trabalhos.”⁷⁷¹ Em 1895, registaram-se quinze ocorrências grevistas, atingindo-se o número mais alto verificado durante do período analisado. Com paralisações dos padeiros, dos fogueiros da «Companhia Lisbonense de Iluminação a Gaz», dos tabaqueiros da «Fábrica de Tabacos de Xabregas», dos operários e carregadores dos «Caminhos-de-Ferro de Norte e Leste». Assim como, outras greves iniciadas num estabelecimento que conduziram a greves de classe e à intervenção das respetivas associações. Como a dos refinadores de açúcar da fábrica de «Alves Dinis, Irmão & C.^a», em setembro e outubro, que conduziu à paralisação de toda a classe em novembro, a dos fosforeiros da «Companhia Portuguesa de Fósforos» em setembro, que teve grande importância para a interrupção laboral convocada pela *Associação dos Manipuladores de Fósforos*, ou a paralisação dos curtidores de Alcântara que conduziu ao apelo a uma greve em toda a cidade pela *Associação de Classe dos Curtidores de Sola e Cabedais*.

Apesar de não haver registos tão elevados depois de 1895, com oito greves registadas em 1896 e 1897, cinco em 1898, quatro em 1899 e, novamente, cinco em 1900, “o prosseguimento do movimento grevista parece indicar que a última década do século representou, para os operários, uma generalização do princípio organizativo.”⁷⁷² Verificaram-se ainda paralisações limitadoras da vivência quotidiana lisboeta – como “em Julho [de 1896, quando] começava a greve dos operários das Companhias Reunidas do

⁷⁷⁰ O Protesto Operário, 18/02/1894

⁷⁷¹ O Protesto Operário, 04/02/1894

⁷⁷² Cabral, 1988, p.86

*Gás e Electricidade, que durou mais de um mês, privando Lisboa de iluminação,”*⁷⁷³ a do pessoal do Hospital de São José, a levada a cabo pelos refinadores de açúcar ou a dos estivadores do porto de Lisboa.

*“Em 1897, é a vez dos operários das fábricas de cerâmica e de cordas de Lisboa, e depois, de novo, os trabalhadores portuários, os tecelões (...) da fábrica de Xabregas,”*⁷⁷⁴ dos oleiros da «Fábrica de Tijolo das Barreiras de Xabregas», os gasomistas das «Companhias Reunidas do Gás e Electricidade» e das operárias da «Companhia de Tecidos Alliança» de Alcântara.

Em 1898 são as costureiras dos «Armazéns Ramiro Leão» a paralisarem o trabalho, logo em janeiro, os cabouqueiros⁷⁷⁵ da construção civil fazem o mesmo em reivindicação contra as longas horas de trabalho, uma nova greve dos padeiros e, mesmo antes do final do ano, *“há novas greves na fábrica de linho e juta”*⁷⁷⁶ da «Companhia de Tecidos Alliança».

*“Em 1899, é o bairro inteiro dos Olivais que assiste a uma greve interprofissional: este movimento é um dos primeiros exemplos do modo comunicação da agitação operária através do tecido urbano, para além das barreiras entre os ramos industriais e as categorias profissionais.”*⁷⁷⁷ Esta onda de agitação operária teve início com a greve na «Fábrica de Estamparia e Tinturaria dos Olivais» - também conhecida por «Lenços dos Olivais» - e propagou-se a outra estampa da mesma freguesia – a fábrica de «Francisco Alves Gouveia». De seguida, *“declararam-se em greve os operários oleiros dos Olivais”* em reivindicação contra *“os serões que os outros patrões accederam”*⁷⁷⁸ a diminuir. Já em novembro, em solidariedade com os/as colegas, são os/as operários/as têxteis de Chelas e Xabregas que entram em greve.

Em abril de 1900, *“depois de uma reunião desenvolvida na respectiva associação [da Classe dos Curtidores de Sola e Cabedais de Lisboa] resolveu-se promover a greve geral d’esta classe (...) [por] uma tabela de preços [pagos pelo trabalho] e diminuição de*

⁷⁷³ Brandão, 1984, p.92

⁷⁷⁴ Cabral, 1988, p.85

⁷⁷⁵ Os cabouqueiros eram os trabalhadores da construção que tinham por função cavar os caboucos e os roços das edificações e arruamentos.

⁷⁷⁶ Cabral, 1988, p.85

⁷⁷⁷ Cabral, 1988, p.86

⁷⁷⁸ A Obra, 15/10/1899

horas de trabalho.”⁷⁷⁹ Passados seis meses “*declarou-se uma greve na classe dos chapeleiros (...) solidária com sete dos seus camaradas,*”⁷⁸⁰ os chapeleiros grevistas da «Fábrica Bello & Pinto» do Rossio. Também a *Associação de Classe dos Operários Oleiros dos Olivais* declara, novamente este ano, uma greve de toda a classe.

Mesmo que em número de acontecimentos grevistas não se mantenha um registo crescente (gráfico 7), a complexificação e entrosamento reivindicativo entre estabelecimentos industriais e setores laborais vai crescendo ao longo da última década do século XIX. Globalmente, na última década de Oitocentos, as greves limitadas a um só estabelecimento e aquelas que mobilizaram trabalhadores/as de todo um setor foram em número praticamente idêntico (quadro 25). Apesar das fontes só permitirem confirmar a intervenção direta de associações de iniciativa operária em trinta e nova das greves inventariadas, os dados (resumidos no quadro 25) indicam que a sua atuação estaria mais direcionada para as greves setoriais ou de classe.⁷⁸¹

Quadro 25 – Número e tipologia das greves (local ou setorial) por ano (1890-1900) e respetiva intervenção de Associações de Classe.						
Ano	Tipo			Intervenção de Associação/ões de Classe (%) ⁷⁸²		
	Local (estab/empresa)	Setorial/Classe	Total	Local (estab/empresa)	Setorial/Classe	Total
1890	3	5	8	3	5	8 (100%)
1891	0	1	1	0	1	1 (100%)
1892	0	1	1	0	1	1 (100%)
1893	2	1	3	1	1	2 (67%)
1894	7	4	11	4	3	7 (64%)
1895	7	8	15	4	5	9 (60%)
1896	5	3	8	1	1	2 (25%)
1897	5	3	8	2	1	3 (37,5%)
1898	2	3	5	1	1	2 (40%)

⁷⁷⁹ A Obra, 29/04/1900

⁷⁸⁰ A Obra, 21/10/1900

⁷⁸¹ Das 39 greves para as quais foi possível apurar a intervenção de associação/ões de iniciativa operária, 22 foram greves setoriais e 16 greves dos/as trabalhadores/as de um estabelecimento ou empresa específica.

⁷⁸² Percentagem de greves, em cada ano, que contou com a intervenção de uma ou mais associações de classe.

1899	1	3	4	0	3	3 (75%)
1900	2	3	5	0	3	3 (60%)
<u>1890/1900</u>	34	35	69	16 (46%)	23 (68%)	39 (56,5%)

Durante este período oito paralisações locais conduziram a greves setoriais e uma conduziu a uma paralisação intersectorial. Apesar de logo em 1891 o associativismo operário lisboeta, nomeadamente a *Associação de Classe dos Operários Corticeiros*, tenha experimentado uma greve solidária – tendo, “os operários [do setor,] movimentado, reclamado, (...) dirigido aos ministros e à imprensa”⁷⁸³ em apoio dos colegas da «fábrica de António Bonneville», só a partir da segunda metade desta década é que se registaram outras greves que demonstram uma maior capacidade organizativa das Associações de Classe. Disso são exemplo quatro momentos, em 1895, que a contestação operária, em forma de greve, num local de trabalho se transformou na paralisação de toda uma classe de «artistas»: a greve dos refinadores de açúcar da empresa «Alves Dinis, Irmão & C.^a» impulsionada pela *Associação de Classe dos Refinadores de Assucar e Artes Anexas de Lisboa*; a greve dos curtidores da oficina «José Carlos Xavier & Filhos» e da «Fábrica de Curtumes Esperança» em Alcântara pela *Associação de Classe dos Curtidores de Sola e Cabedais*; tal como a dos fosforeiros da «Companhia Nacional de Fósforos», por intervenção da *Associação dos Manipuladores de Fósforos*. Ou, em outubro de 1900, com a greve dos/as chapeleiros da «fábrica Bello & Pinto», no Rossio, a conduzir à interrupção laboral da classe por apelo da *Associação Fraternal dos Chapeleiros e Sirgueiros*.

Em 1899 aconteceu a única greve intersectorial que conseguimos confirmação documental – a, já mencionada, paralisação dos/as operários/as e artesãos dos setores têxtil e cerâmico dos Olivais, de Chelas e de Xabregas que decorreu por iniciativa da *Associação de Classe dos Operários Tintureiros, Estampadores e Artes Correlativas*, da *Associação de Classe dos Oleiros* e da *Associação de Classe dos Operários Oleiros dos Olivais*. A unicidade deste acontecimento sugere, de algum modo, a implantação e a capacidade reivindicativa e organizativa que o movimento associativo adquiriu

⁷⁸³ O Protesto Operário, 25/10/1891

rapidamente na zona oriental de Lisboa – a área urbana onde o associativismo operário, nomeadamente laboral, mais tardou a instalar-se (fig.30).

À medida que o final de Oitocentos se aproxima, os momentos de reivindicação tornam-se mais amplos e ultrapassam, cada vez mais, o contexto específico de cada fábrica ou oficina. Enquanto os jornais operários apelavam a que “*o exemplo d’uma classe fosse imitado por todas as outras e o movimento operário se erga n’um ímpeto de revolta acordando as consciências adormecidas,*”⁷⁸⁴ o poder reivindicativo «classes laboriosas» lisboetas afirmava-se e o esforço organizativo das Associações de Classe consolidava-se.

Quadro 26 – Greves por setor, quanto ao tipo (local ou setorial) e respetiva intervenção de Associações de Classe				
Setor de produção	Local (estab/empresa)	Setorial / Classe	Total	c/ Assoc.Classe
Alimentação/Bebidas	4	11	15	8
Transportes	7	3	10	6
Têxteis	4	4	8	4
Metalurgia/Mecânica	5	2	7	6
Papel/Tipografia	4	1	5	4
Cerâmica	1	2	3	2
Chapelaria	2	1	3	1
Curtumes	0	3	3	2
Construção (Trabalho em pedra)	0	3	3	1
Gás	1	2	3	0
Cordoaria	2	0	2	0
Tabacos	2	0	2	2
Fósforos (Pirotecnia)	1	1	2	2
Cortiça (Trabalho em madeira/cortiça)	0	2	2	1
Hospital S. José	1	0	1	0
TOTAL	35	34	69	39

A análise setorial das greves (quadro 26) revela o setor da alimentação como o mais atuante, com particular incidência para as reivindicações dos *manipuladores de pão* e dos *refinadores de açúcar*, ao participar em 22% das paralisações laborais registadas em Lisboa entre 1890 e 1900. Sendo também neste setor que mais greves extravasaram o espaço de um determinado estabelecimento industrial, tomando a abrangência de toda uma «classe», e em que a intervenção das Associações de Classe foi mais permanente. Seguiu-se o setor dos transportes, contando com 14,5% das greves, onde se destacava a

⁷⁸⁴ A Obra, 21/10/1900

«classe» dos *Operários das Oficinas do Caminho-de-Ferro de Norte e Leste* como a mais reivindicativa e mais apoiada pela sua associação - levando a cabo quatro paralisações das oficinas e uma em que tiveram a solidariedade dos seus colegas ferroviários. Já no setor têxtil, onde se documentaram 11,5% das paralisações laborais do período, a mobilização associativa foi limitada a metade das greves ocorridas – duas pela *Associação de Classe dos Operários Tintureiros, Estampadores e Artes Correlativas*, cuja capacidade organizativa originou a paralisação intersectorial supracitada, a greve de 1894 pela *Associação dos Alfaiates de Lisboa* e a paralisação das associadas da *Associação de Classe das Costureiras de Lisboa* trabalhadoras nos «Armazéns Ramiro Leão». A multiplicidade de Associações de Classe do setor metalúrgico (quadro 24) não terá sido alheia à grande maioria das paralisações laborais deste grupo operário ter contado com o apoio e/ou organização associativa. De facto, das sete greves registadas, mesmo sendo a maioria circunscritas a um só local de trabalho, só numa não foi possível documentar intervenção associativa - a greve dos fundidores da «Fábrica Augusto José Xavier» em junho de 1896.

Estes dados (quadro 26) sugerem que os setores com maior número de estabelecimentos industriais (quadro 3), excetuando o do *trabalho em madeiras e cortiça*, - a produção alimentar, a *metalurgia e mecânica* e os *têxteis* – tendiam a empreender mais greves. Por outro lado, entre eles, foi naquele com mais escassa implantação territorial na zona central – o setor têxtil (quadro 3) – que as Associações de Classe revelaram menor interferência nos acontecimentos grevistas. Acerca das greves nos transportes, que por não pertencer ao setor secundário não nos permite (nem cabe no objeto desta investigação) a contabilização dos seus espaços de trabalho, é de assinalar que foi nas camadas operárias dos seus trabalhadores que surgiram a maioria das paralisações ao trabalho, a maioria delas com intervenção associativa nomeadamente da *Associação de Classe dos Operários das Oficinas do Caminho-de-Ferro de Norte e Leste*.⁷⁸⁵

⁷⁸⁵ Das 10 greves registadas nos transportes, 4 aconteceram nas oficinas dos Caminhos-de-ferro de Norte e Leste em Santa Apolónia e contaram com a intervenção da *Associação de Classe dos Operários das Oficinas do Caminho-de-Ferro de Norte e Leste*.

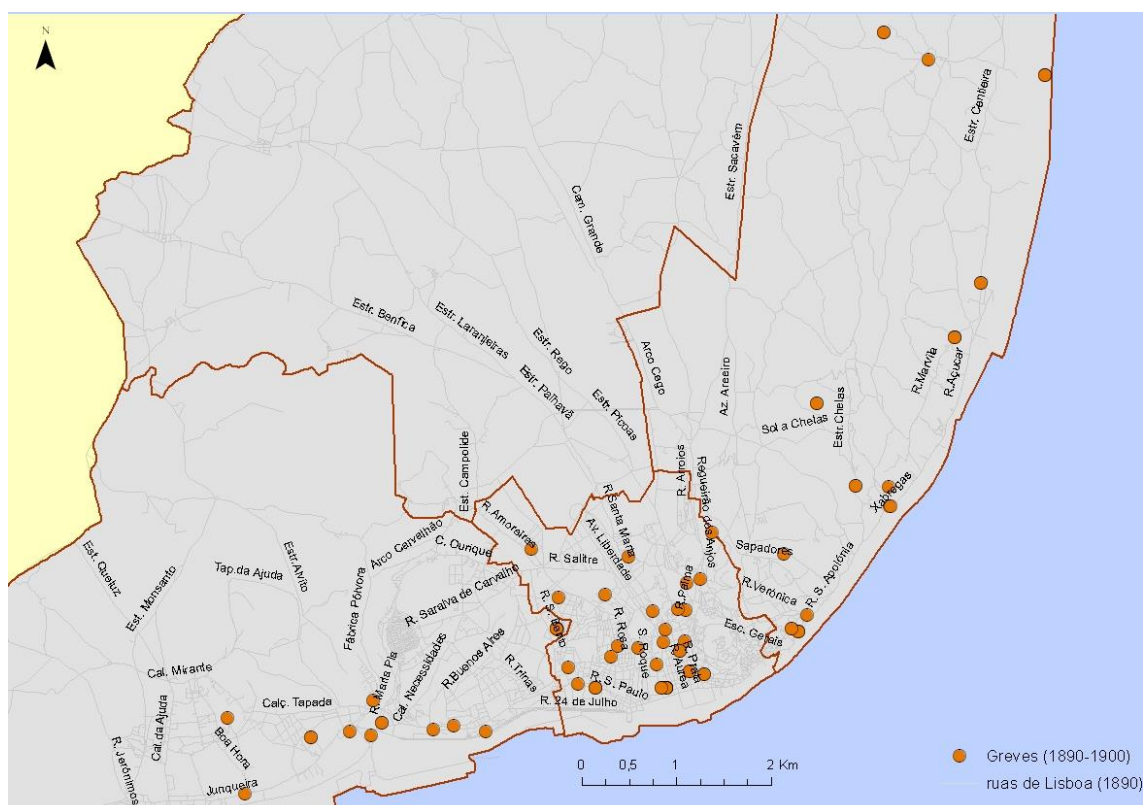


Fig.38 – Localização das greves (1890-1900).

A espacialização das greves ao longo da década final do século XIX revela uma ocupação de todo o espaço da Lisboa industrial desta época, como se pode ver na figura 38. No entanto, quase metade das paralisações grevistas cartografadas, tiveram lugar na zona central (quadro 27). Os restantes 27,5% e 19% de greves que aconteceram, respetivamente, nas zonas oriental e ocidental revelam que também aqui se vivenciou “*a intensificação e a radicalização do conflito entre operários e patrões*”⁷⁸⁶ que estes acontecimentos evidenciam. No entanto, decorre da análise cronológica das greves em função das zonas urbanas onde ocorreram (quadro 27), representada na figura 39, a perceção dum alargamento do espaço reivindicativo para as áreas periféricas, a oriente e ocidente do centro, com o avançar da década.

Apesar da pouca quantidade de eventos impossibilitar uma análise estatística segura, a evolução da territorialização dos acontecimentos grevistas na cidade de Lisboa ao longo da última década de Oitocentos indicia uma tendência para uma «deslocalização» das greves na segunda parte do período – entre 1895 e 1900 – para ocidente e oriente, sem o centro nunca deixar de ser globalmente o palco preferencial da

⁷⁸⁶ Cabral, 1988, p.279

reivindicação operária. Ou seja, se a partir de meados da década se assistiu a um maior número de greves, a disparidade entre os espaços urbanos onde estes acontecimentos tomaram lugar atenua-se, com uma maior percentagem de greves a terem como palco a zona oriental e ocidental da cidade. De facto, se entre 1890 e 1894 54% das greves aconteceram na zona central, no período seguinte (1895-1900) esse valor passou a 40%, sendo que 35,5% se realizaram na zona oriental e 18% na zona ocidental.

Quadro 27 – Resumo das greves por ano (1890-1900) e zona urbana					
Ano	Z. Central	Z. Oriental	Z. Ocidental	s/inf. ⁷⁸⁷	TOTAL
1890	4	0	1	3	8
1891	0	1	0	0	1
1892	0	0	1	0	1
1893	2	1	0	0	3
1894	7	1	3	0	11
1895	6	6	2	1	15
1896	5	2	1	0	8
1897	2	3	3	0	8
1898	2	0	1	2	5
1899	0	4	0	0	4
1900	3	1	1	0	5
1890/1900	31 (45%)	19 (27,5%)	13 (19%)	6 (8,5%)	69 (100%)

⁷⁸⁷ Das 69 greves registadas não foi encontrada referencia documental da localização de 6, impossibilitando a sua representação e a determinação da zona onde ocorreram.

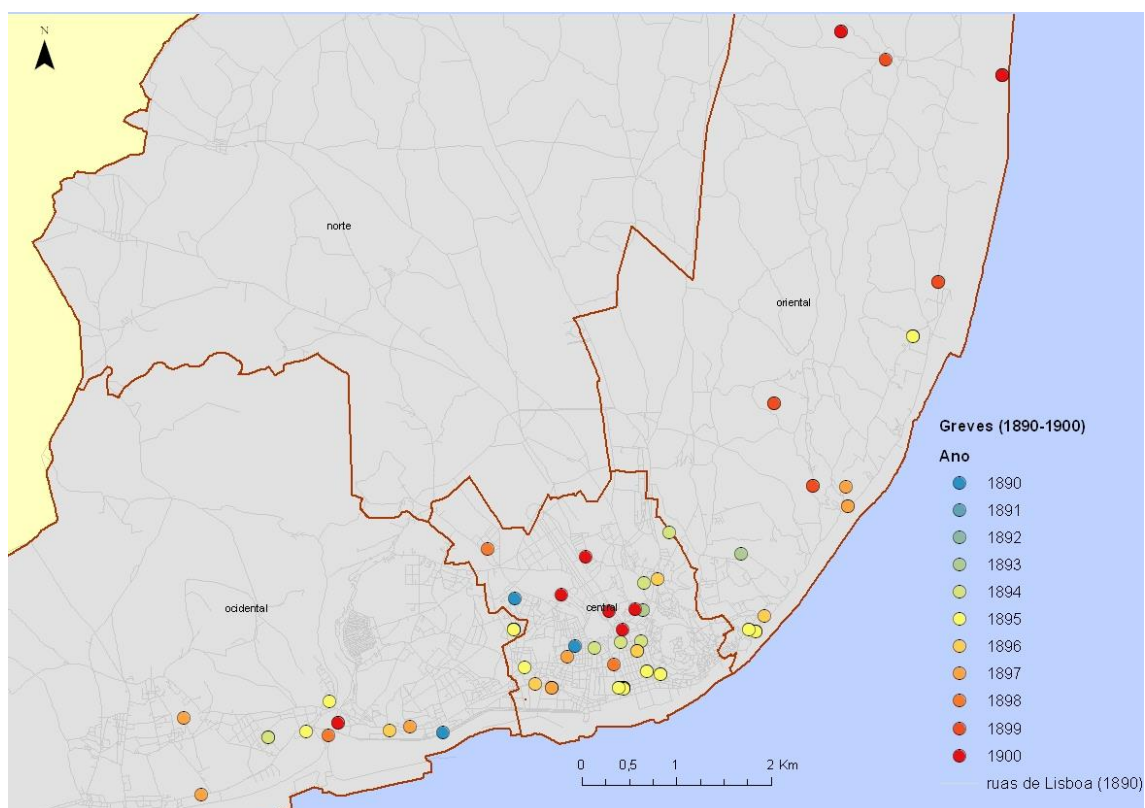


Fig. 39 - Localização das greves (1890-1900) identificadas por ano

A «cronologia espacial» grevista (quadro 27 e fig.39) mostra, portanto, uma intensificação das greves - na zona ocidental a partir de 1894 e, ainda mais marcada, na zona oriental desde 1895 - coincidente com o momento, atrás referido, de aumento da capacidade organizativa do associativismo operário lisboeta. Sugerindo, simultaneamente, com a entrada das comunidades «laboriosas» ocidentais no movimento grevista num segundo momento e daquelas das áreas a oriente pouco depois, o crescimento de uma consciência de classe associado à conquista de uma maior influência do associativismo operário junto destas comunidades – já abordado anteriormente (fig. 30).

A desproporção entre as ações grevistas nas fábricas e oficinas das diferentes zonas industriais/operárias adveio também, certamente, de fatores diferenciadores desses espaços urbanos, sociais e simbólicos – com as suas características próprias relativamente à distribuição e especialização dos estabelecimentos fabris e oficinais, à localização e densidade de habitações das «classes laboriosas»... Tendo sido, com certeza, fundamental a importância, já observada (figs. 29 e quadro 23), da zona central como área privilegiada para a instalação do associativismo laboral de iniciativa operária,

inclusivamente das sedes das associações dos setores produtivos que eram predominantes noutras zonas da cidade.

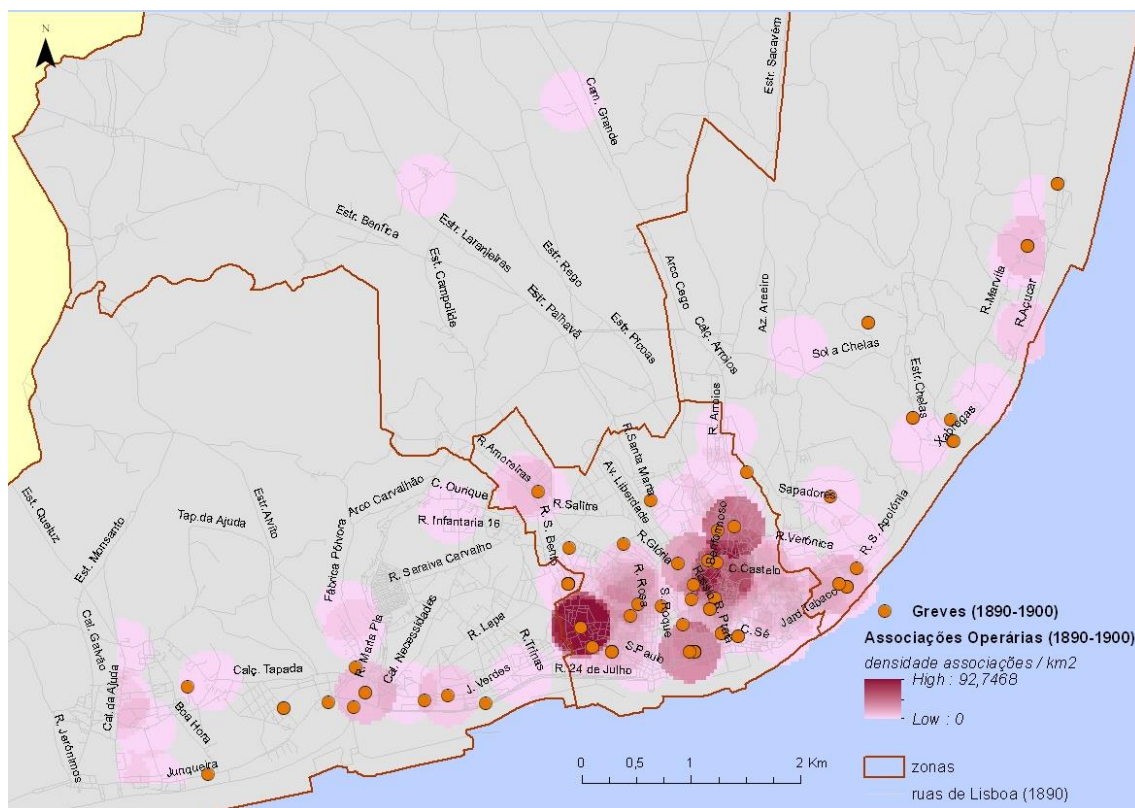
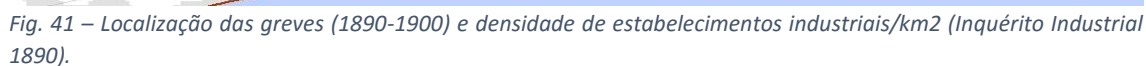


Fig. 40 – Localização das greves (1890-1900) e densidade de associações de iniciativa operária/km2 (1890-1900).

A confluência espacial entre a frequência de greves e a maior densidade de associações operárias, que se pode observar na figura 40, - relacionadas também, como já dito, com uma maior proximidade aos jornais operários e/ou de classe e de “*escolas operárias*”⁷⁸⁸ - não seria, portanto, um acaso. Exprime a importância que a proximidade das sedes das instituições do associativismo de iniciativa operária tinha no desenrolar das greves nos últimos dez anos do século XIX, não só em termos da organização logística que as Associações de Classe desenvolviam no decorrer da maioria dos acontecimentos grevistas (quadro 25) mas, também, através da divulgação de um pensamento político-reivindicativo e da prestação de apoios para enfrentar as carências decorrentes de um ou

⁷⁸⁸ A Obra, 01/10/1899

Também no âmbito da análise espacial das ações grevistas, detetou-se que a sua localização estava mais relacionada com uma maior implantação industrial e oficial (fig.1) do que com os espaços laborais com mais mão-de-obra operária (figs. 9 e 10). De facto, como se pode constatar na figura 41 e com a exceção de Alfama, a espacialidade grevista estaria intimamente ligada às áreas de maior densidade de espaços de trabalho fabril e oficial referenciados no Inquérito Industrial de 1890.



⁷⁸⁹ Para cartografar a densidade fabril optou-se por calcular a intensidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo que cada ponto corresponde a um estabelecimento industrial, com mais de 5 trabalhadores, referenciado no *Inquérito Industrial de 1890*. Assim, na figura 41, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam um maior número de fábricas e/ou oficinas.

a multiplicidade de estabelecimentos industriais favorecia o advento grevista de uma forma espacialmente mais marcante que a dimensão, em número de trabalhadores/as, de cada local de trabalho (fig. 9). Ou seja, a abundância de espaços laborais – e, portanto, uma menor dependência face a uma única entidade patronal – seria mais propícia à ocorrência de greves do que a concentração de mão-de-obra num determinado estabelecimento fabril. De facto, entre as fábricas onde foram registados acontecimentos grevistas, somente oito eram *fábricas grandes* (onde trabalhavam entre 100 e 499 pessoas) – a «Companhia de Tecidos Alliança» de Alcântara, a «Fábrica de Estamparia e Tinturaria dos Olivais», a «Cordoaria Nacional» na Junqueira, a fábrica de lanifícios de «Francisco Garcia & Matos» em Chelas, as «Companhias Reunidas do Gás e Electricidade» na rua da Boavista, a «Companhia Nacional Editora» no Bairro Alto, a «Imprensa Nacional» e a «Empresa Industrial Portuguesa» na rua Luís de Camões (ao Calvário) – e três pertenciam à categoria de *fábricas muito grandes* (estabelecimentos de que dependia o trabalho de mais de 500 operários/as) – a «Fábrica Samaritana» de algodão, a «Fábrica de Tabacos», ambas em Xabregas, e a «Fábrica Lisbonense de Tabacos» em Santa Apolónia.

Relacionando, agora, o posicionamento urbano das ocorrências grevistas com características do operariado expressas, também, no Inquérito Industrial 1890 deparamo-nos com um dado interessante e significativo: a sua coincidência espacial com as áreas com maior percentagem de mão-de-obra operária alfabetizada, evidente na observação da figura 42.

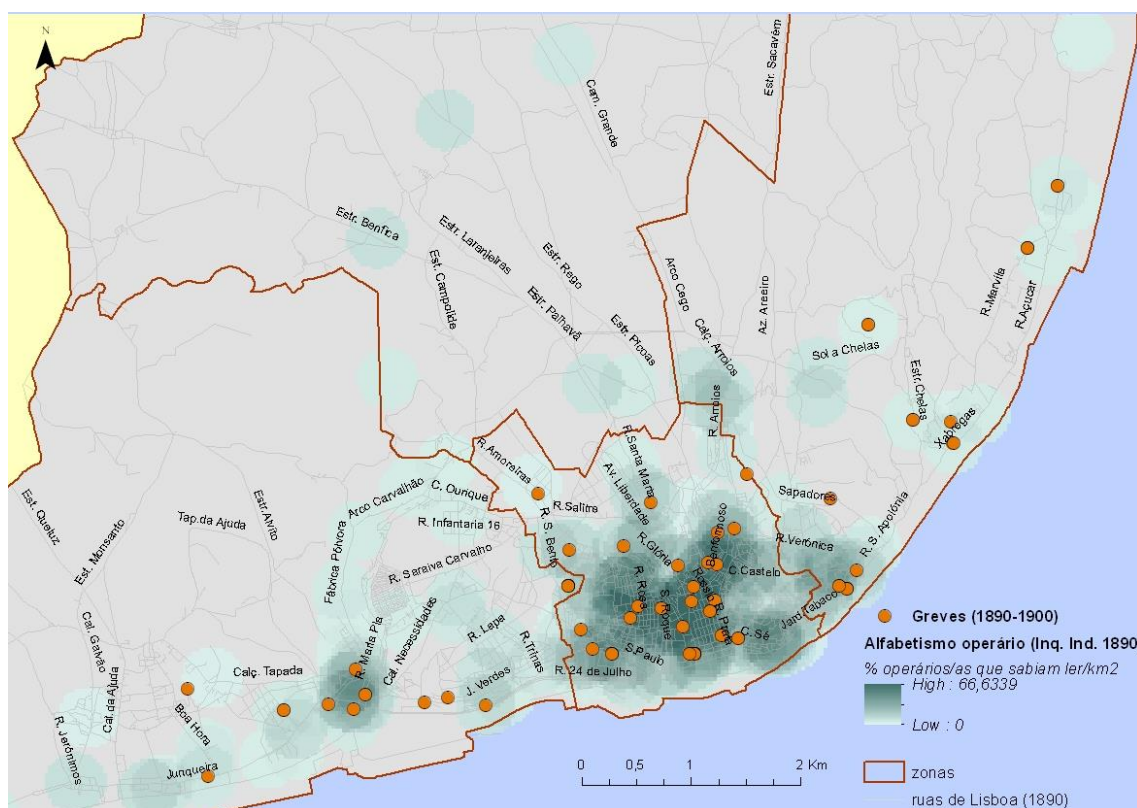


Fig. 42 – Localização das greves (1890-1900) e densidade do alfabetismo operário (operários/as que sabiam ler/km2) (Inquérito Industrial 1890).

Apesar do combate “à medonha praga do analphabetismo”⁷⁹⁰ ter estado no centro das preocupações do associativismo de iniciativa operária, alicerçado na criação de escolas e bibliotecas nas sedes ou apoiadas por muitas das associações e coletividades, o analfabetismo era largamente dominante entre as populações fabris lisboetas. Assim, como já analisado anteriormente (fig.15), as áreas urbanas onde a densidade de alfabetização operária⁷⁹¹ era superior a cinquenta por cento – as manchas a azul mais escuro na figura 42 – estavam bastante circunscritas, fundamentalmente ao eixo Rossio / Chiado / Bairro Alto e, em menor escala, ao vale de Alcântara. Era, de facto nos espaços urbanos onde trabalhava esta restrita minoria operária registada como sabendo ler que assentavam, especialmente, a larga maioria das greves (fig.42).

⁷⁹⁰ O Proletário, 15/05/1898

⁷⁹¹ Para cartografar o alfabetismo operário optou-se por calcular a densidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo cada ponto valorizado conforme a percentagem total de operários e operárias que sabiam ler em cada fábrica ou oficina referenciada no *Inquérito Industrial de 1890*. Assim, na figura 42, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam (nos seus locais de trabalho) uma percentagem maior de trabalhadores/as industriais alfabetizados/as.

Estes/as trabalhadores/as fabris e oficinais, em permanente contacto com a Lisboa burguesa e intelectual da Baixa, seriam, também, os/as leitores/as e divulgadores/as dos discursos difundidos pela imprensa operária. Transformando-se em dinamizadores/as associativos neste “*momento de gestação da classe operária (...) [onde] se estavam a criar novas solidariedades*”⁷⁹² e, portanto, naqueles/as com maior potencial reivindicativo e grevista. Assim, a convergência espacial de uma maior densidade associativa, da maior percentagem de mão-de-obra industrial alfabetizada e da agregação da maioria dos acontecimentos reivindicativos, nomeadamente, grevistas, fez realmente das «classes laboriosas» do centro da cidade os “*trabalhadores lisboetas [que] conseguiam impor algum respeito.*”⁷⁹³

4.3. Associativismo e intervenção – espaços da reivindicação operária

Durante a última década de Oitocentos as associações de iniciativa operária procuraram o centro de Lisboa para a implantação das suas sedes, assim como, para a sua atuação e afirmação públicas, através das suas ações reivindicativas. O espaço público central da cidade era o mais importante espaço de reivindicação e de procura de visibilidade para as «classes laboriosas». Um espaço aglutinador de grande parte da vida associativa e reivindicativa operária, nomeadamente, através da concentração das sedes das associações de iniciativa operária, das comemorações do 1º de Maio e do desenvolvimento de ações grevistas, permitindo a afirmação de um discurso político e simbólico.

A análise espacial sugere, no entanto, que com o avançar da década as zonas periféricas foram-se assumindo, progressivamente, como palcos alternativos da reivindicação operária. Através da realização dos comícios do «dia do trabalho» a aproximar-se da zona ocidental e do aumento das greves a acontecer na mesma área e na zona oriental.

A explicação destes fenómenos liga-se com a implantação geográfica das sedes das associações de iniciativa operária, com os seus propósitos e tipos de atuação, mas,

⁷⁹² Mónica, 1986, p.11

⁷⁹³ Mónica, 1986, p.207

também com os acontecimentos comemorativos e reivindicativos operários por elas impulsionados e/ou apoiados.

No quadro do associativismo de iniciativa operária lisboeta da última década de Oitocentos - que integrava com base nas diferenças dos propósitos estatutários as Associações de Classe, as Mútuas, Associações de Beneficência e Cooperativas e as Associações de Instrução e Recreio – as Associações de Classe eram, de facto, a maioria das agremiações operárias existentes em Lisboa neste período, instalando-se, predominantemente, na zona central. O espaço social mais central da cidade apresentava, devido à maior agregação de espaços de trabalho fabril e de mão-de-obra operária – com uma taxa de alfabetização mais forte –, condições mais favoráveis ao desenvolvimento de uma consciência de classe baseado no associativismo laboral. Ou seja, a localização do associativismo de classe estava tendencialmente relacionada com as áreas com densidades mais marcantes em termos de número de instalações fabris e oficinais e de operariado fabril e oficial. Já os setores de produção industrial, e as áreas, oriental e a ocidental, onde se observava uma certa especialização setorial, não parecem ter influenciado a implantação associativa, não se detetando uma relação espacial entre associações laborais e estabelecimentos industriais pertencentes a um mesmo setor produtivo.

As organizações operárias de caráter mutualista, assistencialista e cooperativista – as Mútuas, Associações de Beneficência e Cooperativas – que se instalaram, fundamentalmente, na zona central e ocidental tinham uma dispersão geográfica mais próxima dos espaços com maior densidade de núcleos de habitação das «classes laboriosas», apresentando uma contiguidade com os espaços-casa das comunidades operárias, proporcionando apoio a grupos de operários e outras «classes laboriosas» numa ótica de caráter mais geográfico do que com base na «classe» profissional de pertença.

As Associações de Instrução e Recreio que estavam, fundamentalmente, nas zonas central e oriental, com os seus objetivos de reforço da coesão cultural e social das comunidades «laboriosas» através do ensino e atividades de convívio e lazer, justificaram que na sua localização se detetasse uma propensão para uma dupla aproximação – aos espaços laborais e habitacionais. Na zona oriental isto era ainda mais evidente, a edificação de núcleos habitacionais junto ou dentro dos terrenos fabris provocou a grande proximidade espacial entre estabelecimentos fabris e núcleos de residência das «classes

laboriosas» fazendo com que a localização associativa de caráter cultural coincidisse espacialmente com as áreas de maior densidade industrial e maior presença de aglomerados de habitação operária, potenciando uma forte aproximação destas três esferas da vida operária nestas comunidades operárias mais isoladas.

As localizações privilegiadas pelos diferentes tipos de associações operárias estavam, também, relacionadas com a sua cronologia de fundação. As mais antigas, com datas entre 1851 e 1870 e com propósitos essencialmente mutualistas devido à proibição do associativismo laboral, mais próximas da Baixa – centro simbólico da cidade –; as Mútuas, Associações de Beneficência e Cooperativas e as Associações de Instrução e Recreio criadas no período posterior a 1880 instalaram-se, progressivamente, mais próximo das crescentes comunidades operárias das periferias urbanas – a ocidente e oriente da zona central; na última década de Oitocentos, potenciado pela publicação em 1891 da legislação relativa à legalização das Associações de Classe,⁷⁹⁴ dá-se um enorme incremento do associativismo de iniciativa operária. Sendo que os seus propósitos políticos, reivindicativos e estratégicos induzem uma localização preferencial na zona central da cidade. Deteta-se, portanto, um «movimento de vaivém» nas tendências de implantação associativa que foi provocado não só pelos propósitos que conduziram à fundação de associações operárias, mas também da localização e desenvolvimento destas comunidades.

As características do associativismo laboral operário lisboeta deste período indicam que Associação de Classe era sinónimo de intervenção pública e política. E a esta estava associado algumas vezes, o jornal da associação e/ou da classe, de escola “*diurna ou nocturna*”⁷⁹⁵, de acesso, “*na casa da associação, [a] uma bibliotheca e gabinete de leitura, [com] todos os livros e jornais que se possam obter*”⁷⁹⁶ – intentos muito referidos nos primeiros pontos dos estatutos destas associações e algumas vezes concretizados nas sedes das mesmas. Surgia, assim, “*uma nova maneira de fazer política. O reportório do movimento social tinha tomado forma, estava institucionalizado e encontrava-se à disposição dos grupos que se envolviam na arena política.*”⁷⁹⁷ As ações relacionadas com

⁷⁹⁴ Decreto-lei de 9 de maio de 1891.

⁷⁹⁵ *Estatutos da Associação de Classe dos Pregueiros Mecânicos*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC)

⁷⁹⁶ *Estatutos da Associação de Classe dos Correeiros de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC)

⁷⁹⁷ Cerezales, 2014, p.88

a comemoração do «dia do trabalho» - que aconteceram em Lisboa nos dias *1º de Maio* durante o período estudado – fizeram parte integrante do reportório do movimento operário desta época, como demonstra a tendência crescente, ao longo do período analisado, de adesão e envolvimento das associações e agremiações operárias no cortejo anual.

A espacialidade geográfica do trajeto do «cortejo operário» e os locais escolhidos para os comícios do *1º de Maio* mostram o espaço urbano que as «classes laboriosas» procuravam reclamar como também suas, e onde se mostravam como atores urbanos, nesses momentos rituais de mobilização e educação operária. O percurso do cortejo, entre a praça dos Restauradores e o cemitério dos Prazeres, mostra o ordeiro «exército operário» no coração da «nova cidade burguesa» que medra e se monumentaliza no centro simbólico de Lisboa, passa por uma das áreas urbanas com maior densidade de habitantes das «classes laboriosas» - o eixo urbano Amoreiras / São Bento - e culmina numa área de proximidade à crescente comunidade operária do vale de Alcântara. Sendo um itinerário que começa com uma reivindicação pública da pertença operária à cidade central e que termina com uma ritualização laica – homenagem a José Fontana – que procurava fundamentar e potenciar a identidade de «classe» no seio do operariado lisboeta. Num mesmo sentido, como modo de formação política e de fomentar uma consciência e união de grupo, a realização dos comícios do «dia do operário» foi-se aproximando dos locais de habitação das «classes laboriosas» da zona ocidental. Evidenciando que este acontecimento anual era encarado como mecanismo de educação operária e, portanto, como veículo de um discurso interno que tinha como palco não tanto o centro da cidade, mas as suas bordas, onde medravam novas comunidades operárias.

Este movimento, com origem na zona central em direção à periferia urbana, também se assistiu nas localizações das greves registadas em Lisboa entre 1890 e 1900. De facto, com o avançar da década assistiu-se a um alargamento do espaço reivindicativo às zonas periféricas da cidade. Sem nunca deixarem de acontecer tendencialmente mais na zona central - coincidente com o espaço privilegiado de instalação associativa, de maior diversidade e densidade de estabelecimentos industriais e com a mais alta taxa de alfabetização operária, os fatores espacialmente relacionados com a localização dos acontecimentos grevistas – e de terem como mais frequentes protagonistas os/as operários/as dos setores de produção com maior quantidade de estabelecimentos fabris, a

quantidade de greves realizadas fora da zona central foi crescendo à medida que o século XIX se aproximava do fim. Este alargamento do espaço grevista esteve, certamente, relacionado com o aumento, progressivo ao longo desta década, da capacidade organizativa e de mobilização do associativismo laboral demonstrado pela maior quantidade de paralisações de trabalho em estabelecimentos específicos que alastraram a greves de todo um setor profissional ou produtivo.

Revelavam-se, assim, diferentes espaços sociais e associativos de cariz operário numa cidade capital em mudança. Por um lado, na zona central perdura uma «cidade» com características ainda pré-industriais – interclassista em que, num contexto de forte densidade fabril e de residência das «classes laboriosas», o quotidiano do operário se cruzar constantemente com o de outros grupos sociais – onde se instalavam a maioria das associações operárias e se mostrava a «força operária» nos cortejos do *1º de Maio* e na ocorrência de maioria das greves. Por outro lado, nas zonas ocidental e oriental crescia a «nova cidade operária» - com maiores agregações de mão-de-obra sob ordens de um mesmo padrão e com áreas habitacionais «laboriosas» menos compactas, mais isoladas e dependentes dos empregadores, que conduziram a uma crescente segregação social – com um associativismo operário, essencialmente ligado ao apoio social, cultural e recreativo, de maior proximidade às comunidades operárias, que constituía as “*bases de estruturação da cultura operária*”.⁷⁹⁸ Aqui a mensagem emancipatória do operariado, difundida nos comícios do 1º da Maio, parece ter ecoado numa crescente adesão ao movimento grevista à medida que o século chegava ao fim.

Mesmo sabendo-se que o associativismo operário não era experienciado pela maioria dos/as trabalhadores/as fabris e oficinais, a análise das realizações reivindicativas acontecidas em Lisboa neste período parece indicar que “*a massa dos operários [sendo] móvel, frequentemente desempregada [e] não mantendo senão relações instáveis com o ofício e a empresa*”⁷⁹⁹ foi, ainda assim, permeável aos discursos e ações daqueles, que de forma organizada, se faziam ouvir e estavam presentes no espaço público. No cenário de crescente proletarianização e de multiplicidade de realidades fabris que caracterizava a concentração industrial lisboeta do final do século XIX, o associativismo de iniciativa operária – e as diversas formas de intervenção operária potenciadas e/ou organizadas por

⁷⁹⁸ Freire, 1992, p.143

⁷⁹⁹ Cabral, 1977(a), p.422

estas associações, utilizadas como plataforma da difusão de discursos políticos e simbólicos para fora e para dentro das comunidades «laboriosas» - foi decisivo no desenvolvimento de redes de solidariedade operária.

CONCLUSÃO

Lisboa, uma cidade, vários espaços

No período final do século XIX, em Lisboa sobrevieram transformações económicas e sociais impulsionadas, em grande parte, pelo desenvolvimento industrial e urbanístico da cidade. Assistiu-se, então, a um «jogo» de adaptações e mudanças que dependeram da intervenção de diversos «atores» sociais e das alterações nas vivências e no uso do espaço urbano. Foi sobre esta inter-relação entre os espaços sociais e físicos, nomeadamente as relações espaciais entre o espaço urbano e diferentes contextos sociais caracterizados pela presença da indústria, mão-de-obra fabril e oficial, formas de habitação das «classes laboriosas», associativismo de iniciativa operária e suas reivindicações, que se debruçou a presente investigação.

Procurando contribuir para o alargar do conhecimento historiográfico acerca da distribuição da global da indústria – nas suas variadas dimensões e especificidades - e da vida operária na totalidade espaço urbano lisboeta, numa perspetiva alicerçada na territorialização e interação espacial desses fenómenos na última década do século XIX, integrou-se informação proveniente de múltiplas fontes coevas, nunca antes utilizadas em conjunto, numa mesma base-de-dados espacial que permitiu construir um retrato abrangente e alicerçado no espaço geográfico da Lisboa de 1890 da indústria e das formas pelas quais o crescente operariado se foi apropriando desta cidade, num período de fortes mudanças sociais, económicas, demográficas e urbanas que nunca antes foi central em investigações olissiponenses.

Esta análise da espacialidade da vida operária, alicerçada nos espaços de trabalho, de habitação e de associação, vem mostrar a existência de distintos contextos industriais e operários na capital portuguesa. Diferentes «cidades» impulsionadas por realidades sociais, laborais, residenciais e reivindicativas próprias que se interligavam e potenciavam vivências específicas nesta Lisboa da última década de 1890 - uma cidade em mudança entre o Liberalismo e o Republicanismo.

Indústria lisboeta – diversos espaços de trabalho e produção fabril

A implantação industrial lisboeta configurava ainda um modelo herdado do século XVIII, estando, essencialmente, disseminada na frente ribeirinha e com especial incidência na zona central da cidade. Era no «coração urbano» de Lisboa - que englobava as freguesias históricas e a Baixa comercial da cidade – que se localizava a maior concentração de estabelecimentos industriais e a maior densidade de mão-de-obra operária. Este centro comercial e económico era, portanto, o polo industrial mais compacto e dinâmico da capital no final de Oitocentos – marcado simultaneamente por uma forte diversidade produtiva, sectorial e tecnológica. O seu modelo fabril era sustentado não só pelos ramos de fabricação que forneciam as lojas «burguesas e elegantes» da Baixa –as fábricas de chapéus, as oficinas de confeções, de luvas e de calçado - mas, também, pelas carpintarias, trabalhos em pedra, e fábricas metalúrgicas que alimentavam o impulso construtivo modernizador que estava a «mudar a face» da capital do Reino e pelas tipografias, essenciais para a vida intelectual e política da grande cidade.

A presente investigação permite também afirmar que a indústria do centro não se resumia à pequena produção oficial manufatureira. Este era um espaço heterogéneo em termos de tipologias, dimensões e tecnologias produtivas, onde «paredes meias» conviviam grandes espaços fabris com pequenas oficinas e em que a ancestralidade tecnológica convivía com a inovação e a modernização «personificada» pela utilização de máquinas e da energia do vapor, como acontecia no «Arsenal da Marinha».

Já a zona ocidental da cidade, que era o espaço de instalação de modernos estabelecimentos fabris – tecnologicamente avançadas e agregando fortes efetivos operários - desde meados do século XIX, albergava quase um quarto das fábricas e oficinas lisboetas registadas em 1890. Esta zona denotava uma tendência para uma certa especialização produtiva, dedicando-se aos têxteis de algodão, à estamperia e tinturaria e à cerâmica. Sendo que a forte densidade de espaços laborais em redor do troço final da ribeira de Alcântara, atesta mais uma vez a importância da proximidade da água na produção fabril e no afirmar da vocação industrial desta zona da cidade.

A zona oriental era a única onde a localização fabril era influenciada, para além da proximidade às vias fluvial, pela recente implantação da linha ferroviária do Norte –

especialmente nas imediações das estações de Santa Apolónia, Xabregas e Braço de Prata. Assim, apesar desta área ser a que em 1890 mostrava uma menor densidade fabril, o seu florescimento industrial não terá sido indiferente a este fator modernizador das infraestruturas nacionais. Sendo já um polo de concentração fabril caracterizado pelo domínio produtivo das grandes fábricas de tabacos e dos têxteis algodoeiros.

De facto, as zonas oriental e ocidental caracterizavam-se, no panorama industrial lisboeta do período final de Oitocentos, como polos fabris em expansão. Apesar de menos relevantes em termos de concentração industrial e de densidade de mão-de-obra operária que a zona central, distinguiam-se por uma maior propensão para a inovação tecnológica – com maior utilização da energia do vapor - e uma mais distinta especialização produtiva. Foi, certamente, esta tendência para a implantação mais periférica das grandes fábricas têxteis, representantes da modernização industrial lisboeta, que conduziu a que estas áreas urbanas se tornassem, para a generalidade da historiografia sobre a temática, na «imagem de marca» do processo de industrialização lisboeta.

Operariado lisboeta – vários espaços e formas de ser operário/a

A busca de um retrato do operariado lisboeta na última década do século XIX conduziu-nos a uma constatação diferente da que era, globalmente, veiculada pela historiografia portuguesa. Se segundo estudos anteriores, se esperava encontrar maior densidade operária nos espaços periféricos da cidade, a presente tese vem mostrar que a maioria da mão-de-obra operária se concentrava, de facto, nas fábricas e oficinas da zona central da cidade. E, apesar desta zona ser aquela com a média mais baixa de trabalhadores/as por estabelecimento fabril não se tratava de um espaço exclusivamente dedicado à indústria artesanal e/ou manufatureira. O centro albergava, também, trabalho industrial de cariz moderno, de que são exemplos o operariado afeto ao «Arsenal da Marinha», à metalúrgica de «Frederico Collares» ou às oficinas da «Imprensa Nacional» - estabelecimentos fabris que contavam como mais de duzentos/as trabalhadores/as e várias máquinas-a-vapor.

As características da população operária trabalhadora na zona central, presentes no Inquérito Industrial de 1890, revelam uma tendência para ser nesta área urbana que a retribuição da força de trabalho atingia valores mais altos. Ou seja, a maior concentração

de estabelecimentos fabris e oficinais potenciou o recebimento dos valores médios mais elevados de jornas mínimas em Lisboa. A esta realidade não seria alheia a elevada percentagem de operários/as alfabetizados/as a que se associava o facto de aqui, ao contrário do que se verificava nas outras zonas urbanas, a percentagem de trabalhadores/as homens e mulheres referenciados como sabendo ler ser praticamente idêntico e de a mão-de-obra feminina alfabetizada ser significativamente superior à que trabalhava a ocidente e a oriente do centro.

A análise cartográfica da localização de mão-de-obra fabril e oficial revelou que o afastamento da implantação industrial, do centro em direção às áreas mais periféricas, associava-se a uma tendência de aumento da dimensão dos estabelecimentos em número de operários/as. Ainda assim, e apesar das zonas ocidental e oriental serem aquelas onde se instalavam, preferencialmente, os setores têxtil e dos tabacos (na zona oriental) – produções a que estavam afetos os dois maiores contingentes de mão-de-obra operária na Lisboa de final de Oitocentos - não superavam os efetivos operários que trabalhavam na zona central.

Ainda que agregando menores efetivos operários, a indústria destas zonas imprimia características mais proletárias ao seu operariado, que advinham, desde logo da maior concentração de mão-de-obra sob o mesmo teto fabril e de uma percentagem e número efetivo de mão-de-obra feminina mais elevados que no centro. De facto, era nestes espaços urbanos que o trabalho das mulheres, essencialmente empregadas nas fábricas de algodões e dos tabacos, tinha um peso efetivo no mundo laboral da indústria lisboeta – 49% da mão-de-obra fabril da zona oriental era constituída por mulheres, na zona ocidental estas tinham um peso de 30% e na zona central representavam somente 6% do operariado registado no Inquérito Industrial de 1890. Esta «proletarização» da população fabril dos polos industriais periféricos – estabelecimentos industriais de grandes dimensões, especialização em setores de produção específicos, dependência dos/as trabalhadores/as face a poucos patrões - tendia a retirar valor ao trabalho fabril, auferindo a mão-de-obra destas áreas jornais mínimos, em média, bastante mais baixos que no «centro industrial».

A análise do trabalho fabril e oficial desenvolvido por operários/as menores revela a vulgarização da mão-de-obra infantil na Lisboa do final de Oitocentos e que as características da sua distribuição espacial das crianças trabalhadoras apresentava padrões

idênticos – apesar dos números efetivos mais baixos – ao que acontecia com o operariado adulto.

Lisboa operária – diferentes formas e espaços de trabalho, de habitação, de associação e de reivindicação

O operariado lisboeta do final de Oitocentos, nas suas formas de habitar e espaços de residência, era parte de um grupo mais abrangente – as «classes laboriosas». Por este motivo, os núcleos de habitação das «classes laboriosas» incluíam, na sua larga maioria, pessoas pertencentes às classes populares dedicadas não só ao trabalho fabril e oficial, mas também ao artesanato, ao pequeno comércio, à venda de rua, ao trabalho doméstico, à pesca e ao trabalho indiferenciado e flutuante tão vulgar neste período de pouca especialização laboral.

Estas eram as pessoas, muitas delas «novas lisboetas», para quem a morada não estava assegurada e/ou planeada. Na ausência de uma política habitacional estatal ou municipal que contemplasse este grupo social e a necessidade de encontrar moradia perto dos espaços de trabalho, os seus núcleos habitacionais ocupavam os espaços que a pressão da construção da «cidade burguesa», que se afirma nesta altura, permitia. Ou seja, grande parte das «classes laboriosas» urbanas moravam onde havia espaço livre, através do reaproveitamento das partes de trás de prédios e pátios, em antigos conventos ou quintas adaptadas ou onde os terrenos disponíveis eram mais baratos.

Enformavam, ainda assim, diferentes tipos de núcleos habitacionais com características próprias: os «pátios», que consistiam no reaproveitamento de espaços deixados livres – resultado de ruínas deixadas pelo terramoto de 1755 ou na parte de trás de edificações preexistentes - dentro do tecido urbano; as «vilas», conjuntos habitacionais mais ou menos precários construídos, por iniciativa de proprietários industriais ou outros construtores/senhórios empreendedores, para albergar muita gente em pouco espaço; os «bairros» - construídos de raiz ou resultantes de adaptações de antigos conventos, palácios ou quintas senhoriais – que, seguindo um modelo idêntico ao das «vilas», constituíam conjuntos urbanísticos edificados em mais que um quarteirão e onde as preocupações construtivas se alargavam aos espaços exteriores comuns e circundantes ao edificado. Existiam, para além dos tipos habitacionais referenciados, outros espaços de moradia das

«classes laboriosas» de caráter provisório e que, como tal, escaparam aos levantamentos e cartografia da época - como as «casas da malta», os «bairros de barracas» ou as furnas – mas não aos relatos coevos da vida operária e popular lisboeta.

Esta investigação aponta para que, em Lisboa na última década do século XIX, a primazia do alojamento popular estivesse nos «pátios», nascidos das reutilizações de espaços livres, essencialmente, nas áreas mais centrais da cidade. Já a edificação de «vilas» e «bairros» aconteceu em números bastante mais tímidos, escolhendo preferencialmente, a proximidade às novas zonas de crescimento industrial.

Apesar da disseminação dos aglomerados de habitação das comunidades «laboriosas» indicar que 44% dos núcleos habitacionais inventariados estavam incluídos na trama urbana dos bairros históricos e antigos da zona central, 37% instalavam-se na zona ocidental e 14% na zona oriental, a análise cartográfica da densidade de moradores em cada um destes agregados habitacionais permite identificar três principais polos de concentração de habitantes das «classes laboriosas»: um, no eixo Alfama/ Mouraria e Sapadores; outro na faixa Amoreiras/São Bento; e outro, ainda, bem circunscrito, em Xabregas. Esta informação permite reconhecer uma tendência para a agregação dos espaços de habitação de grande parte das comunidades «laboriosas» em redor do centro histórico, essencialmente, em áreas que se podem identificar como faixas de «fronteira» entre a zona central e as zonas periféricas - a ocidental e a oriental -, e numa localização específica da zona oriental – Xabregas, cujo peso resultava do elevado número de operários/as que habitavam a vila Dias e o bairro da «Companhia de Fabrico de Algodão de Xabregas» - na última década de Oitocentos.

Refira-se, no entanto, que a ausência dos espaços habitacionais das comunidades operárias de Alcântara de entre aqueles com maior densidade de moradores deve estar relacionada com a inexistência de dados, para esta época, acerca do número de habitantes para alguns (importantes) núcleos de habitação operária aí instalados – como o pátio do Fiúza ou o pátio das Flamengas. No entanto, a quantificação de moradores dos bairros da Companhia Lisbonense de Fiação e do Cabrinha - instalados nas suas imediações – leva a crer que aqui, tal como documentado para Xabregas, se assistiria a um importante ajuntamento de populações «laboriosas».

Sabendo-se que a vida quotidiana operária se desenrolava, necessariamente, entre os espaços de trabalho e de habitação, a análise espacial indica diferentes padrões nessa «relação de complementaridade» entre a casa e a fábrica. No centro, as «classes laboriosas» habitavam essencialmente nos bairros históricos e, com maior densidade, nas fronteiras dessa zona central com as zonas industriais periféricas em afirmação nesta época – movendo-se quotidianamente, nos percursos entre trabalho e moradia, entre espaços socialmente diversos da cidade. No entanto, as comunidades «laboriosas» periféricas viviam numa maior proximidade destas duas esferas da sua vida quotidiana – ocorrência essencialmente notada em Xabregas e Alcântara, onde se observava uma justaposição entre a localização dos núcleos de habitação operária identificados e as manchas de maior densidade de trabalho operário, criando sobretudo a oriente núcleos operários socialmente mais segregados.

Os dados referentes aos núcleos da habitação das «classes laboriosas» lisboetas na última década de Oitocentos sugerem que o desenvolvimento industrial, e subsequente incremento do operariado, não foram alheios ao crescimento urbano que se verificou na Lisboa deste período. Indiciam esta ideia, desde logo, os 79% de núcleos residenciais inventariados que tiveram origem entre 1890 e 1900, mas também o advento, potenciado pelas intervenções urbanísticas estatais, pelo elevado preço das rendas nas áreas mais centrais e pelo crescimento da atividade económica nas áreas industriais em afirmação, de uma «nova cidade operária» que foi crescendo para as margens / periferias urbanas. Sendo este período, e o desenvolvimento urbano nele inscrito, uma etapa no gradual «empurrar» do operariado (e dos seus espaços de trabalho) para fora do centro tradicional da cidade.

A crescente concentração de trabalhadores/as ligados ao setor secundário em Lisboa, no final do século XIX, e o ambiente laboral e habitacional criado intensificou o surgimento de diferentes formas institucionais de solidariedade e união, nomeadamente associações de iniciativa operária - Associações de Classe; Mútuas, Associações de Beneficência e Cooperativas; Associações de Instrução e Recreio. Sendo que, foi essencialmente através destas que o operariado lisboeta estruturou a sua intervenção política no espaço público, nomeadamente, na organização e participação em acontecimentos de cariz reivindicativo - como a comemoração anual do 1º de Maio e as greves.

Analisando a implantação urbana do associativismo de iniciativa operária como um reflexo da mobilização deste grupo social e da sua tomada de consciência enquanto tal, os dados recolhidos permitem determinar que esta rede de sociabilidade, apoio e encontro não apresentava características uniformes no espaço urbano lisboeta de então. Também no que concerne a este aspeto da vida operária, a atração da zona central, como espaço de confluência para a instalação das sedes das associações operárias, era evidente. Realmente, esta área agregava a maioria do associativismo operário nas suas diferentes vertentes, inclusivamente a generalidade das Associações de Classe. Enquanto na zona ocidental predominavam as associações de cariz mutualista, assistencialista e cooperativo e zona oriental atraía, essencialmente, associativismo cultural e de instrução.

A espacialidade da implantação do associativismo operário refletia não só as particularidades e territorialização das diferentes comunidades operárias e núcleos de habitação das «classes laboriosas», mas, também, a cronologia de fundação das associações operárias lisboetas. Ou seja, a análise cartográfica das datas de fundação das associações inventariadas indica que a sua implantação no espaço urbano, na segunda metade do século XIX, aconteceu num «movimento de vaivém» em relação à zona central – com as associações mais antigas (criadas entre 1851 e 1870), de carácter essencialmente mutualista, a revelarem uma maior propensão para se localizarem mais próximas do centro da cidade; as Mútuas, Associações de Beneficência e Cooperativas e as Associações de Instrução e Recreio fundadas em datas mais próximas do final do século, essencialmente as posteriores a 1880, a tenderem a instalar-se progressivamente mais afastadas do centro de Lisboa e, logo, mais próximas das crescentes comunidades operárias das zonas ocidental e oriental; depois da legalização das Associações de Classe, em 1891, aconteceu um enorme aumento do associativismo laboral de iniciativa operária com localização preferencial na zona central da cidade. Chegado o decénio 1890-1900 o grosso do associativismo encontrava-se na zona central, no entanto a movimentação oscilante da cronologia de fundação dos diferentes tipos de associativismo operário revela, por um lado, que a aproximação do associativismo operário de cariz mutualista, cooperativo, cultural e de ensino às zonas ocidental e oriental seria sintomática do crescente desenvolvimento fabril e do incremento das comunidades fabris nos polos industriais das áreas mais periféricas da cidade e, por outro, da procura de proximidade com os centros de decisão estatal e municipal, com o espaço urbano fabril mais denso e com as comunidades operárias mais antigas, como as razões estratégicas da implantação

central das agremiações operárias de caráter laboral. Ou seja, esta confluência espacial na zona central terá sido impulsionada pela necessidade e objetivo estratégico de aproximação do associativismo operário – de caráter essencialmente laboral - aos espaços de poder económico e político e aos focos de maior densidade fabril. Na zona ocidental a localização associativa – essencialmente ligada ao mutualismo e assistência - revelava uma proximidade às áreas de maior densidade habitacional, buscando uma aproximação às necessidades quotidianas das comunidades. Já na zona oriental, onde o associativismo de iniciativa operária se dedicava, essencialmente, ao ensino e/ou à cultura e lazer, deteta-se um padrão de implantação que se relacionava tanto com a localização dos estabelecimentos fabris como com os núcleos de habitação operária – no interior dos quais se estabeleceram muitas das sedes associativas.

Também nas localizações dos diferentes acontecimentos que integravam as comemorações do 1º de Maio – o cortejo e os comícios organizados e amplamente participados, entre outras agremiações, pelas associações de iniciativa operária durante a última década de Oitocentos - se detetaram padrões espaciais específicos que revelam que este momento ritual era um acontecimento de reivindicação operária que procurava instigar uma consciência de classe entre o crescente operariado que se instalava na cidade.

O percurso do cortejo – que tinha início na praça dos Restauradores, subia a avenida da Liberdade, rua do Salitre, passava pelo largo do Rato, rua do Sol ao Rato, rua do Campo de Ourique, rua Ferreira Borges, rua Saraiva de Carvalho e, finalmente, terminava no cemitério dos Prazeres – era reflexo dum duplo objetivo. Por um lado, a escolha do seu ponto de origem respondia a uma necessidade prática de proximidade às sedes associativas – evidente na equidistância da praça dos Restauradores em relação aos polos de maior concentração de associações de iniciativa operária. A explicação simbólica para o seu início se verificar na avenida da Liberdade, o novo centro emblemático da cidade, residiria na procura de visibilidade do operariado e das suas mensagens reivindicativas, veiculadas pelos carros alegóricos em parada, numa atitude de reclamação da sua presença neste novo espaço urbano, e, ao mesmo tempo, no fortalecimento de uma consciência grupal e da mobilização de grupos de operários e de outras camadas populares que a assistiam ao desfile. A mesma sensibilização e mobilização seria impulsionada e/ou buscada pelo traçado do itinerário que se seguia, ao atravessar uma das áreas com maior densidade de moradores das «classes laboriosas» - o eixo Amoreiras/São Bento. O culminar do cortejo numa homenagem e elogio fúnebre a

José Fontana no cemitério dos Prazeres – que entroncava numa prática de religiosidade civil e de homenagem aos «membros fundadores» do movimento operário português que se vinha implementando desde a década de 1870, procurando enraizar uma memória autónoma e consolidar historicamente o ideário do associativismo operário.

O mesmo propósito de fomentar a identidade de classe através da divulgação dos discursos estaria subjacente à escolha dos locais onde decorriam os comícios realizados nos dias 1º de Maio. Ao contrário do que aconteceu com o cortejo, que manteve o itinerário ao longo desta década, a realização dos comícios variou espacialmente. A análise da localização destes espaços e a sua evolução entre 1890 e 1900 mostra uma progressiva aproximação à zona ocidental da cidade, nomeadamente ao vale de Alcântara e às suas comunidades operárias em processo de crescimento e afirmação, e, simultaneamente, um afastamento da zona central.

A análise espacial dos acontecimentos reivindicativos não ritualizados organizados e/ou apoiados por Associações de Classe, nomeadamente das greves, permitiu traçar tendências no que concerne às formas de utilização do espaço urbano na reivindicação operária durante este período. Apesar das localizações das greves ao longo da década final do século XIX revelarem uma ocupação de todo o espaço industrial lisboeta, detetou-se uma maior incidência em fábricas e oficinas da zona central. Esta territorialização do movimento grevista revelava, portanto, uma confluência espacial com as áreas com maior densidade de associações de iniciativa operária, mostrando a importância destas instituições não só na mobilização e organização destes momentos reivindicativos, mas, também o seu papel na construção e alargamento de um pensamento político-reivindicativo entre o operariado lisboeta – através da divulgação de discursos emancipatórios e na prestação de apoios imediatos para enfrentar as carências decorrentes de dias sem recebimento de jorna, através da solidariedade associativa, mutualista e/ou cooperativista.

A territorialização da maioria dos acontecimentos grevistas manifestava, também, uma relação espacial com as áreas de maior concentração de fábricas e oficinas, referenciados para Lisboa no Inquérito Industrial de 1890. Assim, a ocorrência de greves estava espacialmente mais relacionada uma maior concentração industrial do com os espaços laborais de maior dimensão, em número de trabalhadores/as. Ou seja, seria a multiplicidade de estabelecimentos fabris e oficinais – mais marcante na zona central - e

uma, consequente, menor dependência dos/as trabalhadores/as face à entidade patronal que favoreceria o poder reivindicativo operário.

Esta confluência espacial das greves nas áreas com maior densidade associativa, fabril e de mão-de-obra, com uma maior percentagem de operários/as alfabetizados/as, sugere que seria o operariado trabalhador na zona central o mais ativo e reivindicativo na última década do século XIX. A tendência de aproximação do associativismo operário e das suas ações reivindicativas às áreas mais periféricas da cidade nos anos finais da década de 1890, sugerida pelos dados relativos à localização das sedes das associações de iniciativa operária, ao desfile e comícios do 1º de Maio e à cronologia dos eventos grevistas, insinuam uma crescente mobilização das comunidades operárias trabalhadoras e residentes nas zonas ocidental e oriental.

Lisboa - uma cidade industrial e operária em vários espaços e vários ritmos de modernização

Dadas as características e a territorialização do trabalho industrial, da mão-de-obra operária, da habitação das «classes laboriosas», do associativismo de iniciativa operária e das suas ações reivindicativas, assim como da articulação entre estes aspetos entre si e com o espaço urbano, não podemos falar, na Lisboa da última década de Oitocentos, da existência de um centro burguês rodeado por uma cintura operária. De facto, o retrato da Lisboa industrial e operária desta época que as fontes utilizadas nos permitem, sugere que, na última década do século XIX, o centro e as zonas periféricas (ocidental e oriental) de Lisboa eram como que duas realidades distintas em termos de vivência e sociabilidade operária. Em que as diferenças nas estruturas do trabalho industrial e oficinal, nas tipologias e inserção das habitações das «classes laboriosas» e nos tipos e realizações das associações operárias refletiam uma cidade em mudança, onde conviviam diferentes espaços laborais e sociais.

No entanto, a vivência operária desenrolava-se essencialmente na zona mais central da cidade. Aí se situava o polo industrial mais dinâmico, o maior efetivo de mão-de-obra operária – com a especificidade de auferir, em média, os valores mais elevados por jorna de trabalho e de ser o operariado percentualmente mais alfabetizado da capital –, a maioria dos núcleos de habitação das «classes laboriosas». Simultaneamente, era este

o espaço preferencial do associativismo de iniciativa operária e das suas atuações reivindicativas.

Era neste ambiente - pululado de estabelecimentos industriais e oficinais, com elevada diversidade de sectores de produção, com o industrial, o comercial e o artesanal a entrecruzar-se e onde a heterogeneidade social e habitacional era uma realidade vivida «a cada esquina» - que trabalhava a larga maioria do operariado lisboeta do final de Oitocentos. Ainda assim, na última década do século XIX identificavam-se sinais de que esta «cidade operária» estava em declínio: não só o crescimento industrial das periferias, a cada vez maior pressão sobre o centro provocada pelas obras e alterações urbanísticas que marcariam a afirmação da «cidade burguesa», como o sucessivo aumento dos valores de rendas e dos terrenos mais centrais, mas, também, as medidas legislativas de carácter higienista que culminarão, em 1901, no Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública que tornará muito difícil e dispendiosa a utilização de máquinas-a-vapor nesta zona da cidade. Estaria, certamente, integrado neste processo gradual de diminuição do pendor industrial do centro o impulso de construção/adaptação de espaços habitacionais das «classes laboriosas», datado desta década final de Oitocentos, localizado nas faixas de fronteira entre a zona central e as zonas ocidental e oriental, assim como o terem sido estas áreas a agregarem algumas das mais fortes densidades de moradores das «classes laboriosas».

Seria, pois, em redor desta centralidade urbana – onde o «mundo operário» convivia, cruzava-se e partilhava a rua com outros «mundos» sociais – que tomavam forma outras realidades urbanas que evidenciavam o crescimento de polos industriais com um maior potencial proletário. Portanto, a década de 1890 configurou, também, um processo de afirmação das periferias, ocidental e oriental, como novas e distintas «cidades operárias». A construção de conjuntos habitacionais, especificamente operários, de maiores dimensões e associados a espaços de trabalho enformava o agrupamento de trabalhadores/as de baixo rendimento salarial, provocando, por um lado, uma maior interdependência entre espaço de trabalho e de habitação e, logo a concentração de populações mais homogéneas socialmente. Tendo, por outro lado, este aumento da sujeição do operariado face aos patrões/senhórios contribuído, pelo menos inicialmente, para uma menor mobilidade no emprego e capacidade reivindicativa. Adviria desta menor autonomia, em termos laborais e habitacionais, e segregação social dos/as operários/as destes polos industriais lisboetas, a existência de um associativismo de iniciativa operária,

essencialmente ligado ao apoio social, cultural e recreativo e a fraca implantação de Associações de Classe – com caráter laboral mais vincado e maior capacidade reivindicativa – nas zonas ocidental e oriental. No entanto, existiam diferenças, na espacialidade das vertentes da vida operária analisadas, em cada um destas duas zonas periféricas que lhes imprimiam especificidades sociais.

Na zona ocidental, por se ter iniciado como espaço de implantação industrial logo no início do século XIX, nomeadamente em Alcântara, e por incluir zonas de ocupação iminentemente urbana há muito estabelecidas - como a Junqueira, a Ajuda ou Belém – as crescentes comunidades operárias integraram uma área já industrializada, com um traçado urbanizado já definido, no entanto, pouco denso. Quem aí se instalou na última década do século XIX encontrava moradia tanto em núcleos de habitação das «classes laboriosas» resultantes da transformação de antigos espaços rústicos, conventuais ou senhoriais, como em «vilas» e «bairros» construídos para trabalhadores de estabelecimentos fabris específicos. Sendo que, a preexistência de grupos das «classes laboriosas» ligadas ao trabalho fabril e oficial terá sido determinante para que nesta zona o associativismo de iniciativa operária se caracterizasse, essencialmente, pelo assistencialismo, mutualismo e, e para que a localização das sedes destas organizações estivesse, tendencialmente, mais relacionada com os espaços de habitação do que com os espaços de trabalho operário.

A entrada mais tardia da zona oriental da cidade na «Lisboa industrial» e a circunstância de ser, até praticamente ao final do século XIX, uma área pouco ocupada e urbanizada, com terrenos disponíveis e baratos para a instalação de estabelecimentos industriais e núcleos habitacionais conduziu a que aí se verificasse, na última década de Oitocentos, uma sobreposição espacial das vertentes do quotidiano operário analisadas nesta investigação. Ou seja, os espaços de trabalho, de habitação e de associação tendiam a agregar-se próximos uns dos outros, criando um ambiente comunitário quase que «fechado sob si mesmo» que funcionava como uma unidade urbana praticamente autónoma. Por outro lado, o distanciamento face às restantes áreas urbanas lisboetas, a tipologia das instalações industriais – grandes fábricas, fundamentalmente dedicadas aos tabacos e aos têxteis, que juntavam grandes efetivos de mão-de-obra – e dos núcleos habitacionais - «vilas» e «bairros» densamente ocupados, construídos nas dependências e/ou muito próximos dos estabelecimentos fabris - fomentaram uma vivência operária mais segregada espacial e socialmente da restante área urbana cujas associações,

predominantemente dedicadas ao ensino e às atividades culturais, seriam polos importantes de socialização para estas comunidades.

O século XIX foi um período crucial na história da Europa, onde os processos de industrialização e urbanização conduziram a significativas mudanças sociais e económicas. Na capital portuguesa estes processos tiveram especial relevância no final desse século, conduzindo ao seu crescimento em espaço ocupado e número de habitantes e encetando uma reconfiguração social e económica de Lisboa.

Observando a cidade como um espaço político-simbólico onde se cruzam os agentes sociais que constituem a sociedade, uma construção social que se vai transformando pelas vivências quotidianas e como um lugar onde as práticas dos vários grupos tendem a produzir espacialidades específicas, qualquer mudança social e/ou urbana que nela acontece, fomenta novas adaptações e alterações no uso do espaço público. Nesta perspetiva, podemos concluir que nos últimos dez anos de Oitocentos a Lisboa industrial e operária se situava junto e em redor do seu centro histórico, onde os espaços industriais, habitacionais e associativos se interligavam de uma forma constante e onde decorriam a maioria das experiências vividas no dia-a-dia pelos homens, mulheres e crianças que tinham no trabalho industrial ou manufatureiro o seu «ganha-pão». Ou seja, foram estas experiências quotidianas, mas também as ações reivindicativas de carácter mais extraordinário, que aconteceram neste espaço central da cidade que se evidenciaram como fundamentais para a formação da classe operária lisboeta. Progressivamente, com as mudanças na estrutura urbana, económica e social da cidade potenciados pelo forte crescimento demográfico e desenvolvimento industrial favoreceram o alargamento da cidade industrial, primeiramente para a zona ocidental e, posteriormente, mas de forma inequívoca, para a zona oriental. Nestas áreas a confluência entre os espaços laborais e habitacionais, a crescente segregação social das comunidades e uma progressiva proletarização da mão-de-obra fabril lisboeta vão criar novas realidades urbanas que no período sobre o qual nos debruçamos eram ainda só sugeridas.

A identificação de singularidades nos processos de industrialização, urbanização e proletarização das diferentes áreas da cidade leva que, a par da análise global dos fenómenos urbanos, se especifiquem espaços diferenciados de estruturação territorial e de organização sócio urbanística da capital. No caso da presente investigação, salta à vista a necessidade de aprofundar o conhecimento relativo às comunidades operárias da zona

central de Lisboa. Será, portanto, na senda da caracterização biográfica e social dos/das operários/as que viviam no centro do Lisboa na última década do século XIX que se fundará a sequência deste trabalho.

As informações constantes nos registos de casamento, religiosos e civis, poderão ser uma boa fonte para a caracterização deste grupo – o operariado do centro de Lisboa -, tendo em conta as suas idades, profissões, moradas, naturalidades e alfabetização. Procurando-se, deste modo, respostas para questões que as conclusões da presente investigação suscitam: como se caracterizavam os/as operários/as que viviam nas freguesias em redor do centro tradicional da cidade? De onde eram naturais e que relações sociais e solidariedades estabeleciam entre si? A organização espacial do núcleo industrial do centro da cidade potenciou uma intensificação das relações sociais do operariado que vivia em seu redor?

FONTES

5.1. Fontes manuscritas e fotográficas

- ARQUIVO DO GABINETE DE ESTRATÉGIA E PLANEAMENTO DO MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
 - *Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC)*
 - *Associação de Classe das Costureiras de Lisboa*
 - *Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras*
 - *Associação de Classe dos Operários Cordoeiros e Linheiros de Lisboa*
 - *Associação de Classe dos Correeiros de Lisboa*
 - *Associação de Classe dos Curtidores de Sola e Cabedais e Artes Correlativas*
 - *Associação de Classe dos Maleiros e Caixoteiros de Lisboa*
 - *Associação de Classe dos Operários Corticeiros*
 - *Associação de Classe dos Operários da Companhia das Águas de Lisboa*
 - *Associação de Classe dos Operários Sapateiros*
 - *Associação de Classe dos Operários de Tecidos de Seda*
 - *Associação de Classe dos Operários Tintureiros, Estampadores e Artes Correlativas*
 - *Associação de Classe dos Pregueiros Mecânicos, Ajudantes e Anexos*
 - *Associação de Classe dos Tanoeiros de Lisboa*
 - *Associação de Classe dos Torneiros de Metal e Canalizadores de Gás e Água e Artes Anexas*
 - *Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos*
- ARQUIVO DO GOVERNO CIVIL DE LISBOA
 - *Cadastro de Associações Socioprofissionais e Mútuas*

- *Estatutos das Associações de Classe e Recreativas*
 - *Estatutos da Academia Instrutiva de Recreio Operário*
 - *Estatutos da Academia Recreativa Operária Beatense*
 - *Estatutos da Academia União Fraternidade Operária*
 - *Estatutos da Associação de Classe das Costureiras de Lisboa*
 - *Estatutos da Associação de Classe dos Operários Ferradores de Lisboa*
 - *Estatutos da Associação dos Canteiros, Cooperativa de Produção*
 - *Estatutos da Sociedade de Instrução “Aurora e Progresso”*
 - *Estatutos da Sociedade Recreio Operário*

- ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA
 - Núcleo do Arco do Cego
 - *Urbanismo e Obras / Planeamento Urbanístico / Projectos de Arruamentos*
 - Bairro dos Barbadinhos
 - Bairro do Calvário
 - Bairro Tavares
 - Bairro em Santo Amaro, no antigo Casal do Rolão
 - Bairro Castelinhos
 - Expropriações do Projecto da Avenida dos Anjos
 - *Urbanismo e Obras / Planeamento Urbanístico / Estudos e projetos urbanísticos*
 - Bairro Castelinhos

 - Núcleo Fotográfico
 - Casal Ventoso, 1939 (autor: Eduardo Portugal; Código de referência: PT/AMLSB/POR/023221)

- Coleção Benoliel: 1900-1930
 - Crianças em Alfama, 190- (autor: Joshua Benoliel; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001538)
 - Operárias da indústria têxtil a caminho de São Bento para entregar uma petição pedindo o horário de trabalho de 8 horas (praça da Alegria), 1911 (autor: Joshua Benoliel; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001473)
- Comício republicano (praça da Alegria, terrenos do antigo Theatro da Alegria), 19-- (autor: Paulo Guedes; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000002)
- Coleção Quotidiano feminino: 1900-1940
 - Fábrica de chapéus (autor: Alberto Carlos Lima; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/002919)
 - Oficina de latoaria, construção de cápsulas para garrafas (autor: Alberto Carlos Lima; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/002913)
- Romagem ao túmulo de José Fontana, cemitério dos Prazeres, 19-- (autor desconhecido; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ACU/001422)
- Vila Dias, 191- (autor: Alberto Carlos Lima; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/000883)
- Núcleo Histórico
 - *Licenças e Visitas Sanitárias (1890-1900)*
 - *Processos de obras*
- ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (IANTT)
 - *Governo Civil de Lisboa (1ª incorporação)*
 - Processos de instalações industriais

5.2. Fontes impressas

- PUBLICAÇÕES OFICIAIS

- *Anuário estatístico do reino de Portugal*, Repartição de Estatística do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890 - 1900
- CALDEIRA, Pires (coord.), *Anuário comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, Lisboa, 1890 – 1900
- *Catálogo da Exposição Nacional das Industrias Fabris*, vol. II, Lisboa, IN, 1889
- Direcção da Estatística Geral e Commercio, *Censo da população do Reino de Portugal a 1 de Dezembro de 1890*, 3 vols., Lisboa, IN, 1896-1901
- FINO, Gaspar Cândido Correia, *Collecção de Legislação Industrial*, Lisboa, IN, 1893
- FUSCHINI, Augusto, *Construção de casas económicas e salubres para habitação das classes pobres (Projecto de lei apresentado à Camara dos Senhores Deputados em 16 de Maio de 1884)*, Lisboa, IN, 1884
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria / Direcção Geral do Comércio e Indústria, *Regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres nos estabelecimentos industriais. Decretos de 10 de Fevereiro de 1890 e de 14 de Abril de 1891*, IN, Lisboa, 1891
- Ministério do Reino / Inspecção Geral dos Serviços Sanitários do Reino, *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*, Lisboa, IN, 1902
- MORGADO, A., *Regulamentos policiaes augmentados com o código de posturas do município de lisboa de 1886 e todas as deliberações posteriormente publicadas*, Lisboa, Typographia da Papelaria Palhares, 1898

- RELATÓRIOS E ESTATÍSTICAS

- AZEVEDO, António, *Habitações Operárias em Portugal. Relatório* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1905
- Delegação de Saúde de Lisboa, *Boletim hebdomadario de estatistica demographica e medica da cidade de Lisboa*, Lisboa, D.S.L., 1889 – 1901

- *Inquérito aos pateos de Lisboa*, Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, Lisboa, IN, 1903
- *Inquérito aos pateos de Lisboa*, Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, Lisboa, IN, 1905
- *Inquérito industrial de 1890*, Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria, Lisboa, IN, 1891
- *Inquérito sobre as condições do trabalho manual nas fábricas de tabacos e situação dos respectivos operarios ordenado por Decreto de 23 de Setembro de 1887*, Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, Lisboa, IN, 1887
- MATTA, J. Caeiro da, *Habitações populares*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1909
- Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, “Contribuição para o estudo das casas para Operários”, *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 66, Lisboa, IN, 1912
- SIMÕES, J. de Oliveira, “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado”, *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 49, Lisboa, IN, 1910
- *Plano de Pormenor e salvaguarda - Pátios e Vilas*, Lisboa, 1993 (Inventário elaborado pela Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas da Câmara Municipal de Lisboa)

5.3. Imprensa operária

- *O 1º de Maio. Folha operária*, Lisboa, 01/05/1891
- *A Barricada. Semanário radical – órgão dos opprimidos*, Lisboa, 30/05/1890
- *O Defensor do trabalho*, Lisboa, 1862-65
 - *O Defensor do trabalho*, 25/04/1864
 - *O Defensor do trabalho*, 17/07/1865
- *Ecco dos Operários*, Lisboa, 1850-51
 - *Ecco dos Operários*, Lisboa, nº1, 28/04/1850
- *O Echo Metalúrgico*, Lisboa, 1897-97
 - *O Echo Metalúrgico*, nº27, ano I, 01/05/1896

- *O Echo Metalúrgico*, nº28, ano I, 10/05/1896
- *O Echo Metalúrgico*, nº79, ano II, 04/07/1897

- *A Federação*, Lisboa, 1893-1900

- *A Federação*, nº0, 17/12/1893
- *A Federação*, nº17, 01/05/1894
- *A Federação*, nº18, 06/05/1894
- *A Federação*, nº68, 18/04/1895
- *A Federação*, nº69, 28/04/1895
- *A Federação*, nº70, 05/05/1895
- *A Federação*, nº71, 12/05/1895
- *A Federação*, nº173, 25/05/1897
- *A Federação*, nº174, 01/05/1897
- *A Federação*, nº276, 16/04/1899
- *A Federação*, nº277, 23/04/1899
- *A Federação*, nº278, 30/04/1899

- *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896

- *O Manipulador*, Lisboa, 1894-96

- *A Obra*, Lisboa, 1891-1905

- *A Obra*, nº1, 19/07/1891
- *A Obra*, nº15, 28/04/1895
- *A Obra*, nº16, 05/05/1895
- *A Obra*, nº68, 01/05/1896
- *A Obra*, nº120, 01/05/1897
- *A Obra*, nº 172, 01/05/1898
- *A Obra*, nº221, 30/04/1899
- *A Obra*, nº222, 01/05/1899

- *A Obra*, nº243, 01/10/1899
- *A Obra*, nº245, 15/10/1899
- *A Obra*, nº273, 29/04/1900
- *A Obra*, nº274, 06/05/1900
- *A Obra*, nº298, 21/10/1900
- *O Proletário*, Lisboa, 1898
 - *O Proletário*, nº1, 01/05/1898
 - *O Proletário*, nº2, 05/05/1898
 - *O Proletário*, nº5, 15/05/1898
- *O Protesto Operário*, Lisboa, 1882-93
 - *O Protesto Operário*, nº417, 04/05/1890
 - *O Protesto Operário*, nº488, 18/10/1891
 - *O Protesto Operário*, nº489, 25/10/1891
 - *O Protesto Operário*, nº490, 01/11/1891
 - *O Protesto Operário*, nº508, 01/05/1892
 - *O Protesto Operário*, nº509, 08/05/1892
 - *O Protesto Operário*, nº511, 22/05/1892
 - *O Protesto Operário*, nº588, 04/02/1894
 - *O Protesto Operário*, nº 589, 18/02/1894
- *A República Social*, Lisboa, 1890
 - *A República Social*, nº1, 01/05/1890
 - *A República Social*, nº2, 11/05/1890
 - *A República Social*, nº3, 18/05/1890
- *O Tecido*, Lisboa 1895-98
 - *O Tecido*, nº27, 01/05/1896
 - *O Tecido*, nº28, 15/05/1896

- *O Tecido*, nº30, 14/06/1896
- *O Tecido*, nº38, 04/10/1896
- *O Tecido*, nº60, 25/04/1897
- *O Tecido*, nº61, 01/05/1897
- *O Tecido*, nº113, 01/05/1898
- *O Tecido*, nº114, 08/05/1898
- *A Vanguarda*, Lisboa, 1891-1900
 - *A Vanguarda*, nº361, 01/05/1892
 - *A Vanguarda*, nº362, 03/05/1892
 - *A Vanguarda*, nº674, 01/05/1893
 - *A Vanguarda*, nº675, 02/05/1893
 - *A Vanguarda*, nº1027, 01/05/1894
 - *A Vanguarda*, nº1750, 30/04/1896
 - *A Vanguarda*, nº2835, 02/05/1899
 - *A Vanguarda*, nº3196, 01/05/1900
 - *A Vanguarda*, nº3197, 02/05/1900
- *A Voz do Operário*, Lisboa, 1879-...
 - *A Voz do Operário*, nº1, 11/10/1879
 - *A Voz do Operário*, nº 232, 06/04/1884
 - *A Voz do Operário*, Fevereiro 2015
- *Voz do Trabalho*, Lisboa, 1896-1899
 - *Voz do Trabalho*, nº1, 01/05/1896

5.4. Imprensa geral

- *Correio da Manhã*, Lisboa, 02/05/1895
- *A Ilustração Portuguesa*, 1ª série, Lisboa, 27/08/1888

- *Ilustração Portuguesa*, 1ª série, Lisboa, 09/05/1904
- *Ilustração portuguesa*, 2ª série, Lisboa, 15/07/1922
- *A Sapataria Portuguesa. Órgão da Associação Industrial dos Lojistas de Calçado*, Lisboa, nº11, 12/11/1890
- *O Século*, Lisboa, 07/06/1882

BIBLIOGRAFIA

- ABAD, S. Serrano, “Paisaje e Industria em el Bilbao del despegue (1860-1939)”, *Historia Contemporánea*, nº 24, Departamento de Historia Contemporánea, Univ del País Vasco, 2002, pp. 223-243
- ALCÂNTARA, Ana, *Caminho-de-ferro e população na Cova da Beira (1878-1930). Um modelo de Acessibilidade*, Dissertação de Mestrado em Ciência e Sistemas de Informação Geográfica, Instituto Superior de estatística e Gestão de Informação - Universidade Nova de Lisboa (ISEGI – UNL), 2011
- ALMEIDA, Fernando António, *Operários de Lisboa na Vida e no Teatro (1845-1870)*, Lisboa, Caminho, 1993
- ALMEIDA, Fialho de, *Lisboa monumental*, Lisboa, CML, 1957
- ALVES, Daniel, “Associativismo de «pequenos interesses» no final do século XIX: em Lisboa como noutras cidades europeias?”, PEREIRA, Joana Dias, SAMARA, Maria Alice, GODINHO, Paula (org.), *Espaços, redes e sociabilidades Cultura e política no movimento associativo contemporâneo*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea, 2016, pp.136-153
- ALVES, Daniel, “Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX – SIGMA, SIG e Modelação de Dados Aplicados à História de Portugal”, *eSIG2004, VIII Encontro de Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica*, USIG, 2004
- ALVES, Daniel, “Geocoding Thousands of Fiscal Records”, in *Digital Humanities and History*, 2016 [<http://dhhistory.hypotheses.org/123> (acedido a 27 de janeiro de 2017)]

- ANTUNES, Filipa Alexandra, *Habitação operária - Pátios e Vilas de Lisboa. A experiencia da cidade operária industrial*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura de Habitação, Univ. Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, Lisboa, 2002
- ARENDT, Hannah, *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004
- BAGANHA, Maria Ioannis, MARQUES, Margarida, «The city of Lisbon: space and population», PEREIRA, Pedro Telhado, MATA, Maria Eugénia (Ed.), *Urban dominance and labour market differentiation of an European city: Lisbon, 1890-1990*, Londres, Kluwer AC. Publishers, 1997, pp. 76-93
- BAIROCH, Paul, *Cities and Economic Development, From the Dawn of History to the Present*, Chicago, University of Chicago Press, 1988
- BAIROCH, Paul, GOERTZ, Gary, “Factors of Urbanisation in the Nineteenth Century Developed Countries: A Descriptive and Econometric Analysis”, *Urban Studies*, XXIII, 4, 1986, pp. 285-305
- BANALES, José Luis Oyon, “Historia Urbana e Historia Obrera: Reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano, 1900-1950”, *Perspectivas Urbanas / Urban Perspectives*, 2, s/d, pp. 1-28 [<http://www.etsav.upc.es/urbpersp/num02/index.htm> (acedido a 26 de fevereiro de 2015)]
- BARATA, Ana, “A cidade em discussão na viragem do século 20: as propostas de melhoramentos para os bairros antigos, o problema da habitação para classes populares e o aparecimento dos bairros de barracas em Lisboa”, ANDRÉ, Paula (Coord.), *As cidades da cidade. Lisboa exibida. Antologia de ensaios*, Lisboa, Dinâmica CET-IUL / ISCTE-IUL, 2017, pp. 29-44
- BARATA, Ana, *Lisboa «caes da Europa». Realidades, desejos e ficções para a cidade (1860-1930)*, Lisboa, Edições Colibri, 2010
- BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, *Retrato da Lisboa Popular – 1900*, Lisboa, Editorial Presença, 1983
- BASTOS, Leite, *As tragédias de Lisboa*, vol.IV, Lisboa, Typographia das Horas Românticas, 1879

- BASTOS, Teixeira, *Habitações Operárias*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1898
- BODENHAMER, D.J., CORRIGAN, J., HARRIS, T.M., *The Spatial Humanities. GIS and the future of humanities scholarship*, Bloomington, Indiana University Press, 2010
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “Lisboa, bastião do proteccionismo (pautas, política e indústria nos anos 30-40 do século passado)”, *Análise Social*, nº 112-113, Lisboa. ICS, 1991, pp. 515-535
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “Os arsenalistas da Marinha na Revolução de Setembro (1836)”, *Análise Social*, nº 65, Lisboa. ICS, 1981, pp. 29-65
- BOTELHO, Abel, *Amanhã*, Porto, Lello & Irmãos editores, 1901
- BOTELHO, Francisco de Paula, *Melhoramentos urgentes de Lisboa e Porto: Plano geral*, Lisboa, J.A.Rodrigues &C^a, 1907
- BRANDÃO, Raúl, *Os operários*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984
- BRÁS, Rui Manuel, *Formas institucionais e sistemas de valores: as associações de sapateiros de Lisboa, da segunda metade do século XIX ao Estado Novo*, Oeiras, Celta, 2004
- BRÁS, Rui Manuel, “A caminho da Terra Prometida socialista. Um estudo sobre o discurso e a acção dos manipuladores de tabacos de Lisboa.”, *Sociedade em Estudos*, vol. 2, nº 2, Curitiba, 2007, pp. 63-75
- BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, 2 vol., Lisboa, Dom Quixote, 1995
- BURGIERE, A.; KLAPISCH-ZUBER, C.; SEGALIN, M.; ZONABEND, F., *História da Família. O Ocidente: Industrialização e Urbanização*, vol.4, Lisboa, Terramar, 1999
- CABRAL, Manuel Villaverde, “Situação do operariado nas vésperas da implantação da República”, *Análise Social*, nº 12, Lisboa, ICS, 1977 (a), pp.419-448
- CABRAL, Manuel Villaverde Cabral, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Lisboa, Regra do Jogo, 1977 (b)

- CABRAL, Manuel Villaverde, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Presença, 1977
- CABRAL, Manuel Villaverde, *O Proletariado - o Nome e a Coisa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1983
- CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na alvorada do século XX. Forças, sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988
- CAETANO, António Alves, “Configuração económica das freguesias de Lisboa em 1895. Ensaio de caracterização”, *Ler História*, nº 37, 1999, pp. 175-210
- CASTELLS, Luis, *El rumor de los cotidiano. Estudios sobre el País vasco contemporáneo*, Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 1999
- CASCÃO, Rui, “O Crescimento demográfico – Ritmos e factores”, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5 - O Liberalismo (1807-1890), Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, pp. 425-439
- CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga: Bairros orientais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1934-38
- CATROGA, Fernando, *O céu da memória. Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos*, Coimbra, Minerva, 1999
- CERTEAU, Michel, *The Practice of Everyday Life*, Berkeley, University of California Press, 1984
- CEREZALES, Diego Palácios, *Estranhos corpos políticos. Protesto e mobilização no Portugal do século XIX*, Lisboa, Edições Unipop, 2014
- CEREZALES, Diego Palácios, “O soberano ausente: povo, povos, povinho, os avatares de um sujeito mítico na cultura liberal portuguesa”, NEVES, José (coord.), *Como se faz um povo: ensaios em história contemporânea de Portugal*, Lisboa, Tinta da China, 2010, pp. 71 – 84
- CEREZALES, Diego Palácios, *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta da China, 2011

- CLARK, Peter, *European cities and towns (400-2000)*, New York, Oxford University Press, 2009
- CORDEIRO, Graça Índias, *Um lugar na cidade. Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997
- COSTA, Fernando Marques, “A sociedade: regeneração na continuidade”, António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 2, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 183-232
- COUCEIRO, João, *Levantamento de Vilas e Pátios de Lisboa* (trabalho policopiado), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa-D.S.U., 1987
- COUTO, Dejanirah, *História de Lisboa*, Lisboa, Gótica, 2006
- CRONIN, J.E., “Labor Insurgency and Class Formation; Comparative perspectives on the Crisis of 1917-1920 in Europe”, J.E. Cronin, C. Siriani (coord.), *Work, community and power. The experience of labor in Europe and America, 1900-1925*, Filadelfia, Temple University Press, 1983
- CUSTÓDIO, Jorge, “Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade” in Irisalva Moita (coord.), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 435 – 492
- DIAS, Manuel Graça, “O habitar do povo”, NEVES, José (coord.), *Como se faz um povo: ensaios em história contemporânea de Portugal*, Lisboa, Tinta da China, 2010, p. 325 – 338
- DURÃO, Susana, *Oficinas e tipógrafos: cultura e quotidianos de trabalho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2003
- ELL, P., 2010, “GIS, e-Science, and the Humanities Grid”, *The Spatial Humanities. GIS and the future of humanities scholarship*, Indiana University Press, Bloomington, pp. 143-166
- *Estatutos da Associação dos Ferreiros e Artes Correlativas*, Lisboa, Typographia de G. A. Gutierrez da Silva, 1884
- *Estatutos da Associação dos Canteiros. Sociedade Coooperativa de Produção, de responsabilidade limitada*, Lisboa, Typographia Calçada de S. Francisco 13, 1909

- *Estatutos da Associação de Classe dos Calceteiros de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Commercial, 1903
- *Estatutos da Associação Humanitária Camões*, Lisboa, Typographia de Eduardo Roza, 1884
- *Estatutos da Associação Lisbonense dos Latoeiros de Folha Branca*, Lisboa, Tipografia Pires, 1933
- *Estatutos da Associação de Socorro Mútuo e Instrução Aliança Operária*, Lisboa, Typographia Belenense, 1882
- *Estatutos da Federação das Associações de Classe de Lisboa*, Lisboa, Instituto Geral das Artes Gráficas, 1897
- *Estatutos da Sociedade Cooperativa A Voz do Operário*, Lisboa, Typographia d'A Voz do Operário, 1884
- *Estatutos da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário*, Lisboa, Typographia d'A Voz do Operário, 1918
- ETHINGTON, Philip J., "Placing the past: 'Groundwork' for a Spatial Theory of History", *Rethinking History*, vol. 11, nº 4, Routledge, 2007, pp. 465-493
- FAUE, Elizabeth (Ed.), "The Working Classes and Urban Public Space", *Social Science History*, vol. 24.1, Durham, Social Science History Association, 2000
- FERREIRA, Victor Matias, *A cidade de Lisboa. De capital do Império a centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987
- FOLGADO, Deolinda, CUSTÓDIO, Jorge, *Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999
- FONSECA, Carlos da, *História do Movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. Vol.I – Cronologia*, Mem Martins, Publicações Europa América, 1980
- FONSECA, Carlos da, *História do Movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. Vol.II – Os primeiros congressos operários, 1865/1894*, Mem Martins, Publicações Europa América, 1980

- FONSECA, Carlos da, *História do Movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. Vol.IV – Greves e Agitações Operárias*, Mem Martins, Publicações Europa América, 1980
- FONSECA, Carlos da, *O 1º de Maio em Portugal. 1890-1990. Crónica de um século*, Lisboa. Edições Antígona, 1990
- FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Oitocentista* (Exposição Documental), Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes / Fundação Calouste Gulbeinquean, 1976
- FRANK, Zephyr, “Layers, Fows and Intersections: Jeronymo José de Mello and artisan life in Rio de Janeiro, 1840’s-1880’s”, *Journal of Social History*, 2007, pp.307-328
- FREIRE, João, *Anarquistas e Operários (Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940)*, Porto, Edições Afrontamento, 1992
- FREIRE, João, LOUSADA, Maria Alexandre, *Roteiros da Memória Urbana – Lisboa: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2013
- GANGOITI, José Maria Beascoechea, “Jerarquización social del espacio urbano en el Bilbao de la industrialización”, *Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, Universidad de Barcelona, 2003 [<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146%28022%29.htm> (acedido a 20 de Janeiro de 2013)]
- GOMES, José Sousa, *Lisboa. Da sua vida e da sua beleza*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade / Grupos dos Amigos de Lisboa, 1937
- GONÇALVES, Gonçalo, *Polícia Urbana e a Modernização do Estado Contemporâneo - Lisboa, 1867-1935*, Doutoramento em História, Reino Unido, Open University, 2013
- GONZÁLEZ PORTILLA, Manuel, *Bilbao en la formación del País Vasco Contemporáneo (Economía, población y ciudad)*, Bilbao, Fundación BBV, 1995
- GOODOLPHIM, Costa, *A Associação. História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas*, Lisboa, Seara Nova, 1974

- GOODOLFIM, Costa, JÚNIOR, M. Veloso de Armelim (pref.), *A previdência: associações de socorro mútuo, cooperativas, caixas de pensões e reformas, caixas económicas*, Lisboa, IN, 1889

- GREGORY, Ian, HEALEY, Richard G., “Historical GIS: structuring, mapping and analyzing geographies of the past”, *Progress in Human Geography*, 31 (5), 2007, pp. 638-653
[<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.119.2906&rep=rep1&type=pdf> (acedido a 22 de Setembro de 2012)]

- GREGORY, I.; ELL, P. S., *Historical GIS. Technologies, Methodologies and Scholarship*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007

- GRIBAUDI, Maurizio, *Itinéraires ouvriers. Espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX^e siècle*, Éditions de L'École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, 1987

- HABERMAS, J., *Mudanças estruturais da esfera pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984

- HEALEY, Richard G.; STAMP, Trem R., “Historical GIS as a Foundation for the Analysis of Regional Economic Growth”, *Social Science History*, 24:3, Social Science History Association, 2000, pp. 575-612

- JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, vol.I-II, Lisboa, Vega, 1988 - 1989

- KATZNELSON, Ira, *Working-class formation: nineteenth-century patterns in western Europe and the United States*, Princeton University Press, VIII, 1986

- KNOWLES, Anne Kelly, “Historical GIS. The spatial turn in social science history”, *Social Science History*, 24:3, Social Science History Association, 2000, pp. 451-470

- KNOWLES, Anne Kelly (ed.), *Past Time, Past Place. GIS for History*, Califórnia, Esri Press, 2002

- LAINS, Pedro, SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. II (*O Século XIX*), Lisboa, ICS, 2005

- LAINS, Pedro, “Os impasses do desenvolvimento”, in *Portugal Contemporâneo*, vol. 2, António Reis (dir.), Lisboa, Alfa, 1990, pp. 147-164
- LÁZARO, João, *O despertar do movimento operário português na esfera pública*, Lisboa, Chiado Editora, 2014
- LEFEBVRE, H., *The Production of Space*, Maiden, Blackwell Publishing, 2007
- LEITÃO, Cláudia, “A Alcântara operária dos anos trinta”, *História*, ano XVIII, nº21, Lisboa, 1996, pp. 24-39
- LOUSADA, Maria Alexandre, "Espaço urbano, sociabilidades e confrarias. Lisboa nos finais do Antigo Regime", *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular. Sociabilidades, representações, espiritualidades*, Lisboa, Terramar, 1999, p.537-558
- LOUSADA, Maria Alexandre, “Associações profissionais: tradição e renovação”, João Freire (coord.), *As associações profissionais em Portugal*, Celta, 2004, pp. 21-55
- LOUSADA, Maria Alexandre, “A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime”, M^a da Graça Mateus Ventura (coord.), *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 95-120
- LOUSADA, Maria Alexandre, “As praças como lugares de sociabilidade: práticas e representações”, Miguel Figueira de Faria (coord.), *Praças reais: passado, presente e futuro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp.45-56
- MARTINS, Conceição Andrade, “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”, *Análise Social*, nº 142, Lisboa, ICS, 1997, pp. 483-535
- MASSEY, Doreen, *For space*, London, Sage, 2006
- MATA, Maria Eugénia, “Indústria e emprego em Lisboa na segunda metade do século XIX”, *Ler História*, nº 37, 1999, pp. 127-146
- MATIAS, Maria Goretti, “As mulheres operárias: as tabaqueiras (1865-1890)”, *Boletim de Estudos Operários*, nº9, 1986, pp.7-30

- MELO, Daniel, “«A força do povo»: *photomaton* do associativismo popular”, NEVES, José (coord.), *Como se faz um povo: ensaios em história contemporânea de Portugal*, Lisboa, Tinta da China, 2010, pp. 353-367
- MENDES, J. Amado, “As camadas populares urbanas e a emergência do proletariado industrial”, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal, O Liberalismo*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 492-499
- MENDES, José M. Amado, RODRIGUES, Manuel Ferreira, *História da indústria portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*, Mem Martins, Europa-América, 1999
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1881: inquérito direto*, vol.III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881
- MOITA, Irisalva (coord.), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994
- MÓNICA, Maria Filomena, *A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982
- MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa, ICS, 1986
- MÓNICA, Maria Filomena, “Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934)”, *Análise Social*, nº 74, Lisboa, ICS, 1982, pp.1231-1277
- MÓNICA, Maria Filomena, “Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)”, *Análise Social*, nº 60, Lisboa, ICS, 1979, pp. 859-945
- MOORE, Barrington, *As origens sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, Lisboa, Edições 70, 2010
- ORTIGÃO, Ramalho, QUEIROZ, Eça, *As Farpas*, Lisboa, Typographia Universal, novembro 1872
- ORTIGÃO, Ramalho, QUEIROZ, Eça, *As Farpas*, Lisboa, Typographia Universal, março 1872

- OYÓN, José Luis, “Obreros em la ciudad: Líneas de um proyecto de investigacion en historia Urbana”, *Historia Contemporánea*, nº 18, Departamento de Historia Contemporánea, Univ del País Vasco, 1999, pp. 317-345
- OYÓN, José Luis, “História Urbana e Historia Obrera: Reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espaço urbano, 1900-1950”, *Historia Contemporánea*, nº 24, Departamento de Historia Contemporánea, Univ del País Vasco, 2002, pp. 11-58
- OYÓN, José Luis, PERMANYER, Marta Serra, “Historia Urbana: el espaço no es inocente”, *Historia Contemporánea*, nº 39, Departamento de Historia Contemporánea, Univ del País Vasco, 2009, pp. 387-401
- PADDISON, Ronan, *Handbook of Urban Studies*, London, SAGE, 2001
- PAGÁN, E. O., “Los Angeles Geopolitics and the Zoot Suit Riot, 1943”, *Social Science History*, vol. 24.1, Durham, Social Science History Association, 2000, pp. 223-256
- PEREIRA, Gaspar Martins, *Famílias portuenses na viragem do século: 1880-1910*, Porto, Afrontamento, 1995
- PEREIRA, Joana Vida de Azevedo Dias, *A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1930)*, Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (FCSH–UNL), 2013
- PEREIRA, Joana Dias, “Alianças resilientes: a ação coletiva institucionalizada no período liberal (1834-1934)”, PEREIRA, Joana Dias, SAMARA, Maria Alice, GODINHO, Paula (org.), *Espaços, redes e sociabilidades Cultura e política no movimento associativo contemporâneo*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea, 2016, pp.107-126
- PEREIRA, Joana Dias, “As comunidades industriais no alvorecer do associativismo operário português”, VARELA, Raquel, NORONHA, Ricardo, PEREIRA, Joana Dias (Coord.), *Greves e Conflitos Sociais no Portugal do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea, 2012, pp.73-83

- PEREIRA, Miriam Halpern, *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, ICS, 2001

- PEREIRA, Miriam Halpern, “Centenário da República: Mutualismos, seguros sociais e a I república”, *Seara Nova*, nº 1713, Outubro 2010 [<http://www.searanova.publ.pt/pt/1713/dossier/171/Centen%C3%A1rio-da-Rep%C3%BAblica-Mutualismos-seguros-sociais-e-a-I-rep%C3%BAblica.htm>] (acedido a 11/12/2016)]

- PEREIRA, Nuno Teotónio, *A promoção privada do alojamento operário, 1870/1930*, Comunicação apresentada ao encontro “ICS - Habitação na Cidade Industrial, 1870-1950”, ICS, Lisboa, Fevereiro 2003 [<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/05/patios-e-vilas-de-lisboa.pdf>] (consultado em 7 de Março 2012)]

- PEREIRA, Nuno Teotónio, “Pátios e vilas de Lisboa, 1870/1930: a promoção privada do alojamento operário”, *Análise Social*, nº 127, Lisboa, ICS, 1994, pp. 509-524

- PEREIRA, Nuno Teotónio, BUARQUE, Irene (fotog.), *Prédios e vilas de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1995

- PEREIRA, Pedro Telhado, MATA, Maria Eugénia (Ed.), *Urban dominance and labour market differentiation of a European capital city: Lisbon 1890-1990*, London, Kluwer Academic Publishers, 1996

- PERLMAN, Fredy, *A reprodução da vida quotidiana*, Edição H. A. Carneiro, s. l., s. d.

- PIERINI, M. T. S., *Romance Português à deriva: Raúl Brandão e os Operários*, São José do Rio Preto, Olho d’Água, 2011

- PINHEIRO, Magda, *Biografia de Lisboa*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011

- PINHEIRO, Magda; BAPTISTA, Luís V.; VAZ, Maria João (org.), *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*, Oeiras, Celta Editora, 2001

- PINOL, Jean-Luc, WALTER, François, *La ville contemporaine jusqu’à la Second Guerre mondiale*, s.l., Éditions du Seuil, 2003

- PINTO, Maria de Fátima M., “Pobreza na Lisboa do primeiro terço do séc. XX. A face sombria da capital”, *História*, ano XVIII, nº21, Lisboa, 1996, pp. 4-23
- RAMOS, Rui, “A Crise”, REIS, António (ed.), *Portugal Contemporâneo*, vol.1, Lisboa, Alfa, 1996, pp. 549-566
- RAMOS, Rui, “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo”, *Análise Social*, nº 103-104, Lisboa, ICS, 1988, pp. 1067-1145
- REIS, Jaime, “A Industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913”, *Análise Social*, nº 96, Lisboa, ICS, 1987, pp. 207-227
- REIS, Jaime, “A produção industrial portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice”, *Análise Social*, nº 94, Lisboa, ICS, 1986, pp. 903-928
- REIS, Jaime, *O Atraso económico português (1850-1930)*, Lisboa, INCM, 1993
- RIBEIRO, Isabel; CUSTÓDIO, Jorge; SANTOS, Luísa, *Arqueologia industrial do bairro de Alcântara: estudo e materiais*, Lisboa, Companhia de Carris de Ferro e Lisboa, 1981
- RIBEIRO, Maria de Lurdes, “As vésperas da Modernidade: do Intendente à Rua dos Anjos”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1ª Série, nº 4, Lisboa, CML, 2000, pp. 105-134
- RODRIGUES, Cristina, *Trabalhar em Portugal. 1910 – 1933*, Lisboa, IEF, 2008
- RODRIGUES, Maria João Madeira, *Tradição, transição e mudança: a produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista*, Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa (Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 3ª Série, nº 84), 1979
- RODRIGUES, Teresa, *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995
- RODRIGUES, Teresa, “A maior realidade urbana portuguesa”, PINHEIRO, Magda; BAPTISTA, Luís V.; VAZ, Maria João (org.), *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*, Oeiras, Celta Editora, 2001, pp.7-16

- RODRIGUES, Teresa, *História da população portuguesa*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2009
- ROSAS, Fernando, “A crise do liberalismo oligárquico em Portugal”, ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (org.), *História da Primeira República em Portugal*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp.15-26
- ROSAS, Fernando, *Lisboa revolucionária. 1908-1975*, Lisboa, Tinta da china, 2010
- ROSENDO, Vasco, *O mutualismo em Portugal. Dois séculos de História e suas origens*, Lisboa, Montepio Geral, 1996
- SÁ, Victor de, “Do Associativismo ao Sindicalismo em Portugal”, *O Instituto. Revista Científica e Literária*, vol.138 – 1ª parte, Coimbra, Instituto de Coimbra, 1977, pp.18-44
- SALGUEIRO, Teresa Barata, *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992
- SAMARA, Maria Alice, *Operárias e Burguesas. As Mulheres no Tempo da República*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007
- SANTOS, Margarida Afonso dos, *Vilas e vidas*, Torino, Edizioni L'Occhiello, 1988
- SCHWARTZ, Robert M., GREGORY, Ian, MARTI_HENNEBERG, Jordi, “History and GIS: Railways, population change, and agricultural development in late nineteenth century Wales”, Dear M., Ketchum J., Luria S. and Richardson D. (eds.), *GeoHumanities: Art, history, text at the edge of place*, Abingdon, Routledge, 2011, pp. 251-266
- *Social Science History*, vol. 35.4, Special Issue: “Historical GIS and the Study of Urban History”, Durham, Social Science History Association, 2011
- SOUSA, M. Joaquim de, *O Sindicalismo em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1972
- SILVA, Álvaro Ferreira, “A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930)”, *Análise Social*, nº 136-137, 1996, pp. 599-629
- SILVA, Augusto Vieira da, *Os Bairros de Lisboa*, Lisboa, s.l, 1930

- SILVA, Joaquim Palminha, *Dicionário do movimento Socialista Português*, Lisboa, Fundação José Fontana, 1989
- SILVA, Maria Margarida de Almeida Reis e, *Pátios e Vilas da zona ribeirinha oriental: Materialidade, memória e recuperação urbana*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea na especialidade de Cidades e Património, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2013
- SILVA, Raquel Henriques, “Os últimos anos da Monarquia. Desenvolvimento urbanístico. Os Novos Bairros”, Irisalva Moita (coord.), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 405-424
- SILVEIRA, Luís N. E., ALVES, Daniel, LIMA, Nuno M., ALCÂNTARA, Ana, PUIG-FARRÉ, Josep, “Caminhos-de-ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930”, *Ler História*, nº 61, 2011, pp.7-39
- SILVEIRA, Luís N. E., ALVES, Daniel, LIMA, Nuno M., ALCÂNTARA, Ana, PUIG-FARRÉ, Josep, “Population and Railways in Portugal, 1801-1930”, *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 42, 1, Cambridge, MIT Press, 2011, pp. 29-52
- SILVEIRA, Luís N. E., “A evolução da indústria no século XIX”, *ArqRob. O Arquivo da Fundação Robinson*, Portalegre, Publicações da Fundação Robinson, 2007, pp. 18-35
- STILLERMAN, Joel, “Space, Strategies, and Alliances in Mobilization: The 1960 Metalworkers’ and Coal Miners’ Strikes in Chile”, *Mobilization: An International Quarterly*, vol. 8, n. 1, 2003, pp. 65-85
- TEIXEIRA, Manuel C., “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”, *Análise Social*, nº 115, 1992, pp. 65-89
- TENGARRINHA, José, “As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920”, *Análise Social*, nº 67-68, 1981, pp. 573-601
- TENGARRINHA, José (Dir.), *História do Governo Civil de Lisboa*, 2 vol., Lisboa, Governo Civil de Lisboa, 2002

- TENGARRINHA, José, “Movimento grevista e sociedade em movimento: uma perspectiva histórica até 1920” in *Estudos de História contemporânea de Portugal*, Editorial Caminho, Lisboa, 1983, pp.35 – 83

- THOMPSON, E. P., *The making of the English working class*, New York, Vintage Books, 1966

- THOMPSON, E.P., *A economia moral da multidão na Inglaterra do século XIX*, Lisboa, Antígona, 2008

- VASCONCELOS, Rui Manuel Dias de Almeida e, *Indústria e industriais na 2ª Metade do Século XIX. Portugal, 1845-1890*, Dissertação de Mestrado em História do Século XIX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (FCSH–UNL), Lisboa, 1998

- VAZ, Maria João, “Classes Perigosas” no Portugal Oitocentista”, Maria Benedicta Duque Vieira(org.), *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*, Lisboa, CEHCP-ISCTE, 2004, pp. 135-145

- VERDE, Cesário, *O livro de Cesário Verde*, Lisboa, Editorial Minerva, s.d.

- VIDAL, Angelina, *Lisboa antiga e Lisboa moderna. Elementos históricos da sua evolução*, vol.I e II, Lisboa, Lisboa, Typographia de Gazeta de Lisboa, 1900

- VIDAL, Frédéric, *Les habitants d'Alcântara: histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du 20e siècle*, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaire, 2006

ÍNDICE DE IMAGENS

- Figura 0 – Agregação das freguesias de Lisboa (1890) em zonas urbanas.....	26
- Quadro 1 - Resumo da informação relativa a estabelecimentos industriais de Lisboa (Inquérito Industrial de 1890).....	29
- Figura 1 - Implantação fabril referenciada no Inquérito Industrial de 1890 no traçado urbano de Lisboa.....	33
- Figura 2 - Caminho-de-ferro (linha do Norte) e densidade fabril e oficial (Inquérito Industrial de 1890).....	35
- Quadro 2 - Resumo da informação relativa aos estabelecimentos industriais (Inquérito Industrial de 1890) por zona urbana.....	36
- Figura 3 - Pormenor da implantação fabril referenciada no Inquérito Industrial de 1890, na zona central de Lisboa.....	36
- Figura 4 - Pormenor da implantação fabril referenciada no Inquérito Industrial de 1890, na zona ocidental de Lisboa.....	38
- Figura 5 - Pormenor da implantação fabril referenciada no Inquérito Industrial de 1890, na zona oriental de Lisboa.....	39
- Quadro 3 – Resumo da informação relativa ao nº de estabelecimentos industriais e mão-de-obra por setor produtivo e zona urbana (Inquérito Industrial de 1890).....	41
- Figura 6 - Dispersão dos estabelecimentos por setor industrial (setores onde trabalhavam mais de 2% do operariado registado no Inquérito Industrial de 1890) e por zona da cidade.....	42
- Figura 7 - Pormenor da zona central de Lisboa. Dispersão dos estabelecimentos por setor industrial.....	44

- Quadro 4 - Resumo da informação relativa a maquinaria / setores produtivos (Inquérito Industrial de 1890).....	47
- Figura 8 - Dispersão da máquina a vapor. Energia total em cavalos-vapor por setor industrial.....	49
- Quadro 5 - Resumo da informação relativa a máquinas-a-vapor e energia do vapor (Inquérito Industrial de 1890) por zona urbana.....	50
- Figura 9 - Dispersão do trabalho industrial. Total de operário/as em cada estabelecimento industrial.....	53
- Quadro 6 - Resumo da informação relativa ao operariado e estabelecimentos industriais (Inquérito Industrial de 1890) em função dimensão dos estabelecimentos industriais e zonas urbanas.....	54
- Figura 10 - Densidade do trabalho industrial (Inquérito Industrial de 1890).....	57
- Fotografia 1– Oficina de latoaria (construção de cápsulas para garrafas) em Lisboa, início do séc. XX (autor: Alberto Carlos Lima; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/002913).....	61
- Quadro 7 – Comparação entre mão-de-obra feminina e masculina em função da zona urbana (Inquérito Industrial de 1890).....	62
- Quadro 8 - Resumo da informação relativa ao operariado feminino em função dimensão dos estabelecimentos industriais (Inquérito Industrial de 1890).....	63
- Figura 11 - Dispersão do trabalho feminino. Total de mulheres operárias em cada estabelecimento industrial (Inquérito Industrial de 1890).....	64
- Fotografia 2 – Fábrica de chapéus em Lisboa, início do séc. XX (autor: Alberto Carlos Lima; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/002919).....	66
- Quadro 9 - Resumo da informação relativa ao trabalho infantil (Inquérito Industrial de 1890).....	68
- Figura 12 - Dispersão do trabalho infantil. Total de menores de 16 anos (rapazes e raparigas) em cada estabelecimento industrial (Inquérito Industrial de 1890).....	69

- Quadro 10 - Resumo da informação relativa ao trabalho infantil por zonas urbanas (Inquérito Industrial de 1890).....	69
- Quadro 11 - Resumo da informação relativa ao trabalho infantil em função dimensão dos estabelecimentos industriais (Inquérito Industrial de 1890).....	70
- Quadro 12 - Maiores empregadores de operários/as menores (Inquérito Industrial de 1890).....	71
- Quadro 13 - Resumo da informação relativa trabalho infantil / setores produtivos (Inquérito Industrial de 1890).....	72
- Figura 13 - Densidade do trabalho infantil operário. Percentagem de operário/as com menos de 16 anos por km ²	73
- Gráfico 1 – Valores de jorna diária, por setor industrial (“Retribuição do Pessoal”, Inquérito Industrial de 1890, vol. IV, p. 164-203).....	77
- Figura 14 – Dispersão da jorna mínima diária. Valor pago em cada estabelecimento industrial.....	81
- Quadro 14 - Resumo da informação relativa à média das jornas pagas por zona urbana (Inquérito Industrial de 1890).....	83
- Quadro 15 - Resumo da informação relativa à média das jornas mínimas (réis) de alguns setores (Inq. Industrial 1890) por zona urbana.....	83
- Gráfico 2 - Valores de jorna diária (maiores e menores de 16 anos), por setor industrial (“Retribuição do Pessoal”, Inquérito Industrial de 1890, vol. IV, p. 164-203).....	85
- Gráfico 3 – Taxa de alfabetização na cidade de Lisboa. Comparação entre o operariado (“Pessoal existente, sua nacionalidade e instrução”, Inquérito Industrial de 1890, vol. IV, p. 70-125) e a população em geral (“Composição da população do Reino, segundo instrução elementar”, Censo da população do Reino de Portugal a 1 de dezembro de 1890, vol. I, p. 99).....	87
- Gráfico 4 – Taxa de alfabetização do operariado, por setor industrial e sexo (“Pessoal existente, sua nacionalidade e instrução”, Inquérito Industrial de 1890, vol. IV, p. 70-125).....	89

- Quadro 16 - Resumo da informação relativa à alfabetização operária (Inquérito Industrial de 1890) por zona urbana.....	91
- Figura 15 - Densidade do alfabetismo operário. Percentagem de operário/as que sabem ler por km ²	91
- Quadro 17 - Resumo da informação relativa a núcleos de habitação operária (1890-1900).....	104
- Figura 16 – Dispersão dos núcleos de habitação das «classes laboriosas», quanto ao seu tipo.....	105
- Quadro 18 - Resumo da informação relativa à cronologia de construção dos núcleos de habitação operária.....	108
- Figura 17 – Dispersão dos núcleos de habitação operária, quanto à sua época de construção.....	109
- Figura 18 – Densidade de moradores em núcleos de habitação das «classes laboriosas», identificados como habitados entre 1890 e 1900.....	111
- Figura 19 – Núcleos de habitação das «classes laboriosas» (dimensionados por total de moradores) nos eixos rua das Amoreiras/rua São João dos Bencasados/rua do Sol ao Rato/rua de S. Bento e rua Maria Pia / Alcântara / Lapa (zona ocidental / zona central).....	113
- Figura 20 - Núcleos de habitação das «classes laboriosas» (dimensionados por total de moradores) nos eixos Alfama/Castelo/Mouraria, Sapadores/rua da Bela Vista à Graça/calçada dos Barbadinhos e Xabregas (zona oriental / zona central).....	114
- Quadro 19 - Resumo da informação relativa a núcleos de habitação das «classes laboriosas» por zona urbana (1890-1900).....	116
- Figura 21 – Dispersão dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» (dimensionados por total de moradores) e densidade do trabalho (Inquérito Industrial de 1890).....	118
- Quadro 20 - Resumo da informação relativa a núcleos de habitação das «classes laboriosas» e trabalho operário por zona urbana (1890-1900).....	120

- Figura 22 – Dispersão dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» (dimensionados por total de moradores) e implantação fabril (Inquérito Industrial de 1890). Pormenor da zona central de Lisboa.....	121
- Fotografia 3 – Crianças em Alfama, 190-. (autor: Joshua Benoliel; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001538).....	123
- Figura 23 – Dispersão dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» (dimensionados por total de moradores) e implantação fabril (Inquérito Industrial de 1890). Pormenor da zona oriental de Lisboa.....	126
- Fotografia 4 – Vila Dias, 191-. (autor: Alberto Carlos Lima; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/000883).....	130
- Figura 24 – Dispersão dos núcleos de habitação operária (classificados por tipologia) e implantação fabril (Inquérito Industrial de 1890). Pormenor da zona ocidental de Lisboa.....	132
- Figura 25 - Dispersão dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» (dimensionados por total de moradores) e implantação fabril (Inquérito Industrial de 1890). Pormenor dos eixos Campo de Ourique/ São Bentos; Madragoa/Lapa.....	133
- Fotografia 5 – Casal Ventoso, 1939. (autor: Eduardo Portugal; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/POR/ 023221).....	136
- Figura 26 - Dispersão dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» (dimensionados por total de moradores) e implantação fabril (Inquérito Industrial de 1890). Pormenor da zona norte de Lisboa.....	139
- Quadro 21 - Resumo da informação relativa às condições de habitabilidade dos núcleos habitacionais.....	142
- Figura 27 - Localização dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» classificados como “mau” e “condenável” estado de conservação (Inquérito aos Pateos de Lisboa; Boletim do Trabalho Industrial nº66).....	142

- Figura 28 - Localização dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» classificados como em “bom” estado de conservação (Inquérito aos Pateos de Lisboa; Boletim do Trabalho Industrial nº66).....	144
- Quadro 22 – Resumo da informação relativa a associações operárias (1890-1900)...	156
- Figura 29 – Localização das associações da iniciativa operária (1890-1900), representadas quanto aos principais objetivos estatutários.....	166
- Quadro 23 - Resumo da informação relativa a associações operárias por zona urbana (1890-1900).....	166
- Figura 30 - Dispersão das sedes de associações de iniciativa operária, quanto à sua década de fundação.....	168
- Quadro 24 - Resumo da informação relativa a nº de Associações de Classe e % de estabelecimentos industriais por setor produtivo e zona urbana (1890-1900).....	171
- Figura 31 – Densidade de sedes de associações de iniciativa operária identificadas entre 1890 e 1900.....	173
- Figura 32 – Localização das associações da iniciativa operária (1890-1900), representadas quanto aos principais objetivos estatutários e densidade de estabelecimentos industriais/ km ² (Inq. Industrial 1890).....	177
- Figura 33 - Localização das associações da iniciativa operária (1890-1900), representadas quanto aos principais objetivos estatutários e densidade dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» / km ² (1890-1900) na zona central.....	179
- Figura 34 - Localização das associações da iniciativa operária (1890-1900), representadas quanto aos principais objetivos estatutários e densidade dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» / km ² (1890-1900) na zona ocidental.....	181
- Figura 35 - Localização das associações da iniciativa operária (1890-1900), representadas quanto aos principais objetivos estatutários e densidade dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» / km ² (1890-1900) na zona oriental.....	183
- Gráfico 5 - Total de organizações participantes nas manifestações de 1º de Maio entre 1890 e 1900 e número dessas que eram associações de iniciativa operária.....	191

- Gráfico 6 – Total de pessoas participantes nas manifestações de 1º de Maio entre 1890 e 1900.....	193
- Figura 36 – Comemorações do 1º de Maio entre 1890 e 1900. Percurso do cortejo, localização dos comícios, das esquadras da Policia Civil (1875-1895), dos principais espaços de poder central e local e manchas de densidade de sedes de associações de iniciativa operária (1890 e 1900).....	194
- Fotografia 6 – Cortejo do 1º de Maio de 1904. (Ilustração Portuguesa, 09/05/1904).	196
- Fotografia 7 – Romagem ao túmulo de José Fontana, cemitério dos Prazeres, 19-- (autor desconhecido; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ACU/001422).....	198
- Figura 37 - Comemorações do 1º de Maio entre 1890 e 1900 - percurso do cortejo de 1º de Maio, localização dos comícios – e localização das sedes das associações operárias sobrepostos à densidade de moradores/km2 em núcleos de habitação das «classes laboriosas» (1890-1900).....	199
- Fotografia 8 - Comício republicano (praça da Alegria, terrenos do antigo Theatro da Alegria), 19-- (autor: Paulo Guedes; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/ /CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000002)...	202
- Fotografia 9 – Operárias da indústria têxtil a caminho de São Bento para entregar uma petição pedindo o horário de trabalho de 8 horas (praça da Alegria), 1911 (autor: Joshua Benoliel; Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001473).....	207
- Gráfico 7 - Total de greves identificadas em Lisboa, entre 1890 e 1900.....	209
- Quadro 25 – Número e tipologia das greves (local ou setorial) por ano (1890-1900) e respetiva intervenção de Associações de Classe.....	212
- Quadro 26 – Greves por setor, quanto ao tipo (local ou setorial) e respetiva intervenção de Associações de Classe.....	214
- Figura 38 - Localização das greves (1890-1900).....	216
- Quadro 27 – Resumo das greves por ano (1890-1900) e zona urbana.....	217
- Figura 39 - Localização das greves (1890-1900) identificadas por ano.....	218

- Figura 40 – Localização das greves (1890-1900) e densidade de associações de iniciativa operária/km2 (1890-1900).....	219
- Figura 41 – Localização das greves (1890-1900) e densidade de estabelecimentos industriais/km2 (Inquérito Industrial 1890).....	220
- Figura 42 – Localização das greves (1890-1900) e densidade do alfabetismo operário (operários/as que sabiam ler/km2) (Inquérito Industrial 1890).....	222